

**VOZES CATÓLICAS SOBRE ENSINO SUPERIOR:
A Revista de Cultura Vozes (1961-1969).**

Fabiana Vilela Tannús

Uberlândia

2008

Fabiana Vilela Tannús

**VOZES CATÓLICAS SOBRE ENSINO SUPERIOR:
A Revista de Cultura Vozes (1961-1969).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Superior do Centro Universitário do Triângulo (Unitri), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação Superior,

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Rothen.

Uberlândia

Centro Universitário do Triângulo

2008

Ficha Catalográfica elaborada pelo Departamento de Catalogação da Biblioteca da UNITRI

Bibliotecária responsável: Gizele Cristine Nunes do Couto CRB6/2091

378
T 167 v

Tannús, Fabiana Vilela.

Vozes católicas sobre ensino superior [manuscrito]: a revista de Cultura
Vozes (1961-1969) / Fabiana Vilela Tannús. – 2008.
240 f. ; 33 cm.

Cópia de computador (*Printout(s)*).

Dissertação (mestrado) – Centro Universitário do Triângulo, 2008.
“Orientação: Dr. José Carlos Rothen”.

1. Educação superior. 2. Pensamento católico. 3. Reforma Universitária
(1968). 4. Imprensa educacional. 5. Revista de Cultura Vozes. I. Título.

Dissertação apresentada e aprovada, em 13 de maio de 2008, pela comissão examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. José Carlos Rothen – Orientador
Centro Universitário do Triângulo (UNITRI)

Prof. Dr. Wenscelau Gonçalves Neto
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Prof. Dr. José Carlos Souza Araujo
Centro Universitário do Triângulo (UNITRI)

*À minha mãe **Cybele**
ao meu pai **Célio***

Dedico a
Breno, Fernanda
&
Müller

*Ao co-autor,
Prof. Dr. José Carlos Rothen*

AGRADECIMENTOS

Ao programa de mestrado em “Educação Superior”, especialmente ao seu gestor Prof. Dr. Almiro Shulz e aos demais professores: Antônio Wilson Pagotti, Armindo Quillici Neto, Graziella Giusti Pachane, José Augusto Dela Coleta, José Carlos Rothen, José Carlos Souza Araujo, Kênia Maria de Almeida Pereira, Luis Roberto Gomes e Roberto Valdés Puentes,

À Sandra e Roberta (secretaria de pós-graduação) sempre colaborando no trabalho.

Agradeço à Fundação de Amparo a Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) pela bolsa de mestrado.

À Professora Ione Vieira pela cuidadosa revisão do texto.

À Duetz (Sharon Lee Carlson Medeiros) pela providencial elaboração do abstract.

Ao Professor Dr. Marcelo Ferreira de Andrades, pela colaboração e material enviado.

Minha gratidão ao Professor Dr. Wenceslau Gonçalves Neto, pela leitura cuidadosa e sugestões.

Ao Professor Dr. José Carlos Souza Araújo, minha admiração e agradecimento. Pelas sugestões, aulas e escritos que descortinaram um novo campo de conhecimentos.

Àqueles que, em Ituiutaba, tornaram possíveis as viagens e ausências do trabalho: Isabel, Juliana, Luciene, Wesley. Obrigada pela colaboração e amizade.

Aos colegas do programa de mestrado que, sem dúvida, nesses dois anos de mestrado, juntos construímos conhecimentos e afetos.

Agradeço a Deus por minha vida e pela realização desta.

Agradeço à minha família:

Em especial aos meus pais, *Célio e Cybele*, pelo apoio e exemplo. Por me acolherem e auxiliarem, com amor, dia a dia.

Às minhas irmãs – Ana Paula e Giovana – e aos meus filhos – Breno e Fernanda - pela ajuda, afeto e incentivo.

Ao Müller, pelo seu amor e torcida para que esta se concluísse.

Aos meus afilhados e sobrinhos - Brunno, Clara, Marianna, Léo, Beto, Túlio, Henrique; e cunhados - Fábio, Valfredo, Juliana e Marcos. Aos bebês – Isadora, Heitor e Guilherme. Pela compreensão e carinho, enquanto mergulhei neste projeto...

Agradeço a todos os amigos, familiares e aos meus alunos.

Ao meu orientador, Professor Dr. *José Carlos Rothen*, por ter proporcionado a elaboração desta. Pelos inúmeros novos conhecimentos compartilhados com generosidade. Por ter estado sempre ao meu lado, com suas palavras e textos. Pela sua competência e amizade. Obrigada.

SUMÁRIO

RESUMO.....	13
ABSTRACT.....	15
LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES:	17
INTRODUÇÃO: Reconhecendo o posicionamento católico através da pesquisa	19
O exercício do poder mediante uma publicação: a discussão metodológica	22
Princípios de análise de um periódico	26
Etapas metodológicas	28
Estrutura da dissertação	31
1 EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA BREVE IDÉIA DE UNIVERSIDADE	35
1.1 Primórdios da universidade e algumas considerações sobre as conflitantes concepções de universidade a partir do século XIX.	36
1.2. A educação superior no Brasil	42
1.3. A Educação Superior como instrumento de poder a partir da década de 1920 ...	48
1.4. Questionamentos na busca de soluções	49
2 CONTEXTO SÓCIO POLÍTICO DA DÉCADA DE 1960.....	52
2.1. Mobilizações sociais no período Pré Golpe.....	54
2.2. Ações governamentais buscavam legitimar as reformas	56
3. AS TEORIAS PEDAGÓGICAS EM QUESTÃO.....	66
3.1. Antecedentes históricos, anos 1920 e 1930: ideário liberal e ideário católico ...	69
3.2. Ideário liberal: escolanovista	79
3.3. Ideário católico	83
3.4. O Tecnicismo Pedagógico com vistas a atender à modernização da vida brasileira. (começo dos anos 1950 até meados de 1960).....	91

3.5. Década de 1960.....	95
4 TRAJETÓRIA, DIRETRIZES E MODELOS CATÓLICOS	97
5.1. Ação Católica e Pré Concílio.....	97
5.2. AEC – Associação de Educação Católica.....	108
5.3. Concílio Vaticano II.....	117
5 A UNIVERSIDADE NA VOZ DE ALCEU AMOROSO LIMA.....	122
5.1. O espírito universitário na voz de Alceu Amoroso Lima	125
5.2. A filosofia universitária e suas exigências fundamentais: Unidade, Comunidade e Universalidade	127
5.3. Conclusões e soluções para vivificar o <i>Espírito universitário</i>	128
6 EDITORA VOZES	131
6.1. Recorte Histórico	131
6.2. A criação da Revista Vozes de Petrópolis	133
6.3. A expansão das vendas e a disseminação de idéias	136
6.4. A postura da Vozes por intermédio da Revista Eclesiástica Brasileira nas décadas de 1940 e 1950.....	139
6.5. Do Editorial Religioso ao Editorial Universitário: A fase expansionista	141
6.6. Revista afinada com seu tempo	144
6.6.1.Revista Vozes, um pouco de história.....	144
6.6.2. A Revista de Cultura Vozes e seus editores.	146
6.6.3. Considerações sobre a filosofia e a abrangência da Revista Vozes.....	148
7. AUDIÇÃO DAS VOZES CATÓLICAS.....	152
7.1 Para além das matérias.....	154
7.1.1 Apresentação da revista: características encontradas	156

7.1.2 As Vozes das capas e contracapas	160
7.2 Tipologia dos textos e partes de um todo	163
7.2.1. As sessões da Revista de Cultura Vozes.....	164
7.3 De Conservadora à Contestadora.....	171
7.3.1. A Tribuna Vozes.....	174
7.3.2. Marcos de Mudança.....	174
7.3.2.1. Marcos de Mudança: de epígrafes a editoriais.....	175
7.3.2.2. Marcos de Mudança: Rose Marie Muraro, a nova colaboradora.....	176
7.3.2.3. Marcos de Mudança: desdobramentos da seção <i>Idéias e Fatos</i>	179
7.3.2.4. Marcos de Mudança: abandono das posturas anticomunistas, anti-sindicais e contrárias à greve.	181
7.3.2.5. Marcos de Mudança: de inimigos a não tão inimigos (disputas com educadores liberais)	184
7.3.2.6. Marcos de Mudança: como a UNE era vista	192
7.5 Histórico dos Temas Recorrentes	207
7.6. Ensino Superior para o Desenvolvimento	210
7.7. Ensino Superior transformador e a reforma da universidade	220
7. 8. Perspectivas difundidas para o ensino superior, tendo em vista a Reforma Universitária.....	223
CONCLUSÃO	228
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	238
Fundamentação Teórica:.....	238
Revista de Cultura Vozes:.....	244
ANEXO: PERIODIZAÇÕES	252

RESUMO

Nesta dissertação, intentou-se reconhecer o posicionamento católico para o Ensino Superior brasileiro, expresso na Revista de Cultura Vozes na década de 1960. Concentrou-se nas edições entre janeiro de 1961 (ano da promulgação da LDB/1961) até o final de 1969 (ano seguinte à promulgação da Lei da Reforma Universitária).

Na investigação, buscou-se inspiração metodológica na tese de Rothen (2004) acerca do exercício de poder dos aparelhos de Estado. Supôs-se que a criação e disseminação de mentalidades e/ou saberes, por meio de uma *tribuna*, atingindo os leitores (possíveis e “imaginados”) poderia ter como fim, entre outros, avanços na legislação. Significa o discurso de um grupo funcionando como instrumento de pressão sobre os legisladores, somados aos relacionamentos com outros atores sociais.

A década de 1960 - período em que aconteceram mobilizações sociais, e o governo militar promovia diversas ações tencionando legitimar as reformas – foi marcada pela presença de atores sociais que, naquele momento, se inseriam nas discussões. No seio de intensa mobilização social, com vistas a influir nos rumos da Educação Superior no Brasil, era de se esperar que o pensamento católico tomasse posição ativa para a construção de um saber que atendessem a seus preceitos e interesses.

Os debates travados entre o ideário liberal – “Escola Nova” – e o ideário tradicional católico vinham acontecendo desde o início do século XX. A percepção dessas duas vertentes educacionais, bem como a trajetória, os modelos e as diretrizes católicas possibilitaram a identificação de “momentos”, nos quais a postura educacional

católica se transformou. Eventos marcantes promoveram a troca de mentalidade na intelectualidade laica e eclesiástica.

Discutiram-se os princípios básicos da filosofia universitária católica e suas exigências fundamentais, tendo como referência a posição de Alceu Amoroso Lima, que apontou diretrizes no sentido de “vivificar” o *Espírito Universitário*, na visão educacional católica para o Ensino Superior.

No início da década de 1960, apoiando o golpe, havia uma clara orientação tradicional anticomunista opondo-se ao sindicalismo, reforma agrária, movimento estudantil etc.

Como um divisor de águas, a realização do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-5), reforçado pela Conferência Episcopal Latino Americana (Medellín, 1968), definiu uma nova dimensão – social – da Igreja, “Povo de Deus”. A *Educação para o Desenvolvimento* passou a marcar as discussões, dando novo caráter à revista.

Concluí-se que, na década de 1960, na Revista de Cultura Vozes, era expressa a seguinte concepção católica do Ensino Superior: a **educação**, a **formação**, e a **cultura**, como processos sucessivos e integrados, deveriam ser perseguidos para que a universidade cumprisse a sua missão de preparar líderes para promover o desenvolvimento das nações e os quadros técnico-profissionais lapidados na perspectiva da consciência moral e ética.

Palavras chave: Pensamento católico, Reforma Universitária de 1968, Ensino Superior, Imprensa Educacional, Revista de Cultura Vozes

ABSTRACT

In this dissertation, it is intended to recognize the catholic position for the Brazilian University Education, defined in the “*Revista de Cultura Vozes*” in the decade of 1960. It was concentrated in the editions from January of 1961 (the year of the LDB becoming public/1961) until the end of 1969 (the year after the Reformed University Law became public).

In the investigation, they searched for methodological inspiration in Rothen’s theses (2004) concerning the exercise power of the equipment in use. They thought that the creation and spreading of the mentalities and/or wisdom, using a pulpit, reaching out to the readers (possible and “imaginaries”) could come to an end, among others, with advances in the legislation. It would signify the speech of a group working like a pressure instrument over the legislators, summed up to the relationships with other social actors.

The decade of 1960 – period in which social mobilizations occurred and the military command promoted diversified actions searching for a way to justify the renovations – was marked for the presence of social actors that, at that moment, entered into the discussions. In the middle of the intense social mobilization, with intentions to influence the destination of the University Education in Brazil, everyone hoped for the catholic way of thinking to take an active position for an intelligent construction that could attend their behaviors and interests.

The blocked up debates between the liberal idealists – “New School” – and the traditional catholic idealists were occurring since the beginning of the XX Century. The perception of these two educational paths, the models and the catholic directors

made it possible to identify the “moments”, in which the catholic educational posture was transformed. Special events promoted a change in mentality in the laic and the religious intellectuality.

The principal basics of catholic university philosophy and their fundamental requirements were discussed having as a reference, the position of Alceu Amoroso Lima, who pointed out directors in a way for the Spirit of the University “come to live” in the catholic educational vision for Superior Education.

In the beginning of the 1960 decade, the Journal had a traditional posture, supported the “golpe”, maintained anticommunist speeches in opposite directions of the trade unions, land reforms and student movements etc.

Like the dividing line of the waters, the realization of the “Concílio Ecumênico Vatican II (1962-5) reinforced by the Episcopal Latin American Conference (Medellin, 1968), defined a new dimension –social- religious,” God’s people”. An *Education for the Development* started to mark the discussions, giving new character to the Journal.

Concluding that in the decade of 1960, the “*Revista de Cultura Vozes*” was definite to the following Catholic conception to Superior Education: *education, formation* and *culture* as successive and intergraded procedures that should be followed for the university to complete their mission to prepare leaders to promote the development of nations and technical-professional teams prepared for a perceptive of a moral and ethnic conscience.

Key Words: Catholic thoughts, Reformed University Students of 1968, High Education, Education Press, *Revista de Cultura Vozes*

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações:

ABE – Associação Brasileira de Educadores

AC – Ação Católica

AEC – Associação de Educação Católica

AI-5 - Ato Institucional Número Cinco

AP – Ação Popular

CE – Conselhos de Educação

CELAM – Conferência Episcopal Latino Americana

CFE – Conselho Federal de Educação

CGT - Comando Geral dos Trabalhadores

CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CRUB – Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras

CV II – Concílio Vaticano II

EAPES – Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior

GTRU – Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária

IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

JAC – Juventude Agrária Católica

JEC – Juventude Estudantil Católica

JIC – Juventude Independente Católica

JOC – Juventude Operária Católica

JUC – Juventude Universitária Católica

MEB – Movimento Eclesial de Base

MEC – Ministério da Educação

MEC-USaid – Ministério da Educação e Agência Norte Americana de Desenvolvimento
Internacional

PUA - Pacto de Unidade e Ação

RBEP – Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos

RCV – Revista de Cultura Vozes

REB – Revista Eclesiástica Brasileira

UNE – União Nacional dos Estudantes

INTRODUÇÃO: Reconhecendo o posicionamento católico através da pesquisa

Ao longo do tempo, a Igreja Católica vem militando nos debates educacionais; e a sua colaboração para a educação é um fato inegável desde os jesuítas, na época do Brasil Colônia, até as imponentes escolas de padres e freiras nas cidades. As instituições católicas prestaram e ainda prestam um importante serviço ao país, por elas muitos brasileiros foram formados. (MORAIS, 1985)

Mas essa atuação educacional, de um referencial religioso, obviamente, não conviveu o tempo todo em consonância com as demais linhas pedagógicas. Os movimentos anticlericalistas lançaram fortes ataques e perseguições à atuação católica, especialmente no início do século XX. A partir daí, a postura católica continuou atuante em busca de uma educação pautada em princípios com “preocupações **éticas e morais** em relação aos métodos e descobertas científicas” (MORAIS, 1985)

A hegemonia no campo educacional brasileiro começou a ser disputada sobretudo no final da década de 1920 e início da década de 1930. Os educadores católicos e os chamados “Pioneiros da Escola Nova” começaram, nesse período, a sistematizar as disputas no âmbito da legislação educacional. Sgarbi (1997) identifica que somente àquela altura é que a educação começava a ser valorizada como instrumento de “controle social”.

Os dois grupos acreditavam que na educação estava a resposta para a reconstrução da sociedade. A questão apresentou-se, em particular, como disputa pelo ensino religioso dentro da escola pública. No entanto, muito mais estava em jogo. A verdadeira questão estava entre a mentalidade laica da República e a mentalidade dos líderes católicos e da própria população brasileira, que conservava uma cultura fortemente religiosa. (SGARBI, 1997)

A Igreja - e todas as suas instâncias de ação - sentiu a necessidade de reagir para se livrar do risco de ser suplantada pelo referencial liberal e laicizista. Ações e estratégias foram, então, implementadas para que o ideário educacional católico conseguisse ter amplo alcance social.

Inserido nesse contexto, o presente trabalho tem por objetivo reconhecer o posicionamento católico para o Ensino Superior brasileiro, expresso na Revista de Cultura Vozes na década de 1960.

Com o minucioso exame das publicações da Revista (temas, editoriais, autores etc) na década de 1960, tem-se por objetivo fornecer subsídios para a compreensão do **referencial teórico educacional católico** para o Ensino Superior. As orientações que são destinadas aos leitores “imaginários” da revista (professores, gestores, burocratas governamentais, legisladores, leigos e clero) e a interpretação feita sobre o que é regulamentado na perspectiva da legislação.

No intuito de buscar perceber a postura geral adotada pela Revista de Cultura Vozes, em cada momento, em relação ao contexto sócio-político-religioso-educacional específico¹, a década de 1960 foi dividida em três fases, com base nos eventos ocorridos no período que, de alguma forma, exerceram influência nas orientações católicas para a educação superior.

Primeira fase: janeiro de 1961 – março de 1964

Esta fase é marcada pelos seguintes fatos que caracterizaram ações e orientações específicas adotadas pela Igreja católica no campo educacional:

¹ Essa periodização teve como base os trabalhos de Araújo (1986), Azevedo (2003 e 2004), Azzi (1977 e 1979), Moraes (2003), Morais (1985), e outros mais. Ver anexo - esquema com as periodizações propostas pelos autores.

- a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei 4.024, de 21 de dezembro de 1961);
- as primeiras reuniões para o início do Concílio Vaticano II; em que o sopro de renovação coloca pela primeira vez ênfase no “homem sujeito” (1962);
- a elaboração do “Plano de Emergência” da CNBB, em 1962, no período que é denominado pré-golpe militar (até março de 1964).

Segunda fase: abril de 1964 – dezembro de 1968

- Período pós Golpe Militar de 1964, quando as relações sociais tomam um novo desenho na perspectiva repressora do novo regime que se instala.
- A renovação dos educandários católicos por influência da “Ação Católica”² e também pelos projetos da AEC.
- O Concílio Vaticano II (1962-1965) que aponta novas propostas para a ação pastoral da Igreja.
- A publicação das Encíclicas *Gaudium Et Spes* e *Populorum Progressio*.
- Repercussões do final do Concílio, em 1968, a 2ª. Conferência Episcopal Latino-americana, em Medellín, abriu novos caminhos para a educação católica, modelo da “educação libertadora”, na visão de saída do *subdesenvolvimento*.
- Promulgação da Lei da Reforma Universitária de 1968.
- Baixado o Ato Institucional 05 (AI-5).

² Irmã Loônida Fávero (1995) aponta da perspectiva da AEC, como naquele momento de realização de um Concílio Ecumênico (CVII) eram sentidas as recomendações para a atuação dos **educadores católicos**.

Terceira fase: o ano de 1969

- A implantação da reforma universitária.
- As repercussões da 2^a. Conferência Episcopal Latino-americana (Medellín).

Tendo como base essa periodização, o objeto principal de estudo se concentrará nas edições da Revista de Cultura Vozes publicadas entre janeiro de 1961 (ano da promulgação da LDB/1961) e o final de 1969 (ano seguinte à promulgação da Lei da Reforma Universitária e à Conferência de Medellín). Essa fase, coincide com um período de intensa mobilização social tencionando interferir nos rumos da Educação Superior no Brasil.

No seio de tantos movimentos de amplos setores da sociedade brasileira, em vista da Reforma Universitária no país, era de se esperar que o pensamento católico, inserido, através dos séculos, no âmbito da educação, tomasse posição concordando ou nem sempre em sintonia com outros grupos sociais para a construção de um saber que atendesse a seus preceitos e interesses.

Apesar do fato de o trabalho ter focado a década de 1960, muitas vezes, foram retomados concepções e eventos acontecidos no início do século XX; até mesmo idéias advindas do início da República (final do século XIX) para a elaboração de linhas de reflexão que se desenvolveram até os anos 1960.

O exercício do poder mediante uma publicação: a discussão metodológica

...seu emprego [do poder] torna-se facilitado quando já se encontra cristalizado sob a forma de grupos de pressão, dinheiro, prestígio, status, forças militares (...) políticas, econômicas e religiosas. (AZEVEDO, 1967)

No auge do período de grande turbulência e frustrações que permearam a panorâmica de educação no Brasil após o Golpe de 1964, a sociedade pedia mudanças *estruturais* drásticas, porém o que parecia ocorrer eram reformas *conjunturais* que, muitas vezes, tratavam superficialmente a grave questão educacional do país, e o *status quo* se mantinha. Nessa perspectiva, serão discutidos os mecanismos de Poder envolvidos nessa dinâmica das discussões educacionais com vistas a se reformar o Ensino Superior. Ainda nesta sessão, será apresentada a metodologia utilizada para análise da Revista de Cultura Vozes com o intuito facilitar a explicitação das manobras utilizadas para a elaboração das diretrizes **católicas** para a Educação Superior no Brasil, na década de 1960, especificamente, a fase compreendida entre janeiro de 1961 e o final de 1969³.

Quando se pensa em fatores determinantes para que ações específicas ocorram no campo das políticas públicas, deve-se ter em mente o poder exercido pela ação do legislativo e/ou executivo, influenciados, de diversas formas, pelos movimentos sociais dos quais emanam as pressões. Essa influência, nada mais é que um exercício de poder - derivado de necessidades específicas ou da consolidação de posições geradas no âmbito intelectual, econômico e religioso.

As políticas públicas são medidas voltadas para a reprodução econômica e social dos indivíduos ou da coletividade. Elas concernem as agências do governo e os governados. As políticas públicas resultam de determinações estruturais que regulam o processo social e se expressam em medidas de educação (...). Elas podem também ser implementadas para dar cobertura a situações conjunturais assumindo caráter provisório e emergencial. As políticas públicas podem ser universais, ou seja, voltadas para todos os cidadãos ou seletivas (segmentadas / pontuais), voltadas para determinados grupos sociais. O Estado é a instância fundamental de implementação e regulação das políticas públicas, ao assumir o papel de mediador entre os diversos

³ Ver no ANEXO: Periodização, a descrição de um quadro em que são listados eventos marcantes e fases das diferentes posturas assumidas pela Igreja em relação aos acontecimentos percebidos.

atores presentes no processo histórico-social. (FIDALGO & MACHADO, 2000, p. 253)

No momento em que grupos lançam mão de um sistema de idéias, no caso específico deste estudo, mediante o uso de um periódico (*Revista de Cultura Vozes*), é possível supor que a formação de mentalidades e/ou saberes, por meio de um discurso, com o propósito de atingir os leitores (possíveis e imaginados) pode ter como fim, entre outros, avanços na legislação. Significa o discurso de um grupo funcionando como instrumento de pressão sobre os legisladores.

Este estudo terá como inspiração metodológica a tese de José Carlos Rothen (2004) acerca do exercício de poder dos aparelhos do Estado: a ação política dos funcionários intelectuais é tratada nas suas ações de deliberação e elaboração de doutrina e jurisprudência, a partir dos saberes disseminados na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), editada pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). (2004) Em seu trabalho, foi especificamente tratada a postura do Conselho Federal de Educação, tendo como objeto de estudo as matérias, editoriais etc da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos e também um olhar sobre a Revista Documenta.

O exercício de poder acima citado não é exclusividade dos agentes governamentais, mas sim da somatória destes com os relacionamentos com outros atores sociais (Rothen, 2004, p. 94), compreendendo os mecanismos de criação e disseminação de saberes.

Dentre esses atores sociais, destacaram-se: a pressão da classe média por vagas nas IES como forma de ascensão social; a atuação do movimento estudantil que se opunha ferozmente à ditadura militar; a ação do governo militar, repressiva, para *controlar* os estudantes e subversivos; as recomendações advindas do acordo MEC-

USaid; a atuação de Rudolph Atcon no Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB); a comissão Meira Mattos, que deu origem ao Grupo de Trabalho para Reforma Universitária de 1968 (GTRU); os posicionamentos dos intelectuais integrantes do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES); as visões pedagógicas de diferentes grupos, aqui incluídos os educadores e intelectuais católicos... só para citar os mais conhecidos.

Compreendendo a afirmativa de que o exercício de influência ocorre no formato de uma teia de relações entre as diversas instâncias de poder, buscou-se em Rothen (2004) elementos teóricos para o entendimento do mecanismo acima descrito. Ele discute o exercício do poder em *rede* e se baseia em Foucault, para desenvolver sua tese acerca do exercício de poder por meio de uma publicação⁴.

A criação de “novos tipos de saber” deve ser entendida, nessa perspectiva, não como uma compreensão de que o poder emana necessariamente “do centro para a periferia” ou de cima para baixo, mas, sim, que ele atua em rede como um “feixe de relações”. (FOUCAULT, 1986) E mais, o poder não pode ser apenas negativo, pois assim ele seria frágil. Para ter força e se consolidar, ele “se instaura quando produz prazer”. (ROTHEN, 2004)

Utilizando tais premissas sobre a criação e a disseminação de saberes para a conquista de avanços na influência sobre a legislação, trataremos as matérias e o referencial teórico presente na publicação católica sobre a qual focamos nosso estudo.

⁴ No caso específico da investigação de Rothen (2004), a publicação em questão se tratava da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP).

Princípios de análise de um periódico

Caracterizando-se a publicação de um periódico, pode-se fazer uma distinção entre o livro e a revista – neste caso, uma revista editada por um grupo religioso. O livro constitui uma **obra fechada**, já a revista, que possui a capacidade de se reconstruir a cada número, pode ser categorizada como uma **obra aberta**. No dizer de Rothen (2004 e 2006), a revista possui características que a diferenciam em termos de sua orientação intelectual:

- É constituída a cada número e incorpora novos e antigos colaboradores, muitas vezes, a revista pode até não identificá-los.
- Pode assumir uma diversidade de posturas políticas, científicas e culturais ou uma firme orientação de base ou fundamental.

E complementa ainda que, para que a revista seja “elaborada como instrumento para o estabelecimento e manutenção da liderança intelectual de um grupo”, ela necessita atender a dois pré-requisitos: “manter a unidade dos temas apresentados e manter a unidade na forma de tratar os temas.” (ROTHEN, 2004, p. 105)

Para compreender a dimensão da influência de uma obra em um contexto histórico específico, o objeto de estudo em questão deve ser tratado de acordo com procedimentos científicos de análise. Aqui será abordado o ciclo da revista – adaptado por Rothen (2004) do “ciclo do livro” de Robert Darnton – com os seguintes *elos* ou componentes: produção / circulação / leitor.

Com a finalidade de entender “como as idéias são transmitidas por vias impressas e como o contato com a palavra impressa afetou o pensamento contemporâneo da humanidade” (Rothen, 2004), precisa-se perceber, na globalidade de

cada aspecto, que como *elos* de um só sistema se inter-relacionam para que um objeto impresso se preste a sua finalidade:

A PRODUÇÃO DA REVISTA / A POLÍTICA DE PUBLICAÇÃO. Para maior compreensão quanto à política de publicação, é necessário ler e analisar os editoriais; reconstruir a história do patrocinador; definir se há um editor ou conselho editorial que seleciona o que será ou não publicado; detectar se existem autores que publiquem regularmente e verificar se estes autores possuem algum vínculo institucional – nos campos profissional, político e científico.

A CIRCULAÇÃO DA REVISTA. Para se ter uma perspectiva a esse respeito, alguns questionamentos devem ser feitos como: De que forma ela chega aos leitores? É vendida em bancas de jornal, livrarias? É gratuita ou possui assinantes que pagam pela publicação? É distribuída em todos os estados do Brasil? Circula no exterior?

LEITOR. Quando se produz um texto, tem-se objetivamente a noção de ‘para quem’ se escreve, normalmente, é possível saber ‘com quem’ um autor dialoga. Algumas vezes, por meio da leitura, pode-se identificar diretamente a quem se destina a informação nele contida, em outros casos, a mensagem é enviada para leitores implícitos, de forma indireta. Os leitores podem classificar-se em:

- Leitores implícitos dos autores – Aqui, trata-se de identificar para quem o autor do artigo escreve, por exemplo, quando se encaminha um artigo para apreciação, esse leitor pode ser o editor da revista. No caso de envio de um trabalho de pesquisa, explicitado mediante um artigo científico, o leitor passa a ser o julgador ou a comissão responsável pela seleção dos textos.

- Leitores implícitos dos editores - Os editores também têm os seus leitores implícitos, isto é, aqueles aos quais a revista se destina. Muitas vezes, a definição desses leitores está relacionada com interesses mercadológicos e/ou políticos e/ou intelectuais. Podem ser identificados pelas concepções paradigmáticas dos artigos e pelas divisões da revista.

Podem-se determinar algumas relações entre o que é editado pela revista e seus leitores, em uma dupla análise: com as relações tratadas em duas direções distintas.

Obra impressa / leitor = determina a influência da obra sobre o meio social

Leitor / obra impressa = quais obras têm importância na construção de uma determinada visão de mundo para um grupo específico – obras que influenciam o grupo social pretendido.

Etapas metodológicas

Com base nos pressupostos metodológicos apresentados acima, desenvolveu-se uma linha de pesquisa para investigação, tendo como fonte primária a Revista de Cultura Vozes:

1. Reconstrução da história do editor/patrocinador: Editora Vozes.
2. Apontamento da periodicidade na qual a revista circulava. Por este caminho, apontar quantas revistas eram publicadas por ano e se esse número se manteve constante.

3. Identificação das divisões da revista, ou seja, suas partes. Análise do sumário de cada número, detectando se havia divisões, quantas eram e se a divisão era sempre a mesma.
4. Verificação se a revista sofria modificações gráficas em razão dos conteúdos por ela divulgados e perceber se isso ocorria em períodos definidos. Para este estudo, é necessário proceder a uma investigação do formato da revista, bem como sobre a disposição dos elementos gráficos da capa, contracapa e seções.
5. Determinação se a revista contava com editorial. Se esse aspecto for identificado, determinar a partir de quando isso aconteceu, e se a presença de editorial se manteve em todos os números da revista no período delimitado entre 1961 e 1969.
6. Identificação dos temas que foram resumidos da revista *Documenta*⁵.
7. Identificação das diferenças temáticas entre as seções da revista. Ao realizar este procedimento metodológico, tem-se como objetivo detectar se existia uma linha editorial comum às matérias de uma mesma seção, e qual era essa(s) linha(s).
8. Em cada publicação mensal, exame dos aspectos gerais encontrados nas diversas partes da revista (capa, contracapa, página de rosto, páginas destinadas à publicidade, editorial).-Em um segundo momento, seleção e leitura das matérias.

⁵ “A Revista Documenta, editada desde 1962, é uma publicação do Conselho Nacional de Educação e tinha por objetivo divulgar Pareceres, Resoluções, Indicações e Portarias do CNE, bem como a Legislação Federal concernente à educação.” (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2006)

9. Perceber se eram sempre os mesmos autores das matérias, ou se os escritores se renovavam a cada edição. Igualmente, identificação se existia um quadro fixo de autores que se revezam, ou se a escolha era aleatória, conforme a conveniência dos colaboradores e/ou editores.
10. Identificação se o conteúdo e os temas dos livros anunciados para venda pela editora serviam para reforçar a ideologia apontada nas matérias, por meio do exame das capas de fundo e apêndices promocionais.
11. Identificação da tipologia dos artigos publicados: se possuíam as características de artigos científicos ou não, e se seguiam padrões, tinham bibliografia apontada, normas de publicação etc.

Inicialmente, ainda na fase de planejamento de ações, definiu-se que, na leitura das matérias, com temáticas voltadas para o Ensino Superior, já previamente selecionadas nas *Fichas para catalogação*, buscar-se-ia relacionar os seguintes aspectos – categorizados por Rothen (2004):

- Identificar os problemas considerados legítimos pelos autores que publicavam na revista;
- Identificar os princípios básicos não problematizados;
- Identificar os momentos nos quais houve necessidade de obter consenso sobre algum dos princípios básicos;
- Identificar a articulação teórica com as proposições que divergiam do paradigma vigente nas recomendações do Vaticano; (modificado em função do objeto)

- Identificar as soluções aceitas para os problemas apresentados.

Esse procedimento serviu para apontar uma direção inicial, apesar de não ter sido considerado como norma, na fase de elaboração da discussão sobre os resultados obtidos. Mas não se pode descartar a sua utilização na análise inicial feita das matérias selecionadas para o trabalho. Por exemplo, no caso de artigos que legitimavam a *Educação Superior Confessional* em detrimento daquela defendida pelos escolanovistas, tal procedimento metodológico se fez presente, porém, por vezes, não se apresentando de forma clara e visível.

Não é tão difícil admitir a força que emana de uma publicação, ou seja, o poder de disseminação de idéias que um grupo detém ao “elaborar” e distribuir um periódico – com prestígio e ampla aceitação, como é o caso da Revista de Cultura Vozes.

Estrutura da dissertação

Esta dissertação será estruturada em partes, que no intuito de melhor tratar o tema, que foram ordenadas como apresentado a seguir:

Iniciando o texto, dedicar-se-á uma sessão deste trabalho (**capítulo I**) para o estudo das concepções de universidade – *Idéia de universidade*. A intenção deste está na explicitação de alguns princípios que norteiam as universidades e a caracterização de alguns modelos, buscados principalmente em *Humboldt* (Alemanha), *Napoleão* (França) e *Newman* (Inglaterra). É possível que, por meio dessa discussão, se possam perceber as concepções para a educação superior que permeavam o discurso de um ponto de vista **católico** na década em questão.

A seguir, no **capítulo II** será feita uma panorâmica sobre o contexto histórico da educação superior naquele momento, quando se assistiu ao Golpe Militar de 1964, e a conseqüente instauração da Ditadura no Brasil, com a perda das liberdades democráticas, até o final da década. Com esses eventos, as relações sociais e políticas se redesenham. A mobilização de amplos setores da população, as ações do governo e a postura da intelectualidade e do grupo eclesiástico - profissionais da educação católicos - tenderam a se expandir, apesar da repressão.

No que concerne à educação superior, neste capítulo, também serão tratados, especificamente, os temas: influências externas na educação nacional (Atcon e acordo MECUsaid), propostas governamentais para a educação (Meira Mattos e GTRU), a LDB de 1961, os Decretos-Lei de 1966 e 1967, Reforma Universitária de 1968, lutas e mobilizações estudantis neste contexto.

As duas sessões subseqüentes (**capítulos III e IV**) discutirão a evolução e as influências sentidas pelas diferentes teorias pedagógicas a partir da República – Teorias Pedagógicas e Trajetória Católica. O ideário liberal confrontado com o **ideário católico**.

De um lado, os ícones do movimento liberal - Anísio Teixeira, Florestan Fernandes, Fernando Azevedo, entre outros. Na outra vertente, destacamos, entre outros representantes da intelectualidade católica, Dom Leme e Alceu Amoroso Lima. Um, representante da cúpula eclesiástica, o outro, um intelectual que sempre trazia em sua bandeira o ideário educacional católico, desde a sua conversão ao catolicismo em 1928.

A trajetória da postura católica, sempre buscando se inserir no debate educacional e suas diferentes linhas de ação também serão apresentados historicamente. Eventos representativos, que em diferentes épocas produzem novas diretrizes à atuação

católica serão trabalhados. Entre eles: o “manifesto dos educadores da escola nova”, em que se inicia o debate entre o laico e o católico ainda em 1932; as discussões para a LDB/61 que principiam em 1948; o Concílio Vaticano II (1962 – 1965), que traz a visão educacional de homem como “*sujeito social*”; em março de 1964, o Golpe Militar com a perspectiva repressora que se instaura posteriormente; a Conferência Episcopal Latino-americana (CELAM), em 1968, Medellín que aponta novos caminhos para a *educação católica*; a terceira conferência do CELAM, em Puebla, que reforça a dimensão da ‘*educação libertadora*’; a Reforma Universitária de 1968 com suas diferentes matizes expansionistas e privatizantes etc.

Na seqüência, no **capítulo V**, será ouvido o maior ícone da intelectualidade católica, do século XX: Alceu Amoroso Lima. Apesar de sua tardia conversão ao catolicismo, em 1928, sua trajetória, a partir daí, se pautou na defesa das instituições educacionais católicas. Por meio de um ensaio seu “O Espírito Universitário” (1959), intencionou definir perspectivas católicas que apontassem princípios para o Ensino Superior. Mas a discussão foi além: mostrou pressupostos, características e modelos de Universidade por meio dos quais se pudesse vivificar o Espírito Universitário Cristão.

A história da *Editora Vozes*, desde a sua gênese na Escola Gratuita São José, o lançamento e evolução da Revista de Cultura Vozes (1907), no **capítulo VI**, serão contados e acompanhados no sentido de analisar e compreender a sua atuação empresarial, educacional, política e religiosa. Os desdobramentos da Editora e da Revista – desde 1901 até a década de 1960 -, com seus fatos mais marcantes evidenciados. Aspectos importantes sobre a sua história, seu posicionamento, opiniões de pesquisadores a respeito da trajetória da revista serão abordados e discutidos neste capítulo.

Finalmente, o capítulo VII apresentará os resultados da pesquisa. Nele, com o título “Audição das Vozes Católicas”, serão mostradas as concepções expressas na Revista de Cultura Vozes. Mediante a análise das matérias selecionadas, as percepções acerca dos saberes nelas contidos serão levantadas e compartilhadas com os leitores deste.

1 EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA BREVE IDÉIA DE UNIVERSIDADE

O foco deste estudo encontra-se nas concepções de *Ensino Superior* presentes na *Revista de Cultura Vozes*. A preocupação principal desta pesquisa está, pois, centrada neste nível de ensino: Ensino Superior. Tecendo algumas discussões no decorrer do texto que se segue, buscou-se realizar uma panorâmica sobre o tema. Para tal, nesta primeira sessão, discorrer-se-á sobre o ensino superior brasileiro sob a ótica de seu histórico, função, modelos etc.

No que tange aos objetivos perseguidos pela formação universitária brasileira, desde a instauração das primeiras faculdades no Brasil, fica uma grande indagação, pois a realidade concreta se encontra distanciada do que foi idealizado para o Ensino Superior brasileiro. Estevão de Rezende Martins (2000) propõe que a formação buscada pelas Instituições de Nível Superior pode ser, em nível didático, colocada sob dúbia função. Ele apresenta um contraponto entre a *formação utilitarista* e a *formação humanista*. A “formação universitária” traz, em seu interior, uma grande interrogação: Qual a sua finalidade? Esta crise de identidade pode ser, em parte, creditada às diferentes tendências pedagógicas⁶ (MORAIS, 1995) (MARTINS, 2000), que diferentes grupos (escolanovistas e católicos especificamente) empunhavam como bandeiras, por exemplo, *a liberal, a tradicional e a libertadora*. Estas vão se inserindo nos debates em torno do Ensino Superior, alternando-se no aspecto de predominância e, como efeito,

⁶ As diferentes tendências ou correntes pedagógicas serão mais bem discutidas nos capítulos III e IV, já que configuram um rico campo de investigação para perceber a influência exercida por pessoas ou grupos que buscam criar saberes e disseminá-los com objetivo de conseguir maior alcance e avanços na legislação.

também nos diversos ‘usos’ engendrados pelos discursos do poder tendo em vista a formação universitária.

Para entender esse aspecto, este capítulo objetiva situar o leitor, de forma sumária, quanto às influências recebidas pelas primeiras experiências de ensino superior no país. Para tanto, inicialmente, far-se-á um breve histórico da educação superior européia e, em seguida, apresentar-se-á o processo de implantação da educação superior no Brasil.

Na construção deste capítulo, valer-se-á, além de outras obras e autores, principalmente de dois textos de Anísio Teixeira: o primeiro, o seu depoimento (1968) à Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados, encarregada de examinar a estruturação do ensino superior do país, por ocasião da Reforma Universitária de 1968 (Lei 5.540/68); o segundo, o texto (1989) intitulado “O Ensino Superior no Brasil: Análise e Interpretação de sua evolução até 1969”, no qual ele trata do Ensino Superior no Brasil descrevendo a sua trajetória até 1969.

1.1 Primórdios da universidade e algumas considerações sobre as conflitantes concepções de universidade a partir do século XIX.

Os primeiros registros de universidade foram datados nas alturas dos séculos XI e XII. Os cursos de Teologia, Medicina, Direito e de Artes, como pré-requisitos para os demais, já eram oferecidos ainda na Idade Média. Anísio Teixeira (1968, p. 28) nos traz alguns antecedentes históricos acerca do surgimento da universidade, por ele caracterizada como “instituição central (...) em busca da ciência, inserida na sociedade (...) que se transforma na grande força de promoção da cultura e do desenvolvimento econômico”.

A instituição universitária, que pode realmente ser considerada medieval, fez a sistematização da chamada “cultura ocidental”, elaborando um extraordinário trabalho de “unificação intelectual do pensamento humano.” (TEIXEIRA, 1968, p. 21)

Mas essa instituição pecava por seus princípios e organização, quando tentava se manter-se à margem da vida social. Com o seu conjunto de preceitos, a universidade solidificou-se e tornou-se rígida, conservadora e fechada em si mesma. A velha instituição medieval ocupava-se em defender-se dos ares *renascentistas e reformistas* do século XV até finais do século XVIII.

Nos finais do século XVIII, “a sociedade entra de novo em fase de grande transformação”; (TEIXEIRA, 1968, p.22) fenômeno que veio se configurando desde o século XVI. A essa altura, a universidade já se encontrava em completa decadência, pois tentava manter-se fechada em si mesma e buscando permanecer fora dos novos debates nos quais toda a sociedade se colocava.

Essa, como instituição medieval, precisava recompor-se e deixar que o sopro renovador das novas idéias se infiltrasse. Concepções e visões de mundo e sociedade vieram abaixo, com o advento do *Iluminismo*⁷ – no século XVIII.

No século XIX, pode-se considerar a instauração do Estado Moderno. Com a *Democracia Liberal*, o homem, agora *Cidadão*, ganhava importância e foco. (SANTOS FILHO, 2000) Para além do *humanismo teocêntrico* – em que Deus se encontrava no centro de tudo –, é posto o *humanismo secular*, com a busca da melhor

⁷ O Iluminismo, ou esclarecimento (em alemão Aufklärung, em inglês enlightenment), foi um movimento intelectual surgido na segunda metade do [século XVIII](#) (o chamado "século das luzes"), que enfatizava a razão e a [ciência](#) como formas de explicar o [universo](#). Foi um dos movimentos impulsionadores do [capitalismo](#) e da sociedade moderna. Foi um movimento que obteve grande ressonância nos países protestantes e lenta, porém gradual influência nos países católicos. (WIKIPÉDIA, 28/08/2007b)

formação do indivíduo para que ele – como figura central – pudesse usufruir sua vida com plenitude.

Especialmente com Diderot (1713 – 1784), já sob influência do *Enciclopedismo*⁸, que se colocava inserido ao *Iluminismo*, foi pensado o inédito “Plano de uma universidade”. Pode-se supor que esse foi o primeiro momento em que a preocupação com o planejamento e a organização específicos da universidade foram sistematizados. (ARAUJO, 2006)

Dentro desse contexto de busca pelo aperfeiçoamento, no final do século XVIII e início do século XIX, se é que assim se podem expressar os anseios pela realização da humanidade, os norteamentos filosóficos e políticos, de uma perspectiva *Iluminista*, construíram a primeira idéia de *Progresso*. (ARAUJO, 2005)

Assim, a *Educação* atrelada ao *Progresso*, fruto da influência *Iluminista* é discutida por José Carlos Araujo (2005), que se baseia em Kant (1724-1804) e Condorcet (1743-1794). Com a articulação de três conceitos chave: “espécie humana, progresso e disposições naturais”, é possível explicar a relação *Educação / Progresso*. Esta relação, segundo ele, somente acontece na perspectiva da totalidade dos seres humanos, ou seja, em toda a sociedade e não nas individualidades.

Perseverando nessa discussão, Araujo (2005) ainda discute a relação *Educação / Progresso*, na perspectiva civilizatória. Fazendo, dessa forma, uma interligação entre os termos: a idéia de que é pela *educação* atrelada ao *progresso* que o homem pode atingir um nível ideal de *civilidade*:

(...) tal ideário em torno do progresso que implica umbilicalmente a educação do homem, individual e coletivamente, mas sempre

⁸ É preciso perceber que o ideário das *Luzes*, que pode ser pensado como ‘*iluminar, tirar das sombras*’ tem no *enciclopedismo* um forte aliado na tentativa de *cientifização*. (ARAUJO, 2006)

vinculado à perspectiva civilizatória potencializada pelo progresso, se configura energicamente como norteamento, em que a ilustração se torna um instrumento para a realização civilizatória da humanidade. (ARAUJO, 2005, p. 6)

A instauração da *Modernidade*, a essa altura, aconteceu influenciando a forma de se ver o mundo. As relações entre capital humano e progresso tinham uma grande força. Neste sentido, o Ensino Superior teria a função, como se diria hoje, de preparar o capital humano para um fim almejado: forjar mão-de-obra que se responsabilizasse pelo desenvolvimento dos países.

Percebe-se, assim, a perspectiva utilitária para o Ensino Superior, agora, com concepções de universidade pautadas em *modelos funcionais*⁹.

Apesar de a Universidade de Paris ter tido grande destaque na Idade Média, ela não conseguiu se manter e desapareceu após cair em decadência. A nova *Universidade Francesa* veio ao encontro da idéia de Progresso. Ela se renovou e renasceu com uma nova visão de mundo em sintonia com os criadores de uma ideologia político burguesa.

A Universidade, na França, foi institucionalizada na época de Napoleão, tendo recebido ampla influência da Revolução Industrial. (RIBEIRO, 1969). A organização institucional, desde então, baseou-se em Faculdades Isoladas, com a finalidade de profissionalização. A substituição do *humanismo cristão* pelo *humanismo científico* permitiu naquele momento, na França que se valorizassem:

- Os direitos sociais dos cidadãos.
- O saber científico e tecnológico.

⁹ Por *modelos funcionais* podemos entender a universidade com sua razão de ser em busca de uma *função*, ou seja, com claros objetivos práticos para seu funcionamento. Uma forte função atribuída a formação universitária seria de colaborar para o progresso e desenvolvimento das nações.

- O conhecimento como melhoria do resultado para o trabalho.

Em contraposição à visão medieval, Napoleão Bonaparte¹⁰ (1769-1821) implantou um modelo de universidade inspirada na concepção profissional, na perspectiva funcional de universidade (RIBEIRO, 1969, p.52). Assim, o modelo francês pode ser classificado como *profissionalizante*.

O modelo Francês, apesar da forte influência que teve na história das universidades, não foi o único a ser proposto e implementado. Em sentido inverso a Napoleão, o Cardeal John Henry Newman¹¹ (1801-1890) idealizou uma universidade onde a formação humana viesse a suplantar a formação utilitarista, tendo Deus no centro, numa perspectiva religiosa, pela qual a educação deveria submeter-se às leis de Deus. Como filósofo, Newman apresentou uma concepção transcendentalista, isto é, em uma visão religiosa, todas as coisas se colocariam na dependência de um “poder superior”, o poder de Deus. (MORAIS, 1995) (RIBEIRO, 1969)

Outro modelo de Universidade foi o proposto por Von Humboldt¹² (1767-1835), que apresentou uma concepção imanentista, no sentido de que seria possível o avanço na ciência, por iniciativa do próprio homem, independente da vontade de Deus. (ARAÚJO, 2005) (ROCHA, 1997)

¹⁰ Napoleão, Imperador da França por quinze anos, é considerado um dos chamados “monarcas iluminados”, que tentaram aplicar à política as idéias do movimento filosófico chamado Iluminismo ou Aufklärung. (WIKIPÉDIA, 20/08/2007a)

¹¹ O Cardeal Newman defendia que o catolicismo deveria buscar uma conciliação com os valores positivos da modernidade sem abandonar o compromisso com a verdade, sendo, assim, um precursor do Concílio Vaticano II. No campo pedagógico, Newman defendia que o saber é um fim em si mesmo, pois toda espécie de saber traz sua própria recompensa. “A função da universidade, nesta perspectiva, não seria a de formar profissionais específicos, deveria promover a formação integral da pessoa”. (WIKIPÉDIA, 20/08/2007b)

¹² Alexander von Humboldt foi descrito como naturalista, botânico, zoologista, autor, sociólogo... Mas sua principal colaboração para a Educação Superior foi o projeto de universidade por ele idealizado, numa perspectiva funcional. A universidade humboldtiana, na Alemanha, tornou-se referência em todo o mundo, influenciando a forma de se pensar a universidade. (HUMBOLDT, 20/12/2007)

Anísio Teixeira, em seu depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito de 1968, ampliou esse debate, trazendo a panorâmica de como ocorreram, por conta dos debates *iluministas*, na passagem dos séculos XVIII e XIX, as duas percepções de universidade que, aparentemente, se antepunham à perspectiva teológica e, por isso mesmo, teriam visões distintas em relação à função da universidade:

Em meados do século XIX, concebia Newman uma universidade de cultura geral literária e humanística, que iria reproduzir as universidades de Oxford e de Cambridge, que, por sua vez, haviam nascido da universidade de Paris, que fora a grande universidade da Idade Média. Cinquenta anos depois, a Universidade de Humboldt, destinada à pesquisa e à ciência, revia o conceito de Newman. Observem bem V. Exas. Como no século XIX entram em conflito dois conceitos de universidade. (ANÍSIO TEIXEIRA, 1968)

A terceira vertente, no que concerne às concepções de universidade, a nova universidade francesa implantada por Napoleão com finalidades sócio políticas, comungava com a universidade alemã na sua vocação *funcional*. Visando à “estabilidade política do Estado” (DREZER, 1983), o modelo francês, que teve seu impulso após a Revolução Industrial, almejava a formação técnica profissional para melhor qualificar os seus quadros profissionais.

Ao colocar esses debates, que sucediam na virada do século XVIII para o XIX, Régis de Moraes (1995) declara que, em se tratando de elites intelectuais e universidade, seria possível supor que “os câmbios de mentalidade” tenderiam a acontecer em caráter universal.

A seguir, far-se-á uma pequena passagem pelos caminhos trilhados pelo Ensino Superior no país, no intuito de perceber como foi idealizada a educação universitária brasileira. Com relação às similaridades e notas diferentes, será pensada a relação entre o Brasil, demais países vizinhos e a importação de concepções européias de Ensino Superior.

1.2. A educação superior no Brasil

Pela história do Brasil e pelo desdobramento da construção do país como nação, podem-se detectar fatores que marcaram o ensino superior. Apesar de se ver inserido em um amplo contexto global, assemelhando-se a outros sistemas mundiais, o ensino superior brasileiro possui algumas características peculiares – e nem sempre louváveis –, fruto de seu histórico próprio.

O aparecimento tardio da universidade, no Brasil, é apontado por Anísio Teixeira (1989) como fruto de uma política da Metrópole, de transplantação cultural equivocada. A universidade de Coimbra servia como pólo formador da elite portuguesa, tanto nascida em Portugal, quanto de portugueses nascidos além mar.

Nessas circunstâncias, o Brasil, pela colonização que teve, só veio a constituir universidades em 1920 (MORAIS, 1995), com a fundação da Universidade do Brasil ou URJ (Universidade do Rio de Janeiro). Até mesmo se tratando de países da América Latina, percebe-se que a evolução da universidade brasileira, sua origem e desdobramento seguiram um padrão específico e diferenciado.

A colonização deu-se com base em dois amplos projetos: um deles era a *exploração das riquezas*, com fins comerciais, e o outro *católico-cristão*, empreendido pelos jesuítas, com fins educacionais (leia-se também controle e dissipação da cultura indígena e, por outro lado, o papel de formação do clero e da elite dominante). Esse duplo projeto colonizador tornou-se uno com a expulsão dos jesuítas no século XVIII e o fracasso relativo de seu programa. (TEIXEIRA, 1989, p.56) Aplica-se, aqui, o termo relativo, porque é sabido que a catequização e a educação advinda dos jesuítas enraizaram-se na cultura nacional e, como será discutido no decorrer deste texto, a

pedagogia tradicional, marcada por notas católico-cristãs, influenciou, e até hoje influencia, a formação do povo brasileiro.

No período da colonização do Brasil, políticas voltadas para a centralização foram adotadas com o intuito de aumentar cada vez mais o poderio de Portugal em relação aos demais países da Europa que faziam oposição uns aos outros na busca de maior riqueza e controle comercial. A política educacional seguia essa mesma linha, separando em castas a elite eclesiástica e os letrados. Ao povo não era interessante dar formação e instrução. A educação era privilégio e propriedade da elite branco-católica. À Igreja católica, foram entregues a educação e o poder de transplantação da cultura ibérica à Colônia. Anísio Teixeira assim comenta esse fenômeno de *transplantação cultural*:

(...) havendo em ambos os lados do Atlântico, uma mesma estrutura intelectual e uma mesma compreensão da vida e dos seus problemas, mantida a Metrópole como centro originário dessa cultura. (1989, p. 61)

Como havia a necessidade de ocupar e explorar o imenso território, o projeto comercial para a Colônia, tomou o caráter de um complexo sistema *superiormente organizado*. Sua implantação acontecia com vistas a sistematizar a administração, a defesa, ocupação da terra e educação.

O cerceamento do espírito cultural próprio do Brasil se deu de forma planejada. Além de impedir a liberdade e identidade cultural, paralelamente pela estrutura eclesiástica, alcançou seus objetivos de expandir o catolicismo às terras da América. Anísio Teixeira caracteriza, da seguinte forma, a política portuguesa:

O poder monárquico, para impedir qualquer desenvolvimento autônomo da terra brasileira, fecha suas fronteiras, torna obrigatória a naturalidade portuguesa de seus funcionários, monopoliza o comércio e nega permissão em suas terras para a **fábrica**, a **tipografia**, a

imprensa e a **universidade**, pondo assim a Colônia em tão estreita dependência da Metrópole, que ela afinal, de certo modo, se integra – com a sua nobreza, o seu clero e o grupo de burocratas e letrados todo ele formado na Metrópole – ao pequeno e poderoso Portugal. (TEIXEIRA, 1989, p. 56)

O quadro social brasileiro não conseguia sair de uma imobilidade planejada pela transplantação cultural. Teixeira (1989) e Ribeiro (1986) vão ainda mais longe e afirmam que a cultura transplantada já estava em decadência e em oposição a quase todo o continente europeu, que se abria a novos ares. Como crescer e desenvolver-se se havia a proibição para as instituições capazes de promover a mudança cultural: pela tipografia e universidade, ou seja, se proibia-se a **imprensa** e o **livro**? (TEIXEIRA, 1989, p. 58-9)

A sociedade aqui implantada restringia o conhecimento a alguns poucos eleitos: a elite branca, que se constituía de clero e nobreza. Era, assim, uma sociedade de *cultura oral*, anterior à palavra impressa. Este quadro de experiência social única perdurou mesmo após a Independência. A imobilidade da Igreja e do Estado era reforçada pela educação fundada na *cultura oral* em contraste com a *cultura tipográfica*. Neste sentido, por meio da “educação faz-se o processo para assegurar os privilégios de uma ordem social fechada, imóvel e rígida”. (TEIXEIRA, 1989, p. 58)

Assim, desde a transmigração da família real, que criou os cursos médicos em 1808; até a “formulação final de uma idéia de universidade” brasileira transcorreram mais de um século e meio. A ausência de um projeto universitário sério para o país faz-se sentir na evolução de nossas universidades, assim descrita por Teixeira:

A primeira universidade, em 1920 [foi] seguida posteriormente da Universidade de Minas Gerais. Na década de 30, surgem em 34 e 35 dois projetos mais ambiciosos de universidade, a de São Paulo (estadual) e a do ex-Distrito Federal. Esta é logo extinta, e a de São Paulo, com a do Rio de Janeiro (federal) reestruturada no modelo de São Paulo, em 1937, mantêm-se, representando novo esforço para

firmar verdadeiros padrões universitários. (...) Ao iniciar-se a década de 1960, ressurgiu a idéia de universidade, retomando o espírito da década de 1930. Surge, dentro de um modelo adequado, a Universidade de Brasília, [1961] criada no mesmo momento em que se elaborava a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a qual, entretanto, não consagrava estruturas idênticas à daquela universidade. (...) Em 1966 e 1967, promulgam-se afinal os decretos-leis no. 53 e 252, que estendem os conceitos e a estrutura da Universidade de Brasília às demais universidades federais do país. (1989, p. 92-3)

Em 1808, com a fuga da família real de Portugal, que fora invadido pelas forças francesas, chegou o Príncipe Regente – D. João - à Bahia. Apesar das solicitações inicialmente de uma *universidade literária* e, posteriormente, repetidos e numerosos apelos para a criação da *universidade no Brasil*, houve sempre, segundo Teixeira (1989) uma “recusa direta ou silêncio e indiferença”. (p. 67)

Por essa época, o Príncipe Regente D. João, futuro D. João VI, criou:

- Escola de Cirurgia e Anatomia, hoje, Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia, em 18 de fevereiro de 1808.
- Segundo curso de Anatomia e Cirurgia, hoje, Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 02 de abril de 1808.
- Academia de Guarda Marinha, em 1808 e em 1810, a Academia Militar, que se transformou em Escola Central, depois, Escola Politécnica, hoje, Escola Nacional de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Em 1814, o curso de Agricultura e, em 1816, a Real Academia de Pintura, Escultura e Arquitetura.

Após a Independência do Brasil, quase nada foi modificado em função do acesso à educação como instrumento de mudança. A Independência tratou de conservar o poder que antes estava nas mãos dos portugueses nascidos em Portugal para os

portugueses nascidos no Brasil. (TEIXEIRA, 1989) A nação, já independente se estabilizava, não havendo conflito político, o caráter de acomodação prevalecia e se mantinha a estrutura de desigualdade social: a mesma estrutura social, racial, política e educacional.

Depois da Independência, o Imperador D. Pedro I implantou:

- Cursos Jurídicos em São Paulo e Olinda (Pernambuco), em 11 de agosto de 1827.

Na menoridade de D. Pedro II, criaram-se:

- A Escola de Minas e Metalurgia em Ouro Preto, em 1832, esta somente foi instalada 34 anos após a criação.
- Em 1839, a Escola de Farmácia, em Ouro Preto.

Até a Proclamação da República (1889), foram essas as escolas superiores oficiais que teve o Brasil¹³. Somente na última fala do trono, 80 anos depois da criação da primeira escola superior, foi que o imperador reconheceu a necessidade de estabelecer as bases da universidade brasileira. Fez, então, uma “tardia e frouxa” recomendação de que fosse implantada uma no Norte e outra no Sul do país, o que não se concretizaria nem mesmo com a República. (TEIXEIRA, 1989, p. 72)

Darcy Ribeiro (1991) traz um dado que reflete a carência da existência de universidades no Brasil nesse período e verifica “quão reduzido era o pessoal de nível superior de que dispunha o Brasil para dirigir sua vida independente”. Ele atribui o fato

¹³ Também revestiu-se de importância a criação do Imperial Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, em 1837.

de um progresso muito lento do país nas décadas seguintes à República a esse limitado número de pessoas capacitadas a alavancar o desenvolvimento nacional:

Quando a República foi proclamada (1889), havia apenas cinco faculdades, duas de Direito (São Paulo e Recife), duas de Medicina (Bahia e Rio) e uma Politécnica nesta última cidade. A matrícula destes estabelecimentos somava 2.300 estudantes. (p. 90)

Anísio Teixeira analisa essa “preferência” por escolas profissionais em detrimento de um ensino superior ancorado em universidades. Ele discute alguns porquês de não se implantarem universidades no Brasil e, em seu texto, faz algumas considerações apesar de não chegar a uma conclusão. A estas considerações somam-se outras apontadas por Alceu Amoroso Lima (1959) e Darcy Ribeiro (1986 e 1991) como importantes para a gênese e caracterização do ensino superior brasileiro:

O Brasil, durante quatro séculos, se absteve de possuir uma universidade. Este hábito parece criar uma *tradição antiuniversitária* que solidificou dois pontos: I a *solução substitutiva* de escolas superiores profissionais isoladas e independentes e II argumentos positivistas se sobrepõem identificando a universidade com as *formas obsoletas da cultura medieval*. (TEIXEIRA, 1989, p.67)

O confuso sentimento de incapacidade e inferioridade em relação às iniciativas externas apontou para que se buscasse a solução *compensatória* de Escolas Profissionais. Desde a Colônia, a elite habituou-se à formação superior da Metrópole¹⁴. Porém, na expectativa de que elas pudessem fornecer os valores da cultura desinteressada que verdadeiramente somente a universidade poderia promover¹⁵.

A moral e a tradição brasileira se encarregavam de construir uma realidade concreta que não se conjugava com os *ideais almejados*. “Os valores almejados e formalmente admitidos não [são] valores incorporados e próprios da cultura local, mas

¹⁴ Nessa universidade, de Coimbra, desde o descobrimento, em três séculos, foram graduados “mais de 2.500 jovens” portugueses nascidos no Brasil. (TEIXEIRA, 1989, p. 65)

¹⁵ As escolas profissionais e isoladas se viam impregnadas com a “miragem da tradição universitária”, juntamente com a tradição do espírito universitário herdado dos colégios reais e da Universidade de Coimbra. (TEIXEIRA, 1989, p. 79)

valores de ‘outra’ cultura”. A implantação da cultura *desejada* (TEIXEIRA, 1989, p. 69) se somava ao expediente da *importação* cultural. (RIBEIRO, 1986)

A construção de um *espírito universitário* (LIMA, 1959), próprio de uma nação, não pode se dar por meio de reprodução ou transplantação de outras culturas. O objeto e o foco do ensino superior deve ser o seu país e a serviço dele.

1.3. A Educação Superior como instrumento de poder a partir da década de 1920¹⁶

Nos anos de 1920, o país vivia um período de intensa efervescência cultural com o acontecimento da *Semana de Arte Moderna* – que revolucionou todos os padrões artísticos da época. Havia, também, intensa agitação política, foi fundado o *Partido Comunista* e aconteceu o *Movimento Tenentista*. Com o *aparecimento do rádio* em 1922, emergia uma nova forma de pensar as relações sociais, e a dissipação das informações se acelerava. (ARAÚJO, 2006)

Com respeito ao ensino superior, também surgiam novas perspectivas. O movimento liberal para a educação trazia nomes de peso em seu grupo. A *fundação da ABE (Associação Brasileira de Educação)* representava importante fato para a solidificação do ideário liberal para a educação superior. Em 1932, a base desta associação lançou o histórico “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova”

Em oposição, a ala católica de educadores, endurecia suas posições na busca pelo seu espaço de influência no ensino superior. A intelectualidade católica, tendo como um de seus mais expressivos líderes D Sebastião Leme, fundou o *Centro D. Vital*

¹⁶ Esta década será mais bem discutida no capítulo III, que trata das teorias pedagógicas; bem como os fatos e nomes marcantes da época.

e a revista *A Ordem*. Estes dois últimos, após a morte de Jackson de Figueiredo, teriam como guia a referência católica nacional Alceu Amoroso Lima.

Entre os anos 1920 e 1930, a perspectiva liberal para o ensino superior tomou fôlego e com o Inquérito de Fernando de Azevedo e o Manifesto da ABE há uma disseminação da Escola Nova – que considerava os aspectos biológicos psicológicos e sociais para a educação - nos estados. (ARAUJO, 2006)

Com a ditadura e a implantação do Estado Novo por Getúlio Vargas 1937, a pedagogia tradicional católica rearticulou seu espaço junto ao poder. As decisões voltavam a passar pelo crivo da intelectualidade eclesiástica. (TEIXEIRA, 1989)

Os grupos católicos retomavam sua força e, enfim, fundaram, em 1946, a primeira instituição de ensino superior confessional: a atual Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Seguida, posteriormente, da criação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Foto 01)



Foto 01. Vista de um dos prédios administrativos da PUC/MG
(Divulgação – PUC/MG)

1.4. Questionamentos na busca de soluções

Alguns questionamentos se fazem necessários em relação à universidade brasileira. Nesta fase inicial do trabalho, levantaram-se concepções e preocupações ante

o papel exigido do ensino superior (universidade) e aos desafios cruciais que se apresentam.

Os autores utilizados, Lima (1959), Martins (2000), Morais (1995), Ribeiro (1986) e Teixeira (1989) comungam com a afirmação de que é no interior do meio universitário que o sentimento de crise se agiganta. E não poderia ser diferente.

Todos eles apontam questões que, em diferentes momentos históricos, parecem ainda atuais, no sentido de que é no *interior das universidades*, com respeito à multidiversidade, num diálogo constante com os demais atores sociais, é que advêm a formação e a preparação profissional de um povo para a saída (ou fuga) da crise social, econômica e tecnológica que reforça a inferioridade e a dependência externa:

12. Utilizando a expressão atemporal de Alceu Amoroso Lima (1958), “ainda não temos universidades em sentido autêntico”, põe-se a questão: qual seria então o “nosso espírito universitário”? Será que este foi realmente construído ou vem através dos anos reproduzindo-se, transplantando-se, importando e, enfim, autoritaria e acriticamente deglutindo a seco um modelo de universidade que não é nosso, nem nunca foi?
13. A lacuna deixada, desde a colonização, pela política de educação, incluído o ensino superior, em que imperava a ausência total de um projeto nacional, voltado para a formação de uma cultura superior nacional, já foi preenchida? (TEIXEIRA, 1989) Ou apenas algumas iniciativas isoladas buscaram saídas para este vazio?
14. Teixeira (1969), concordando com Ribeiro (1991), indaga se, naqueles anos (década de 1960), a sonhada reforma universitária representou uma imensa

promessa ou um real perigo? E pondera que a expansão deveria ter sido tratada com cautela, pois poderia ocasionar a perda do que é distintivo entre as diferentes culturas.

15. Existe, no nosso Brasil, realmente uma universidade pensada e refletida a partir do seu interior e, ao mesmo tempo, interagindo com os demais atores sociais? (RIBEIRO, 1986 e 1991)
16. A missão da universidade passa pela perspectiva de sua função social, da necessidade de edificação da cultura de um povo, ou deve atender às necessidades de crescimento da nação?
17. A formação humana, cultural, científica se encarrega de cumprir o papel atribuído à universidade ou o que importa mesmo é a profissionalização para atender à demanda da sociedade?
18. Em que medida a profissionalização oferecida pelas faculdades realmente capacita os egressos para que cumpram o seu papel de alavancar o crescimento da nação. Ou será que este ensino superior se encarrega mesmo é de reforçar o caos social e a crônica dependência econômica?

Com tantos questionamentos levantados, na intenção de apontar caminhos para a universidade brasileira, no sentido de que os projetos para o ensino superior sejam idealizados e se tornem realidade, na próxima sessão, buscou-se tecer um panorama da década de 1960 em relação ao contexto sócio político e educacional da época. Com suas particularidades no que concerne à Educação Superior, discutir-se-ão as ações empreendidas pelo governo militar, no propósito de estender os seus braços e controle sobre a universidade brasileira.

2 CONTEXTO SÓCIO POLÍTICO DA DÉCADA DE 1960.

Muitas turbulências foram sentidas pelo sistema educacional brasileiro nos anos de mil novecentos e sessenta. Este período torna-se especialmente diferenciado, pois a política estatal no Brasil sofreu drásticas modificações: em março de 1964, assistiu-se a um Golpe Militar os Atos Institucionais foram decretados¹⁷ (os já bem conhecidos AI), buscando sedimentar essa política. Na fala de Luiz Fernandes Dourado: “No início da década de 1960, há uma intensificação da busca por uma redefinição das alianças de classes, sob o manto do modelo nacional desenvolvimentista”. (2001, p. 39)



Foto 02. Mobilizações populares e estudantis. A polícia montada para reprimir. (PONTES & CARNEIRO, 1968)

¹⁷“Os golpistas, auto denominados revolucionários, assumem a prerrogativa de exercerem o Poder Constituinte mediante Atos Institucionais, estes são os instrumentos jurídicos que fundamentaram as ações dos governos militares”.(ROTHEN, 2006)

Tais turbulências (Foto 02) faziam-se sentir principalmente pelas diferentes pressões advindas de toda uma teia de relações entre governo e sociedade civil – mobilizações estudantis, operárias e de entidades -, que culminaram com a determinação de políticas públicas que buscavam a continuidade do status quo, apesar da aparente revolução.

Ao iniciar uma discussão sobre um determinado contexto histórico brasileiro e suas influências sobre as políticas públicas adotadas, reportar-se-á às considerações feitas pela pesquisadora da educação brasileira Otaíza Romanelli, que, ao se auto-questionar sobre quais fatores estariam ligados à defasagem entre o modelo de educação e o modelo de desenvolvimento percebido em um país, responde de forma contundente:

Em primeiro lugar, cremos poder tranqüilamente afirmar que a organização da educação em determinada sociedade é, antes de tudo, um problema de ordem política. Essa afirmação decorre do fato de que a organização se faz através da legislação, e esta, votada pelo legislativo ou apenas decretada pelo executivo, depende sempre do poder real de quem vota ou decreta e da representação própria desse poder e emanada das camadas sociais existentes. Enfim, a legislação é sempre o resultado da proposição dos interesses das classes representadas no poder. (ROMANELLI, 1987, p.188)

As modificações ou influências sofridas pelo modelo universitário brasileiro, estão relacionadas com as estruturas do poder e da organização do ensino universitário no país. Aquelas transformações são frutos de turbulências ocorridas no âmbito sócio econômico ao mesmo tempo, mas nem sempre, na mesma direção de políticas públicas estatais. Otaíza Romanelli alerta para uma visão mais ampla sobre os interesses atendidos pela legislação. Na fala da autora, “ainda que os objetivos verbalizados do sistema de ensino visem a atender aos interesses da sociedade como um todo, é sempre inevitável que as diretrizes realmente assumidas pela educação escolar

favoreçam mais as camadas sociais detentoras de maior representação política nessa estrutura”. (ROMANELLI, 1987 p. 30)

Ainda na década de 1930, a estrutura universitária despertava questões não só pelo seu funcionamento, bem como pela sua *utilidade*. O então Ministro Francisco Campos, na sua Exposição de Motivos sobre as necessidades sócio culturais e políticas na direção da Reforma do Ensino Superior (apud FÁVERO, 1991), já apontava como objetivo da Reforma Universitária no país a concessão do conhecimento técnico às elites e o desenvolvimento da ciência.

Tanto as discussões para a reforma universitária da década de 1960 quanto outras polêmicas surgidas em diferentes épocas históricas conduziam a objetivos velados, e até mesmo de forma explícita, para a manutenção de orientações elitistas e perversas para a população média e baixa. Os fins das reformas educacionais, embora apontados com clareza e as justificativas formais que sempre apóiam esse tipo de projeto, tinham claras intenções: pode-se supor que a privatização, a manutenção de vagas insuficientes para atender as demandas educacionais, o financiamento escasso são só alguns fatores tratados mais na perspectiva política em detrimento do fator “ensino superior”.

2.1. Mobilizações sociais no período Pré Golpe

Nos primeiros anos da década de 1960 – período pré Golpe¹⁸ –, chama a atenção a crise vivida no país, quando condicionantes *militares, políticos e sociais* forneciam subsídios aos atores sociais envolvidos para que sustentassem seus

¹⁸ Período este aqui delimitado, especificamente, que se inicia com a renúncia de Jânio Quadros e se encerra com o discurso de João Goulart em virtude do Golpe Militar de 1964

“argumentos ideológicos da conspiração contra o governo Jango.” (COMODATO & OLIVEIRA, 2004)

Inseridos nesse contexto de intensas turbulências e confrontos, segundo Comodato & Oliveira, os atores sociais daquele momento buscavam conquistar a confiança e o apoio da sociedade por meio de manifestações públicas visando fazer publicidade, ou seja, agitação e propaganda, e com isso, atrair mais adeptos e força de pressão para alcançar vitórias ou avanços nas suas conquistas. Eram comuns campanhas, comícios, passeatas e protestos em geral. (COMODATO & OLIVEIRA, 2004)

Em relação ao “catolicismo conservador”, Comodato & Oliveira apresentam os atores que, naquele momento, se manifestavam, de um lado, como *reacionários*, em oposição àqueles que, numa outra vertente, se colocavam como *revolucionários* e ainda havia os grupos mais *extremistas*. Era gritante a maciça participação de grupos de esquerda, o que não significava, de modo algum, que setores conservadores também não se mobilizassem.

Os autores classificaram de setores de esquerda: estudantes; UNE; trabalhadores; Comando Geral dos Trabalhadores – CGT; o Pacto de Unidade e Ação – PUA; as Ligas Camponesas; ala “nacional-reformista”, também incluídos os comunistas. Em outra classificação, como setores de direita: as “elites” e a classe média tradicional de orientação “liberal-conservadora”, representadas na cena política por empresários, profissionais liberais, líderes religiosos, movimentos femininos etc. (COMODATO & OLIVEIRA, 2004)

Se havia uma conspiração, esta foi alavancada pela luta política das ruas, que se valia de *agitação e propaganda* para se legitimar. Amplos setores saíram às ruas e se mostravam, buscando exercer pressão, para propiciar um movimento revolucionário com intensidade e força. Nesse momento, representava, pois, a “Marcha da Família” uma poderosa arma nesse combate, em que principalmente a ala conservadora obteve resultados significativos.

2.2. Ações governamentais buscavam legitimar as reformas

Após o Golpe Militar de 1964, as instituições e a sociedade reagiram com igual força, muitas vezes, em sentido contrário a esse *estado imposto*, fato que se agravou em 1968 quando se instaura a ditadura militar no Brasil, especialmente por meio dos famosos atos institucionais. Para se entender o cenário onde se desenrolaram várias crises e grandes protestos e mobilizações, é preciso uma análise desses movimentos. De um lado, o Estado Militar, inicialmente, com grande apoio da classe média, tentando pela repressão colocar a hegemonia de uma ideologia “a ferro e fogo” e, do outro, os movimentos sociais, que, do ponto de vista do Estado Militar, precisavam ser reprimidos e calados, porém não só pela força. O Governo buscava, então, *atender* às demandas sociais.(GERMANO, 2000)

José Willington Germano cita o depoimento de Wladimir Palmeira¹⁹, um dos líderes estudantis da época em que os estudantes, em geral, protestavam contra a ditadura e contra o imperialismo norte-americano:

¹⁹ Como exemplo de um dos líderes estudantis da década de 1960 tem-se Vladimir Gracindo Soares Palmeira (1944). Sua breve biografia: Já no colégio, Vladimir começou a participar da política estudantil, tendo sido diretor de uma revista dos alunos. Ingressou na Faculdade Nacional de Direito (FND), da então Universidade do Brasil, atual UFRJ. Vladimir, que já era de esquerda, participou de todas as lutas estudantis, liderou as grandes manifestações estudantis do ano de 1968, que culminaram na

A classe média apoiou o golpe, mas desde 1965, tem suas convicções abaladas por duas coisas: primeiro, a decadência econômica em função da crise (...) tem grandes dificuldades de vencer a inflação (...) e reagir. Em segundo lugar as eleições não eram pra valer. (...) os canais se fechavam e a classe média estava descontente. (...) Além disso, a universidade estava muito ruim: havia a questão das vagas, colocada pelos excedentes, o problema da democracia interna, as condições de trabalho e de formação profissional, tudo isto num nível muito aguçado. (PALMEIRA apud GERMANO, 2000 p.114)

Nesse contexto, o governo define algumas linhas de ação, nem sempre, lineares e, muitas vezes sem relação direta entre os programas implantados. Entre estas diferentes iniciativas do Estado pós-1964, no âmbito da educação superior, algumas são exaustivamente discutidas por Romanelli (1987); Germano (2000); Fávero (1991) e Cunha (1988). A seguir utilizar-se-á a descrição dos acontecimentos feita por José Willington Germano em obra já citada:

O primeiro fato relevante foi o Relatório encomendado pelo MEC ao professor norte-americano Rudolph Atcon, concluído em 1966. A principal contribuição deste documento diz respeito ao aspecto privatizante da política universitária do regime. (GERMANO, 2000, p.122) e (FÁVERO, 1991)

O segundo consistiu no Relatório da Eapes – Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior -, constituído a partir dos acordos MEC-USaid, propunha, entre outros pontos, o estímulo à criação de universidades particulares. Deve-se lembrar de que o contexto era de grande demanda para o ensino superior, e a oferta

Passeata dos Cem Mil. Por defender os ideais da esquerda e da democracia, foi preso em 1967, em agosto de 1968, e novamente no Congresso da UNE, em Ibiúna. Em setembro de 1969, saiu da prisão para o exílio. Nos dez anos seguintes, morou no México, em Cuba, no Chile e na Bélgica, onde se formou em Ciências Econômicas, pela Universidade Livre de Bruxelas. Voltando ao Brasil, foi fundador do Partido dos Trabalhadores (PT), participando, como delegado do Rio, do primeiro encontro nacional do partido. Em 1982, foi candidato ao Senado Federal e, quatro anos depois, elegeu-se deputado federal constituinte. (WIKIPÉDIA, 28/08/2007c)

de vagas, insuficiente. Tem-se, assim, a figura do “excedente”²⁰, cujo contingente salta de **28.728, em 1960**, para **161.728 em 1969** (GERMANO, 2000, p.124). Para auxiliar na compreensão do quadro que se desenhava, pode-se comparar o **número de estudantes universitários** regularmente matriculados, em números absolutos: **94.691** alunos, em **1960**, que, com um crescimento vertiginoso, passam a **425.478** alunos em 1970 (BRASIL, 2005); dando margem a descontentamentos entre os chamados setores médios da população. Em consonância com os objetivos dos acordos MEC-USaid, pesa a orientação para definição da ideologia do primeiro mundo, mantendo o subdesenvolvimento histórico da formação social brasileira. (GERMANO, 2000 p.128).

Neste sentido, o estudante/pesquisador Ted Goertzel, ao fazer uma reflexão sobre os acordos MEC-USaid, aponta uma das graves críticas feitas às determinações dos planejadores americanos: não é somente a tecnificação que deve ser tratada prioritariamente, mas, sim, “a formação de líderes criadores que possam ajudar (...) novas formas de organização social e desenvolvimento (...) específicas para a realidade brasileira”. (GOERTZEL, 1967 p. 136). Darcy Ribeiro, em sua discussão acerca da Educação Superior na América Latina, nos alerta igualmente para a percepção desse fenômeno.²¹

Em meio a protestos de grandes proporções, antes mesmo de definição de projetos que estavam ainda em discussão, foram introduzidas as primeiras definições para a reforma universitária, expressas nos decretos-lei no. 53/1966 e no.

²⁰ Rothen (2004, p. 60) traz a definição de excedente como aquele aluno que tivesse sido considerado habilitado, mas não tivesse sido admitido. A impossibilidade do candidato matricular-se devia-se ao fato do número de vagas existentes ser menor que o número de candidatos habilitados.

²¹ Darcy Ribeiro (1969) alega que “A universidade latino-americana é o fruto de sua sociedade”. Ele critica a “investigação alheia” com a introdução de pesquisadores estrangeiros para “dizer quem somos” e para onde devemos nos dirigir e critica também a “alienação” e a “consciência ingênua e extremamente induzida sobre a realidade nacional e mundial” às quais o nosso ‘espírito universitário’ foi conduzido.

252/1967.(GERMANO, 2000, p. 126). Rothen também manifesta a opinião de que os referidos decretos-leis já traziam novas recomendações e diretrizes para o ensino superior, antecipando, de certa forma, as mudanças e melhorias buscadas pela futura Reforma Universitária. Ele esclarece que:

A reforma universitária de 1968 já tem o seu modelo desenhado pelos citados Decretos-Leis, e, apesar destes referirem-se apenas às instituições federais, as instituições particulares estavam sendo estimuladas a adaptarem os seus estatutos aos referidos Decretos. (ROTHEN, 2004 p. 59).

Em 1966, tem-se as primeiras experiências de extensão universitária, no contexto pós-golpe, sob o signo de assistencialismo aos carentes, buscando a sua legitimação ante as populações “carentes“ e os estudantes.(GERMANO, 2000, p. 127) Exemplo desse tipo de Projeto de Extensão Universitária, que servia a esse propósito é o *Projeto Rondon*, o qual teve sua primeira edição ocorrendo em julho de 1967, para o Norte do país. Sua organização já teria ocorrido em 1966, em um “Seminário de Educação e Segurança Nacional”, promovido pela Universidade do Estado da Guanabara conjuntamente com a Escola de Comando e Estado Maior do Exército.

Em dezembro de 1967, foi constituída uma comissão, no estilo ‘linha dura’, com a finalidade de analisar a crise estudantil e sugerir mudanças no sistema de ensino, notadamente, nas universidades. Comissão presidida pelo general Meira Mattos, que a ela cedia seu nome. Defendia, basicamente, que deveria realizar-se uma Reforma Universitária com o objetivo de atender à necessidade e proporcionar algo de concreto aos estudantes e professores; e, ao mesmo tempo, tentar desmobilizar os setores da sociedade e do meio acadêmico, ou seja, estancar o crescimento da oposição ao regime. O que legitimava tais objetivos era a idéia de “construção da potência”, combatendo a

subversão e a concepção da educação como instrumento de desenvolvimento.

(GERMANO, 2000, p. 128) Essa comissão Especial teria os seguintes objetivos:

emitir parecer conclusivo sobre as reivindicações estudantis; planejar e propor medidas governamentais no setor estudantil e, finalmente, supervisionar e coordenar a execução dessas diretrizes, mediante delegação do Ministro de Estado. (ROMANELLI, 1987 p. 219)

Extrapolando a esfera governamental, a questão educacional passou a preocupar os setores dominantes da sociedade. Como exemplo, tem-se a iniciativa de organizar um evento para debater idéias sobre os rumos da Educação Superior pelo dito “estado-maior da burguesia nacional associada”, o IPES ²² - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (DREIFUSS apud GERMANO,2000, p. 129). Em 1968, o IPES promoveu um *Fórum* denominado “A Educação que nos convém” na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro com a colaboração do Jockey Club Brasileiro.

À medida que crescia o movimento estudantil, mobilizando a sociedade civil contra o Regime, especialmente no biênio 1967/1968 - tendo como espelho o que ocorria na Europa, especificamente na França com o violento Movimento de Maio de 1968 e outras manifestações em todo o mundo -, o governo tratava de buscar com urgência soluções para os impasses em tempo de crise como forma de obter legitimidade e estabelecer o controle da situação.

Diante da crise política, o governo tinha pressa em responder, houve, então, uma aparente priorização e aceleração do processo de atender às demandas estudantis e de parte da classe média, que clamavam pela melhoria e expansão do ensino, aqui tratado com maior peso, o Universitário (GERMANO, 2000 p.132)

²²O IPES foi criado por um grupo de empresários de São Paulo e teve forte influência na deflagração do golpe militar de 1964. (Rothen, 2004 p. 73)

Em uma bela e emocionante publicação, o jornal Estado de São Paulo trouxe uma edição especial relatando fatos marcantes ocorridos no ano de 1968 no Brasil²³. Nela, estavam incluídos depoimentos, relatos dos fatos e fotos que marcaram as lutas em prol das aspirações dos estudantes de reformar a educação e as instituições. As fotos são declarações vivas de tudo que aconteceu com grandes conflitos e manifestações de amplos setores sociais. Também aconteceram movimentos em que a paz (aparente) reinou. As manifestações com o apoio da Igreja, organizações femininas, artistas e intelectuais, aconteceram com o intuito de protestar contra a morte de estudantes em confronto com a polícia e pelo fim da censura. Como exemplo, tem-se a ‘Marcha dos cem mil’ no dia 26 de junho de 1968, no Rio de Janeiro. (Foto 03)

²³ Trata-se do livro: “1968, do sonho ao pesadelo” (PONTES & CARNEIRO, 1968)



Foto 03: A **marcha dos 100 mil**. 26 de junho de 1968, Rio de Janeiro. (PONTES & CARNEIRO, 1968)

O clima tenso imperava e era visível a insatisfação social com o sistema. Os estudantes se mobilizaram e os confrontos com a polícia se tornaram mais violentos. A morte de um rapaz passou a simbolizar uma prova viva da intolerância do Estado. (Foto 04).



Foto 4. **Tensão e Orações.** 04 de abril de 1968, Rio de Janeiro. Dia das missa de sétimo dia de Edson, o estudante morto em confronto com a polícia. Assédio policial sobre a multidão que reza pela memória do estudante, morto em manifestação. (PONTES & CARNEIRO, 1968)

Zuenir Ventura (1988) pondera que, mesmo não se justificando a morte do estudante, por ter sido ela uma fatalidade, os estudantes souberam explorar o fato e usaram o corpo para sensibilizar a opinião pública e “fizeram o Rio de Janeiro parar”. A estratégia de não entregar o corpo, como queriam os militares, seguiu-se até mesmo com o acontecimento de um equívoco quando os jovens chegaram à Assembléia Legislativa – com o intuito de lá velarem os mortos - com dois corpos, porém sem antes perceber que um dos dois estudantes, felizmente, estava vivo.

Nesse ínterim, os Decretos-leis 53/1966 e 252/1967 buscavam sedimentar orientações e uma organização para o Ensino Superior no Brasil. Rothen (2004) aponta, em sua tese, que esses anteprojotos de lei deveriam “promover a reestruturação das

universidades federais”. O primeiro (53/66) considerado “doutrinário” não alcançando de imediato seus resultados esperados, e o posterior (252/67) constituindo-se de um projeto normatizador. (p.57-58)

Houve, além das ações citadas anteriormente, ações governamentais na intenção de controlar a situação e conseguir os objetivos em “sintonia” com os movimentos sociais. Entre essas iniciativas, é preciso mencionar a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Ensino Superior (1967-1968), Comissão Meira Mattos e, sobretudo, a constituição do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária – GTRU²⁴ (02/07/1968). Pelo regime de urgência adotado, o GTRU “apresentou em pouco mais de 30 dias a sua proposta de reforma e, igualmente o Congresso Nacional (...) aprovou-o sem nenhuma mudança substancial” (GERMANO, 2000 p. 133). Apenas quatro meses separaram a constituição do GTRU, sua apresentação ao Ministro da Educação, apreciação do CFE, a aprovação e transformação em Lei pelo Congresso e sanção do Presidente da República, general Costa e Silva, em 28/11/1968, trata-se da Lei no. 5.540/68.

O que estava na ordem do dia para as reformas era atender às reivindicações dos movimentos populares na tentativa de sanar as deficiências do Ensino Superior, ao mesmo tempo em que se fizesse a legitimação da privatização e se conseguisse o controle ideológico por meio da perda da autonomia universitária e definição de uma

²⁴ O GTRU contava com os seguintes membros efetivos: Ministro Tarso Dutra, da Educação e Cultura, como seu presidente; Antônio Moreira Couceiro, Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Presidente do CNPq; Pe Fernando Bastos D’Avila, Vice-Reitor da PUC/RJ; João Lira Filho, Reitor da Universidade do Estado da Guanabara; João Paulo dos Reis Veloso, representante do Ministro do Planejamento; Fernando Ribeiro do Val, representante do Ministro da Fazenda; Roque Spencer Maciel de Barros, Professor da Universidade de São Paulo; Newton Sucupira, Professor e ex-reitor da Universidade Federal de Pernambuco e membro do CFE; Valnir Chagas, Professor e Diretor da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Ceará membro do CFE e Haroldo Leon Perez, representante do Congresso Nacional” (...) os dois estudantes declinaram da nomeação (ROTHEN, 2004 p. 61)

forma autoritária de pensar a Educação Superior com preceitos repressivos, em que não houvesse espaço para o pensamento livre e revolucionário (CUNHA, 1988), assim, era essencial ao governo deter todo o controle do que deveria ser ensinado na universidade, como ocorreria este processo e por quem, ou seja, que posturas deveriam ser assumidas pelos atores (gestores, corpo discente e docente das instituições universitárias).

Quanto às concepções sobre a influência exercida sobre as reformas ocorridas na universidade advindas das ações anteriormente descritas, Luiz Antônio Cunha alerta-nos sobre a insensatez de tais conclusões:

A concepção de universidade calcada nos modelos norte-americanos *não foi imposta* pela Usaid, com a conivência da burocracia da ditadura, mas, antes de tudo, *foi buscada*, desde os fins da década de 40, por administradores educacionais, professores e estudantes (...) como imperativo da modernização, e até mesmo da democratização do ensino superior no país. (CUNHA, 1988 p. 22)

Artifícios foram utilizados pelos defensores do regime militar, na forma de dispositivos legais e medidas oficiais, buscando legitimar o caráter privatista do Ensino Superior – a que se assistia logo no início da década de 1970 com uma grande escalada da expansão das Instituições Privadas - especialmente após a Reforma Universitária (Lei 5.540/68).

Nos próximos dois capítulos, discutir-se-á a evolução das lutas das diferentes tendências pedagógicas, incluídas as perspectivas liberais de um lado e as tradicionais católicas de outro, a partir da proclamação da República. A trajetória e as posturas adotadas pelo grupo católico, os religiosos e a intelectualidade, também serão apresentadas com o intuito de melhor relacioná-las à pesquisa junto às matérias selecionadas na Revista de Cultura Vozes, como poderá ser visto a seguir.

3. AS TEORIAS PEDAGÓGICAS EM QUESTÃO

No cenário político que se desenrolava no Brasil pré-golpe de 1964 até o final da década de 1960, tencionou-se perceber, no campo educacional, os debates e embates entre os defensores das diferentes correntes pedagógicas. O contexto social, político e educacional, já tratado no capítulo anterior, proporciona-nos um pano de fundo para a análise dessas disputas. Neste capítulo, como um segundo pano de fundo para analisar as matérias da Revista de Cultura Vozes, busca-se reconstruir o posicionamento e a argumentação utilizada para a defesa do ideário educacional católico.

O aparecimento de uma nova concepção pedagógica absolutamente não significa que outra foi abolida ou extinta. No decorrer de todo o século XX, uma tendência influenciava em seus pontos mais marcantes a outra, mesmo que seus idealizadores radicalizassem seus pontos de vista ao afirmar que eles nada tinham em comum com esta ou aquela visão educacional.

O processo educacional vem se consolidando ao longo dos séculos e não há como negar antigas práticas e orientações já instituídas em detrimento de novos rumos assumidos de forma aparentemente fácil e rápida.

É possível que determinada tendência pedagógica possa emergir nos meios educacionais por excesso ou por falta de determinada perspectiva detectada sem que se faça uma ligação mecânica entre a idéia e tal ou qual data específica:

É preciso advertir que o pensamento pedagógico e, inserido ao mesmo, os estudos das teorias podem anteceder às trocas históricas, prever o futuro e, às vezes, a maioria delas, até refletir o sucedido com um determinado atraso.(...) o pensamento pedagógico tem uma relativa autonomia, entre outras razões, porque depende não somente

dos fatores sociais, mas também dos fatores individuais e de muitos outros fatores que refletem as peculiaridades do desenvolvimento da vida espiritual, em geral. (PUENTES, 2004, P. 30)

Na primeira parte deste texto, na qual foram caracterizadas diferentes concepções de universidade, as configurações e modelos apontados foram concebidos em virtude de conjunturas econômicas e políticas vigentes nos países onde se consolidaram.

As discussões educacionais sempre estiveram presentes em diferentes contextos históricos na busca pela *ilustração*, pela *inclusão* ou pela *tecnificação* visando ao desenvolvimento de uma nação. As diferentes concepções pedagógicas permanecem debatendo e se alternando como centro da discussão. Os enfoques *Tradicional Católico*, *Escola Nova*, *Pedagogia Tecnicista*, *Pedagogia Libertadora*, foram permeando as discussões sobre os rumos a serem seguidos pela Educação Superior no Brasil, até a década de 1960.

Para o entendimento quanto à reação católica ante uma nova perspectiva educacional, desde as décadas iniciais do século XX, far-se-á, agora, uma retrospectiva. Por meio dos antecedentes históricos dos anos 1920 e 1930, buscar-se-á identificar os marcos da *reação católica* que se esboçava, neste período, em oposição ao ideário liberal – leia-se escolanovismo no campo educacional.

A *reação católica*, acima citada, constitui uma fase caracterizada por alguns autores (SALEM, 1982) (ANDRADES, 2006) como um período em que a Igreja Católica sentiu a necessidade de se fazer mais presente.

José Carlos Araujo (1986) comenta que a *Renovação Católica* (expressão do autor) teve impulso em função da ruptura anterior sentida entre Estado e Igreja, por ocasião da República. Se tal fato não ocorresse, possivelmente, a Igreja não teria

autonomia e poderia continuar, quem sabe, em uma condição de letargia e acomodação em relação ao que se passava no meio social. Assim ele pondera em relação ao *Positivismo* que acompanhou os ares republicanos e a posterior reação do grupo católico:

[No] Estado brasileiro republicano, a perspectiva da Igreja Católica era acordar-se com a ordem existente, pois não lhe convinham mudanças. (...) O poder político emergente, que se instaurou em 1889, [com uma visão positivista do mundo e do homem], tinha a intenção de abalar a ordem de coisas existente. Contudo o intento não foi conseguido. O positivismo teve fortes impulsos que se transformaram em existência concreta e efetiva, porém, não foram suficientes para abalar o 'status quo'. (ARAUJO, 1986 p.44)

E continua, afirmando que a Igreja reagiu não só a partir de 1889, ou por causa do contexto histórico-social, no final do século XIX, quando apareceram os conflitos entre a função religiosa e civil²⁵, porém a ruptura com o Estado também teve importante papel para a nova postura adotada por aquela:

(...) a separação com o Estado descortinou o amadurecimento da própria Igreja Católica como instituição no Brasil. Ela passou a tomar decisões próprias, independentes das do Estado, sobretudo nos primeiros anos republicanos.(...) a separação deu oportunidade para que a renovação católica se fizesse em ritmo europeu. (ARAUJO, 1986 p. 44-5)

A separação da Igreja com o Estado veio possibilitar um viver próprio, independente do poder civil. (ARAUJO, 1986 p. 81)

Riolando Azzi (1977a, 1977b, 1979) descreve e comenta, em três artigos, detalhes dessa reação católica. A fase por ele denominada *Restauração Católica* (AZZI, 1977a) é periodizada da década de 1920 à década de 1930, e o *Fortalecimento da Restauração Católica no Brasil* – de 1930 a 1940.

²⁵ Os diversos momentos nos quais a Igreja apresentou diferentes posturas foram registrados esquematicamente no ANEXO PERIODIZAÇÃO. Nesse quadro esquemático, além da evolução histórica das fases, foram acrescentados acontecimentos marcantes da história brasileira. A construção deste esquema se destina a montar um cenário elucidativo que auxilie a compreensão da ação do grupo católico no âmbito do Ensino Superior brasileiro.

Como veremos a seguir, essa nova postura levou a promover uma rica participação dos educadores católicos nas discussões nacionais e avanços na legislação. Fato que pode ser creditado, em parte, à força da participação do grupo rival, demonstrada pelos representantes da educação liberal.

Por intermédio de um de seus maiores líderes naquele momento, D. Sebastião Leme, a Igreja conclamou todos os católicos a difundir o “poder social da Igreja”. O esforço por assumir uma atitude de maior visibilidade, nas décadas de 1920 a 1940, foi assim justificado:

Por parte dos líderes políticos, houve um desconhecimento quase completo da ação e da presença da Igreja. Dominava o pensamento liberal e positivista. (...) Por parte da hierarquia católica, continuou o esforço por consolidar a reforma católica iniciada em meados do século XIX. (...) em 1916, D. Leme publica a célebre carta pastoral sobre a necessidade do ensino religioso, um verdadeiro manifesto em prol de uma presença efetiva da Igreja Católica na sociedade. (...) Duas idéias dominam os líderes do catolicismo: maior presença da Igreja, e a colaboração efetiva com o governo. (AZZI, 1977^a, p. 62-3)

As discussões sobre este período de *Restauração Católica* (AZZI, 1977 e 1979) serão retomadas com o auxílio de outros autores no próximo capítulo em que a trajetória da postura da Igreja Católica no Brasil será visitada. Na próxima sessão, o ideário liberal e o ideário católico serão discutidos.

3.1. Antecedentes históricos, anos 1920 e 1930: ideário liberal e ideário católico

Nos tempos de Colônia e nos séculos posteriores, a educação ministrada por intermédio dos jesuítas predominava. A elite brasileira era toda formada na perspectiva da *pedagogia tradicional católica*. A educação era para a elite e de caráter aristocrático. No século XIX, o colégio dos jesuítas da Bahia, por exemplo, chegou a graduar

bacharéis que eram recebidos na Universidade de Coimbra para o último ano do Colégio de Artes. (TEIXEIRA, 1968, p. 25).

O final do século XIX e o início do século XX estiveram às voltas com inúmeras contradições. Ocorreram diversos desajustes entre as tendências do desenvolvimento econômico e material tanto quanto no plano do pensamento social (GHIRALDELLI JR, 1994, p. 39). Pode-se asseverar que, desde o *Renascimento* até ali, a humanidade não presenciava uma tão importante alteração de rumos como aquela que se colocava para o novo século que se iniciava: o século XX.

No final do século XIX, disputas ocorreram entre *positivistas e liberais*. Esse embate ideológico tinha no “ensino livre” a sua bandeira contra os ‘privilégios ocupacionais’ defendidos pelos positivistas. Os liberais já pregavam uma perspectiva de liberdade e democracia para a Educação, opondo-se ferozmente a uma concepção de educação em que o centro do processo educativo estava no professor e em sua intervenção. Concepção esta que facilmente remete à relação de ensino unilateral, concebida pela Pedagogia Tradicional, em que cabia ao professor, detentor de todo o conhecimento, ensinar e aos alunos aprender.

Para exemplificar o que é posto nessa busca pelo reajuste social e material nesse período, são utilizados, por Ghiraldelli Junior, três conceitos articulados que interagem na busca do desenvolvimento e da justiça social: **trabalho, modernidade e utopia**. Entraram em cena, nesse contexto, as concepções de John Dewey²⁶,

²⁶ John Dewey (1859-1952) – filósofo e pedagogo norte-americano, um dos precursores do pragmatismo na educação. É reconhecido como um dos fundadores do Pragmatismo, pioneiro em psicologia funcional e principal representante da educação progressiva norte-americana durante a primeira metade do século XX. Foi também editor, contribuindo na Enciclopédia Unificada de Ciência, um projeto de positivistas. Para Dewey, “era de vital importância que a educação não se restringisse ao ensino do conhecimento como algo acabado – mas que o saber e habilidade do estudante adquirirem possam ser integrados à sua vida como cidadão, pessoa, ser humano”. No Brasil, desde os anos 1930, o

diretamente ligado ao *liberalismo* e à *democracia*. As suas idéias já tomavam vulto nos Estados Unidos. e na Europa, quando, no Brasil, aportaram as primeiras discussões pragmatistas nas quais os objetivos da formação estavam vinculados à prática profissional e não só à ilustração.

Apesar de essas idéias estarem se disseminando na Primeira e Segunda República, também pode-se argumentar que a Pedagogia Clássica, com suas raízes na Idade Média, era a que estava posta como regra geral em nosso Ensino Superior. A perspectiva de isolamento era predominante e não se percebia a necessidade de interação da universidade com a sociedade.

Em alguns países da Europa e do hemisfério norte, porém, as discussões por uma nova perspectiva pedagógica já aconteciam. Especialmente nos EUA, com as concepções liberais deweyanas para todos os níveis de ensino, inclusive, o superior, fortalecendo-se. O período de grande movimentação e turbulências sentido no Brasil, na década de 1920, parecia não atingir diretamente esse nível de ensino. Anísio Teixeira, em seu depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito, em 1968 (tendo em vista as reformas no Ensino Superior) assegurou que o aperfeiçoamento, o avanço das instituições educacionais não se fazia com qualquer repercussão social que fosse:

O ensino superior constituía uma província isolada, em perfeito estado de alienação cultural – com relação à cultura nativa, à cultura brasileira; não à cultura universal – interessando apenas à sua tranqüila clientela de classe alta e média superior (TEIXEIRA, 1968).

Nos anos 1920, o Brasil vivia um contexto de intensa agitação política, artística e social. Reflexos de novas formas de pensar as relações sociais agitavam todo o mundo. Como fatos marcantes dessa época tem-se: a) a Semana de Arte Moderna; b) a

educador Anísio Teixeira, “sob forte influência de suas idéias, tentou implantar um sistema educacional similar, em tempo integral - igualmente falhando por desinteresse político numa educação melhor para o povo”. (WIKIPÉDIA, 28/08/2007a)

fundação do Partido Comunista; c) o Movimento Tenentista; d) o país recebe altos índices de imigrantes; e) a fundação do Centro Dom Vital com sua revista 'A Ordem'; e f) as Faculdades Católicas começam a ser pensadas.

Era o início da fase de Restauração Católica (AZZI, 1977a) que trazia em seu seio a sua implantação “mediante a apologia da fé contra o liberalismo, o positivismo e o protestantismo” (p. 66)

Os grupos eclesialístico e intelectual católicos se fortaleciam e os seguintes eventos, entre outros apontados por Azzi (1977a), refletiam o espírito da nova atitude da Restauração Católica no país:

1916 – Carta pastoral de D. Leme

1921 – Fundação da revista A Ordem, sob a direção de Jackson de Figueiredo.

1922 - maio, 3. Páscoa dos Militares.

1922 – outubro, 4. Lançamento da 1ª pedra do monumento ao Cristo Redentor, no alto do Corcovado.

1922 - fundação do Centro D. Vital.

1924 – maio, 5. Banquete oferecido pelo Itamaraty ao episcopado brasileiro.

1928 – agosto, 15. Alceu Amoroso Lima, recém convertido ao catolicismo, recebeu a comunhão das mãos do Pe. Leonel Franca.

1928 - novembro, 4. Morte de Jackson de Figueiredo.

1928 - novembro, 5. Primeiro encontro de D.Leme com Alceu Amoroso Lima.

1930 – outubro, 24. O Cardeal Leme acompanhou o presidente da República Washington Luís, deposto pela revolução, na saída do palácio do governo.

1930 - novembro, 3. Tomada de posse do governo revolucionário de Getúlio Vargas.

1931 – outubro, 12. Inauguração no alto do Corcovado, o monumento ao Cristo Redentor, denotando o perfil cristão do país.

A união entre os líderes civis e religiosos, nas décadas de 1920, 1930 e 1940, era legitimada pelo discurso direitista de que “a comunhão de vistas entre os chefes temporais e espirituais” concorreria para o “engrandecimento da pátria comum” (AZZI, 1977b). Nesta perspectiva, as idéias do “papel da religião como força de resistência contra a subversão que tenta infiltrar-se na nação” eram amplamente difundidas pelos intelectuais, embebidos nas águas da Restauração Católica²⁷, que se colocavam em clara oposição ao protestantismo, à maçonaria, ao espiritismo e ao comunismo (AZZI, 1977a).

Azzi (1979) também enumera os norteamentos básicos que se constituíam nas principais diretrizes de ação do episcopado para orientar a ação da Igreja nesse período da *Restauração Católica*:

- Superação do laicismo que havia caracterizado a primeira República, imprimindo, na nova fase política, iniciada com a Revolução de 1930, um cunho marcadamente católico.

²⁷ 1) Fase da Igreja que se inicia a partir da década de 1920-1930 (AZZI, 1979 p. 69). 2) Afirmação do valor positivo do catolicismo e de sua força social. (AZZI, 1977a p. 86). 3) Necessidade maior de aproximação e colaboração entre Igreja e Estado. (AZZI, 1977a , p. 88)

- Prevenção rígida contra um eventual avanço das idéias socialistas e comunistas no Brasil, procurando mobilizar nesse sentido a opinião pública.
- Fortalecimento do princípio de autoridade em contraposição aos movimentos de cunho mais liberal ou socializante.
- Reafirmação de uma presença mais explícita da Igreja na sociedade, especialmente junto às classes dirigentes do país. (p. 70)

As formas de pensar a relação entre *educação e sociedade* também foram alteradas. No seio desses debates, também as relações no âmbito educacional foram vistas de uma forma diferenciada visando à modificação da estrutura social. À *educação* foi atribuído o papel de modificar a *sociedade*. Segundo Tânia Salem (1982), a crise obrigava “alguns grupos políticos da sociedade civil”, que buscavam naquele momento, a “reconstrução nacional”, a colocar o foco do desenvolvimento na *Educação*:

Passaram a conceber a escolarização como instrumento-chave para responder às crises que assolavam a cena brasileira e para afirmar as bases da nacionalidade. Os católicos (...) ensaiaram – ainda que de forma tímida – suas primeiras reivindicações no campo educacional. (SALEM, 1982, 18)

Na década de 1920, em relação à educação, diferenciais importantes eram sentidos em relação ao período imediatamente anterior: houve o chamado *entusiasmo pela educação*. No entanto, como nos fala Salem, já em meados de 1920, o *entusiasmo pela educação* era substituído pelo *otimismo pedagógico*. E conclui: passava, assim, a educação a se constituir em “um campo especializado gerando uma nova categoria de técnicos e especialistas que, de fato, se profissionaliza em torno do tema” (SALEM, 1982, p. 18)

Este cenário leva a uma discussão para a reformulação da escola e de seu modelo pedagógico. O movimento dos educadores se institucionalizava com a fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE).

Para criar a Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, no Rio de Janeiro, reunia-se um grupo de educadores que implantava e centralizava os debates em torno das questões educacionais²⁸. A proposta não era criar um órgão de classe, mas, antes,

(...) uma organização que encarnava um movimento, (...) e as reivindicações deste que pretendiam sensibilizar o poder público e a classe dos educadores para os problemas mais cruciantes da educação nacional e a necessidade urgente de se tomarem medidas concretas para equacionar e resolver esses problemas (ROMANELLI, 1987, p. 128-9)

O diálogo social entre o poder público, os profissionais diretamente ligados à educação e os legisladores, agitava as discussões educacionais, nesse período em que novas idéias se debatiam com concepções já estabelecidas. A ABE participou ativamente da política educacional do país na década de 1930. Tendo seus associados ocupado cargos estratégicos em órgãos governamentais e também cargos públicos de gestão. Por época da promulgação da segunda Constituição do Brasil em 1934, percebia-se a força desta associação que era representada por nomes que gozavam de prestígio e suas diretrizes tinham notável repercussão. (GHIRALDELLI JR, 2003)

Por meio de Conferências Nacionais de Educação, a associação debatia projetos para a Educação Nacional. Um desses estudos transformou-se numa proposta de anteprojeto para o capítulo sobre a Educação da Constituição Federal de 1934. Esse

²⁸ Desse grupo, faziam parte Heitor Lira, José Augusto, Antônio Carneiro Leão, Venâncio Filho, Sampaio Dória, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Everardo Backeuser (foi presidente da Confederação Católica Brasileira de Educação), Edgard Sússekind de Mendonça e Delgado de Carvalho. (ROMANELLI, 1987, p. 128) (GHIRALDELLI, 2003) (SALEM, 1982)

documento apoiou-se na defesa de uma educação “democrática, humana, geral, gratuita e leiga”. O texto, elaborado pela ABE, fixava oito artigos e dava ênfase a que:

(...) os princípios assentados no anteprojeto encontraram a sua justificativa, exatamente, nesse grande esforço de “fugir às divisões e lutas de classes e de religião, para fundar, deste lado do Atlântico, uma nação livre, social e espiritualmente, e cujos filhos tenham, todos, oportunidades proporcionais às suas capacidades”. (ABE apud GHIRALDELLI JR., 2003)

Pelas Conferências Nacionais de Educação, a ABE conseguiu que várias discussões no campo educacional viessem à tona. Das mais famosas dessas conferências partiram os “motivos para a redação do ‘Manifesto dos Pioneiros da Educação Nacional’” de 1932²⁹, que se envolviam com debates em torno de temas cruciais como: “gratuidade e obrigatoriedade do ensino, a laicidade, a co-educação e o plano Nacional de Educação”. Nomes de peso aderiram ao movimento – educadores, filósofos, médicos – e, já em 1932, lançaram o “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova”³⁰

Não podemos desconsiderar que, juntamente com toda a efervescência da década de 1920, as tendências *escolanovistas* se colocavam em oposição crítica ao ensino tradicional, baseadas no ideário de Dewey, Montessori³¹, Claparède³², Durkheim³³ para sua fundamentação.

²⁹ O citado “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nacional” se refere ao famoso documento “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova” elaborado pelos intelectuais liberais ligados à educação, no movimento de 1932

³⁰ Para citar alguns dos nomes entre o grupo dos escolanovistas, destacamos: Lisímodo Costa (Paraná); Fernando de Azevedo (Distrito Federal, 1927); Lourenço Filho (Ceará, 1923); Anísio Teixeira (Bahia, 1924); Sampaio Dória (São Paulo, 1922); Francisco Campos (1927). Muitos destes faziam parte diretamente da Associação Brasileira de Educadores – ABE, Criada em 1924. (ROMANELLI, 1987)

³¹ Maria Montessori (1870-1952) – educadora italiana, médica e feminista. Responsável também pela criação do Método Montessori de aprendizagem, composto especialmente por um material de apoio em que a própria criança (ou usuário) observa se está fazendo as conexões corretas. (WIKIPÉDIA, 15/10/2007)

³² Edouard Claparède (1873-1940) - psicólogo que conduziu pesquisas exploratórias nos campos da psicologia infantil, psicologia educacional, formação de conceitos, solução de problemas, e observações sobre o sono e os sonhos. Um dos mais influentes expoentes europeus da escola da psicologia funcionalista, que se desenvolveu principalmente nos Estados Unidos, ele é particularmente lembrado por sua formulação da "lei do interesse momentâneo", um postulado fundamental da psicologia,

A década de 1930 conferiu à escola e à educação uma importância nunca antes sentida no Brasil, até mesmo por ocasião da legislação. Tânia Salem explica como se deu essa “supervalorização ideológica do processo educacional” e que ela afirma ser “compartilhada tanto pelos católicos como pelos escolanovistas”:

(...) a percepção do sistema escolar como um valioso recurso de poder. (...) Aprofundando a concepção já elaborada no decênio anterior, a década de 30 conferiu à escola o papel de agente de primeira ordem para modificações sociais mais profundas. (...) a reforma educacional se constituía na peça chave para a reconstrução nacional.(SALEM, 1982, p. 04)

Todo o movimento de reformulação do ensino, e as discussões que correntes pedagógicas opostas travavam, traziam no seu seio objetivos velados de manutenção de um status quo já solidificado – *os princípios e valores da educação confessional* - e a tentativa de mudanças políticas para a busca de um novo panorama educacional para o Brasil – *a ação do Estado acarretando a perda deste monopólio pelos grandes grupos católicos* -, seguindo idéias oriundas da Europa e América do Norte. Quanto a este aspecto mais visível mediante uma análise mais profunda, Otaíza Romanelli assim nos explica:

No plano ideológico, as conferências realizadas pela ABE representavam o confronto entre duas correntes opostas: a dos reformadores, que se batiam pelos princípios acima citados, [Gratuidade e obrigatoriedade do ensino, a laicidade, a co-educação e o Plano Nacional de Educação] e a um grupo chefiado pelos católicos, que viam na interferência do Estado um perigo de monopólio e na laicidade e co-educação, uma afronta aos princípios da educação católica. (ROMANELLI, 1987, p. 130)

Representantes desse novo movimento e representantes das escolas católicas tinham, de alguma forma, articulação com o poder. Talvez pela intenção governamental

afirmando que o pensamento é uma atividade biológica a serviço do organismo humano. (COBRA PAGES, 10/10/2007)

³³ Émile Durkheim (1858 - 1917) é considerado um dos pais da sociologia moderna (WIKIPÉDIA, 10/10/2007)

de se manter articulado a amplos setores representativos da sociedade, aqui incluídos os educadores, a postura adotada era a de diplomacia e busca de “atender” às reivindicações dos diferentes grupos.

O grupo que estava à frente da ABE desenhava nítidas intenções de monopolizar “a planificação e as decisões” no âmbito educacional, fato que, na visão de Salem, apontava para a necessidade de a Igreja “assumir uma posição mais agressiva”. O grupo católico permaneceu defendendo, no campo educacional, em oposição aos grupos laicos, a seguinte concepção:

(...) sob pena de se ver marginalizada de interferir num campo que, segundo seu ideário, [*católico*] era antes de sua competência e da família do que do Estado ou de qualquer grupo profissional laico. (SALEM, 1982, p. 19)

As disputas pedagógicas assumiam uma colaboração nitidamente política e o que estava na arena de debates era, em última instância, a proposta de diferentes projetos de (re)construção nacional. (SALEM, 1982, p. 19)

Pela fala de um eminente ator inserido nesse contexto, podem-se perceber os ânimos acirrados em torno das demandas no campo educacional. Naquele momento, ao decreto de 30 de abril de 1931 é atribuída a responsabilidade pela intensificação da “clivagem entre o grupo do qual fazia parte (Fernando de Azevedo) e os educadores católicos, cujo confronto se prolongará abertamente por quase sete anos.” (AZEVEDO apud SALEM, 1999, p. 19). Por meio do mencionado decreto de no. 19.941, “a Igreja obtém sua primeira vitória no setor educacional (...) que tornava facultativo o ensino religioso nas escolas públicas, pondo fim a quarenta anos de vigência de laicidade nesses estabelecimentos. (SALEM, 1999 p. 17)

Vamos nos ater agora, especificamente, ao *ideário liberal*. Posteriormente, será detalhado o *ideário católico*, que passou a reagir e interagir com o primeiro,

buscando impor o seu espaço – que se via reduzido – e também reconstruir a sua esfera de influência – até então, com sua voz rebaixada no cenário educacional brasileiro, em comparação com períodos anteriores.

3.2. Ideário liberal: escolanovista

Percebe-se que, nos anos 1930, no campo da educação nacional, o *ideário liberal* foi uma forte vertente. Mesmo que, no campo político e econômico, as idéias liberais democráticas estivessem sendo severamente criticadas pelas concepções comunistas e fascistas, no campo pedagógico, o ideário liberal se inseria com uma força relativa capaz de se fazer ouvir e propor modificações à forma de pensar a educação instituída há tempos no Brasil.

Com as Conferências promovidas pela ABE, supra citadas, e as discussões delas deflagradas também se torna claro como as propostas reformistas – leia-se *liberais* - para o ensino eram amplamente difundidas e recebiam grande apoio de camadas de intelectuais preocupados com a educação.

Com o “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova” de 1932, ficava evidenciada , no âmbito educacional, a lógica liberal associada ao ideário escolanovista (GHIRALDELLI JR , 2003)

Paulo Ghiraldelli Jr. (2003) pondera que os nomes já citados anteriormente e considerados como principais precursores de tal movimento enfatizam, de forma particular, cada aspecto da ‘nova pedagogia educacional’³⁴. Ele assim caracteriza os

³⁴ Anísio Teixeira enfatizou a relação entre a democracia e o mundo moderno; Fernando de Azevedo destacou a idéia de “escola ativa” como escola vocacional, e Lourenço Filho, por sua vez, criou testes para a hierarquização das vocações e salientou o papel de ajuda social da escola. (GHIRALDELLI, 2003)

principais pontos buscados pelo movimento renovador liberal, configurando-os por quatro aspectos: a) a igualdade de oportunidades e democratização da sociedade via escola; b) a noção de “escola ativa” (...) voltada para a orientação vocacional-profissional; c) a distribuição hierárquica dos jovens no mercado de trabalho por meio de uma hierarquia de competências e não por outro mecanismo qualquer; e, por fim; d) a proposta de escola como posto de assistência social. (GHIRALDELLI JR, 2003)

Houve, no entanto, uma série de dificuldades enfrentadas para a implantação do pensamento liberal. Apesar de, aparentemente, os escolanovistas representarem o pensamento hegemônico naquele momento específico, na prática, o ideário da Escola Nova não chegava realmente a alterar, significativamente, o panorama educacional do país, mesmo com o amplo interesse em sua implantação. Representava, entre outras razões, uma perspectiva pedagógica com dificuldades operacionais. “Implicava custos bem mais elevados do que aqueles da escola tradicional” (SAVIANI, 1999). Não só em virtude do aspecto operacional, mas por outros fatores políticos e ideológicos, o escolanovismo, no Brasil, sempre sofreu ferrenha oposição por parte dos grupos católicos, que não se conformavam com a perda de influência e poder no campo social nacional por intermédio da *educação*. A Igreja Católica reagiu, mesmo que tardiamente, já que, desde a instauração da República, via seu espaço de ação minguado e a sua atuação relegada à acomodação e submissão.

Marcus Vinícius da Cunha (1999) traz uma nova visão da caracterização do movimento escolanovista brasileiro a partir da análise de artigos publicados, já nos anos 1950, na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, (RBEP), órgão do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, INEP.

Se o movimento pela Escola Nova é tido como difusor de “introdução de procedimentos científicos no campo pedagógico” e da educação subordinada ao “pensamento” e às “descobertas científicas”; também o ideário renovador sob influência de John Dewey é assimilado por norteamentos bastante diversos. (CUNHA, 1999)

A partir das matérias publicadas na RBEP, Marcus Vinícius Cunha percebe três versões particulares e distintas, entre os intelectuais, do pragmatismo dewyano:

19. **Anísio Teixeira**, que se movia no universo da obtenção de uma vida democrática plena em que a liberdade humana pudesse significar a permanente busca da verdade; recontextualizava as idéias de John dewey na perspectiva de um conceito de ciência que implicava respostas certas e precisas, fossem para as práticas escolares, fossem para a investigação empírica dos fatos que cercavam estas mesmas práticas, ou seja na perspectiva das **finalidades educacionais**.

20. **João Roberto Moreira**, que se movia no contexto da investigação científica conduzida na direção de soluções comprometidas com as necessidades do país, critério capaz de determinar verdades acima da ciência; servia-se das idéias de Dewey e colocava a necessidade de profunda discussão sobre o homem inserido no universo político, fosse este homem educador, educando ou cientista; também na perspectiva das **finalidades educacionais**.

21. **Luiz Alves de Mattos** tem outro registro de pensamento. O que interessava em Dewey (...) as formulações pertinentes aos meios a serem empregados na viabilização das ações pedagógicas. O que esse autor buscava, longe de representar uma tensão entre filosofia e/ou ciência, mas tão somente

certezas quanto à aplicabilidade das técnicas de gerenciamento científico na educação escolar, com vistas a nortear a definição de fins intrínsecos ao procedimento dos professores.

É possível concluir que, sobre o ideário dewyano, escolanovistas se apropriavam de distintas perspectivas, chegando até mesmo a iniciar aquilo que poderia ser considerado como bases do ideário tecnicista educacional, que começou a se definir a partir dos anos 1950:

Se Teixeira e Moreira viam o pragmatismo dewyano como capaz de iniciar debates e questionamentos na arena das idéias e práticas educacionais, Mattos atribuía-lhe competência para indicar soluções promotoras de eficiência no âmbito restrito da sala de aula e do sistema escolar. (CUNHA, 1999, p. 15)

Naquele momento, os liberais tomavam grande espaço nos debates educacionais, participavam de órgãos governamentais e, por intermédio da ABE, mantinham forte influência para que o seu ideário fosse aceito e universalizado.

Nem por isso os católicos ficavam nos bastidores. Muitos segmentos católicos, os intelectuais leigos e também o meio eclesiástico não abriam mão de usufruir e controlar a educação; fosse pelas escolas católicas – por meio da AEC³⁵ -; fosse pela educação popular – mediante a Ação Católica³⁶, que tinha projetos de ir até o povo, colaborando, de certa forma, para a manutenção do *status quo* e também repetindo o discurso anti-comunista. (MORAES, 2003)

³⁵ A AEC ou Associação dos Educadores Católicos será oportunamente discutida adiante de forma abrangente. Em nosso objeto de estudo, a Revista de Cultura Vozes está inserida uma sessão específica desta instituição chamada: ‘Cadernos da AEC’

³⁶ A Ação Católica, sua gênese e sua atuação; bem como a história da AEC serão apresentadas posteriormente, no capítulo intitulado “Trajetória, diretrizes e modelos católicos”.

3.3. Ideário católico

No auge das discussões por uma Nova Escola, a pedagogia católica se inseriu, e houve uma rearticulação desta no interior dos debates. O ensino tradicional foi impulsionado pela Igreja Católica por meio de seu envolvimento nos debates e nem tanto pela inovação.

Analisando o panorama histórico desde o início do século XX, percebe-se uma evolução do posicionamento católico na área educacional, na perspectiva de passagem de uma postura de acomodação para uma atitude mais participativa, com o propósito de resgatar o seu poder de influência. Já que a educação começava a ser pensada como meio de transformação social, para a Igreja e seus líderes, reconquistar este domínio, perdido desde a expulsão dos jesuítas do país, significava, a um só tempo, disseminar seu poder de influência na nova conjuntura e solucionar os impasses que afligiam a nação. (SALEM, 1982)

No início da década de 1920, ainda reflexo da cena brasileira da década de 1910, houve um período de grande turbulência, caracterizado pela intensa mobilização da sociedade civil (SALEM, 1982). Movimentos no campo das artes, políticos, sociais etc buscavam novas alternativas e a imposição de suas demandas, como já foi referido anteriormente.

Esses grupos, no âmbito político-educacional, que constavam das camadas mais importantes da intelectualidade brasileira, provinham, nesse momento, de círculos positivistas, evolucionistas ou, pelo menos, indiferentes ao catolicismo (SALEM, 1982). Desta forma, a Igreja era ignorada ou excluída de seus debates em torno da educação. Esta afirmação provém da perspectiva de um Estado laico, ao qual as instituições

deveriam se submeter e apoiar, mesmo que isso significasse perder o seu poder de influir e se auto direcionar.

Os grupos católicos se viam marginalizados do processo político nacional. Tanto a cúpula eclesiástica como a laica foram forçadas a reagir, sair da acomodação e passividade às quais foram submetidos, especialmente no regime republicano.

A Carta Pastoral de 1916, redigida por Dom Leme e editada pela Vozes, é considerada por Salem o baluarte da chamada *reação católica*. Como reação católica, já foi discutida, em sessão anterior, a Restauração Católica no Brasil, com os textos de Araujo (1986) e Azzi (1977 e 1979)

A asfixia do grupo católico, que vinha se desenrolando desde a proclamação da República, era por muitos considerada uma situação humilhante, já que uma “nação de católicos” estava sendo regida por uma “minoría laica e descrente que encabeçava a república positivista” (SALEM, 1982). Fato considerado responsável pela situação conflitante e de desordem social:

Interpretando a fragilidade de nossa estrutura econômica, política e social como decorrente, em última instância, de uma crise de ordem moral, Dom Leme adverte que somente a recristianização da sociedade seria capaz de restaurar a unidade espiritual do país, devolvendo-lhe seu equilíbrio e harmonia naturais. (SALEM, 1982, p. 07)

Dom Leme, em sua carta pastoral, conclamava os católicos para reagir. Ele advertia que o Brasil passava “por uma crise moral”, e a solução não dependia somente do governo, mas, sim, por uma atitude que pudesse compensar a “decadência religiosa” sentida desde a instauração da República.

Andrades (2006) relata que, naquela época, um grande impulso foi dado para a necessária mobilização católica por meio da “Carta Pastoral de D. Sebastião

Leme”, então, Arcebispo de Olinda. Vários autores concordam em afirmar a importância da Carta Pastoral em questão, entre eles, Salem (1982), Ghiraldelli Junior (2003), Azzi (1977a e 1977b) e Andrades. Na verdade, como reflexo dela, realmente aconteceram ações ativas por parte dos grupos católicos, como: a fundação da Revista ‘A Ordem’, a inauguração do Centro Dom Vital e a criação da Confederação Católica. (ANDRADES, 2006, p.66)

Um ponto considerado de muita importância e levantado por Dom Leme é a falta de verdadeira atuação católica da maioria da população:

Que maioria católica é essa, tão insensível, quando leis, governos, literatura, escolas, imprensa, indústria, comércio e todas as demais funções da vida social se revelam contrárias ou alheias aos princípios e práticas do catolicismo? (LEME apud ANDRADES, 2006, p. 143)

Para recuperar a sua influência na sociedade brasileira, a política de cooptação de intelectuais foi sugerida como estratégia básica para a irradiação de ampla obra de apostolado. A intelectualidade leiga, ainda que sob estreita subordinação à hierarquia eclesial, teria como tarefa “combater as bases agnósticas³⁷ e laicistas do regime” disseminando a cristandade pela sociedade e instituições. (ANDRADES, 2006)

As orientações para a necessidade de criação de uma universidade católica objetivam o recrutamento e a socialização das elites, que seriam preparadas na perspectiva cristã para promover a unificação moral do país. (SALEM,1982)

O grande precursor da *reação católica* - Dom Leme - foi transferido para o Rio de Janeiro, na década de 1920, onde conheceu Jackson de Figueiredo. Ali fundaram

³⁷ Segundo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, **agnóstico** significa: 1) aquele que tem “posição metodológica pela qual só se aceita como objetivamente verdadeira uma proposição que tenha evidência lógica satisfatória” e 2) “considera fútil a metafísica”.

o Centro Dom Vital e a Revista ‘A Ordem’, editada por um grupo³⁸, Jackson de Figueiredo sendo seu primeiro diretor.

Em 1928, com a morte precoce de Jackson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima assumiu a direção do Centro Dom Vital. Alceu, na perspectiva de organização de um “núcleo de estudos para a formação de uma cultura católica superior, promoveu conferências semanais sobre temas filosóficos, sociológicos, educacionais e mesmo religiosos” (SALEM, 1982)

Em meio a essas discussões, no dizer de Salem³⁹ (1982, p, 20-22), “a intelectualidade católica reitera”:

1. A “revolução espiritual” para o restabelecimento da ordem no país.
2. A civilização norte-americana foi responsabilizada por difundir uma mentalidade laicista, individualista e protestante, contribuindo, assim, para o enfraquecimento da espiritualidade.
3. A busca por um perfil especificamente nacional e a identificação da “alma católica” do povo brasileiro.
4. O movimento da Escola Nova foi apontado como causador da “anarquia pedagógica” que assolava o país, pelo fato de não estar embasado, em termos filosóficos, em um “ideal pedagógico consistente”, submetendo “a filosofia à ciência”.

³⁸ Neste grupo, considerado uma elite de intelectuais católicos, liderados por Dom Leme, podemos citar alguns nomes como: Perilo Gomes, Hamilton Nogueira, Durval de Moraes, Lacerda de Almeida, Alexandre Correa, Jônatas Serrano, Mário Serrano, Eugênio Vilhena de Moraes, Acebíades Delamare e o próprio Jackson de Figueiredo.

³⁹ Salem (1982) se apóia, diversas vezes, em Franca, para fundamentar sua discussão, já que analisa dois marcos da atividade educacional católica: a fundação do Centro D. Vital e a criação da Universidade Católica. O Pe Leonel Franca foi importante colaborador para que estes dois eventos se realizassem, além de ser um entusiasta da educação católica.

5. A pedagogia dos reformadores apresentava um caráter fundamentalmente “utilitarista e pragmático”, estimulando, desta forma, o egoísmo e a anemia moral da coletividade.
6. Entre “religião e pedagogia existe um nexos incindível” (FRANCA apud SALEM, 1982, p. 21).
7. O “naturalismo transcendental” não podia se submeter ao “naturalismo pedagógico”.
8. A defesa de três agentes com competência para a condução do processo educacional:
 - 8.1. A Igreja enquanto “representante da sociedade sobrenatural”.
 - 8.2. A Família como a “agência natural da educação”.
 - 8.3. O Estado como “coordenador e orientador de modo a viabilizar os desígnios da Igreja e da Família para a expansão integral dos membros da comunidade”.

Pode-se resgatar a fala de 1931, do Pe Leonel Franca, em defesa da *educação católica*, como aquela realmente capaz de *educar para a vida*, quando ele distingue claramente:

O homem não vale pelo que sabe, mas pelo que é (...) É, sobretudo a consciência que faz o bom chefe de família, o bom cidadão, o bom operário, o bom profissional. E a consciência não se forma com lições de gramática ou de geografia (...) É a educação que plasma o homem; a instrução, quando muito, prepara técnicos. A instrução dirige-se exclusivamente para a inteligência; a educação abraça o homem na totalidade de sua natureza desenvolvendo-lhe harmoniosamente todas as faculdades. A instrução é apenas um meio; a educação, o fim, a razão de ser da atividade pedagógica. (FRANCA, apud SALEM, 1982, p. 43)

Os intelectuais católicos passaram, então, a explorar as divergências teóricas entre a pedagogia tradicional católica e os intelectuais laicos do movimento ‘escolanovista’ já na segunda metade da década de 1930 em diante. Não menosprezando a força do ideário laico, a Igreja e seus representantes buscavam, de forma estratégica, uma “terceira vertente” em que pudesse haver uma articulação entre a nova pedagogia (um mal impossível de vencer) e os preceitos educacionais católicos:

A posição católica em relação ao movimento escolanovista no Brasil foi muito contundente nos anos 1930: crítica dura, competente e erudita, acompanhada de um processo crescente de auto-reformulação. O exagero e o destempero intelectual foram passageiros. Alceu Amoroso Lima, Alexandre Correia e Leonardo van Acker, típicos intelectuais católicos, adiantaram críticas rigorosas ao escolanovismo. Mas as primeiras críticas dos intelectuais do Centro Dom Vital ao escolanovismo anunciavam certos cuidados que, no decorrer do tempo, foram retomados, propiciando a abertura para o desenvolvimento de um ‘escolanovismo católico’.[grifo nosso] (GHIRALDELLI JR, 2003, p. 57)

Tristão de Atháide (Foto 05) se apresenta como referência de todo este movimento da intelectualidade católica. Foi em 1928 que Alceu Amoroso Lima converteu-se ao catolicismo. Nos anos subsequentes à sua conversão, ele assumiu uma postura de rigidez. Mas, como se vê a seguir, os educadores católicos passaram a considerar algumas premissas defendidas pelos educadores liberais.



Foto 05 Tristão de Atháide – Alceu Amoroso

Lima

Em 1964, com a ditadura militar, esse mesmo católico atuante e sempre na linha de frente dos debates educacionais brasileiros, parecia novamente converter-se: passando, agora, a assumir uma postura de *revolucionário* em total oposição àquela assumida nos anos 1930, quando se apresentava como *reacionário*. (MORAIS, 1985)

Entre 1930 e 1931, Alceu Amoroso Lima, recém convertido ao catolicismo, em seus “Debates Pedagógicos”, fazia como que a defesa dos posicionamentos educacionais católicos, ao mesmo tempo em que deixava “um espaço de negociação”, no sentido da “construção de um escolanovismo católico” na perspectiva da educação e do ensino. (SALEM 1982),

Por *escolanovismo católico*⁴⁰, de acordo com a expressão usada por Ghiraldelli (2003) pode-se entender que seria uma aceitação, em parte, pela intelectualidade católica das idéias disseminadas pelos liberais.

Após a morte inesperada de Jackson de Figueiredo, em 1928, Tristão de Athayde (Alceu Amoroso Lima) e Perilo Gomes assumiram a direção da revista *A Ordem*.

Lima, à frente também do *Centro Dom Vital*, além de prosseguir a obra de Jackson de Figueiredo: “criar uma cultura católica superior” em relação à revista, transformou-a em “uma revista católica de cultura geral, visando mais à inteligência que aos acontecimentos”. (LIMA apud ANDRADES, 2006, p. 70)

⁴⁰ O ideário escolanovista era reconhecidamente difícil de ser superado ou desacreditado, por assim dizer. Só restava, como opção aos adeptos da pedagogia tradicional (católica), aceitá-lo ou reconhecer o seu valor e adaptá-lo.

Apesar de não inovar, Alceu Amoroso Lima esteve sempre dialogando e não fugindo dos problemas que se apresentavam, posicionando-se em defesa do ideário católico e com uma postura crítica em relação aos reformadores da época.

Alceu avaliou que somente a pedagogia católica tinha uma perspectiva integral da educação. Como católico, dizia que Fernando de Azevedo entendia a educação como “herança cultural às novas gerações”, enquanto Anísio Teixeira, com a idéia constante de “civilização em mudança”, colocou como paradigma a escola americana, “mais preocupada com a adaptação da criança à vida comunitária e ao modo de vida da democracia” (GHIRALDELLI JR, 2003).

Ainda na visão crítica em relação ao ideário escolanovista, Alceu Amoroso Lima invocou uma definição na perspectiva da pedagogia católica, que no seu entendimento, não seria reducionista. Ghiraldelli Junior assim reconstrói a visão de Lima:

“Pedagogia integral”, em “termos cronológicos” compreendeu três momentos da formação do homem: um período que iria do nascimento à morte, que seria a **educação**; outro que iria da puberdade á morte: a **instrução**; e um terceiro que iria da maturidade à morte: a **cultura**. A “educação visa infundir hábitos, a instrução visa ministrar conhecimentos e a cultura tende a elevar a personalidade individual e social” – disse Alceu. Tal plano cronológico correspondeu a um plano no âmbito da “pedagogia integral”. A formação física, “em que preparamos nosso poder”; a formação intelectual, “em que preparamos nosso conhecer”; e a formação moral, “em que preparamos nosso dever”(LIMA apud GHIRALDELLI JR, 2003)

Como foi possível perceber, os católicos, tanto os representantes eclesiásticos, como a intelectualidade laica, sempre estiveram gravitando em torno dos debates educacionais. Em um período específico, em meados da década de 1930, tais ações representaram a chamada “Restauração Católica” (AZZI, 1977^a, 1977^b e 1979). A

partir daí, o grupo continuou atuante e, com vistas ao ensino Superior, somou esforços para que, em 1940, a primeira Universidade Católica fosse fundada no Rio de Janeiro.

Este grupo em questão, em uma perspectiva da Educação para a formação integral do ser humano, sempre entendeu a necessidade de se inserir no processo educacional nacional com vistas de atingir os seus propósitos de ensino em todos os níveis, incluído o superior.

Agora, discutir-se-á o *tecnicismo pedagógico* infiltrando-se no ensino superior, estendendo seus braços com vistas a atender à Modernização da vida brasileira.

3.4. O Tecnicismo Pedagógico com vistas a atender à modernização da vida brasileira. (começo dos anos 1950 até meados de 1960)

No período denominado Estado Novo (1937 – 1945), quando se vivia um regime ditatorial com Getúlio Vargas no poder, as primeiras perspectivas tecnicistas começavam a disseminar-se na direção do ensino no Brasil, de certa forma, pretendendo responder às necessidades da modernização da vida do país.

Nesse período, é que começou a ser utilizado o termo *modernização*. José Carlos Araujo (1991) esclarece que, em razão desta, surge a necessidade de *tecnificação* de setores da sociedade e também da educação. Ou seja, a modernização da vida brasileira é sentida pelas inúmeras conseqüências que ocasionou como “industrialização, urbanização e tecnificação, mas também a internacionalização crescente da economia brasileira” (p. 13).

A inclusão do termo técnico ‘modernização’ deu-se apenas nos anos de 1950. (ARAUJO, 1991). Porém, em períodos anteriores, o Brasil já esboçava

internamente características de desenvolvimento com vistas à modernização⁴¹ - fenômeno mundial atrelado ao capitalismo.

Especialmente nas décadas de 1950 e 1960, as tendências educacionais compartilhavam desse viés tecnicista com os demais processos nacionais de modernização da vida brasileira.

Araujo (1991) salienta que toda essa forte tendência de supervalorização da técnica não ocorria em caráter exclusivo no campo educacional, como foi dito anteriormente. Ela integrava o processo global de modernização e compartilhava uma visão tecnocrática que lançara suas garras nos mais variados setores da sociedade brasileira.

Em Cunha & Góes (1985), encontra-se a afirmação de que o país fora direcionado para a industrialização como “resposta tupiniquim à crise de 1929 do capitalismo internacional”. Um dos marcos dessa mobilização de esforços governamentais para levar o país a buscar saídas frente ao cenário internacional, foi a construção, por Vargas, de um novo modelo – o parque industrial de Volta Redonda. (p. 8)

O modelo capitalista articulava-se com as novas necessidades a serem supridas pela sociedade com o objetivo de acompanhar a tendência mundial de desenvolvimento, leia-se modernização. Araujo (1991) caracteriza assim o capitalismo monopolista, que se refere à fase na qual se foca esta análise:

⁴¹ Araujo se baseia em Habermas para fornecer um conceito de modernização e sua caracterização: “modernização se refere a um conjunto de processos cumulativos e interativos: à formação de capital e à mobilização de recursos; ao desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento da produtividade no trabalho; à imposição de poderes políticos centrais e à construção de identidades nacionais; à expansão dos direitos de participação política, das formas de vida urbana e da educação formal; à secularização de normas e valores, etc.” (HABERMAS apud ARAUJO, 1991, p. 14)

[O capitalismo monopolista] se caracteriza pela reorganização do mercado e do sistema de produção, através das operações comerciais, financeiras e industriais da ‘grande corporação’ (predominantemente estrangeira, mas também estatal ou mista). Embora as tendências para essa evolução sejam anteriores, ela só se acentua no fim da década de 50 e só adquire caráter estrutural posteriormente à ‘Revolução de 1964’. (ARAUJO, 1991, p. 14)

Antes dos militares tomarem o poder no Brasil, no período anterior ao ano de 1964, o Brasil acabava de atravessar uma fase de pesada expansão industrial. Grosso modo, o programa desenvolvimentista progressista do governo Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956 -60) adotara uma perspectiva de expansão da economia brasileira pela associação internacionalista. As posturas revolucionárias de 1930 haviam se desgastado, a exemplo de outros países da América Latina (México, Argentina, Peru):

O populismo esgotou-se pelo avanço das camadas urbanas e dos setores ligados ao campo que escaparam do controle [gerando] uma crise orgânica da classe dirigente. (...) Quando se armou o confronto – como desdobrar o modelo de substituição das importações no bojo da crise social?(CUNHA & GÓES, 1985, p. 10)

Sem condições políticas para se transformar no popular, o populismo, em 1964, deixou a cena para o novo Estado tecnocrático-civil-militar. Os novos tempos serão comandados pela internacionalização do capital, que se aprofundará, e dirigidos pela tradicional classe dominante, agora com mais uma proposta de modernização. (CUNHA & GÓES, 1985, p. 10)

Dessa forma, percebe-se que o modelo de industrialização brasileira entrara em crise a partir de 1962 e a consolidação de imensas desigualdades sociais fora aprofundada com o golpe de 1964, quando se incrementaram as relações da burguesia com o capital internacional.

O modelo industrial voltado para as exportações baseava-se em uma nova “divisão internacional do trabalho” (ROTHEN, 2004, p. 32) em que os países ditos

‘periféricos’, como o Brasil, produziam, em sua maioria, matérias primas, e os países ditos de ‘alta economia’ dedicavam-se à industrialização nas etapas mais avançadas⁴².

Foi nesse contexto que a pedagogia tecnicista ganhou força e se legitimou, reforçando, então, o paradigma de formação universitária restrita à formação profissional. As idéias de racionalização, eficiência e eficácia permeavam todos os níveis do sistema de ensino. (ARAUJO, 1991) Em relação ao Sistema Superior de Ensino, também não era diferente.

A perspectiva do tecnicismo pedagógico, que teve predominância em finais da década de 1950 e toda a década de 1960, é discutida por Araujo em seu texto *Por uma análise das representações sobre as técnicas de ensino*. Ele traz caracterizações nas quais fala do significado de *tecnicismo pedagógico*, tendo seus principais pressupostos em:

(...) sobrelevar as técnicas, os processos, os recursos materiais ligados à dinâmica concreta do ensinar e do aprender. (ARAUJO, 1991, p. 15)

Os elementos constituintes do que se denomina por tecnicismo não se restringem à utilização mais ou menos maciça de recursos tecnológicos no ensino, mas a expectativa, a crença, a convicção, a esperança, a confiança de que o emprego de recursos técnicos (sejam audiovisuais, óticos, eletrônicos, cibernéticos ou propriamente técnicas de ensino, tais como instrução programada, o micro-ensino, o estudo por meio de fichas, os módulos instrucionais, as máquinas de ensinar, a teleducação etc) solucionariam ou teriam papel preponderante na solução das questões relacionadas ao ensino e à aprendizagem. (ARAUJO, 1991, p. 15)

Nessa perspectiva tecnicista, a formação profissional era tida como o grande objetivo utilitário da formação universitária. O papel da universidade ficava restrito, desta forma, à “preparação do capital humano para o desenvolvimento nacional através, quem sabe, da ascensão social de individualidades” (ROTHEN, 2004).

⁴² O termo ‘periféricos’ se referem aos países mais pobres e que dependem de capital externo. Em contrapartida, os de ‘alta economia’ se referem àqueles países que possuem uma economia mais sólida, ou seja, são os países ricos.

A pedagogia tecnicista tem suas bases em diversas teorias e no ideário de autores diversos⁴³. Pelo *taylorismo* e *fordismo*, encontra subsídios para as diretrizes da *administração científica*. A *cibernética* e o *behaviorismo* são inseridos nas perspectivas tecnicistas por *Wiener* e *Skinner* respectivamente. *Betalanffy* apresenta a *teoria geral dos sistemas* e o ensino superior se baseia em muitos pontos no *sistem analysis* norte americano. (ARAÚJO, 2006)

Até o aparecimento das perspectivas histórico-críticas, que viam, no enfoque tecnicista e também escolanovista, vários pontos a serem criticados e relegados, a tendência à tecnificação do Ensino Superior, como já foi dito, exerceu função paradigmática por muitas décadas. O propósito de que a universidade pudesse oferecer um ensino atrelado à técnica, e, desta forma, cumpriria o papel de modernizar a vida brasileira, levando o país ao tão sonhado progresso, colocava-se como verdade incontestável até então. Por um longo período, as justificativas tecnicistas se pautaram na sua prática como grande mola precursora para o Brasil se equiparar às grandes potências. Mas, se antes era impossível não ceder à corrente tecnicista, gradativamente, são levantadas razões para se opor a ela.

3.5. Década de 1960

Em toda a América Latina, há uma forte tendência de importação de modelos educacionais. As ditaduras militares que tiveram lugar no continente naquele período tentavam trazer de fora as fórmulas (“receitas estrangeiras”) de

⁴³ Araujo afirma ser possível verificar o fluxo de realizações ligadas à divulgação da psicologia *behaviorista*, ao aparecimento da instrução programada, a órgãos destinados a apoiar o serviço de recursos audiovisuais, à teleeducação, à TV Educativa, à tradução mimeografada no início dos anos 1960 das teorizações de Skinner etc, tudo isso ainda no início dos anos 60. (1991)

desenvolvimento, enquanto a situação da maioria da população se encontrava em preocupantes índices de crise social.

A demanda da classe média pelo ensino superior crescia e, ao mesmo tempo em que os governos militares pela repressão tentavam calar a população, era urgente atender a essa necessidade dos jovens pela ampliação do número de vagas para o ensino superior.

No discurso educacional do governo militar, havia um enraizamento da tendência pedagógica tecnicista, que veio permear a Reforma Universitária (Lei 5540/68) de forma contundente. (SAVIANI, 1988). Muitos autores confirmam como a referida lei e alguns decretos promulgados na década de 1960 apontavam para o *tecnificação* e a *privatização* do Ensino Superior brasileiro.

No capítulo desenvolvido a seguir, eventos históricos marcantes serão apresentados e muitas discussões já levantadas serão retomadas sob novos prismas. A trajetória da Igreja Católica no Brasil e as influências por ela sentidas por meio do Concílio Vaticano II e pré-concílio, conferências do CELAM (Concílio Episcopal Latino-americano), fundação da AEC, promulgação de Leis etc serão relacionadas a outros acontecimentos importantes a partir do início do século XX. Todas estas informações foram buscadas para que uma melhor análise fosse feita junto às matérias selecionadas do nosso objeto – a Revista de Cultura Vozes.

4 TRAJETÓRIA, DIRETRIZES E MODELOS CATÓLICOS

Quando se fala em “doutrina católica” ou mesmo em “diretrizes religiosas”, vem sempre à mente uma série de preceitos, ritos, procedimentos e orientações que perpassam décadas e até mesmo séculos sem que sofram alterações em sua base. Base esta que poderia ser entendida como sólida e fechada a mudanças. Percebeu-se, no decorrer deste estudo, primeiramente, que religião alguma sobrevive se não acompanhar todo o processo histórico da humanidade e, em segundo lugar, que dentro de determinada doutrina, existem setores que migram em diferentes direções e se aglutinam ora em grupos mais transformadores, ora em outros mais tradicionalistas⁴⁴.

Neste capítulo, serão apresentadas algumas ações empreendidas por diferentes grupos católicos, no período compreendido antes, durante e após o Concílio Vaticano II (1962-1965). Discutir-se-á também o posicionamento assumido pela intelectualidade leiga católica e por alguns membros da hierarquia eclesiástica.

5.1. Ação Católica e Pré Concílio

Apesar da rígida hierarquia da Igreja, nem sempre, as ações práticas empreendidas em nome desta instituição são totalmente influenciadas por determinações específicas de Roma. Há, contudo, espaço para movimentos que vão além das determinações do Vaticano. No decorrer da história, determinações da alta cúpula – cúria Romana e Papa – promoveram orientação e sofreram ajustes, no caso de projetos empreendidos em nível local (diocese, regiões e até mesmo países), decorrentes

⁴⁴Ver a Periodização apresentada no ANEXO.

das necessidades regionais e temporais, no intuito de manter e solidificar a presença da Igreja em tantas áreas de influência quanto possível.

Tratar-se-á nos próximos parágrafos, das ações concretas empreendidas pela Igreja no Brasil, na década de 1960, muitas das quais consideradas conseqüências do dito *aggiornamento*⁴⁵ ocorrido no interior dessa instituição com o advento do Concílio Vaticano II. Também serão examinados seus reflexos sentidos na postura quanto à atuação, divulgação e seleção de objetivos educacionais católicos.

Dois pontos importantes devem ser considerados para se fazer uma análise de um período de atuação da Igreja, no caso específico deste estudo, a década de 1960. O primeiro é que as ações realizadas por grupos em nível local podem sofrer dura oposição no interior de suas próprias organizações, e também outro ponto é que outros projetos, em alguns momentos, diferem das orientações centrais (Roma) por não haver somente uma única linha de ação e de interpretação. É preciso sempre estar atento para perceber as diferentes concepções e planejamento de ações, buscando uma finalidade comum entre “o mundo eclesial mais amplo e as práticas nas igrejas locais”. (AZEVEDO, 2003) É, por esses e outros fatores determinantes, que se pode dizer que não havia, naquele momento uma “Igreja Una”, em que todos os segmentos agiam com uma única linha de ação.

Ainda outro ponto a ser percebido e considerado, é a forma como a Igreja Católica interage com os demais atores internacionais no campo político. Como “única instituição confessional do mundo a ter acesso às relações diplomáticas” (AZEVEDO,

⁴⁵ *Aggiornamento* foi o termo então utilizado, no momento em que era debatido o Concílio Vaticano II, para simbolizar o ‘arejamento’ da Igreja: “arejou-se a Igreja – *aggiornamento* foi a expressão de então – e velhas idéias foram espanadas da poeira das rotinas, da autocensura e dos medos. João XXIII, inesperadamente e para espanto e terror da cúria romana, em janeiro de 1959, convocou um concílio ecumênico.” (SOUZA, 2004,p. 91)

2003), o Vaticano tem uma diplomacia própria que se dá pela Santa Sé⁴⁶. A construção histórica do seu modelo próprio de diplomacia segue algumas características básicas apontadas por Azevedo:

(...) estável, conciliatória; silenciosa; baseada em pequenos e gradativos passos; com o menor custo possível para a imagem da instituição; reforçadora da imagem da Igreja como uma instituição unificadora, a serviço de toda a humanidade. Uma das tradições da Santa Sé é, também, a de nunca tomar a iniciativa, nem de iniciar, nem de romper, as relações diplomáticas com qualquer país. (2003, p. 71)

Já foi discutida acima, em capítulo anterior, a determinação das fases de atuação da Igreja no Brasil, segundo a percepção de Azzi (1977a e 1977b): a) *Igreja da Cristandade* – até meados do século XIX; b) *Reforma Católica* – implantada no Brasil no século XIX, como obra do episcopado; e c) *Restauração Católica* – especialmente no decênio 1920/ 1930, caracterizando o período por uma maior participação da Igreja na sociedade civil e aproximação entre Estado e Instituição Católica.

Nos diversos autores pesquisados, inclusive nas matérias selecionadas da Revista de Cultura Vozes, esse é um tema encontrado com alguma frequência. Os modelos de Igreja encontrados no decorrer dos séculos são, mesmo que de forma lenta, reflexos das relações sociais que vão aflorando com a humanidade.

Por sua vez, José Carlos Araújo (1986 e 2006) discute três perspectivas de Igreja Católica: 1. *Igreja como Cristandade*, anterior à Modernidade, esta concepção de Igreja, desenvolvida na Idade Média, colocava Igreja e Estado como detentores do poder; 2. *Igreja como Sociedade Perfeita*, por volta do século XVI estava acima de todas as demais instituições, inclusive o Estado deveria subordinar-se a ela; 3. *Igreja*

⁴⁶ A Santa Sé é formada pelo papa e pela cúria Romana. “A expressão Santa Sé inclui (...) não só o Romano Pontífice, mas também a Secretaria de Estado, o Conselho para os Negócios Públicos da Igreja e os demais organismos da Cúria Romana.” (Código de Direito Canônico apud AZEVEDO, 2003, p.69)

como *Povo de Deus*, já no século XX, os leigos em igualdade com os clérigos, como reflexo do Concílio Vaticano II.

Já Maria Blassioli de Moraes (2003) traz a classificação de modelos de Igreja percebidos por ela e em sintonia com demais autores: “da neocristandade, a modernizadora, a reformista e a popular”.

1. *A Igreja da neocristandade* (1916 – 1955) teve como principal objetivo a cristianização da sociedade e buscava expandir-se nas instituições. Pelos projetos da Ação Católica, com o intuito de aproximação dos fiéis, a classe média urbana era atingida, porém a classe trabalhadora necessitava de contato. Esse período contou com a marcante presença de D. Leme, personalidade já citada, que, entre muitas ações, lançou uma carta pastoral, em 1916, dando forte impulso a tal movimento.
2. *A Igreja reformista* (1955 – 1964), intensas mudanças foram sentidas no interior da instituição e o objetivo era a aproximação entre Igreja e massas trabalhadoras, com o intuito de promover a melhoria do destino dos seres no mundo e o alcance da justiça social. “Maior participação dos leigos (...) e maior proximidade entre o clero e o povo”, entre outras premissas. Foi nesse ínterim que surgiram, para atender a esses objetivos expressos acima, os MEBs, ou Movimento Educacional de Base.
3. *A Igreja popular e progressista* (1964 – 1973) buscava aproximação com setores populares e via na atuação e posicionamento político a saída para o enfrentamento dos problemas sociais. Nesse momento, muitos componentes da Igreja (tanto eclesiásticos quanto intelectuais) migraram para a Esquerda,

colocando-se politicamente, em direção aos sindicatos, movimentos populares etc.

Várias vertentes estavam inseridas no interior dos grupos católicos ao mesmo tempo. A partir desses modelos, propõem-se, ainda, outras caracterizações – presentes na década de 1960 - de movimentos advindos do interior da Igreja católica brasileira com algumas particularidades.

Outras posturas adotadas por setores da igreja católica, na década abraçada por nosso estudo – 1960 -, podem ser percebidas. Estes diferentes modelos, aqui propostos, poderiam ser assim caracterizados:

- O primeiro grupo abrangia os *modernizadores conservadores*, que queriam transformações na Igreja, porém sem o envolvimento em questões políticas.
- Um segundo grupo contava com a ala *tradicionalista* da Igreja, que se empenhava pela manutenção da ordem clerical.
- Em terceiro, houve também o *modelo anti comunista* que radicalizou no sentido de se opor ferozmente ao sindicalismo e a qualquer mobilização da classe trabalhadora.
- Como quarto grupo, tem-se o grupo, denominado *ala de esquerda*, que se caracterizou como aquela que defendia o envolvimento da igreja com questões sociais.

A análise dessas distintas perspectivas, porém integrantes de uma mesma filosofia religiosa, leva à constatação de que a Igreja católica desejava espalhar sua atuação por todos os campos quanto lhe fossem possíveis. Nestes ajustes, buscava-se,

como verdade incontestável, que a sociedade somente se veria livre de seus problemas sociais quando vivesse sob a “Doutrina Social Católica” (MORAES, 2003)

Já no período pré Concílio Ecumênico, entre 1959 e 1963, o Papa João XXIII enviou às nações com clero relativamente abundante⁴⁷ cartas pedindo ajuda por meio do envio de padres à América Latina. (MORAES, 2003). A recomendação era para que o clero e os católicos leigos buscassem a aproximação do povo. Esse ato do Pontífice, como recomendação, declarava o nítido objetivo de expansão da atuação católica na intenção de ocupar novos espaços na sociedade e, quem sabe, voltar a preencher as lacunas deixadas no passado e que foram preenchidas por outros grupos.

Antes, em 1955, foi criado o CELAM – Conselho Episcopal para a América Latina. Ajuda monetária e de recursos humanos eram enviados por Roma, para reforçar a ação social dos leigos e sacerdotes. O Vaticano tentava, desta forma, “prevenir-se contra a eclosão de possíveis revoluções de inspiração comunista”. (MORAES, 2003, p. 16)

Um dos marcos da Igreja Católica, ao assumir a postura mais progressista, com vistas a interagir com a sociedade numa postura dialética, foi o documento do então Papa Paulo VI, por ocasião da “solenidade da ressurreição de Nosso Senhor Jesus Cristo”, em 1967. Durante a Festa da Páscoa, 26 de março de 1967, Paulo VI “surpreendeu o mundo” ao publicar a encíclica *Populorum Progressio*⁴⁸, sobre o desenvolvimento dos povos.

⁴⁷ Foram enviadas a diversas nações cartas com pedido de ajuda para que padres fossem enviados para trabalhar na América Latina: nove cartas aos bispos dos Estados Unidos e Canadá, ao episcopado alemão seis, duas aos bispos da Itália e a cada um dos episcopados da Irlanda, Bélgica, França, Suíça e Espanha foi enviada uma correspondência. (BEOZZO, 2001) (MORAES, 2003)

⁴⁸Os seguintes tópicos faziam parte da encíclica *Populorum Progressio*: Sobre o desenvolvimento dos povos. A questão social abrange agora o mundo inteiro: **Primeira parte** – Para o desenvolvimento integral do homem. 1. Dados do problema. 2. A Igreja e o desenvolvimento. 3. Ação a empreender. O

Em 1968, três anos após ter terminado o Concílio Vaticano II – que será pesquisado adiante -, foi realizada em *Medellin*, na Colômbia, a II Conferência Geral do Episcopado Latino Americano. Conferência essa que reforçou as determinações do recém Concílio de aproximação da Igreja com os pobres: “a voz dos que não têm voz”. (MORAES, 2003, p. 17). Além da alfabetização e assistência social, era praticada a “conscientização”.

Posteriormente, em 1979, na cidade de *Puebla*, no México, aconteceu uma nova Conferência Geral do Episcopado Latino Americano, cujos objetivos eram de preparar o clero e os católicos leigos para se aproximar das massas, conscientizando o povo e disseminando a “doutrina social católica”.

A história pessoal de Alceu Amoroso Lima é representativa do movimento pelo qual a Igreja passou no século XX: quando recém converso e radical; depois tentando articular de uma forma menos veemente a postura educacional liberal com os preceitos católicos; e, já na década de 1960, assumindo uma postura contestadora e corajosa perante o regime militar. (MORAIS, 1985)

A Igreja, na transição do século XIX para o século XX, viu-se, de certa forma, amordaçada e em situação de desprestígio. Foi o auge da eclosão dos *movimentos liberais e positivistas*, que apregoam a educação laica.

Mas a instituição católica procurava reagir para conquistar o seu espaço e retomar o seu poder junto à sociedade. Uma considerável parcela de católicos, entre

destino universal dos bens. Industrialização. Para um humanismo total. **Segunda parte** – Para um desenvolvimento solidário da humanidade. 1. Assistência aos fracos. 2. Equidade nas relações comerciais. 3. A caridade universal. Desenvolvimento é o novo nome da paz. Apelo final. Na bibliografia apontada pela encíclica, em várias ocasiões, apontou-se a encíclica *Gaudium et Spes*, que será discutida ao final deste capítulo.

leigos e episcopado, articulava uma forma de reação, fato já amplamente discutido quando foi apresentada a *Restauração Católica* discutida com o apoio de Azzi (1977a , 1977b e 1979)

Como já foi dito, no início do século XX, especialmente na década de 1920, ocorreram movimentos de diferentes setores da sociedade como resultado de turbulências nas artes, política etc. Nesse momento, a reação católica teve como seu grande precursor Dom Leme, que foi transferido para o Rio de Janeiro; onde conheceu Jackson de Figueiredo. Fundaram, então, o Centro Dom Vital e a Revista “A Ordem”, que, pelo próprio nome, sugere uma visão autoritária e reacionária.

Com a morte inesperada de Jackson de Figueiredo, Alceu amoroso Lima assumiu a direção do Centro Dom Vital em 1928. Na intenção de organizar um “núcleo de estudos para a formação de uma cultura católica superior”, Alceu promoveu conferências semanais sobre temas filosóficos, sociológicos, educacionais e mesmo religiosos. (SALEM, 1982)

A Educação sempre esteve no foco da atuação da Igreja católica. Desde os tempos de Colônia, como já foi assinalado, era o padroado o detentor do saber e quem detinha o direito de educar as elites do país.

Para se inserir novamente nos debates pedagógicos, a Igreja necessitava de se fortalecer, pois os liberais vinham conquistando seus espaços, e o movimento mundial escolanovista já tinha repercussões no Brasil.

Nessas circunstâncias, Alceu Amoroso Lima, como um dos principais intelectuais católicos de todos os tempos, se não o principal, se dedicava a temas pedagógicos no intuito de promover discussões ou à defesa da educação católica. Na

análise de sua trajetória, feita por Morais⁴⁹ (1985), ele aponta três etapas distintas como pensador católico:

1º. Momento, o de neo-converso, súbito, cheio de certezas obsessivas.

2º. Momento, já a partir de meados dos anos 1940 quando começa a praticar o que Nietzsche chamou “a arte da desconfiança”, tanto com relação ao global das idéias quanto com respeito às suas próprias posições mais rígidas.

3º. Momento, que, iniciado por Maritain, Mounier e Lebreton, culminou com as encíclicas de João XXIII e os primeiros resultados do Concílio Vaticano II; esse momento foi bem caracterizado por uma postura a tal ponto ecumênica e compreensiva, que o pensador atingiu a humildade de passar a propor suas idéias quase como quem simplesmente coloca hipóteses.

Como desencadeadoras dessas mudanças podem-se aliar as transformações sociais em campo religioso católico - que diria Morais (1985) “não serem pequenas” - à própria maturação do pensamento do homem Tristão. O contato com outras formas de pensamento fez com que o intelectual abrisse seu entendimento e deixasse de lado antigos radicalismos:

Na convivência com Anísio Teixeira e Lourenço Filho, quando colegas no Conselho Federal de Educação, o próprio Dr. Alceu (...) declara se haver deixado penetrar pelos aspectos mais **existenciais** da educação pregada pela Escola Nova. Como educador, o hierarquismo autoritário (...) fora, pelo próprio pensador carioca, grandemente relativizado. (...) nunca se entendeu com o tecnicismo educacional; já com a concepção dialética a coisa não ficou tão distante. (...) Disse-me que (...) o marxismo é metodologicamente muito forte como forma de investigação, ao mesmo tempo em que bem frágil como ideologia. (MORAIS, 1985)

⁴⁹ Régis de Morais (1985), em seu livro “História e Pensamento na Educação Brasileira: Contribuição de Tristão de Athayde”, analisa a vida, a obra e o pensamento de Alceu Amoroso Lima.

Ocorreu, no Brasil, na década de 1930, uma estruturação nacional da Igreja Católica: uma de suas vertentes, a *Ação Católica*⁵⁰, participou de forma dinâmica na atuação da Igreja diante da realidade social brasileira. Especialmente no período denominado de “construção da nação”⁵¹ esses movimentos tomaram fôlego e ampliaram sua atuação; era o início da ação catequizadora, educadora e assistencialista sistematizada, empreendida pela instituição católica.

Nos anos 1950 e também no início da década de 1960, seus representantes, especialmente os jovens procuravam dialogar com a sociedade e debater com o Estado e a realidade sócio-política do país, expondo-se às mais severas críticas de alas tradicionalistas da Igreja que viam, muitas vezes, a atuação política como subversiva e negativa para o bom relacionamento da Igreja com o Estado. Souza (2004) e outros autores atribuem à Ação Católica a responsabilidade pela inserção da postura católica em amplos setores:

(...) foi através de setores dinâmicos em seu interior [da Igreja] que sua presença foi se fazendo mais forte. (...) Essa Ação Católica, na década de 1950 e início da década de 1960, foi responsável por um forte dinamismo da Igreja e por sua presença na sociedade mais ampla. Um movimento teria uma influência particular, a Juventude Universitária Católica (JUC), entre 1959 e 1965, quando lançou a idéia de procurar um “ideal histórico” para o Brasil (1960), participando intensamente da política universitária e fornecendo quadros dinâmicos para a educação popular. (p. 78-9)

A atuação da Ação Católica e, especificamente, da JUC foi atacada em diferentes momentos por setores tradicionais da Igreja, que viam como equivocada a sua posição. Ou seja, dentro da própria Igreja, em outros setores, formavam-se grupos de

⁵⁰ Em seu artigo “*As várias faces da Igreja Católica*”, Souza (2004) aponta a origem da Ação Católica na “Ação Católica italiana criada pelo papa Pio XI, [que] evoluiu a partir da influência francesa, belga e canadense, para a Ação Católica especializada, com seus setores, principalmente de jovens, do mundo rural (JAC), estudantil (JEC), independente, isto é, de classes médias (JIC), operário (JOC) e universitário.” (p.78)

⁵¹ No Brasil, “(...) a partir do último governo Vargas (1950-1954) até o final da presidência de Juscelino Kubitschek (1955-1959), tivemos um período que podemos chamar de construção da nação. A Igreja participou desse processo e dessa tendência de unidade nacional.” (SOUZA,2004 p.79)

oposição às transformações. A ala tradicional da Igreja se opunha à atuação da Ação Católica, mesmo esta sendo contra a luta armada. Pelos ensinamentos da Ação Católica, a luta de classes deveria ser mediada pelo diálogo (MORAES, 2003). Nesse contexto, o golpe de 1964 inaugurou um período de grande tensão entre a Ação Católica e o governo. Se, antes, havia uma “*cooperação para o bem comum*” entre Igreja e Estado, “que beirava até mesmo uma certa promiscuidade”, já que se distanciava do “ideal republicano de separação entre Estado e Igreja, prejudicial à laicidade do Estado e autonomia da Igreja” (BEOZZO, 2001); no pós golpe, verificou-se “uma grande crise nestas relações.”

(...) num primeiro momento, não com a Igreja toda, mas aqui e ali com aqueles setores (...) empenhados no campo social e político, como os militantes da Ação Católica: a JOC, no meio operário; a JAC, no meio rural; a JEC no meio estudantil secundarista e sobretudo a JUC no meio universitário, com seu desdobramento no campo político-partidário, depois da criação da Ação Popular (AP). (...) Mas, com o AI 5, irá aumentar as áreas de atrito com a Igreja. (BEOZZO, 2001, p. 123)

Por meio da CNBB, criada em 1952, a Igreja, muitas vezes, tomava posição de oposição ao regime e “a favor das reformas sociais”. Mas outros católicos “se mobilizavam em direção contrária”. Desde a reaproximação entre a Igreja e o Estado, a partir da década de 1920, a Igreja sempre configurou-se como uma instituição de Direita e que fazia valer os seus preceitos de autoridade em perfeita parceria entre os “líderes espirituais e os líderes temporais” (AZZI, 1979). Percebe-se essa face da Igreja, que persistia, mediante a coerente Mensagem de 27 de maio de 1964, da própria CNBB:

Agradecemos aos militares, que com grave risco de suas vidas (sic!), se levantaram em nome dos supremos interesses da Nação e gratos somos a quantos concorreram para libertar-nos do abismo iminente. (CNBB apud SOUZA, 2004, p. 81)

Percebe-se que a igreja, como instituição inserida na sociedade, também sofria pressões advindas de interesses contraditórios. No mesmo documento, citado anteriormente, fazia a defesa de alguns de seus membros:

Não aceitamos e nem podemos aceitar nunca acusação injusta, generalizada, gratuita, velada ou explícita, pela qual bispos, sacerdotes, fiéis ou organizadores, como, por exemplo, a Ação Católica e o MEB são comunistas ou comunizantes. (CNBB apud SOUZA, 2004, p. 81)

Muitos projetos sociais empreendidos pela Igreja foram financiados pelo governo militar. Muitos setores da sociedade atacavam a Igreja Católica por afirmar que havia “contratos entre a Igreja e o regime militar”. (MORAES, 2003) Nessa perspectiva, ela era considerada conivente com as atrocidades cometidas pelos detentores do poder, naquele momento.

Dessa forma, havia a possibilidade de fazer a Ação Católica urbana, sem ser ameaçada pelo autoritarismo. O discurso católico “anticomunista e anticapitalista” também se adequava ao momento da ditadura. A Igreja, diante do golpe militar de 1964, com a pretensão de afastar o comunismo do país, encontrou ressonância no novo regime (MORAES, 2003). Enquanto a Ação Católica se empenhava na educação não formal, com vistas a levar a educação católica à população pobre, os educadores (formais) ligados às escolas católicas e também a movimentos de educação popular se reuniam em torno da Associação de Educação Católica (AEC), associação que será alvo de nossa próxima discussão.

5.2. AEC – Associação de Educação Católica

A Associação de Educação Católica (AEC) do Brasil gravitava no campo educacional, em profunda ligação com as escolas católicas do país, a elas prestando

orientações e amparo em suas ações educativas. A AEC do Brasil foi fundada em 1945, como consequência de iniciativas neste sentido, levantadas no I Congresso Nacional de Estabelecimentos Particulares de Ensino, em 1944, no Rio de Janeiro. Em 1981, mudou-se para Brasília, funcionando, inicialmente, no mesmo prédio que o MEB - Movimento de Educação de Base. (AEC do Brasil, 2006a)

A criação da AEC foi justificada pela necessidade, nas palavras da Irmã Leônida Fávero (1995, p. 23), de “reunir pessoas em defesa da escola católica e aumentar a força das instituições escolares em vista (...) da educação pautada no Evangelho”.

Barbosa (2005) - compartilhando a opinião de Rocha (1997) - afirma que a AEC foi fundada com a intenção de responder aos problemas enfrentados pelas escolas católicas ante seus debates com a escola pública, laica e gratuita e também com o intuito de “dinamizar e coordenar a ação educativa da Igreja católica no país”. (p. 25)

Questões pertinentes à legislação educacional também necessitavam passar pelo crivo de uma entidade que representasse as escolas católicas:

A AEC tinha como um dos objetivos ampliar a ação da educação católica; mesmo assim, procurou conservar uma relação muito próxima com o poder do Estado, colaborando, acompanhando e elaborando conjuntamente as novas leis educacionais, que tinham uma relação direta e interferiam nos interesses da educação católica. (BARBOSA, 2005, p. 25)

Como já foi discutido, a igreja percebia que perdia terreno desde as primeiras décadas do século XX. No campo da educação, as escolas católicas, que detinham uma forte ferramenta de exercer influência, sentiam que era necessário reagir. Esse poder de influência começou a ser pensado a partir do momento em que a

educação era disputada com grupos rivais – educadores liberais especificamente -, e o ensino assumia a prerrogativa de inculcar valores e visões de mundo nos alunos.

As escolas particulares confessionais percebiam que, se não se fortalecessem, em poucas décadas, seriam colocadas à margem da educação secundária brasileira. Também em todos os níveis de ensino, a educação católica necessitava se firmar. Porém a AEC, inicialmente, parecia focar sua preocupação, de forma mais contundente, no ensino secundário. Com este propósito, o de garantir a conquista de seus interesses, a igreja criou a AEC. (ANDRADES, 2006, p.68)

Com essa política em ação, a igreja articulou vários planos para que “seus projetos”, ou seja, propostas que se tornariam políticas em seu benefício, fossem oficializadas. Mesmo com a forte oposição dos grupos que tinham como bandeira a Escola Nova, que defendia a escola pública, os educadores católicos obtiveram significativas conquistas. (ANDRADES, 2006, p. 203)

Compreende-se a força de pressão política alcançada pela AEC pelas particularidades quanto à sua atuação, por exemplo, nas discussões para a promulgação da lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961:

A AEC, por outro lado, estava jubilosa com a versão final da lei. E com razão, pois no artigo 93 se permitia às escolas particulares receber fundos públicos; no artigo 8, parágrafo 1, os representantes das escolas particulares foram colocados nos corpos de decisão, chamados Conselhos de Educação, que vieram quase a substituir o Ministério da Educação; (...) se garantia a equivalência dos diplomas particulares com os públicos, embora nunca tivesse sido questionada, a educação religiosa continuava fazendo parte legítima do currículo da escola pública. (ANDRADES, 2006, p. 203)

O interesse em conhecer um pouco mais de perto a caminhada dessa associação reside, primeiro, na importância que ela teve para o ideário educacional católico, pois, por intermédio dela, os educadores e intelectuais católicos tinham voz,

conseguindo, assim, inserir-se nos debates educacionais do país. Há autores que a comparam em grau de importância com a ABE, reduto dos educadores liberais. Em segundo lugar, o interesse aqui está na íntima ligação da AEC com o objeto principal de estudo nesta dissertação – A Revista de Cultura Vozes, no período examinado.

Em parte do período pesquisado – década de 1960, janeiro de 1961 a dezembro de 1969 –, a Revista de Cultura Vozes tinha uma sessão específica em que publicava notícias e matérias gerais da AEC, intitulada: “Caderno da AEC do Brasil”. Este “*boletim*” inserido na revista, circulou de 1966 a 1969. Note-se que não era em formato de encarte e, sim, uma sessão da revista *Caderno da AEC do Brasil*, que trazia “notícias sobre as escolas católicas, os movimentos de interesse das escolas e textos de formação para seus associados” (ANDRADES, 2006, p. 204). Fato que demonstra o apoio dado por parte da *Editora Vozes* à AEC, cedendo espaço, em sua principal revista, para a divulgação/utilização pela entidade apontada.

Para as instituições educacionais filiadas à AEC, a *ação educativa* era entendida na visão da doutrina católica romana. A partir dos documentos relativos à AEC, tinha-se a ação educativa como uma função que se apoiava na busca da realização de uma “educação evangélico-libertadora” que inspirasse a conscientização da dimensão social, de suas exigências para a educação cristã mais abrangente, tanto na *micro* quanto na *macro* realidade. (AEC, 2006b)

Especialmente com o intuito de lançar farpas à “escola pública laica”, os educadores católicos defendiam a educação cristã mais abrangente, criticando aquilo que era perspectiva liberal de educação:

[Concebe o educando] apenas do ponto de vista natural, isto é, por preocupar-se, unicamente, com a formação do cidadão deste mundo, garantindo-lhe o desenvolvimento individual e ajustamento social e

transformando a sociedade civil de meio em fim, o que significa uma afirmação voltada para o temporal, contrariamente à formação católica, que se preocupa com a formação do cidadão, com a realização completa da sua personalidade, tanto no plano natural quanto no sobrenatural. (ROCHA, 1997b, p. 23)

Em oposição às concepções liberais que tinham como propósito a formação do homem para a vida, na opção pela escola pública e laica, os argumentos dos idealizadores da AEC para a *educação libertadora* assim a entendiam:

(...) a libertação integral do homem, da promoção social do homem todo, do verdadeiro desenvolvimento de todos e de cada um. Sua constituição se dá entre duas vertentes: a personalista e a político-social, uma não excluindo a outra, mas as duas vão deixar marcas na filosofia educacional, na metodologia de ensino. Em seu primeiro estágio, o aspecto personalista teve maior expansão, tornando-se uma constante na prática de muitos educadores e escolas, prevalecendo sobre o aspecto sócio-político. É perceptível o resgate desta segunda vertente que se deu com a idéia e necessidade da mudança social com a educação, tendo como eixo a justiça, na perspectiva de uma mudança da sociedade. (BARBOSA, 2005, p. 13)

Essa utópica concepção de educação cristã, visando à formação integral da pessoa humana, pode ser percebida na descrição da *missão da AEC*. No seu estatuto, encontra-se presente, no capítulo II, artigo terceiro, aqui apresentado por Cunha Neto (2001, p. 16-17):

Art. 3º. A AEC do Brasil tem por fim promover a educação cristã, entendida como aquela que visa à formação integral e ao aprimoramento cultural da pessoa humana e ao bem da sociedade, numa atmosfera evangélica de liberdade e caridade.

Parágrafo único – Para buscar esse objetivo, a AEC do Brasil procurará:

- Difundir, nos Sistemas e Instituições educacionais, os princípios e valores da educação cristã, segundo o Evangelho, a doutrina da Igreja e as orientações pastorais;
- Postular e comprometer-se, por todos os meios, por uma educação de qualidade para todos;
- Defender o direito de toda pessoa a ingressar e permanecer no ciclo básico de uma educação de qualidade e gratuita;

- Defender a liberdade de escolha das famílias ao tipo de educação que desejam para seus filhos, segundo seus princípios morais, religiosos e pedagógicos;
- Proclamar a liberdade de ensino consagrada na Declaração Universal dos Direitos do Homem;
- Atuar junto aos órgãos públicos, especialmente os que cuidam de educação;
- Incentivar a adaptação dos currículos escolares às realidades e culturas locais e nacionais, especificamente das culturas pós-modernas, com vistas a uma efetiva e segura promoção humana integral;
- Comprometer-se, na prática, na defesa da justiça enquanto princípio cristão, fiel à opção preferencial pelos pobres assumida pela Igreja latino-americana;
- Motivar, por todos os meios da ação educativa, a formação para a consciência da cidadania;
- Insistir no despertar de lideranças cristãs, alimentando-as através de engajamentos sócio-político-religiosos;
- Realizar, com a colaboração de órgãos oficiais e particulares, estudos e pesquisas em educação e promover assessoria ampla, em nível nacional às iniciativas dos associados, facilitando-lhes a reflexão, a conscientização e a ação educativa;

Estimular as Entidades Associadas a:

- Uma ação educativa que, ultrapassando o limite da instituição escolar, se abra a outras formas de educação necessárias ao atual contexto sócio-local;
- Uma ação educativa vinculada à Igreja local, visando à pastoral de Conjunto;
- Vincularem-se a organismos nacionais e internacionais de cultura, educação e pastoral em vista de uma autêntica promoção da cultura, da educação humano-cristã das pessoas inspiradas na ação libertadora proposta pelo Episcopado latino-americano, especificamente pela CNBB;
- Fomentar a vivência comunitária educativa, fundamentada no espírito evangélico de liberdade, caridade e serviço para construir uma sociedade mais fraterna;
- Assistir os associados nas suas relações com os poderes constituídos;
- Prestar colaboração às publicações de cunho educativo e pastoral;

- Promover publicações ou difusão de obras capazes de enriquecer os trabalhos nesses setores;

- Manter intercâmbio com instituições congêneres nacionais e internacionais.

Destaca-se, aqui, a perspectiva cristã de educação permeando o discurso educacional da AEC, leia-se das escolas católicas. O ideal de educação como formação integral de qualidade e com respeito à ética nas relações humanas de acordo com as recomendações do ideário católico eram a tônica da Associação. Havia também uma forte preocupação em preparar os educadores e principalmente as instituições para interagirem de forma igualitária com o mercado e com o Estado, nas suas exigências legais e prerrogativas de disputa no sentido empresarial (as escolas brigando por maior número de alunos matriculados).

Pode-se, por meio dessas constatações, asseverar que a AEC, desde sua fundação, lançava mão de estratégias de ação com o intuito de melhor preparar os seus associados para as disputas no campo educacional brasileiro.

A pergunta que se poderia propor é por que uma associação se interessaria em publicar boletins e qual a sua intenção ao fazê-lo. Será que haveria algum saber a ser difundido? Qual seria o público a ser alcançado? Quem responde, em parte, a este questionamento é um dos diretores, colaborador da AEC do Brasil e que escreveu uma matéria comemorativa pelos 21 anos da Revista da AEC: Antônio Puhl (1991)

Para comunicar-se com os seus associados e com a sociedade, a AEC utilizou sempre de circulares e informativos próprios. (...) utilizou-se de veículos específicos. A princípio com a revista SERVIR, da Editora Agir, depois com o Caderno da AEC do Brasil inserido sucessivamente nas revistas VOZES de Petrópolis e NOSSO SÉCULO, a AEC procurou criar entre os associados um vínculo de união. (p.7)

A Irmã Leônida Fávero (1995) relaciona alguns momentos históricos com a postura adotada pela AEC. Ela reconstrói períodos específicos em que as ações e o posicionamento da AEC estavam fortemente influenciadas por fatos e eventos contingenciais:

1. No auge da luta entre liberais e católicos; na batalha entre público e privado. Nos seus primeiros vinte anos, dos anos 1940 até meados dos anos 1960, a AEC se situou em seu “momento de objeto”, em que se ocupou em defender a Escola católica, com “a finalidade de preparar as elites cristãs”. É o momento da “escola missionária”.
2. No momento da elaboração do “Plano de Emergência” da CNBB, em 1962. O sopro de renovação do Concílio Vaticano II colocava ênfase no “homem sujeito”. Era a “renovação dos educandários católicos por influência da Ação Católica”.
3. A implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei 4.024, de 21 de dezembro de 1961). A AEC ajudava as escolas “a compreender a lei para aplicá-la adequadamente”.
4. O Concílio Vaticano II (1962 - 1965) trouxe novas perspectivas para a ação pastoral da Igreja. “As escolas católicas passam a ser fortemente criticadas por grupos progressistas (...) o que levou ao fechamento ou ‘aggiornamento’ de outras, apoiadas pela AEC”.
5. “Em 1968, a 2ª. Conferência Episcopal Latino-americana, em Medellin, abriu novos caminhos para a educação católica”. Foi adotado o modelo da

“educação libertadora”, que se opunha aos modelos educacionais vigentes “o tradicional e o tecnológico-científico de cunho desenvolvimentista”.

6. A 3ª. Conferência Episcopal Latino-americana, em Puebla, 1979 reforçou a dimensão da “educação libertadora”, pois, no que diz respeito à educação, trazia a explicitação “opção preferencial pelos pobres”. “Poderia parecer um retrocesso em relação a Medellín”, mas, na verdade, só endossava o que fora selado anteriormente.

Na própria página da AEC do Brasil na Internet, é feita uma menção às conferências do CELAM⁵² como importantes movimentos eclesiais influenciando sobremaneira a postura adotada pela a AEC e suas decorrentes orientações para as escolas católicas.

Vê-se que os reordenamentos implementados pela Igreja Católica, em decorrência de sua adequação à nova realidade social, configuraram-se como exigências para que ela pudesse ter em suas mãos algum poder. Estas novas diretrizes tiveram origem na definição de linhas de ação ditadas pelo Vaticano – instância decisória - e chegaram às instâncias de ação – neste caso, a AEC.

A importância e alcance de uma entidade pode ser medida pelo seu poder de ação e sua capacidade de divulgação de seus *saberes específicos*. Em um grande movimento de divulgação de orientações e ideologia, a associação de Educação Católica do Brasil, leia-se AEC, inseriu-se nos debates educacionais, e mais, articulou formas de abrangência a todas as escolas católicas do país. Um meio para que conseguisse tal

⁵² “Conferências do CELAM: Medellín (1968) e Puebla (1979), onde eclodiu a consciência eclesial à centralidade dos pobres, a urgência de sua libertação e a necessidade da implantação de uma educação evangélico-libertadora, como caminho adequado para isto.” (AEC. Associação de Educação Católica, acesso em 15/12/2006b)

intuito foi a sua presença em um periódico de circulação nacional. Na década de 1960, a AEC publicava mensalmente os seus “Cadernos da AEC do Brasil” na Revista de Cultura Vozes:

A Vozes apoiou este movimento [de divulgação] indiretamente, com a publicação de livros alinhados à política eclesial e aos objetivos da AEC e, diretamente, cedendo espaço na sua principal revista, a Vozes de Petrópolis, para a publicação dos Cadernos AEC, boletim da Associação que circulou na Vozes de 1966 a 1969. Em todos os números da Revista, o boletim Cadernos da AEC trazia notícias sobre as escolas católicas, os movimentos de interesse das escolas e textos de formação para seus associados. (ANDRADES, 2006, p. 204)

5.3. Concílio Vaticano II

O Concílio Vaticano II é visto, por muitos autores, como reação, mesmo que tardia, à secularização e ao laicismo (AZEVEDO, 2003 e 2004; MORAIS 1985; BEOZZO, 2001) dentro de uma nova perspectiva de mudança de paradigma.

Com as alterações no cenário religioso, especialmente em finais do século XIX, quando o poder do Estado passou a colocar-se independente e acima da ação da Igreja, esta última foi forçada a reagir. Azevedo vai um pouco além e aponta “todo o processo histórico pós-1789 até os dias atuais, em que o cristianismo é confrontado com novos desafios, entre os quais a deseclesialização e a secularização”, o que obrigou a igreja a reagir no intento de inserir-se nos debates (educacionais) e valer-se de estratégias, inclusive, por meio da diplomacia do vaticano. (AZEVEDO, 2003 p. 71)

A Igreja, no Brasil, desde a proclamação da República, é desvinculada oficialmente do poder político (MORAIS, 1985), ou seja, o poder de Estado se colocou independente da Igreja e vice-versa. A Igreja percebeu a ameaça de ver-se de fora das instâncias decisórias e uma nova articulação se deu em seu interior. Segundo Morais (1985), em um primeiro momento, ela se mostrou tradicionalista demais, esbarrando

com freqüência na intolerância e no radicalismo, mas, depois, começou a esboçar um movimento de reação articulada com a sociedade. Mas, verdadeiramente, transformou-se com o Concílio Vaticano II em *Igreja do povo de Deus*.

O papel da Igreja é apontado por Azevedo⁵³ (2004) como historicamente construído, já que, numa visão mais ampla, se podem dividir as fases em que a Igreja adaptou suas ações e recomendações de acordo com o contexto e os eventos sociais e políticos colocados.

O Concílio Vaticano II – convocado pelo então papa João XXIII -, que, quando a ele se referia, dizia “uma flor de inesperada primavera” (SOUZA, 2004) veio a constituir um marco na história da Igreja Católica Romana. O Concílio Vaticano II demarcou, historicamente, um novo momento da história da instituição católica, propondo-se, nas palavras de Azevedo (2003), a ter “seu principal paradigma, de acordo com os documentos oficiais do conclave: (...) uma Igreja a serviço da causa da humanidade, em todas as suas dimensões, e aberta ao diálogo inter-religioso”. (p.60)

Antecedendo a década de 1960, a doutrina católica se fechava e relutava em aceitar fenômenos, relações civis e novas visões de homem e de mundo que vinham se desenhando com os tempos modernos. Com o *naturalismo*, tempos ganhando força e

⁵³ Em seu ensaio “*A Igreja Católica e seu papel político no Brasil*”, Dermi Azevedo (2004) coloca a Igreja como estrategista na busca de sua inserção política. Ele aponta três fases, com início ainda no século XIX:

Fase da “reforma católica”. Os bispos reformadores se ocuparam em imprimir ao catolicismo brasileiro a disciplina do catolicismo romano especialmente para a formação do clero.

Fase da “reorganização eclesiástica”. Como resultado da separação do Estado com a proclamação da República, a instituição passou por uma nova experiência.

Fase de “restauração católica”. Também conhecida como Neocristandade, a Igreja optou por atuar politicamente e com toda visibilidade a partir de 1922. Os intelectuais católicos foram mobilizados e a parceria com o Estado, nos termos de colaboração e manutenção do *status quo* era visível. Como consequência desta parceria, já na Constituição de 1934, advieram conquistas para a Igreja: como financiamento governamental para as atividades assistencialistas ligadas aos MEBs, ensino religioso nas escolas públicas e capelães militares nas Forças Armadas (AZEVEDO, 2004)

adeptos, muitos viam a *modernidade* como um movimento anticatólico. O *transcendentalismo*, sob influências do *naturalismo*, levaria ao *individualismo* e ao afastamento das concepções teológicas, que, até então, eram base cultural. A proposta de realização de um concílio ecumênico parecia ser a busca de uma estratégia de abertura para o diálogo com a sociedade numa postura dialética. (SOUZA, 2004, p. 88)

Parecer este que é reforçado pela afirmação:

Contrariando essa perspectiva, [modernidade como fenômeno anticatólico], o Concílio Vaticano II, no início dos anos 60 oficializou o diálogo com o mundo moderno e reconheceu os direitos humanos como referência ética, política e jurídica. (AZEVEDO, 2003, p.61)

Ainda na década de 1960, no propósito de arejamento da Igreja, houve a reforma dos quadros católicos em função das novas orientações conciliares. O “programa de aproximação e conquista das massas, definido pelo concílio” (PAIVA, 1984) colocava os leigos como constituintes da Igreja, ao lado dos setores pontifício, episcopal, burocrático (cúria romana); das ordens e congregações e da sociedade civil⁵⁴. Os leigos passavam a ter garantido o “estatuto de sujeitos de direito” na Igreja. (PAIVA, 1984, grifo nosso)

Ocorreu a abertura para a participação leiga, que de participação passava à colaboração e, finalmente, à cooperação nas instâncias católicas, inclusive, com responsabilidades ministeriais.

Para o posicionamento católico, nessa fase, mostraram-se pertinentes as claras orientações da *Gaudium et Spes*⁵⁵ (BEOZZO, 2001, p. 123-124). Esta constituição

⁵⁴ A caracterização da Igreja como instituição é feita por AZEVEDO (2003) que aponta “seis pólos de poder intra-eclesiástico (...) como instâncias dialéticas, cujos atores interagem e disputam a hegemonia interna das instituições” (p. 58)

⁵⁵ a) A **Igreja no mundo actual** (*Gaudium et Spes*), constituição pastoral, é a 4ª das Constituições do Concílio Vaticano II. Trata fundamentalmente das relações entre a igreja e o mundo onde ela está e actua. b) Trata-se de um documento muitíssimo importante, pois significou e marcou uma virada da igreja católica "de dentro" (debruçada sobre si mesma), "para fora" (voltando-se para as

Pastoral - GS, de 07 de dezembro de 1965 - juntamente com perspectivas religiosas e morais que discorriam sobre a visão religiosa do homem, a fraternidade e a liberdade, trazia temas do momento⁵⁶ como: ciência, relações internacionais, controle de natalidade, fidelidade conjugal, desenvolvimento das nações, paz entre as nações, vida econômico-social, mundo do trabalho e constituição da cultura humana.

As orientações, no que concerne “aos valores que devem presidir a sociedade política no respeito aos inalienáveis direitos da pessoa humana, anteriores e superiores ao Estado”, são apresentadas por Beozzo (2001) e podem ser assim resumidas:

- Empenho dos cristãos para superar a fome, eliminar doenças e o analfabetismo e os males todos do sub-desenvolvimento, desigualdades entre classes e nações;
- Compromisso em relação à justiça nas relações de trabalho;
- Obrigações, por parte do Estado e patrões, no reconhecimento dos direitos individuais e coletivos dos trabalhadores, incluindo sindicatos e instrumentos de luta como a greve;

realidades econômicas, políticas e sociais das pessoas no seu contexto). (WIKIPEDIA A Enciclopédia Livre. *Gaudium et Spes*. Acesso em 13/09/2006.) c) “Estas são as palavras iniciais deste documento *Gaudium=Alegria e Spes=Esperança*, e querem demonstrar a atitude da Igreja Católica com referência ao mundo de hoje . Estar presente na vida de homens e mulheres, nas suas alegrias e esperanças, tristezas e angústias, especialmente, dos pobres e dos que sofrem. Esta frase inicial já expressa o desejo da Igreja se solidarizar com todas as pessoas, sejam católicas ou não. Olhar para a realidade, conhecer seus sofrimentos e buscar dizer uma palavra significativa para o ser humano e para a sociedade humana.”

⁵⁶ As partes discutidas na encíclica *Gaudium et Spes* apontam novas perspectivas de atuação aos católicos, e assuntos antes ignorados são, agora, levantados. Nela, os seguintes temas são encontrados: Sobre a Igreja no mundo actual. Introdução – A condição do homem no mundo actual. **Primeira parte:** A Igreja e a vocação do homem. Capítulo I – A dignidade da pessoa humana. Capítulo II – A comunidade humana. Capítulo III – a actividade humana no mundo. Capítulo IV – A função da Igreja no mundo actual. **Segunda parte:** Alguns problemas mais urgentes. Capítulo I – A promoção da dignidade do matrimônio e da família. Capítulo II – A conveniente promoção do progresso cultural. Capítulo III – A vida econômico-social. Capítulo IV – A vida da comunidade política. Capítulo V – A promoção da paz e a comunidade internacional. Conclusão.

- Condenação radical, na *Gaudium et Spes*, a todo o tipo de tortura e maus tratos e condenação da guerra.”

Azevedo (2004) auxilia na busca por uma conclusão. Ele constata, entre outras, não ser possível, por parte da Igreja, exercer poder de forma direta, seja pelo pluralismo religioso ou pela consolidação da democracia do século XIX para cá. Ela parece entender que é preciso atuar por meio de mensagens religiosas e sócio-políticas com vistas a influir na política e nas políticas – a educação aqui inserida. Os documentos conciliares ofereceram subsídios, naquele momento, para a ação e o discurso educacional católico no Brasil.

A encíclica *Gaudium et Spes*, que fez parte de um evento mais amplo em virtude do concílio Vaticano II, apontava caminhos de atuação, tendo em vista a mobilização dos grupos católicos para que se posicionassem como *atores sociais*, gerando pressões e divulgando seus saberes com vistas a exercer influência social e educacional.

Após ter-se apresentado a trajetória percorrida pela Igreja no Brasil – no âmbito da Educação inclusive –, na próxima sessão, serão apresentadas perspectivas para o Ensino Superior no sentido de vivificar o verdadeiro “Espírito Universitário” concebido por Alceu Amoroso Lima.

5 A UNIVERSIDADE NA VOZ DE ALCEU AMOROSO LIMA

A Universidade deve procurar, acima de tudo, alargar os espíritos, abrir janelas, estabelecer contatos com o mundo exterior e com outras culturas, afastadas no tempo e no espaço. (LIMA, 1959)
Deve ela evitar toda compartimentação da inteligência que leva sempre ao endurecimento do coração. (LIMA, 1959)

No decorrer deste capítulo, será apresentada *a essência e o espírito universitário* pela voz de Alceu Amoroso Lima. Tendo como referência o ensaio deste autor intitulado “O Espírito Universitário” (1959), será discutido o ideário sobre o ensino superior pela visão de um intelectual católico, considerado um ícone da pedagogia tradicional do século XX.

Esse é justamente o ponto que liga esta pesquisa a toda a discussão – desenvolvida nos demais capítulos - sobre concepções e desdobramentos sofridos pela universidade brasileira, também às teorias pedagógicas e trajetória católica. Trabalho este, que intenta perceber as possibilidades para o ensino superior inseridas nas edições da Revista de Cultura Vozes, examinadas no período de 1961 a 1969.

O objeto deste estudo – a Revista de Cultura Vozes – é uma publicação da Editora Vozes, uma editora católica, que, sabidamente, teve origem em um mosteiro franciscano em Petrópolis⁵⁷. O objetivo maior está em buscar concepções para o ensino superior inseridas nessa citada publicação, fato que, por si só já justifica a inclusão desta discussão sobre *O espírito Universitário* na perspectiva de Alceu Amoroso Lima.

O exercício de poder emanado do ideário educacional católico por meio da publicação de um periódico, em muitos momentos, se serve de concepções para o ensino superior imersa em um discurso humanista em feroz oposição ao ensino

⁵⁷ A trajetória da Editora Vozes e da *Revista de Cultura Vozes* será desenvolvida no capítulo final deste estudo.

universitário, com objetivos funcionais, como se tem constatado no desenvolvimento da fundamentação teórica no desenrolar dos capítulos desta dissertação.

Também, ao analisar as matérias do objeto deste estudo, já se percebem as orientações para o ensino superior pautadas por princípios humanistas com vistas à formação integral do ser humano: instrução intelectual, moral e física.

A formação humana integral sempre esteve fortemente inserida como bandeira de divulgação da pedagogia católica, ao mesmo tempo articulada com as perspectivas profissionalizante e científica. A educação tradicional católica, na busca pela ampliação de seu espaço de atuação no ensino superior, fundamentava-se em um discurso social, na busca pelo desenvolvimento humano, minorando as imensas desigualdades.⁵⁸

Alceu Amoroso Lima apresenta-se como Tristão de Athaíde e se configura, durante a maior parte do século XX, como referência da intelectualidade católica. Em 1928, converteu-se ao catolicismo, assumindo, nos anos subseqüentes, uma postura de rigidez.

Na década de 1930, Lima, recém convertido ao catolicismo, defendia o panorama educacional de um ponto de vista católico, ao mesmo tempo em que criticava os defensores da reforma liberal da Educação. (GHIRALDELLI, 2003). Em década posterior, apesar de não inovar, dialogava e enfrentava os problemas educacionais que

⁵⁸ O discurso social adotado pela Igreja Católica, no início da década de 1960, pode ser considerado reflexo das orientações e discussões advindas do Concílio Vaticano II, como será amplamente discutido neste texto em capítulos posteriores.

se apresentavam. Até mesmo abria espaço para a aceitação, em parte, das idéias disseminadas pelos liberais⁵⁹

Já na década de 1960, após o golpe militar, esse mesmo católico atuante parece novamente se converter: passando, agora, a assumir uma postura de *revolucionário* em total oposição àquela assumida nos anos 1930, quando se apresentava como *reacionário*. (MORAIS, 1985) A trajetória desse ícone da pedagogia tradicional católica já foi tomada em outros momentos no decorrer deste texto, quando se fez sentir a necessidade de sua presença.

Não se tornaria realidade esta discussão, sem que aqui se colocasse o pensamento de tal personalidade da intelectualidade católica. Ao se analisar a obra de Lima, verifica-se que ele atribuía à *espiritualidade* a responsabilidade por dar ao ensino superior todas as condições para que ele alcançasse sua verdadeira natureza institucional. A formação humana integral era defendida como a sublime utilidade, não só do ensino superior, bem como de todos os demais níveis de ensino. A plenitude buscada pela universidade trazia como princípio básico “sempre o que vale é o elemento humano” (1959, p. 17)

Na procura dessa plenitude, ou seja, da formação superior das inteligências, pela concepção newmaniana⁶⁰, o princípio básico é “o valor em si do conhecimento”.

Entende-se que Lima (1959) apoiava-se em Newman (WIKIPÉDIA, 20/08/2007b) na busca pelos princípios de uma educação superior que se configurasse dentro das perspectivas de uma *pedagogia tradicional católica*. Para Newman, a função

⁵⁹ Esta tendência de abertura católica refere-se ao chamado “escolanovismo católico”. (GHIRALDELLI, 2003)

⁶⁰ Newmaniana: que diz respeito à Newman. A apresentação do Cardeal Henry Newman e os princípios levantados por ele para o ensino superior já foram discutidos no capítulo anterior.

da universidade não seria a formação de profissionais específicos, e, sim, “a formação integral da pessoa”. Ele declara, em relação à finalidade da educação superior, que

(...) a inteligência em vez de ser formada ou sacrificada a qualquer fim particular ou acidental, a qualquer estado ou profissão específica, a qualquer estudo ou ciência particular, é disciplinada por si mesma, pela percepção de seu objeto próprio e pelo nível mais elevado de sua própria cultura! (Newman in Wikipédia, 20/08/2007)

A missão e a função do ensino superior são assim refletidas por Lima, que se baseava em concepções newmanianas para esclarecer que:

[A] função humanista é a própria razão de ser das Universidades e o motivo de sua importância num sistema de solução social e intelectual. Para a crise do mundo moderno, tendo como centro “a eminente dignidade da pessoa humana” e como norma o humanismo teocêntrico. (LIMA, 1959, p. 14)

5.1. O espírito universitário na voz de Alceu Amoroso Lima

Em 1959, Alceu Amoroso Lima ponderava sobre o verdadeiro “espírito” que deveria vivificar a universidade. Já de início, em sua fala, ele reiterou a necessidade de um caráter eminentemente humano que permeasse as instituições. Em sua concepção, o caráter totalitário em que a liberdade não tivesse lugar – ou o *saber* estivesse a serviço de alguma forma de *poder* – não propiciaria uma formação humana adequada. Por outro lado, o caráter de independência entre as ciências – mais especificamente, entre os departamentos ou cátedras – também não chegaria a promover a formação superior humanista. Um ambiente em que o ser humano não estivesse no centro das atenções e só o processo educativo fosse coroado não chegaria a elevar uma instituição ao status de universidade.

Lima (1959) afirmava que a universidade, entre suas múltiplas funções, deveria perceber que possui finalidades espirituais, filosóficas, culturais e profissionais. E destacava: “Com o advento do espírito liberal e individualista depois da Revolução Francesa” (p.21) desenvolveu-se o tipo mais comum de universidade moderna. Pautada pelo *cientificismo*, mesmo que, muitas vezes, inconsciente, “a universidade assumiu, de certo modo, o caráter de uma soma de ciências individuais e sem nexos entre si, [apesar de] seu resultado muitas vezes brilhante”. (p.21) A crítica feita por Lima a esse tipo, por ele denominada *Universidade eclética* residia principalmente no fato de que esta “não possui um laço substancial comum, um princípio dirigente, uma finalidade transcendente” (p.20), que defina uma ligação entre os diversos departamentos. Estes “coexistem sem conviverem”. Esta é uma instituição onde o individualismo e a neutralidade do Estado são notas marcantes. Nela, impera o espírito privatista.

Lima (1959) também tecia a sua crítica a um modelo totalmente oposto, no qual predominava o espírito do coletivismo por meio de mecanismos de subordinação do conhecimento ao poder: *Universidade totalitária*.

Não é mais a ciência pela ciência que ali domina, e, sim, a ciência a serviço da política. Da política do Estado, em geral, ou mesmo da política de um Partido. As universidades de tipo comunista, nazista, fascista ou neofascista são todas assim dirigidas para um fim extra-universitário. (...) A formação pessoal se torna absolutamente secundária em face da formação coletiva. Quase uma espécie de militarização civil da mocidade. (LIMA, 1959, p.22)

O modelo universitário ao qual Lima se reportava e que enfatizava era aquele por ele denominado *Universidade do tipo orgânico*. Neste tipo de instituição é que se poderiam encontrar “aquelas notas dominantes – a unidade, a comunidade e a universalidade”. É aquela que teria como base e fim o humanismo universitário: em que

é abarcado o conjunto das ciências naturais, sociais e culturais e; principalmente, a própria natureza humana. Nas palavras do próprio Alceu:

A universidade de tipo orgânico, por conseguinte, é aquela que mais se aproxima da natureza das coisas, isto é, do que deve naturalmente ser uma instituição de tipo superior, que venha naturalmente completar o que fazem a educação primária e a educação secundária. Aquela dá ao homem os ensinamentos rudimentares para sua formação. Daí dever ser universal, pois não depende de vocação individual nem de especialização profissional. Representa realmente os alicerces do edifício, tanto de cada cidadão como da sociedade em geral. (LIMA, 1959, p. 23)

5.2. A filosofia universitária e suas exigências fundamentais: Unidade, Comunidade e Universalidade

Para Lima, dentre o que deve ser uma universidade e sua verdadeira natureza institucional, fariam parte, necessariamente, com espírito próprio e único: a Unidade, a Comunidade e a Universalidade. A filosofia universitária que tivesse como preocupação e princípio a espiritualidade, muito além do aspecto puramente profissional, filosófico e intelectual, deveria cumprir, necessariamente, o requisito de apresentar as seguintes características apontadas por Lima: (1959, p. 14-9)

1. A exigência de Unidade – na busca pela verdade, com objetivo de alargamento material, intelectual e espiritual, é essencial o “agrupamento orgânico dos estudos, segundo uma harmoniosa escala de valores”. Nesse agrupamento, consiste precisamente “a verdadeira unidade universitária”.
2. A exigência de espírito comunitário: Comunidade – a universidade deve possuir um caráter essencialmente comunitário, na medida em que não se pode permitir uma mera coexistência ou paralelismo de escolas sem que haja uma integração entre elas. Nas palavras do próprio Alceu, “Universidade supõe Comunidade”, que é:

(...) a vida em comum de alunos e professores das diferentes faculdades, uns com os outros e de todos com o meio social, tanto nacional como internacional. Individualismo, particularismo, classismo – tudo isso está fora do verdadeiro espírito universitário. (LIMA, 1959, p. 16)

3. O princípio de Universalidade – Lima (1959) baseava-se em Newman e revela que “a nota característica de uma universidade é a sua universalidade” (p. 16-7). A universidade deve apresentar, ao mesmo tempo, seu espírito de especialização e de cultura geral, para que possa cumprir seu papel. A *especialização* “é uma condição essencial para a vida universitária”, por meio dela, “dá corpo e vida ao conhecimento”. Também é pela *cultura geral* que “a universidade alcança seu objetivo próprio: a formação do homem completo”. A cultura geral só é alcançada quando se lança mão e se respeita a especialização. É por intermédio desta que aquela consegue cumprir seu papel de formação humana. Mas não se deve pensar que somente a especialização consegue dar conta desta função: “a estreiteza leva ao pecado da profissionalização”.

5.3. Conclusões e soluções para vivificar o *Espírito universitário*

Ainda buscando legitimar a presença destas três exigências fundamentais – Unidade, Comunidade e Universalidade – e negando veementemente a instituição universitária subordinando-se a qualquer forma de poder, Lima distingue duas formas de universalidade. Ressalta que o respeito à universalidade implica não confundi-la com uniformidade. A verdadeira Universalidade diz respeito sim à Unidade por meio da Variedade:

A Universidade de nossos dias apresenta duas formas de universalidade, uma falsa e uma verdadeira. A falsa é a fundada num conceito totalitário de unidade, isto é, confundindo unidade e uniformidade. A verdadeira universalidade, como temos dito e repetido é a que leva à unidade através da variedade (...) Nesse

conceito autêntico de universalidade, o nacional não precisa apagar-se em face do internacional. (...) O imperialismo, sim, e toda forma de monismo político, esses sim, são conceitos e realidades monstruosas, que devem desaparecer.(LIMA, 1959, p. 48)

E continua argumentando que devem ser incentivados: a comunidade das nações, a convivência de diversas famílias espirituais e o respeito mútuo aos direitos e iniciativas alheias. Nesta visão, é essencial introduzir o “espírito continental, internacional, universal, no ensino universitário”. Algumas medidas práticas sugeridas para esse fim:

- A criação de cursos de civilização comparada e de relações humanas;
- O desenvolvimento de um programa de publicações e traduções;
- Criação de centros internacionais para troca de informações e publicações;
- Facilidades na admissão de estudantes estrangeiros, no recíproco reconhecimento de diplomas;
- Troca de professores;
- Celebração de acontecimentos históricos relativos a outras nações;
- Acentuação da interdependência das civilizações e não de suas diferenças, sem que, em caso algum, entretanto, seja afetada a verdade. (LIMA, 1959, p. 49)

No que tange aos objetivos e procedimentos educacionais universitários, através dos séculos, sabe-se que as diferentes tendências pedagógicas disputavam terreno.

As discussões sobre os rumos do Ensino Superior implicaram, especialmente na década de 1960, numa rede de relações entre Estado, instituições e

movimentos populares – os quais se podem classificar como “atores sociais” (ROTHEN, 2004). Não há surpresa em constatar as fortes tensões entre as diferentes correntes pedagógicas que tiveram evolução no Brasil.

Os diferentes grupos sociais – intelectuais, governantes, dirigentes, políticos, religiosos, estudantes - vêm se inserindo através dos tempos no âmbito da educação, tomando posição concordando e/ou nem sempre em sintonia com outros grupos sociais para a construção de um saber que atenda a seus preceitos e interesses.

Após essas importantes considerações para a universidade sob a ótica católica, na próxima sessão, apresentar-se-á o objeto deste trabalho: a *Revista de Cultura Vozes*. A origem da Editora Vozes, passagens de sua história e curiosidades serão apresentadas. A trajetória da Revista será influenciada por diferentes perspectivas, e a partir delas diferentes orientações serão direcionadas para o Ensino Superior.

6 EDITORA VOZES

6.1. Recorte Histórico

Apresentar-se-á e far-se-á uma análise de parte da trajetória da editora franciscana de Petrópolis – leia-se Vozes. Para alcançar tal objetivo, basear-se-á no livro comemorativo dos 100 anos de existência desta⁶¹. Ela iniciou suas atividades timidamente no início do século XX e, nos dias atuais, desponta como uma das grandes editoras nacionais. Buscou-se, na edição comemorativa do seu centenário, a história oficial dessa instituição que publica o objeto de estudo para esta pesquisa: a Revista de Cultura Vozes.

Andrades (et al 2001) traz as origens da editora, que se confundem, de certa forma, com a fundação da Revista de Cultura Vozes⁶². Inicialmente, denominada “Vozes de Petrópolis”, parece ter sido, pelo sucesso e credibilidade alcançados, propulsora do desenvolvimento inicial da própria Editora, juntamente, com a edição de livros, folhinhas e, posteriormente, outros periódicos.

Também foi utilizada como bibliografia básica a tese de doutorado do mesmo pesquisador⁶³, intitulada: “*De Petrópolis para o mundo: as estratégias*”

⁶¹ Trata-se do belo livro organizado por Marcelo Ferreira de Andrades: “*Editora Vozes: 100 anos de história – de 1901 a 2001*”. Esta edição comemorativa que integra o Projeto “Vozes 100 anos”, baseou-se em documentos e também em depoimentos de pessoas ligadas à editora, muitas ainda trabalham nela. A primeira parte da obra traz capítulos específicos periodizando cada gestão. Na segunda, diversos artigos de colaboradores, editores, leitores etc. Destes, destacamos como fonte bibliográfica para a elaboração deste capítulo os seguintes artigos: “*Vozes: uma revista afinada com seu tempo*”, de autoria do Pe. Luiz Roberto Benedetti; “*As duas pilastras que sustentam o sonho da Editora Vozes: o testemunho agradecido de um ex-editor*”, de Leonardo Boff; bem como “*Referência para as ciências sociais no Brasil*” de Francisco Rüdiger.

⁶² A Editora tem a sua fundação datada de 1901 e a Revista é criada em 1907.

⁶³ Tese de Doutorado apresentada ao programa de Pós-graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, pesquisador: Marcelo Ferreira de Andrades. Ano:2006.

editoriais dos gestores da Editora Vozes (1901 – 1985)” em que é desenvolvida toda uma análise da propaganda franciscana em torno da divulgação de sua produção. Todas as informações, os documentos, depoimentos e análises na obra contidas muito auxiliaram na elaboração deste texto.

A Editora Vozes teve sua origem a partir de uma tipografia que funcionava numa escola gratuita, instalada nas dependências de um convento, cujo principal objetivo era atender aos filhos dos colonos alemães.

Os frades franciscanos, ao se instalarem em Petrópolis, cidade serrana do Rio de Janeiro, construíram o convento franciscano ao lado da Igreja do Sagrado Coração de Jesus. Deste, três salas no andar térreo eram destinadas ao funcionamento de uma escola – Escola Gratuita São José⁶⁴.

Como primeiro gestor da editora, tem-se Frei Inácio Hinte⁶⁵, que, lecionando na escola gratuita deu início à tipografia.

No final do ano de 1897, Frei Inácio foi visitar um outro convento, o dos padres lazaristas para a inauguração de um jornal: *O Estado*. Lá, deparou-se com uma impressora *Alauzet*, diga-se, em péssimo estado. Os restos dessa impressora foram levados ao convento dos frades franciscanos onde Frei Inácio e alguns estudantes

⁶⁴ O convento foi inaugurado no dia 06 de janeiro de 1897, e a Escola Gratuita São José, no dia seguinte, com uma matrícula de 111 crianças. (ANDRADES, 2001, p.21)

⁶⁵ No dia quatro de abril de 1876, em Hultrop (Alemanha), nasceu Estêvão Hinte. Com apenas quinze anos, ao manifestar aos pais o seu desejo de se tornar missionário franciscano, foi por seu pai estimulado a primeiro trabalhar e se sustentar “para receber uma educação prática e ver se a vocação persistia”. Estêvão Hinte conseguiu então ser contratado em uma livraria e tipografia alemã e lá permaneceu empregado, “aprendendo os serviços e os segredos da tipografia” até os dezanove anos; quando ingressou, na Holanda, no Seminário Franciscano de Harreveld. Lá, entrou num grupo de frades que se preparavam para vir em missão para o Brasil, onde assumiriam a igreja do Sagrado Coração de Jesus. Quando chegou a Petrópolis, Estêvão serviu como porteiro da comunidade. (ANDRADES, 2001, p. 15-18)

carentes da escola São José começaram a examinar peça por peça e a recuperá-la. (ANDRADES, 2001, p. 22).

Essa velha impressora foi, posteriormente, vendida, já na década de 1920, ao antigo funcionário Antônio Geoffroy, que montou, então, sua *Tipografia do Povo*.(ANDRADES, 2001, p.30)

Em 05 de março de 1901, foram impressos cartões de visita para o guardião do convento, inaugurando, assim, a inicialmente chamada “Typographia da Escola Gratuita São José” dos frades franciscanos de Petrópolis. (ANDRADES, 2001, p.22) Desse modo, tiveram início as atividades da tipografia franciscana que logo tomaria impulso, tornando-se uma empresa com grande circulação de mercadorias e capital. Na próxima seção, será discutido que, para além deste caráter de empresa do mercado editorial, a *Vozes*, basicamente, caracterizava-se por ser veículo de divulgação de publicações, autores e idéias. A Editara tem como fim, desde os primórdios de sua fundação, para muito além do seu caráter de comércio de obras impressas, a criação e disseminação de saberes na perspectiva de um ideário católico específico.

6.2. A criação da Revista Vozes de Petrópolis

Em 1907, Frei Inácio Hinte decidiu criar uma revista católica de cultura. Frei Ambrósio, que assinava o jornal alemão *Stimmenn der Zeit* (‘Vozes do Tempo’), sugeriu que o nome da nova revista fosse “Vozes de Petrópolis”.(ANDRADES, 2001, p. 28)

Há outra versão quanto à escolha do nome do periódico a ser lançado. SCHÄETTE (apud ANDRADES, 2006, p. 37) relata que “frei Ambrósio escolheu o

nome *Vozes de Petrópolis* inspirado no nome do periódico alemão *Stimmenn aus Maria Laach*⁶⁶.”

Tal sugestão, como se supõe, foi aceita, e o primeiro número da *Vozes de Petrópolis* circulou em 1º de julho de 1907. Era editada no formato 14X21, sua periodicidade era mensal, com ilustrações. (ANDRADES, 2006, p.37) Seu primeiro redator foi Frei Hugo Mense, que ficou no cargo só por seis meses, afastando-se por problemas de saúde.

Já no seu primeiro número, a revista trouxe, em seu editorial, uma marca que exprime seu caráter, apontado pelo Pe Luiz Roberto Benedetti⁶⁷ como *Anti-republicano*.

O primeiro editorial da revista com o sugestivo título de *quo vadis*⁶⁸, segundo Benedetti (2001), já sinalizava que a Revista de Cultura Vozes traçaria sua trajetória na defesa da cultura católica e contra princípios instituídos com a República, como a solidificação da secularização e da posição laica de sociedade. Com a República, sabe-se que, de um referencial transcendental, se passou a ter uma perspectiva mundana e laica.

A Revista apontava seu foco para a cultura geral e a formação de um pensamento voltado para o referencial católico de cultura e sociedade.

Em sua tese, Andrades analisa o lançamento da Revista pelos frades sob a ótica de divulgação de “propaganda franciscana”, para que alguns objetivos de mídia

⁶⁶ A tradução de “*Stimmenn aus Maria Laach*” se resume em: “Vozes de Maria”.

⁶⁷ Em um dos capítulos da edição comemorativa dos cem anos da Editora Vozes, já citado, o autor, Pe Luiz Roberto Benedetti faz algumas reflexões sobre o que e como a Revista de Cultura Vozes articula suas estratégias buscando produzir e divulgar um “saber”.

⁶⁸ A expressão latina *quo vadis* significa “onde ides?” e será mais bem discutida posteriormente no item 6.8. *Revista afinada com seu tempo*.

impressa fossem atendidos. O “alcance de uma publicação periódica” era amplamente reconhecido pelos frades que já haviam trabalhado em tipografias alemãs ou também conheciam o poder de divulgação de algumas publicações:

(...) decidiram lançar uma revista na qual pudessem publicar propaganda franciscana, orientações morais e religiosas, notícias selecionadas de jornais europeus, comentários sobre livros para ‘guiar as consciências’, artigos contos e capítulos de livros afinados com a moral católica e fazer uma divulgação maciça dos produtos. (ANDRADES, 2006, p.37)

Por essas e outras razões, a *Vozes de Petrópolis*, durante a gestão de Frei Pedro Sinzig (1908-1913), era considerada a mais importante publicação da então *typographia*. (ANDRADES, 2001, p.32) A *Tipografia da Escola Gratuita São José* passou, então, a ser denominada de *Administração da Vozes de Petrópolis* (ANDRADES, 2001, p.34). Neste período, sinalizando que a Revista já era um **produto** que contava com grande consideração pelos gestores da empresa. A sua publicação ininterrupta, durante várias décadas até os dias atuais, vem confirmar a qualidade e o empenho a ela dedicados.

A revista publicava também capítulos de livros traduzidos. Esta prática de publicar romances em capítulos na revista – “deixando o leitor aguardar ansiosamente a próxima edição” – era usual nas primeiras décadas do século XX. (ANDRADES, 2001, P.32)

Desde a primeira edição, vários assuntos no campo das ciências foram abordados, como “os progressos do telégrafo e da telefonia sem fio”; assuntos do momento e resenhas de artigos publicados “em revistas e jornais do Brasil e do mundo”; notícias diversas “de Petrópolis, nacionais e internacionais”; além de poesia, psicologia e literatura e ainda um capítulo do romance “*A filha de Maria*”. (ANDRADES, 2006, p.

37). A Revista já assumia então, desde o seu primeiro número, o caráter de cultura geral.

Durante algum tempo, a revista trouxe matérias da cidade de Petrópolis, depois, as notícias locais foram suprimidas, e a revista passou a ter “caráter de revista nacional”. (SISZIG apud ANDRADES, 2001, p.34)

6.3. A expansão das vendas e a disseminação de idéias

O aumento das vendas aconteceu de forma rápida. Não que essa não fosse uma meta dos frades, muito ao contrário. Os franciscanos procuravam, através de um periódico, divulgar valores, produtos e doutrina. Com essa ‘arma’ de mídia em suas mãos, poderiam atingir um maior número de pessoas leigas e religiosas e, com isso, universalizar um saber.

Para ilustrar o assombroso crescimento da procura pela revista, para a época, torna-se importante analisar o número absoluto de assinantes:

Dois anos após o lançamento, a revista já contava com 1700 assinantes, fora as vendas avulsas. O número de assinaturas é bem significativo, se considerarmos que (em 1907) apenas uma pequena parcela da população, segundo Olavo Bilac, (...) tinha acesso à instrução escolar. (ANDRADES, 2001, p.37)

Pelo número de brasileiros que recebiam educação escolar, pode-se ter noção da abrangência e penetração da Revista nos círculos leigos e eclesiástico.

As últimas estatísticas, dando ao Brasil uma população total de vinte milhões e duzentas e quinze mil almas, demonstram que, em toda a extensão do país, todos os estabelecimentos de ensino, incluindo o ensino público e o particular, o civil e o militar, o primário, o profissional, o normal, o secundário, o superior, tinham, em 1907, ano em que se operou o censo, a matrícula de 624.064 alunos; e isto quer dizer que a pouco mais de dois e meio por cento da população é ministrado o favor do ensino. (BILAC apud ANDRADES, 2006, p.44)

Na época em que esteve à frente da editora, que então era tipografia, Frei Pedro Sinzig – gestão 1908 a 1913 - não media esforços para expandir e melhorar a qualidade do trabalho. Estando à frente da *Revista Vozes*, dela se serviu, não raro, como “tribuna” e com ela colaborou. Visitou a Europa e de lá trouxe inovações no maquinário, o que em muito agilizou a produção em Petrópolis. Dedicava-se com afinco ao projeto de melhorias administrativas, seu nome era sempre lembrado e reconhecida era a sua competência:

Anos mais tarde, Sinzig também é lembrado em discurso do Cardeal Leme, Arcebispo do Rio de Janeiro, na campanha pela criação da universidade católica na capital fluminense: “Frei Pedro é a prova de que a inteligência e o coração de um franciscano não envelhecem”(ANDRADES, 2006, p.48)

Percebe-se a receptividade da qual a revista gozava, por meio de um fragmento do artigo “Duas Palavras” de autoria do Conde Carlos Laet, então, “futuro presidente da Academia Brasileira de Letras”, retratando o sentimento de ansiedade dos leitores pelos novos textos de Frei Pedro Sinzig:

Quando das suas montanhas nos advém o laborioso, o infatigável, o portentoso escriptor, pregador, polemista, romancista, que é Frei Pedro Sinzig, sempre nos traz alguma coisa: quase sempre livros, porque elle os sabe fazer no mesmo tempo que nós levamos a bosquejar artigos. E, intermitentes e refrigerantes, vêm as ‘Vozes de Petrópolis’, typo e modelo de revista que instrue e deleita sem perverter.(LAET apud ANDRADES, 2001, p. 38)

Por essa fala de um intelectual e leitor da Revista Vozes, é possível traduzir qual imagem a revista passava e como era recebida pelos leitores. Desde o primeiro número, os editores demonstraram claramente qual o caráter da publicação e quais temas seriam tratados. Já no primeiro número, foram expostas as orientações gerais dos editores:

A Vozes de Petrópolis terá character geral e não puramente religioso. Trará a nossa revista artigos variados que terão o cunho da

actualidade. Nenhuma região da sciencia e da technica da theoria e da pratica será excluída do programma.(Editorial ‘Vozes de Petrópolis’, ano I, no. 1 apud ANDRADES, 2006, p.37)

O discurso utilizado pelos editores, autores e pelos próprios gestores da Vozes facilmente penetrava e era disseminado entre os leitores. Possivelmente, as aspirações dos leitores, de trajetória inversa, também ascendia até aqueles, influenciando a escolha do que iria ser publicado, o critério de seleção, a forma como seria comercializado etc.

Segundo a concepção de poder de Foucault⁶⁹, é possível procurar compreender essa rede de relações de disseminações de idéias entre autores/leitores e editores/consumidores:

Afinal, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder.(FOUCAULT, 1986, p.182)

Quanto às idéias transmitidas pelas matérias, editoriais, da Revista Vozes pode-se entender de que forma havia uma produção e disseminação de diretrizes com vistas à doutrina católica e também objetivando outras formas de saber – científico e cultural (ROTHEN, 2004)

Desde finais do século XIX, com a República e as novas relações sociais que se implantavam, a educação, inserida em um amplo contexto sócio – político sofria influências de diferentes grupos ideológicos.

Como já foi amplamente discutido neste trabalho, a perspectiva educacional *católica* tencionava se firmar e reconquistar seu domínio, ao mesmo tempo em que não se ausentava dos debates em oposição ao ideário *liberal* de pensar a educação. Neste

⁶⁹ Nos utilizamos, neste momento, das considerações que este autor, Michel Foucault, traz no capítulo do livro “Microfísica do poder” intitulado: ‘*Soberania e disciplina*’.

sentido, as diferentes correntes educacionais buscam, mediante uma forma de poder, posicionar-se no centro das decisões. Michel Foucault assim entende a busca pelo poder por meio de idéias:

Por dominação (através de idéias), eu não entendo o fato de uma dominação global, de um sobre os outros, ou de um grupo sobre o outro, mas as múltiplas formas de dominação que podem se exercer na sociedade. (...) O poder [através de idéias] não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem ou o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. (...) Efetivamente, aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos do poder.(FOUCAULT, 1986, p.181 e 183)

A título de conclusão, mas correndo um grande risco de muito simplificar, podem-se supor os seguintes propósitos perseguidos pelos franciscanos ao lançar a revista: a) difundir a “boa” moral católica; b) divulgar a produção da editora por meio da apresentação e do comentário de obras; c) transmitir aos leitores da sociedade leiga e eclesiástica o conhecimento selecionado pelos editores, ou nos dizeres de Rothen (2004); difundir um saber específico.

6.4. A postura da Vozes por intermédio da Revista Eclesiástica Brasileira nas décadas de 1940 e 1950.

A Editora Vozes teve como gestor, no período de 1941 a 1952 Frei Tomás Borgmeier. Das suas primeiras realizações editoriais, está a fundação da *REB: Revista Eclesiástica Brasileira*, em 1941. Dom Jaime de Barros Câmara e Dom Sebastião Leme foram seus colaboradores.(ANDRADES, 2001, p. 80)

Ainda na gestão de Frei Tomás, foi fundada outra revista, que se encontra “em circulação ininterrupta até os dias atuais, com mais de 2.000 assinantes. Trata-se da

Sponsa Christi, que, em 1968, teve seu nome mudado para *Grande Sinal*". (ANDRADES, 2001, p. 82)

No final da década de 1940, precisamente no ano de 1948, uma publicação periódica da *Vozes* alcançou uma grande vendagem. Tratava-se da *Revista Eclesiástica Brasileira (REB)*. Nela, os autores que mais publicaram, em 15 anos de revista, foram Frei Aleixo Völkert, com 138 textos na seção "Casos de consciência"; frei Boaventura Kloppenburg, com 29 artigos; e Monsenhor Agnelo Rossi, com 31 artigos.

Eram professores no Instituto Teológico Franciscano. "Procuravam seguir a ortodoxia romana", recusavam a pluralidade da sociedade moderna e não admitiam questionamentos quanto à "autoridade espiritual de uma Igreja romanizada". (ANDRADES, 2006, p. 194 e 195)

Monsenhor Agnelo Rossi, em 1964, recebeu o chapéu de cardeal e, no mesmo ano foi eleito presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Pela sua postura tradicionalista, ele recebeu apoio dos militares e também da elite conservadora do país. (ANDRADES, 2006, p. 194 e 195)

Outro autor, Kloppenburg, foi também diretor da *REB*. Ele mesmo se responsabilizava pelo "tom de alinhamento à hierarquia católica" adotado pela revista. Por exemplo, nunca eram aceitos artigos de ex-padres, independente da origem ou assunto. Registrou-se manifestação da Santa Sé favorável à postura assumida pela revista. (ANDRADES, 2006, p. 196)

6.5. Do Editorial Religioso ao Editorial Universitário: A fase expansionista

A partir de 1962, a *Vozes* teve como diretor geral Frei Ludovico Gomes Mourão de Castro. Eleito em dezembro de 1961, permaneceu na função por 25 anos, até 1986. O perfil de sua administração se diferenciou das anteriores em vários aspectos, caracterizados por momentos conturbados na história da *Vozes*, do Brasil e da Igreja católica:

Sua gestão marcou a história da Editora *Vozes* em vários sentidos: pela sua relação com os funcionários; pela formação de um competente grupo de assessores; pelo investimento em um editorial cultural e religioso caracterizados pela ousadia e pluralidade; pela expansão do parque gráfico e pela rede de filiais da Editora. (ANDRADES, 2001, p 126)

Castro mantinha sempre uma postura firme e arrojada para a época, em relação à defesa das opções da Editora ante a oposição dos setores mais conservadores da igreja e a repressão do governo militar.

Também durante a gestão de Frei Ludovico, novas máquinas foram importadas, foram abertas filiais por todo o Brasil, e profissionais qualificados foram trazidos para a empresa.

Além das melhorias administrativas, na área editorial, foi realizada uma clara divisão entre “editoriais religiosos” e “editoriais universitários”. Para execução deste projeto, foram procurados para diálogo Antônio Olympio, irmão de José Olympio, e na CNBB, Frei Castro encontrou Rose Marie Muraro, então, “produtora cultural que preenchia os requisitos idealizados por ele” (ANDRADES, 2006, p. 224)

Foi o início de uma produtiva parceria: cinco anos após a chegada de Muraro – “judia, divorciada, feminista, militante de esquerda e leiga” – como Assessora

Editorial responsável pelas publicações culturais (universitárias), a *Vozes* conquistou o título de *Editora do Ano*.

Muraro convidou Eduardo Chuahy para trabalhar na editora. Ele, que já havia trabalhado na editora *Civilização brasileira* da *Fundação Getúlio Vargas (FGV)*, tinha na sua rede de contatos as “melhores cabeças da militância teórica de esquerda”⁷⁰

Naquele final de década de 1960, a *Vozes* inovou com a discussão de temas pouco usuais para uma Editora religiosa: tendo como autora a própria Rose Marie Muraro⁷¹, alguns religiosos, para os quais os ventos libertários da década em questão foram sentidos, e ainda outros intelectuais ligados às universidades. O tecnicismo, na época privilegiado com o propósito de atender às necessidades de desenvolvimento, por exemplo, aparecia como tema da edição de outubro de 1967. (ver foto 05)

Também assuntos, como sexualidade, exclusão social e racismo, passaram a gravitar nas publicações da editora.

A *Vozes* foi também uma das primeiras editoras brasileiras a abordar temas polêmicos e em defesa dos direitos das categorias excluídas da sociedade, como feminismo, a sexualidade e os direitos humanos. (ANDRADES, 2001, p.150)

Em relação ao regime político da época, a *Vozes* se posicionava, denunciando as atrocidades cometidas pelos militares no poder. Muitas vezes, funcionários e frades da editora foram de alguma forma “ameaçados”:

A Editora também ficou conhecida, nesse período, como uma das únicas vozes de resistência ao regime militar ditatorial que instalou-se em 1964. (ANDRADES, 2006, p. 154)

⁷⁰ Alguns dos nomes trazidos por Muraro e Chuahy para a *Vozes* em finais de 1960 foram: Osmar e Neuza Fávero, Darcy Ribeiro, Nelson Werneck Sodré entre outros. (ANDRADES, 2006, p. 226)

⁷¹ Rose Marie Muraro era uma intelectual feminista e ainda de esquerda, com idéias arrojadas e polêmicas, uma postura nada usual para a época. Imprimiu à Editora *Vozes* um caráter de vanguarda. Porém, não deixando de causar turbulências no mercado e no meio católico por sua presença nada usual.

Por ocasião das discussões em Roma, em função do Concílio Vaticano II, a Editora fazia a cobertura⁷² dos trabalhos e publicava resumos do que acontecia periodicamente. Inclusive membros dos franciscanos de Petrópolis participaram ativamente do Concílio.

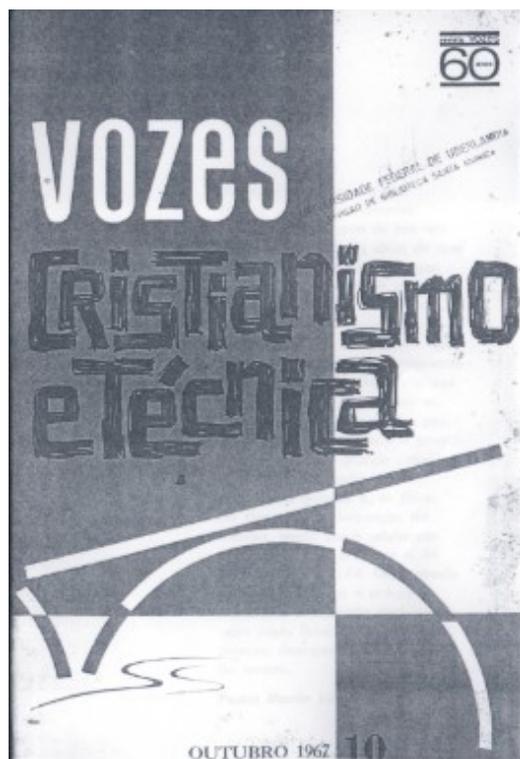


Foto 5. Capa da Revista de Cultura Vozes Outubro de 1967 (Edição Comemorativa dos 60 anos da Revista)

A *Vozes*, sensível às transformações que ocorriam na Igreja e também na sociedade - que agora colocava no topo das discussões as relações e os direitos humanos -, também trazia à pauta tais questões, buscando abordá-las em suas publicações.

A partir do Concílio Vaticano II e da 2ª. Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, que aconteceu em Medellín, Colômbia, no ano de 1968, novas temáticas e novas abordagens foram

⁷² Dom Paulo Evaristo Arns, em entrevista a Marcelo Andrades, conta que “O Concílio Vaticano II deve, no Brasil, a sua difusão unicamente à *Vozes*. (...) Eu próprio passei um mês inteiro no meio da serra, só traduzindo, de manhã até a noite, o material e os documentos do Concílio que o Frei Boaventura nos passava quando ele voltava de Roma.” ANDRADES, 2001, p. 159)

sendo produzidas, principalmente na América Latina. (ANDRADES, 2001, p. 159)

A década na qual se foca esta análise, como se vê, foi permeada de acontecimentos e reflexões marcantes, que transformaram a forma de agir dos franciscanos. A Revista de Cultura Vozes, de forma alguma, ficou de fora de tais mudanças e também se afinou com o seu tempo.

6.6. Revista afinada com seu tempo⁷³

Se a trajetória da editora se confunde , em certa medida, com a própria história da Revista de Cultura Vozes pode-se inferir que a Revista carregava em seu interior a responsabilidade, em parte, de divulgar por meio de seus artigos e apresentação de produtos, o perfil da Editora Vozes aos quatro cantos do país. Como isso acontecia, será visto a seguir.

6.6.1.Revista Vozes, um pouco de história

Marcelo Ferreira Andrades (2004, p.90-4) faz a descrição dos catálogos da editora. Por meio do exame destes, que traziam os produtos da *Vozes*, é possível perceber como e o que era comercializado ano após ano. As estratégias de propaganda eram em parte explicitadas.

Em 1928, a assinatura da revista era semestral ou anual para leitores do Brasil; para o exterior, somente eram aceitas assinaturas anuais. Tal fato leva à conclusão de que havia grande abrangência buscada para o alcance das publicações da editora. A título de divulgação, era assim descrita: “Revista quinzenal, Religiosa,

⁷³ Baseou-se em artigo, já citado do Pe Benedetti e permitiu-se parafrasear o seu artigo intitulado “*Vozes: uma revista afinada com seu tempo*”.

Scientífica, Literária e de Arte”. Também eram oferecidos volumes anuais (nem todos os anos estão disponibilizados) da revista “encadernados com capa dura”.

Na última capa do Catálogo de 1932, a revista ocupou um anúncio de página inteira. Em virtude da comemoração de seu Jubileu de Prata – a revista fazia 25 anos de existência -, também tiveram destaque algumas de suas características: “É preferida das classes cultas. “Orientação segura e perfeitamente orthodoxa”. “Fundamentalmente brasileira”. [...] “Constitue o regalo do sábio, do literatto, do artista, do operário”. “Indispensável nos gabinetes, nas bibliothecas, nas escolas, nas officinas e no lar”. Andrades (2006) destaca um dos depoimentos encontrados ali, este do Conde de Afonso Celso, do *Jornal do Brasil* e da revista *A Ordem*:

(...) excellente publicação catholica que já attingiu uma maioridade mais que de direito. A matéria contida é a mais interessante – estudos, commentários optimamente lançados.(ANDRADES, 2006, p. 111)

“Bispos, vigários”, “voluntários e parceiros ‘influentes’” tratavam de colaborar com a propaganda *boca a boca*. Visualizavam, naquele momento, a necessidade de uma editora suprir a “carência de publicações religiosas em língua portuguesa” e, no caso dos sacerdotes, obter “publicações que pudessem recomendar aos fiéis, sem receio de perturbar-lhes a fé.” (ANDRADES, 2006, p.113)

É possível perceber a “grande de distribuição e circulação” montada pelos frades. Já no início de 1908, no mês de maio, foi lançada uma promoção interessante: “Pedimos a fineza de indicar-nos o endereço de pessoas que talvez se interessem por nossa revista, para que possamos mandar-lhe um número”. A campanha teve muita receptividade e o retorno alcançado foi “ótimo”. (ANDRADES, 2006, p. 113)

Será dado agora um salto no tempo, passando pelas décadas de 1940 e 1950, intentando entender qual era o modelo de atuação adotado pelos editores da *Vozes*.

Também as orientações do Vaticano para uma “Igreja romanizada” se fazem sentir nas publicações. Posteriormente, analisar-se-ão a década de 1960, a gestão e a postura assumida nessa fase.

6.6.2. A Revista de Cultura Vozes e seus editores.

Por meio do quadro dos editores da Revista de Cultura Vozes, será possível visualizar o enfoque administrativo específico adotado em alguns períodos, especialmente, no período em que Frei Clarêncio Neotti esteve à frente desta e Ludovico Gomes de Castro dirigia a Editora Vozes. Ambos ingressaram em seus respectivos cargos na década de 1960, período que abrange este estudo.

Quadro representativo dos gestores da Revista de Cultura Vozes

Período	Gestor ou Editor	Comentários
1908-1919	Frei Pedro Sinzig	Primeiro editor e fundador da <i>Vozes de Petrópolis</i> . Fazia dela sua tribuna e, por isso, era reverenciado.
1919–1932	Frei Fernando Fiene	Apesar de se dedicar à revista, gostava mesmo era de matemática, tendo descoberto e publicado uma tabela de números primos ⁷⁴
1932 – 1937	Frei Henrique Golland Trindade	Publicou 54 artigos na revista <i>Vozes</i> . A principal colaboração editorial foi o investimento em publicações de caráter mais popular ⁷⁵
1937 – 1940	Frei Saturnino Schneider ⁷⁶	
1940- 1956 -	Frei João de Capistrano Binder	
1956 – 1966	Frei Aurélio Stulzer	Inaugurou uma nova administração, em que predominava a ‘Gestão Participativa’, criou um Conselho Editorial ⁷⁷

⁷⁴ ANDRADES, 2001, p. 53.

⁷⁵ ANDRADES, 2006, p. 309.

⁷⁶ Veio para o Brasil no fim da década de 1930, da Alemanha para o noviciado em Rodeio. Foi ordenado sacerdote em 1935, em Petrópolis. Dois anos depois que deixou a redação da “Vozes”, pediu dispensa da Ordem. Já na Alemanha, ele reconsiderou e solicitou a readmissão que aconteceu na Alemanha.

⁷⁷ ANDRADES, 2006, p. 199.

1966 -	Frei Clarêncio Neotti	No primeiro ano da revista, mudou seu nome para <i>Revista Católica de Cultura Vozes</i> . Três anos depois, em 1969 ficou <i>Revista de Cultura Vozes</i> ⁷⁸ . Imprimiu um ‘novo caráter’ ⁷⁹ à revista: científico, crítico e intelectual avançado.
--------	-----------------------	--

Frei Neotti, que cursara letras na Universidade Católica de Petrópolis (UCP), estava familiarizado com a literatura universitária, nesta fase, trabalhava em tempo integral na editora, com muito dinamismo, e participava de diversos eventos:

Em 1976, durante o V Congresso da União Cristã Brasileira de Comunicação (UCBC), realizado em julho na cidade do Rio de Janeiro, com o tema “Descaracterização da cultura popular”, foi eleito presidente da entidade. Foi reeleito dois anos depois, no VI Congresso.(ANDRADES, 2006, p.227)

Clarêncio Neotti imprimiu novo fôlego à *Revista de Cultura Vozes*, em sintonia com a gestão de Ludovico Gomes de Castro à frente da editora; também de acordo com as novas orientações do *Concílio Vaticano II: o aggiornamento* da Igreja católica já discutido em capítulo anterior:

Ele possibilitava uma melhor adaptação da revista ao estilo editorial previsto por Castro. (ANDRADES, 2006, p.226)

A *Revista de Cultura Vozes* não transitou em toda a década de 1960, pautada em uma única trilha. Ver-se-á adiante a *Revista* apontada como “afinada com seu tempo”, diferentes “tempos” e “trajetos” percorridos.

⁷⁸ ANDRADES, 2001, p.134.

⁷⁹ No seu artigo “Referência para as ciências sociais no Brasil”, Francisco Rüdiger comenta as transformações sofridas pela *Revista de Cultura Vozes*, nos finais da década de 1960: “caráter de fórum do debate científico, crítico e intelectual avançado que, sob a direção de Clarêncio Neotti, assume então a (nova) *Revista de Cultura Vozes*.” (RÜDIGER in ANDRADES, 2001, P.352)

6.6.3. Considerações sobre a filosofia e a abrangência da Revista Vozes⁸⁰

Desde a 1ª. Edição da revista, em 1907⁸¹, até o final da década de 1960 – período final desta pesquisa – podem-se perceber diferentes posturas editoriais assumidas pela Revista de Cultura Vozes, num claro acompanhamento de todo o processo histórico da sociedade e da religião.

Quando analisa a postura adotada pela revista, o Pe Luiz Roberto Benedetti⁸² tece algumas características sobre suas concepções, sua filosofia e sua abrangência. Destacam-se aqui algumas, com as quais a revista se identifica, a nosso ver até meados da década de 1960:

- Há pouca presença de documentos oficiais, eclesiásticos ou não.
- A Igreja Católica no seu formato totalitário
- Distanciamento de algum fato cotidiano. Nada é dito a respeito das Guerras mundiais. “Ali, são menos forças político-sociais que estão em processo e muito mais sistemas ideológico-políticos que expressam a eterna luta entre o bem e o mal” (p.297)
- Igreja muito fechada sobre si mesma, cultura católica em sentido confessional estrito, intelectuais católicos defendendo pontos de vista católicos.

⁸⁰ Na sua fundação, em 1907, a revista era chamada “*Vozes de Petrópolis*”, depois passa a levar o nome de “*Revista Católica de Cultura*” e, enfim, nos anos 1960, na gestão de Frei Clarêncio Neotti, é rebatizada de “*Revista de Cultura Vozes*”.

⁸¹ Boff (2001, p.265) aponta a Revista Vozes como sendo “a mais antiga revista cultural do Brasil”.

⁸² Obra já citada. (p. 297)

- Em 1959, posicionamento explicitamente anti escola pública, de aceso irrestrito e laica.
- Postura anticomunista ativa.
- Politicamente conservadora, apóia o golpe militar de 1964, opõe-se ao diálogo entre cristãos e comunistas.
- Posicionamento equivocado de que a secularização quase como sinônimo de ateísmo.

Todos os itens anteriores levam a concluir que a revista tinha um tom reacionário e com ele queria permanecer. Mas uma nova concepção de religião e sociedade parecia ter vez e voz por intermédio da revista:

- Em 1959, Dom Paulo Evaristo Arns começava a se ocupar de assuntos educacionais em oposição radical à Anísio Teixeira e, posteriormente, às de Florestan Fernandes. Artigo publicado: “Muitas diretrizes e poucas bases”⁸³.
- No início dos anos 1960, a revista discutia, por meio de Boaventura Koppenburg, Igreja Católica Brasileira, Maçonaria, Espiritismo, Comunismo e Anticomunismo.
- Em 1966, no meio da década, a Grande Virada: Clarêncio Neotti assumiu a redação e trouxe consigo Rose Marie Muraro. “Os assuntos internos à própria Igreja são postos em discussão.” O celibato obrigatório era discutido pelo Bispo Dom Pedro Paulo Kopp, nordeste, Lutero, *Populorum Progressio*, América Latina, Teologia sem Deus, Cristianismo e Técnica, Controle de natalidade, Aborto. Com todos estes assuntos e outros mais, o

⁸³ *Voices de Petrópolis*, ano 54 (1960), p. 65. (ANDRADES, 2001, p. 297)

que passava a ditar a postura da revista era “não mais a religião julgando a cultura, mas o tema religioso transformado em objeto de discussão cultural” (BENEDETTI, 2001, p. 298)

- Em 1969, como que funcionando como um “divisor de águas”, a revista assumiu um tom contestatório. Numa de suas chamadas de capa, lia-se: “Divórcio: *Não una o homem o que Deus separou*”. Por uma questão de se manter, de sobreviver em uma sociedade em que impera a diversidade cultural, acompanhava o “espírito da época”. Naquele momento:

Não cabia mais às Igrejas dizer a verdade ao mundo, mas, sim, ter algo significativo a dizer sobre os homens, estar aptas a participar dos grandes embates culturais, políticos e econômicos. (BENEDETTI, 2001, p. 298)

Concluindo, pode-se pensar no início da história da Revista *Vozes de Petrópolis*, que, em 1907, teve o seu primeiro editorial, intitulado *Quo vadis?*⁸⁴ Neste, segundo Benedetti (2001) era explicitada a postura da revista perante o espírito republicano, que trazia entre outras, a perspectiva laica de sociedade. A confirmação da necessidade de combater o mal, representado pela República e pelos “valores do mundo liberal-burguês” era colocada como questão central.

A revista tem, desde o seu início, a marca da “neocristandade”, que, como já foi discutido neste trabalho, é uma característica de posicionamento renovado da Igreja, para reagir ante as tendências liberais do novo século que se aproximava.

Na década de 1960, após mais de maio século de vida, a revista se renovou, no meio da década deu a sua Grande Virada e, afinada com seu tempo, percebeu que,

84 O título do primeiro editorial da Revista de Cultura Vozes tem este sugestivo nome certamente apontando os caminhos pelos quais intentava trilhar com a publicação que se iniciava. De acordo com a Enciclopédia digital (Wikipedia) : A expressão em latim “Quo Vadis?” vem da Bíblia (João, 16.5) e significa “Onde ides?”. Numa bela cena, o personagem do Apóstolo de Jesus Cristo, Simão Pedro (São Pedro - Primeiro Papa da Igreja Católica Romana), pergunta em oração ao Senhor Jesus: “Onde ides, Senhor?” (acesso em 07/05/2007)

numa época de pluralismo cultural, deveria ser, antes de uma revista religiosa fechada em si mesma, uma revista de cultura em sintonia com a sociedade, a educação e participante da esfera política.

Muitas das afirmações acima expostas puderam ser confirmadas e muitas outras foram percebidas. Além das perspectivas para o ensino superior, ricas e numerosas **características, informações e concepções** se manifestaram. Neste próximo e último capítulo, apresentar-se-ão os resultados da pesquisa.

7. AUDIÇÃO DAS VOZES CATÓLICAS

O exame dos exemplares da Revista de Cultura Vozes de janeiro de 1961 até dezembro de 1969 trouxe inúmeras surpresas, bem como dificuldades não previstas. Antes mesmo da fase de coleta dos documentos e da seleção das matérias (a serem lidas e analisadas), percebeu-se que tais partes da obra se configurariam em extensa bibliografia.

Os textos eram muito variados, apresentavam-se em grande número e pequenas dimensões⁸⁵.

Ao buscar-se o material, algumas dificuldades se surgiram, pois somente duas bibliotecas do estado de Minas Gerais contavam, em seu acervo, com suficiente quantidade de exemplares da coleção da obra, no período focado. A biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC MG) foi a instituição⁸⁶ buscada para a consulta e a seleção do material.

O trabalho de investigação macro já se iniciara no acervo da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Porém, em tal instituição, foram localizados apenas alguns exemplares, já que a coleção se encontrava incompleta. Nessa fase inicial, apesar de contar apenas com uma amostra reduzida de exemplares da Revista, foi possível realizar importante estudo exploratório. A “leitura” do objeto de forma mais superficial e não aprofundada baseou-se na percepção inicial do caráter geral da revista. Dimensões, projeto gráfico, formato, sessões, dimensão de cada seção, diferenciações

⁸⁵ As características dos artigos, pequenos textos e mensagens contidas no interior e também na parte externa da Revista de Cultura Vozes, serão mais bem desdobrados no decorrer desta última parte da dissertação, em que teremos a tipologia dos artigos e as categorizações das sessões (permanentes e esporádicas) da revista.

⁸⁶ Também, na UFMG, foi encontrada grande parte dos exemplares. Porém esta Instituição não foi escolhida por apresentar a PUC-MG acervo mais completo.

sofridas no decorrer da década, em relação ao número e conteúdo das partes da revista, extensão e formatação de acordo com normas de publicação para artigos científicos, já puderam ser percebidos.

A revista permaneceu com algumas características iniciais, confirmadas por meio da pesquisa, mantidas desde a sua fundação. Andrades aponta, como já foi dito, que a revista era “editada no formato 14X21, sua periodicidade era mensal, com ilustrações”. (2006, p. 37)

A coleção de exemplares da Revista de Cultura Vozes presente na biblioteca da Puc-Minas veio a complementar aquela existente na biblioteca da UFU.

No momento em que o acervo completo pôde ser examinado, ocorreu a feliz constatação de que as revistas se encontravam em excelente estado de conservação e encadernação. Os exemplares haviam sido agrupados em uma só encadernação anual e, algumas vezes, semestral.

Os exemplares pesquisados estavam encadernados, divididos em dois semestres anuais. Por exemplo, havia a encadernação do volume I referente ao ano de 1961 / 1º. Semestre e o volume II do ano de 1961 / 2º. Semestre. Alguns exemplares foram encadernados em uma única edição anual, como foi o caso dos números de 01 a 12 do ano de 1963 e do ano de 1965.

O único fato prejudicial à nossa leitura, quanto aos aspectos gráficos (observação das imagens, cores, expressões e texto), foi o fato de o trabalho de encadernação (ou boa parte dele) ter se realizado suprimindo as capas, contracapas e

sumário de alguns exemplares⁸⁷. Tais capas foram arrancadas, dificultando, assim, o nosso trabalho, como será explicado adiante.

Neste capítulo, serão relatadas as percepções colhidas no objeto estudado: a *Revista de Cultura Vozes*. Apresentar-se-ão a busca pelo material, características encontradas e a definição dos critérios utilizados na seleção deste. Tais ações já foram configurando-se no início do exercício de leitura investigativa. Enfim, os resultados da pesquisa. Aquelas pilhas de papéis, resgatadas do acervo da PUC-MG, pedaços vivos da história das idéias pedagógicas católicas, e também posturas outras assumidas pela Igreja, resultaram nas discussões que se seguem.

7.1 Para além das matérias

Não só as matérias da *Revista de Cultura Vozes* serviram de base para a pesquisa, pois durante todo o tempo em que o objeto foi examinado, encontrou-se, em cada espaço, em cada parte da revista, importante conteúdo que será relatado a título de conclusão das percepções colhidas. Orientações, diretrizes e perspectivas para o ensino superior, bem como curiosidades, serão apresentadas nas seguintes dimensões:

9. Referência ao editor/patrocinador (Editora Vozes), data de fundação da revista, apontamento da periodicidade da circulação, aparecimento do sumário, com as divisões e dimensões de cada parte, sinalização da presença de seção cedida à instituição AEC do Brasil, indicação de procedimentos para assinatura etc.

⁸⁷ Encadernação com a retirada das capas é o caso de todos os exemplares do ano de 1967, que, por este procedimento, privou-nos de uma visão ampla dos exemplares. Tal amplitude só se torna possível com a 'leitura da parte interna da revista juntamente com a 'leitura' da parte externa, no caso, suprimida para encadernação.

10. Aparecimento de editorial, em que período e qual o conteúdo exposto nos editoriais.
11. Relação, nos apêndices promocionais, do material que a revista desejava anunciar em consonância com as perspectivas dos autores que colaboravam para a revista.
12. Apresentação de textos ou expressões que, em seu conteúdo, reforçavam ou chamavam a atenção para os temas contidos nas matérias do interior da revista, quando a revista não contava com editorial.
13. Denominação da publicação, ou seja, a revista teve seu nome mudado em virtude de adaptação ao momento.
14. Surgimento de novas sessões como *Vozes do Mês* e o *Caderno da AEC do Brasil*. No interior deste último, o resumo da revista oficial do CFE – *Documenta* -, a coluna *Consultório* (destinada ao esclarecimento de dúvidas ou à solução de problemas enfrentados pelas Instituições Católicas) e também séries de artigos específicos, publicados mês a mês, como foi o caso da série “*Desvendando a LDB*”.

Após um exame macro⁸⁸ dos exemplares da Revista de Cultura Vozes, de janeiro de 1961 a dezembro de 1969, pode-se ver que, além das mensagens contidas nas matérias, em outros locais, a Revista trazia explicitações de sua postura assumida perante os leitores. Como exemplo, tem-se os dizeres encontrados na primeira página, funcionando como página de rosto dos exemplares, no ano de 1961 ao ano de 1966.

⁸⁸ Este “exame macro” ao qual é feita referência trata-se de um olhar geral pela revista. Como foi um primeiro olhar, buscou-se conhecer as dimensões da revista, com suas sessões, o que ela continha além das matérias como: se contava com editorial em todos os números, se trazia mensagens na capa e contracapa, se havia divulgação de produtos da Editora Vozes em seu interior, e também em dizeres encontrados no início das edições etc.

Neles há uma apresentação informal da revista quanto às suas orientações e função, conforme pode ser percebido pelo texto:

“Vozes”, revista mensal para o **intelectual católico**, sempre **fiel** ao programa traçado há meio século, deseja, **antes de tudo** ser um **veículo de orientação** segura através dos fatos da hora presente. (grifo nosso)

Pelas expressões grifadas, pode-se entender a auto-afirmação da revista no que concerne a seu papel de **criadora de concepções e precursora de orientações**, a partir de uma doutrina tradicional, e que preponderava “há meio século”, ou seja, desde a inauguração do periódico. Nesse “programa” – em que se referiu à articulação com os fatos que naquele momento se manifestavam – podemos supor que tais fatos se referem ao contexto social e político e as perspectivas para o ensino, sendo que nosso foco de interesse se concentra no ensino superior.

Além do caráter geral da revista, algumas características marcantes foram sentidas, por meio delas, far-se-á uma apresentação da revista.

7.1.1 Apresentação da revista: características encontradas

Ao examinar-se um periódico, algumas de suas características devem ser consideradas. Rothen (2004) explica o caráter de “obra aberta” que possui uma revista, ao contrário de um livro, por exemplo. Ele continua, esclarecendo que especificidades podem ser atribuídas a uma publicação periódica no sentido de caracterizá-la em termos de sua orientação intelectual. Percebemos, em nosso objeto, a *Revista de Cultura Vozes*, no caso uma obra editada por um grupo religioso (franciscano), algumas particularidades que confirmam a tese de Rothen (2004 e 2006):

- a) A revista incorpora novos e antigos colaboradores, podendo até mesmo nem identificá-los sempre.

- b) A revista assume uma firme orientação de base. Sólidas concepções se expõem de modo universal. Quando ocorrem mudanças as “novas perspectivas” são apresentadas em consenso.
- c) A revista se constrói a cada número, pois trata de fatos – ou produtos deles – que estão ocorrendo no momento. Como, por exemplo, as influências sofridas pela revista mediante a elaboração e a divulgação das Encíclicas *Gaudium et Spes* e *Populorum Progressio*, bem como dos documentos resultantes da reunião do CELAM, em Medellín, 1968.

São fatos que demonstram e confirmam a característica da Revista de Cultura Vozes, na década de 1960, de estar sempre ligada a acontecimentos do momento, entre outros, citam-se aqui:

1.1.1.1.1.1.1 1) Concílio Vaticano II

A “cobertura” dos trabalhos do Concílio Vaticano II foi realizada com grande agilidade. À medida que eram lançados os documentos conciliares, estes eram anunciados e comentados no número seguinte da Revista⁸⁹. Frei Boaventura Kloppenburg fazia parte de um grupo de religiosos que participou do processo de catalogação dos documentos, por ele trazidos de Roma, que com grande velocidade para a época, eram divulgados no país, por intermédio da *Revista de Cultura Vozes*. Dom Paulo Evaristo Arns, por exemplo, relatou a Andrades (2001), dando seu testemunho do árduo e ágil trabalho... Ele relembra que, no alto da serra, eram dias e noites na exaustiva tarefa de traduzir as encíclicas e demais documentos conciliares.

⁸⁹ Mesmo antes do Concílio e na Instalação dos Trabalhos para o Concílio Vaticano II, a Revista de Cultura Vozes trazia as notícias e determinações informando leigos e clero do Brasil.

1.1.1.1.1.2 2) Conselho Federal de Educação

Já no ano de 1966, resumos da revista oficial do Conselho Federal de Educação - *Documenta* - eram publicados na seção *Caderno da AEC do Brasil* imediatamente após a sua publicação.

1.1.1.1.1.3 3) Polêmicas

Debates entre intelectuais também aconteciam por meio da Revista de Cultura Vozes. Em um número o artigo, no outro, como resposta, a réplica ou a tréplica.

Por exemplo:

- a) Na Revista de Cultura Vozes: Carta do episcopado nordestino “Mensagem dos Bispos do Nordeste II”, que serviu de motivo para o debate. (*Idéias e Fatos*, setembro de 1966).
- b) Em setembro de 1966, na seção *Idéias e Fatos*, foi publicado o texto no qual Gilberto Freyre fazia uma crítica a um manifesto, já publicado anteriormente. (FREYRE, setembro de 1966).
- c) Na mesma edição, de setembro de 1966 da Revista de Cultura Vozes: carta de D Hélder Câmara *D Hélder responde a Gilberto Freyre*, na qual ele justifica a posição dos bispos. (CÂMARA, setembro de 1966)
- d) Também em maio de 1967, a Revista novamente abriu espaço para uma ampla manifestação de D. Hélder, que publicou, então, o texto “Nordeste: Desenvolvimento sem Justiça”. (CÂMARA, maio de 1967)

1.1.1.1.1.4 4)Fatos do cotidiano

Ainda os fatos do dia-a-dia do país e do mundo eram comentados e/ou publicados “fresquinhos”. Diversos exemplos podem ser citados, especialmente, as pequeninas notinhas que compunham a seção chamada *As Vozes do Mês*:

- a) A manifestação, de Paulo VI, elogiando a força de paz denominada NATO (da Organização Atlântica), datada de 03-07-1965, foi publicada no exemplar de agosto de 1965, da Revista de Cultura *Vozes*. (*Vozes do Mês*, agosto de 1965).
- b) Nesse mesmo número, noticiou-se a realização do Congresso Brasileiro da Indústria Gráfica, entre os dias 17 e 20 do mês de junho de 1965, em Águas de Lindóia. (*Vozes do Mês*, agosto de 1965)
- c) Inovações científicas em diversas áreas também eram divulgadas, por exemplo, a descoberta acidental da primeira jazida de antimônio do Brasil, por técnicos da UFMG, quando procuravam minério de ferro na Serra do Curral, na primeira semana de março de 1965. . (*Vozes do Mês*, abril de 1965).

1.1.1.1.1.5 5) Conferências

Conferências e Congressos diversos eram cobertos. As conferências do CELAM, que aconteceram após o Concílio Vaticano II, eram registradas com excelência jornalística e também comentadas.

Constatou-se que a revista, como “obra aberta” a cada número, trazia, nas capas e contracapas mensagens, dizeres e imagens que muito sinalizavam a postura de seus editores e o quanto esta propaganda no exterior da edição (do lado de fora, na capa e contracapa) buscava influenciar os seus leitores, ou seja , um grupo social pretendido.

7.1.2 As Vozes das capas e contracapas

As chamadas na capa da revista, muitas vezes, não eram somente referências ao conteúdo, com os títulos ou temas das matérias. Eram, sim, diretrizes, perspectivas próprias direcionadas aos leitores possíveis e imaginários da publicação. Como exemplo, apareceram pequenos textos na forma de mensagens, expressões que mais se pareciam frases de efeito e também imagens, como serão descritas adiante.

A imensa maioria das contracapas servia de propaganda franciscana para as coleções e obras lançadas pela Editora Vozes, sinalizando para a aquisição de hábitos e crenças por meio do que era ali editado. Também no sentido de reforçar o conteúdo, provocar reflexão e para a legitimação de concepções encontradas nos textos da Revista de Cultura Vozes, algumas mensagens interessantes destacavam-se à primeira vista:

1.1.1.1.1.1.6 1) aborto

No exemplar de novembro de 1967 – em que são tratados, numa concepção negativa, temas relativos ao aborto, obviamente rejeitando esta prática –, aparece, na contracapa, com ares demoníacos, uma figura com a seguinte legenda: “XOLOTL, a divindade asteca que regia os abortos e as monstruosidades, segundo um antigo códice mexicano”. (MOLL, novembro de 1967)

1.1.1.1.1.1.7 2) O cristão e a revolução

Com o tema “O Cristão e a Revolução / Ação Não-violenta na América Latina”, o exemplar, de agosto de 1968, traz, na contracapa, parte do Documento Básico que seria discutido na II Conferência do CELAM, em Medellín, Colômbia, naquele mesmo ano:

Vive-se uma democracia mais formal do que real, em que, às vezes, falta autêntica liberdade de organização. (...) A falta de grupos (...) como sindicatos, organizações camponesas, tem como consequência

que grupos pequenos governem sem contrapeso. (...) Em muitos países latinos americanos, o grupo militar constitui um poderoso grupo de pressão que passa a ter papel decisivo na política.

A Igreja foi atingida por essa hipertrofia do político. Onde ela é religião oficial, seus chefes religiosos são identificados com o poder político. (...) Ela, infelizmente, permaneceu, às vezes, calada diante dos abusos do poder civil e militar, sempre que lhes permitiam exercer suas funções culturais e seu papel moralizador (de moral individualista) e suas atividades educacionais (Revista de Cultura Vozes, agosto de 1968, contracapa)

1.1.1.1.1.1.8 3) AI 5

Na contracapa da edição de outubro de 1968, aparecem os seguintes dizeres repetidamente (dez vezes seguidas): “OPERÁRIOS * ESTUDANTES * VAUTHIER * JORNALISTAS * ARTISTAS Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado” (Revista de Cultura Vozes, outubro de 1968, contracapa), coincidindo com a data de promulgação do AI 5 (Ato Institucional no. 5). É época em que o governo militar reforçava a repressão e arbitrariedades eram cometidas em todo o país, inclusive contra intelectuais. A Revista de Cultura Vozes sinalizava uma mudança de postura em relação ao momento do Golpe de 1964, quando apoiava e ainda enaltecia a tomada do poder pelos militares.

1.1.1.1.1.1.9 4) Anticoncepcional

Na contracapa seguinte, de novembro de 1968, quando as discussões sobre a postura contrária da Igreja em relação ao uso da pílula anticoncepcional estavam no auge, encontra-se a seguinte mensagem da Diretoria do Instituto de Formação Teológica de São Paulo:

É urgente para nós cristãos criarmos um clima de busca da verdade. Para isso, é preciso que na proposição da verdade evangélica façamos mais apelo à inteligência do que à obediência; quem acata passivamente um ensinamento do magistério sem compreender não tem forçosamente maior fé do que quem procura compreender. A fé busca compreensão, como diz Santo Agostinho. (DIRETORIA DO INSTITUTO DE FORMAÇÃO TEOLÓGICA – IFT de São Paulo, novembro de 1968)

Nesse mesmo número, é colocado como epígrafe, na primeira página, o seguinte trecho da Encíclica *Gaudium et Spes*:

Na intimidade da consciência, o homem descobre uma lei (...) De fato, o homem tem uma lei escrita por Deus em seu coração. Obedecer a ela é a própria dignidade do homem. (...) A consciência é um núcleo secretíssimo e o sacrário do homem onde ele está sozinho com Deus e onde ressoa sua voz. (...) Pela fidelidade à consciência, os cristãos se unem aos outros homens na busca da verdade e na solução justa de inúmeros problemas morais que se apresentam, tanto na vida individual quanto social. (GAUDIUM ET SPES, N. 16, novembro de 1968)

Como visto acima, os temas polêmicos escolhidos como foco principal de cada edição, além de serem discutidos nas matérias do interior da publicação, eram reforçados nas contracapas e nas *epígrafes*.

A ausência das capas dos exemplares analisados, provavelmente, arrancadas para facilitar a encadernação, constituiu, dessa forma, a perda de uma grande possibilidade de visualização, ou seja, de observação de outros aspectos, além do conteúdo interno da revista, que explicitassem a postura assumida por ela, em cada período.

Os dizeres nas capas, no expediente interno da revista, nas páginas publicitárias, nas apresentações, nos editoriais etc, muito traduzem do que estava posto como verdade e do que os editores queriam multiplicar junto aos leitores, como veremos adiante. Antes, porém, apresentar-se-ão as partes que compunham a revista, bem como as novas sessões surgidas em função dos objetivos buscados pelos editores e as necessidades do momento vigente.

7.2 Tipologia dos textos e partes de um todo

O material encontrado na revista, não raro, era composto de artigos que não chegavam a ocupar nem uma página inteira. Os colaboradores da revista, muitas vezes, traziam suas opiniões e comentários sobre fatos daquele momento em pequenos textos, que mais se pareciam com aqueles que se vêem nas sessões, hoje denominadas nos grandes jornais de “Opinião dos leitores”.

Em sua escassa minoria, os textos possuíam referências bibliográficas ou demonstravam seguir normas técnicas para sua elaboração. A citação de outros autores no corpo do trabalho era uma raridade, a não ser, no caso de intelectuais ou mesmo pessoas públicas com discursos contrários às concepções da revista que eram citados, duramente criticados e até mesmo ridicularizados, sem a menor cerimônia.

Na grande parte das vezes, nas quais as matérias eram mais extensas, os temas tratados se agrupavam entre: aspectos da doutrina católica ou ensaios que eram publicados por partes em diversas edições. Por exemplo, no exemplar de fevereiro de 1961 (n. 02, Ano 55), divulgava-se o texto “Católicos na Constituinte de 1934”, de autoria do Cônego Luis Castanho de Almeida. No de maio de 1961 (n. 05, Ano 65), percebe-se outro artigo cujo verbete ‘continua’, encontrado no início do trabalho, já fala por si só. Título deste último: “Ainda os católicos na Constituinte de 1934” do mesmo autor, Cônego L. C. Almeida. Em outras ocasiões, percebemos outros exemplos semelhantes a este. Ainda é exemplar o fato de Joaquim Mattoso Câmara publicar uma série de artigos sob o título “Problemas de Lingüística Descritiva” nos anos de 1967 e 1968⁹⁰.

⁹⁰ Essa série de artigos assim foi constituída: iniciando, a Parte I em outubro de 1967 (n. 10, ano 61). Parte II - em novembro de 1967 (n. 11, ano 61). Parte III - dezembro de 1967 (n. 12, Ano 61). Parte

As temáticas de cada número também podiam ser categorizadas como partes de uma série, como aconteceu com os seguintes temas:

- a) O exemplar de maio de 1967 (n. 05, ano 61) foi dedicado ao tema: “Nordeste: Desenvolvimento sem Justiça”.
- b) No de março de 1969 (n. 03, ano 63), constata-se a presença de seis textos na seção *Artigos* sobre o assunto central: “Desenvolvimento Regional: Vale do Rio Doce”⁹¹.
- c) Já na publicação de agosto de 1969 (n. 08, Ano 63), assinalam-se três textos na seção *Artigos* que se dedicam à mesma temática: “O homem do Oeste Paulista”⁹².

7.2.1. As sessões da Revista de Cultura Vozes

As três subdivisões permanentes em todo o período pesquisado, de janeiro de 1961 a dezembro de 1969, eram: Artigos; Idéias e Fatos e; Bibliografia

1.1.1.1.1.1.10 Artigos

Esta seção trazia, na maioria das vezes, o menor número de textos⁹³, porém, estes eram os mais extensos, e os autores sempre eram apontados.

Os temas tratados variaram no decorrer da década, como será detalhado posteriormente. Configuravam-se ali discussões relativas à doutrina católica; fatos

IV - maio de 1968 (n. 05, ano 62). Parte V - junho de 1968 (n. 06, Ano 62). Parte VI - julho de 1968 (n. 07, Ano 62). Parte VII - agosto de 1968 (n. 08, Ano 62). Parte VIII - setembro de 1968 (n. 09, Ano 62). Parte IX - outubro de 1968 (n. 10, ano 62). Parte X - novembro de 1968 (n. 11, Ano 62).

⁹¹ Eram os seguintes, os textos com a temática *Desenvolvimento Regional: Vale do Rio Doce*: 1. *Considerações sobre o Desenvolvimento Regional*, de Lysia M. C. Bernardes & Vande Lage Magalhães; 2. *O Planejamento Regional no Vale do Rio Doce*, de Jarbas Medeiros; 3. *Aspectos Demográficos e Sócio-econômicos do Vale do Rio Doce*, Redação da Revista de Cultura Vozes; 4. *Um Vale, Um Povo que Acorda, Uma Igreja*, de Cândido Błsewski; 5. *Sugestões para o Desenvolvimento do Vale do Rio Doce*, de Dom Marcos A. Noronha; 6. *Rio Doce faz Investimentos Maciços*, de Redação da Revista de Cultura Vozes. (*Revista de Cultura Vozes*, março de 1969)

⁹² Os textos que discutiam a temática *O homem do Oeste Paulista* foram os seguintes: 1. *Noroeste Paulista: Aspectos Demográficos*, de José Oscar Beozzo; 2. *Lins: Comunidades em Renovação*, de Dom Pedro Paulo Koop; 3. *O Interior à procura de sua Pedagogia*, de Prof. Celestino A. da Silva Jr. (*Revista de Cultura Vozes*, setembro de 1969)

⁹³ A maior parte das vezes, a seção artigos trazia quatro artigos. Podendo este número chegar a sete. Poucas vezes este número esteve fora deste intervalo.

históricos; análises das recomendações papais e mesmo discursos e documentos vindos de Roma; posicionamentos diversos do meio eclesiástico do país e de fora dele frente a temas do momento.

Faziam parte do grupo de religiosos que dessa seção se utilizavam para expor seus pontos de vista: Dom Hélder Câmara, Dom Boaventura Kloppenburg, Dom Paulo Evaristo Arns, entre tantos outros. Também apareciam, nessa parte, artigos de educadores, médicos e juristas. Nos artigos com referência às artes, José Wolf era o colaborador que prestava seus serviços com grande frequência. Outros nomes ainda se destacaram com alguma constância: José Camilo Oliveira Torres, Joaquim Mattoso Câmara, Cônego Luís Castanho de Almeida, Frei João Crisóstomo Arns, Leonardo Boff e Rose Marie Muraro. Os dois últimos já na última metade da década.

1.1.1.1.1.11 Idéias e Fatos

Trazia, muitas vezes, numerosos e pequenos artigos. O tema central era política, e boa parte dos intelectuais católicos que nela colaboravam também faziam parte do expediente interno da Revista de Cultura Vozes. Conclusão que se tirou do fato de que, a cada mês, os numerosos textos seguiam o mesmo padrão e não eram assinados, na grande maioria das vezes. O texto inicial trazia assinatura e parecia funcionar como um editorial, já que introduzia a seção e o tema principal a ser desenvolvido.

1.1.1.1.1.12 Bibliografia

Nessa parte da revista, todos os meses obras eram indicadas, apresentava-se uma pequena resenha e os livros eram comentados brevemente. Por vezes, a seção bibliografia foi reduzida, passando a figurar em uma só página, como um apêndice, porém, nunca deixando de existir.

Em seguida, apresentar-se-ão outros exemplos de novas sessões encontradas na Revista de Cultura Vozes. Estas, que se seguem, não contavam com uma subdivisão da revista específica para elas. Também não figuravam no sumário.

1.1.1.1.1.13 Vozes do Mês

A partir de abril de 1965, até o mesmo mês do ano seguinte (abril de 1966), a Revista trazia uma seção de notas intitulada “*As vozes do mês*”, que contava com, aproximadamente, dez páginas, além das sessões tradicionais, já percebidas desde o início da década de 1960: *Artigos, Idéias e Fatos e Bibliografia*

Na seção *Vozes do mês*, pequenas notas traziam notícias recém registradas. Ou seja, fatos marcantes, notícias, opiniões e curiosidades sobre o Brasil e o mundo. Os temas variavam entre: acontecimentos políticos, econômicos, culturais, religiosos: descobertas e conquistas técnico-científicas... Cada texto trazia informações reduzidas, somente comunicando rapidamente, sem explicar os fatos. Pequenas notas traziam notícias relativas ao ensino superior de forma global e notas de pura ‘propaganda’, por exemplo, elogios e engrandecimento às PUCs. Na maioria das vezes, não havia assinatura.

Também informações quanto à relação Igreja/Estado, como a pequena nota, de novembro de 1965 (n. 11, ano 59), que falava do acordo entre a Conferência Episcopal do Brasil e o Governo Central no repasse de 800 milhões de cruzeiros para a alfabetização (projetos do MEB – Movimento Eclesial de Base).

1.1.1.1.1.14 Em duas Colunas

Em 1965, apareceu a seção “Em duas colunas”, de autoria de Brás de Alcântara. Com o tema educação familiar (ilustrativo é o seu ataque com forte crítica e indignação em relação ao concurso de modelos de apenas 12 anos), demonstrou

preocupação com formação moral. Fazia comentários sobre a legislação, sempre apresentando discurso anticomunista e anti-repressão.

1.1.1.1.1.15 Vozes Centenárias

Esporadicamente, sem que houvesse uma frequência regular, em razão do centenário de alguma personalidade – político, escritor, intelectual, membro da igreja ou artista –, a revista trazia uma reportagem especial intitulada “*Vozes Centenárias*” homenageando a obra ou a vida da pessoa lembrada.

1.1.1.1.1.16 Caderno da AEC do Brasil

Uma nova seção passou a existir, aproximadamente, no meio da década, sendo denominada “Caderno da AEC do Brasil”⁹⁴. Nesse momento, a revista passou a contar com **quatro** subdivisões inseridas e bem definidas no sumário. A começar de maio de 1966 (n. 05, ano 60), pelo menos até o final do período pesquisado (dezembro de 1969), a Revista contou com essa nova seção. Conforme anunciado na própria capa da Revista de Cultura Vozes, com um mês de antecedência da estréia do novo caderno, esse boletim acresceu à encadernação da revista “16 páginas cada mês, exclusivamente sobre problemas educacionais” (*Revista de Cultura Vozes*, abril de 1966, capa).

Durante todo o período pesquisado, desde a estréia do primeiro *Caderno da AEC do Brasil* publicado na Revista de Cultura Vozes, em maio de 1966, até aquele publicado no exemplar de dezembro de 1969, assinavam: como Diretor Responsável do

⁹⁴ Essa seção revestiu-se de grande importância para esta pesquisa, em função de seu teor voltado para aspectos educacionais.

Caderno da AEC, Padre José de Vasconcellos, e como Redatora, Laura Chaer (Irmã Anais⁹⁵, O. P.).

Pelo que foi detectado pela pesquisa, conclui-se que o caderno foi criado com explícitos objetivos de auxiliar as instituições educacionais católicas a se firmarem no mercado educacional brasileiro e se tornarem de fato competitivas⁹⁶.

Percebe-se, pelas palavras de seu fundador e então presidente da AEC, o espírito pelo qual é inundado o boletim recém criado:

Lembrando as palavras do Apóstolo, desejaríamos que o nosso modesto boletim fosse, de fato, serviço quando serve, doutrina quando ensina, exortação quando exorta, sem cálculo quando colabora, irradiador de alegria quando compadece (VASCONCELLOS, maio de 1966, p. 372)

1.1.1.1.1.17 Documenta em resumo

Inserido no *Caderno da AEC do Brasil*, a Revista de Cultura Vozes trazia um resumo da revista *Documenta*, quando nesta havia “assuntos de maior interesse para as escolas filiadas à AEC” (*Documenta em resumo*, fevereiro de 1968, p 182).

Tais informações eram selecionadas com o claro propósito de fornecer orientação às instituições filiadas à AEC, quanto a aspectos referentes à legislação educacional, com agilidade e objetividade. Pode-se apresentar como exemplos do que era publicado na parte dedicada à *Documenta em resumo*:

⁹⁵ A então redatora do Caderno da AEC do Brasil, Irmã Anais, O. P., por vezes, assinava artigos, com o nome Laura Chaer. Porém, ao referir-se à sua editora responsável, o Caderno da AEC se reportava a ela como Irmã Anais. Para que houvesse um mesmo padrão para a referência a tal autora, estabeleceu-se, neste estudo, o nome Laura Chaer.

⁹⁶ As expressões “se firmarem no mercado educacional brasileiro” e “se tornarem de fato competitivas” foram incluídas, apesar de não terem figurado em nenhum momento no material pesquisado, visto que são expressões mais atuais. O motivo de tal inclusão se deve ao fato de que a disseminação de concepções, ou seja, a nossa conclusão aqui perseguida, somente teria razão de ser se as instituições de nível superior católicas fossem brindadas com a solidificação de sua condição econômica, viabilizando sua permanência e crescimento.

- Portaria sobre o registro de Professor para os Licenciados por Faculdade de Filosofia. Portaria n. 341, de 1-1201965. (*Documenta em resumo*, n. 44, maio de 1966)
- Parecer sobre a equivalência de disciplinas em cursos de nível superior. Parecer 344 de 1966. (*Documenta em resumo*, n.54 e 55, outubro de 1966)
- Parecer n. 261 de 1967, a respeito da exclusão pela interpretação da LDB/1961 de toda e qualquer possibilidade de abono de faltas de alunos. Neste caso, a orientação se deu, especificamente, em respeito às faltas em virtude da greve estudantil. (*Documenta em resumo*, fevereiro de 1968)
- Parecer n. 278 de 1967, em razão de uma consulta feita por uma Faculdade de Filosofia, a resposta foi a afirmação de que a lei é clara, e, no caso específico, “os Diretórios Acadêmicos não podem exercer atividades de caráter religioso”. (*Documenta em resumo*, fevereiro de 1968)

Não se pode ignorar o fato de que esse boletim mensal da AEC (*Caderno da AEC*) trazia resumos da revista *Documenta*, uma publicação oficial do CFE, no momento em que as discussões para a Reforma Universitária no país mobilizavam um número significativo de atores sociais.

A ação do governo militar, desempenhando o papel de um desses atores, acima citados, se deu de várias formas⁹⁷. As tão almejadas reformas foram influenciadas por uma teia de relações entre: a pressão da classe média por vagas no ensino superior; o movimento estudantil tomando força; as idéias dos intelectuais

⁹⁷ Tais ações do governo militar já foram amplamente discutidas no capítulo que trata do Contexto da Década de 1960. Também já foram citados os Decretos-Leis (n. 53/1966 e n. 252/1967), que já pré desenham a reforma fazendo parte da estratégia.

educadores defensores da educação pública; as concepções defendidas pelos representantes das escolas particulares e confessionais; e os reflexos disso tudo nos legisladores...

Dessa forma, essa seção da revista também foi um instrumento de pressão para as reformas no ensino superior, de uma posição educacional tradicional católica (um dos atores citados).

Ainda no Caderno da AEC do Brasil, encontrou-se:

- Em 1966, foi inserida a parte chamada *Consultório*. Como o próprio nome indica, nele, eram discutidos problemas das instituições católicas e apontadas soluções e/ou esclarecimentos. Funcionava da seguinte forma esse “serviço”: A redação recebia cartas contendo dúvidas ou relatos de problemas enfrentados e as respondia fornecendo orientação.
- Em julho de 1969, foi aberta uma nova seção, inserida no *Caderno da AEC* denominada *Fórum de Debates*. Nela, eram colhidas as “opiniões dos vários leitores (...) sobre assuntos de educação”. Destes debates, destacaram-se, com as seguintes temáticas: “A escola confessional” (*Fórum de Debates*, julho de 1969) e “Em relação às objeções que se fazem à escola católica” (*Fórum de Debates*, setembro de 1969).

Diferenciações temáticas, na extensão e conteúdo de cada parte da revista, foram observadas. Inclusive, mudanças pontuais, por exemplo, em relação à presença de editoriais que apareceram em substituição às tradicionais epígrafes de primeira página. E também mudanças globais, denotando uma nova filosofia de ação do grupo católico, que dirigia a publicação, e da estratégia dos colaboradores que dela se serviam como

grande multiplicadora de perspectivas católicas, aqui, incluídas as concepções educacionais católicas para o ensino superior.

Tais diferenciações se fizeram sentir de maneira gradativa. Do início da década de 1960 até o seu final, a revista sofreu influências determinantes, e, enfim, transformou-se. Nos próximos itens as mudanças e seus sinais apresentar-se-ão.

7.3 De Conservadora à Contestadora

Tratando-se do conteúdo geral encontrado na revista, algumas considerações foram pertinentes, mesmo antes da seleção de matérias, cuja intenção era a de delimitação do tema mais específico para este estudo.

A revista iniciou a década de 1960 ocupando suas páginas com matérias de teor eminentemente religioso, teológico ou em discussões teóricas sobre a doutrina católica. Cabiam, também, estudos sobre fatos religiosos e históricos, preceitos e encíclicas do Vaticano.

Sempre saindo na defesa da educação católica: ora apontando suas conquistas legais, presentes na recém promulgada LDB/1961 ou então atacando outras formas de educar, que não fossem sob a perspectiva católica de *educação integral do ser humano*.

A sua grande bandeira era a *educação libertadora*: sem o totalitarismo estatal (encontrado nos regimes comunistas, e totalmente rejeitado pela revista) e com o apoio da família. Ou seja, com a possibilidade de opção pela educação confessional, para os filhos.

No campo político, a Revista de Cultura Vozes parecia se manter à margem, porém posicionava-se de forma conservadora no início da década. Em 1964, não se permitia o diálogo entre cristãos e comunistas e exibia um discurso de apoio ao governo militar. Começou a mostrar-se politicamente mais no final da década, quando defendia abertamente os direitos humanos e se abria para os problemas sociais. De *conservadora*, a Revista de Cultura Vozes passa, então, a ter uma postura *contestadora*.

Tal fato se devia aos ventos conciliares que provocaram um arejamento para toda a Igreja. O Concílio Vaticano II não só orientou, numa época de imenso pluralismo religioso, mas também pressionou toda a atuação da Igreja da América Latina no sentido de abrir-se para as diferentes religiões, de unir-se – clero e leigos - e posicionar-se no campo político e social.

Quando se percebe essa passagem, de uma orientação conservadora a uma atitude contestadora, dialoga-se com Régis de Moraes (1985), que desenvolve sua argumentação sobre as mudanças de orientação da Igreja. Este autor, ao expor a trajetória de Alceu Amoroso Lima, a ele se reportava, primeiramente, como recém converso e rígido, passando, depois, a assumir uma postura mais flexível, até conseguindo comunicar-se com idéias contrárias às suas. Já na década de 1960, mostrava-se contestador, numa atitude que espelhava a face da própria Igreja naquele momento.

Percebe-se a mesma renovação na Revista de Cultura Vozes por meio da pesquisa realizada. Algumas falas importantes confirmam as percepções colhidas:

No artigo inaugural do exemplar de julho de 1967, ano em que a revista comemorava 60 anos de vida, o próprio redator chefe, Frei Clarêncio Neotti, escreveu

“achamos nossa missão renovar-nos com a Igreja pós-conciliar que é, a olhos vistos, *uma Igreja diferente*” (NEOTTI, julho de 1967, p. 579).

Mais adiante, em outro trecho, explicava a renovação ocorrida e os novos fundamentos de sua atuação:

VOZES, no passado, foi fiel à Igreja e acompanhou o “desenvolvimento de tudo quanto há de mais belo e nobre” (primeiro editorial). VOZES de agora não quebra linha ao se colocar em ritmo da Igreja renovada, da Igreja que se corrige e se purifica para espelhar melhor a face de Cristo aos homens e ao homem de hoje; da Igreja que, deixando de ser conceito longínquo, se encarna em cada batizado e age em sua consciência soberana; da Igreja que não se recolhe pudicamente para não manchar-se ou enrugarse, mas exerce seu “dever de perscrutar os sinais dos tempos e interpretá-los à luz do Evangelho” (GAUDIUM ET SPES, n. 4 apud NEOTTI, julho de 1967, p. 579)

No número imediatamente subsequente da Revista de Cultura Vozes, ou seja, no exemplar de agosto de 1967, é a vez de Alceu Amoroso Lima comentar as mudanças percebidas na Revista de Cultura Vozes :

Sinto vivamente um sopro de renovação e de rejuvenescimento nela, que explica bem a mudança de nome. (...) VOZES de agora não quebra a linha ao se colocar em ritmo da Igreja renovada. E com isso passa da margem à corrente da vida intelectual brasileira, onde já agora figura como uma presença inconfundível. (ATHAYDE, agosto de 1967, p.729)

Tinha-se uma publicação periódica, que contava com firme orientação católica. Era de se esperar que as idéias disseminadas buscassem ecoar e se fortalecer. Caracterizar-se-á, no próximo item, a revista funcionando como uma tribuna e os discursos direcionando-se sempre a favor de suas próprias concepções.

7.3.1. A Tribuna Vozes

Este periódico de grande prestígio – a Revista de Cultura Vozes - atuava como uma verdadeira tribuna⁹⁸, em que, apesar de existir uma filosofia de base, com firmes orientações de um grupo intelectual, havia espaço para que nomes de peso no meio católico difundissem suas concepções próprias.

A Igreja buscava atuar em todos os campos que lhe fossem possíveis, professando sua *verdade incontestável* de, sob sua doutrina, livrar a sociedade de seus problemas. Utilizava-se, portanto, de todas as vantagens de se ter uma *tribuna* em uma publicação de seu domínio.

Para disseminar suas concepções, adaptou-se e sofreu ajustes e modificações, durante a década de 1960, como será visto na próxima subdivisão.

7.3.2. Marcos de Mudança

Começando pelo início da década em questão, em janeiro de 1961, algumas *concepções* encontradas nas matérias já se desenharam, configurando a postura da Revista de Cultura Vozes. Em meados da década, em 1966, a revista imprimia uma nova rota com a mudança do chefe da redação e colaboradores, como, na seqüência, será explicitado. Já em 1969, acompanhando o espírito da época, assumia uma postura ainda mais renovada, aproximando-se, finalmente, das posições da esquerda.

⁹⁸ Introduce-se, aqui, o termo *tribuna*, pois ele parece melhor sinalizar a repercussão pretendida: uma fala que seria ouvida e multiplicada a milhares de ouvintes (leitores). De uma *tribuna*, podem ecoar concepções que se espalham por todos os espaços pretendidos. Sem contar com a vantagem de se ter a repercussão de discursos sempre funcionando a seu favor.

Nos próximos itens, serão vistas características encontradas durante a pesquisa que confirmam as mudanças. Para tanto, serão resgatados os textos e as mensagens que podem ser apontados como *marcos de mudança*.

7.3.2.1. Marcos de Mudança: de epígrafes a editoriais

Em janeiro de 1961, ou seja, no início do período pesquisado, a revista tinha o nome⁹⁹ de *Revista Católica de Cultura*, e, em janeiro de 1969, ela passou a ser denominada de *Revista de Cultura Vozes*. Em 1966, a revista sofreu modificações, e diferenciações foram sentidas, principalmente em virtude da troca de redator chefe. Com a saída de Frei Aurélio Stulzer¹⁰⁰, Frei Clarêncio Neotti assumiu a redação, num período em que a postura da revista era de renovação, em consonância com toda a orientação católica.

Coincidindo com a data de “rebatismo” da revista, em janeiro de 1969, também aconteceram mudanças estruturais: a partir dessa data, publicaram-se editoriais no início de cada número, em substituição às anteriores epígrafes, que se configuravam em ‘apresentações’ ou ‘palavras iniciais’, impressas sempre na página de rosto de cada edição. Eram variadas as origens e o formato dessas epígrafes. Alternavam-se entre poemas selecionados, discursos, recortes de encíclicas papais e mensagens diversas, inclusive cartas de cardeais, arcebispos etc que eram endereçadas à redação ou a algum frade franciscano da congregação.

⁹⁹ Como já foi citado, lembramos que, inicialmente, no ato de sua fundação, a revista nasceu *Vozes de Petrópolis*, em 1907.

¹⁰⁰ A Revista de Cultura Vozes traz, nas edições de dezembro de 1965 (n. 12, Ano 59) e de janeiro de 1966 (n. 01, Ano 60), manifestações de apoio e agradecimento ao trabalho realizado durante 30 anos por Frei Aurélio.

Nos anos de 1966 e 1967, na vigência da “guerra fria” e também em função dos “conflitos entre nações”, as chamadas ou epígrafes da primeira página eram apelos à paz. Em oposição à “divisão dos homens”, eram elevados “sentimentos pacíficos”, também na perspectiva de “educar a juventude” dentro dos preceitos cristãos católicos para a paz e o ecumenismo.

A fonte desses excertos era sempre indicada, e a revista os trouxe de março de 1965 até dezembro de 1968, quando, em janeiro de 1969, foram substituídos pelos editoriais.

7.3.2.2. Marcos de Mudança: Rose Marie Muraro, a nova colaboradora

No mesmo ano no qual Frei Neotti assumiu a redação, ano de 1966, teve-se a estréia de Rose Marie Muraro na Revista de Cultura Vozes. Ela, que já havia sido contratada como Assessora Editorial por Frei Ludovico Castro, Diretor Geral da Vozes desde 1962, passava a colaborar, também, na Revista de Cultura Vozes .

Esse fato pode ser considerado uma grande abertura da Revista de Cultura Vozes, como também da Editora (por suas idéias, por ser a nova redatora feminista, divorciada, judia). Os seus textos inauguraram novas formas de ver as saídas para o desenvolvimento do povo brasileiro e de pensar a educação:

O texto *Anatomia do poder*, publicado em março de 1966, é um dos capítulos do livro *A mulher na construção do Mundo Futuro*, que seria lançado pela Editora Vozes. Nele, a autora “acende luzes preparando a construção do mundo futuro”. Nesse trabalho, foram discutidas as relações de poder e dominação. Muraro, que assina o texto como representante da União Nacional Católica de Imprensa, defende que só o

Amor, como força de Deus, que “rege todos os Universos”, seria capaz de equilibrar as relações humanas. O mal estaria no desequilíbrio das relações sociais, e daí surgiriam os problemas relativos ao “desenvolvimento amorfo da sociedade”. Assim ela explica esse mal:

A necessidade legítima e indispensável de diferenciação de funções e da autoridade é, entretanto, transformada em abuso, em apetite de poder. Os mais fortes começam a dominar em detrimento dos mais fracos, e o apetite desmesurado da própria superioridade passa a ser a trama da história humana. (MURARO, março de 1966, p. 206).

Ainda nesse texto, ela diferenciou os conceitos de pessoas (seres humanos) da de indivíduos (concepção econômica). Ela apontou como grande perigo real o fato de o homem se perder no “infinito anônimo das sociedades coletivistas e totalitárias” como apenas mais um *indivíduo* (MURARO, março de 1966, p. 208).

O artigo, de dezembro de 1966, *Desafios de um mundo em mutação à Igreja Pós Conciliar* é, nas palavras da própria autora, um “roteiro para reflexão”, que seria transformado em tema do livro: *Para além do homem*. Neste, a autora se ocupou em humanizar aspectos da evolução científica. Evolução esta que seria incontestável, bem como incontrolável. Ela manifesta sua inquietação quando reconhece a evolução humana atrelada ao avanço da ciência, pois concebe que este último propicia:

O progresso científico que traz consigo o progresso técnico é o crescimento, em todos os setores, do poder do homem sobre a matéria, sobre o seu próprio destino e sobre o seu próprio ser. (MURARO, dezembro de 1966, p. 995)

Ela discorreu, nesse artigo, sobre as concepções educacionais a serem assumidas, num século (XX) em que estariam sendo revistos os padrões éticos e culturais. Apontou como temas a serem refletidos:

- a) o progresso técnico, com a evolução do ser humano, apontando para a automação, com seus benefícios e males;
- b) as descobertas em torno da fisiologia humana, sobretudo os mistérios do DNA, levantando dilemas éticos e morais; e, finalmente,
- c) a televisão se colocando como “arma absoluta”.

Sugeri, então, soluções na ‘dimensão do amor’, propondo o emprego de novas técnicas e métodos educacionais:

A pedagogia deveria ser toda modificada. Seria preciso (...) libertar nosso jovens, ainda educados sob a influência de tabus milenares, que os tornam inaptos para assumir conscientemente o seu destino, tanto individual como coletivo, em um mundo em mutação acelerada e explosiva. (MURARO, dezembro de 1966, p. 1003)

Esse parece ser um novo enfoque para se lidar com as diretrizes tecnicistas para o ensino superior, pelo prisma de uma intelectual, com idéias de vanguarda, que, conseqüentemente, traria novas perspectivas educacionais, pois a postura pedagógica a ser assumida pelos educadores católicos deveria ser reconstruída.

Tais concepções, como igualdade e humanismo, já eram disseminadas na Revista de Cultura Vozes. Porém Rose Marie Muraro apontava perspectivas educacionais, “na dimensão do Amor”, com uma nova e aberta abordagem: o ensino superior articulado à pesquisa científica ou, pelo menos, passando a considerar a ciência como evolução definitiva da humanidade. Para a autora, como decorrência dessa evolução, o homem aumentaria seu poder e domínio sobre a natureza e os outros homens.

7.3.2.3. Marcos de Mudança: desdobramentos da seção *Idéias e Fatos*

As transformações sofridas nas partes da obra focada, no decorrer da década pesquisada, demonstraram uma clara mudança de postura do grupo que editava a Revista de Cultura Vozes. Pode-se considerar o surgimento de novas sessões, já descritas acima¹⁰¹, como ajustes às necessidades internas e também externas de irradiar saberes a seus leitores.

Percebeu-se que as sessões possuíam uma dinâmica própria, o que configurou também como *Marcos de Mudança* da rota da Revista de Cultura Vozes, por exemplo:

- a) a criação do *Caderno da AEC do Brasil*, em maio de 1966;
- b) a seção *Consultório*, que foi criada para melhor auxiliar as instituições católicas a resolver seus problemas, tornando-se mais competitivas;
- c) a reprodução, sempre que se mostrasse importante, de discursos de políticos, resumos de leis e recomendações papais no intuito de atualizar os gestores e educadores católicos.

Na seção “*Idéias e fatos*”, que trazia pequenos artigos sem assinatura e sem referência a outros autores, o Sr. Bernardo Augusto parecia ser o editor e, desde 1961, redigia o texto inaugural, sempre denominado *Política em Maiúsculas*. O seu texto era o que abria a seção e tratava da temática desenvolvida nos demais artigos (pequenos textos). Sua fala sempre denotava grande ironia e uma incapacidade de se esconder por trás das palavras. Seu texto explicitava, na ‘ponta da língua’, o discurso irônico

¹⁰¹ Ver acima o item “As sessões da Revista de Cultura Vozes”.

anticomunista, em relação à cortina de ferro, e, ao mesmo tempo, antiimperialista em relação aos EUA.

Nos anos de 1961 até março de 1964, em seu texto inaugural, ele sempre atacava o governo e manifestava seu temor sobre o fato de o Brasil continuar a ser governado por *comunistas e incompetentes*. A temática sobre a crise administrativa e a solicitação de mudanças urgentes era recorrente, em diversos exemplares.

Após maio 1964, os desejos por uma Revolução com perspectivas cristãs e a incerteza quanto ao resultado concreto da Reforma política que acontecera era patente. Nos anos seguintes, parece ter abrandado a sua indignação quanto à necessidade de se dar um novo direcionamento político ao Brasil.

Em maio de 1965, na sua crônica de abertura da seção *Idéias e Fatos*, viu-se um autor ponderado, que, apesar de manifestar sua opinião e sugerir ações ao próprio presidente, o faz com maior cautela, usa as expressões “com a devida licença” antes de se manifestar e inicia sua argumentação com um “louva-se seu espírito democrático”, quando se reporta ao então presidente da República Castello Branco (AUGUSTO, maio de 1965, p. 372).

Talvez por ter abrandado sua ânsia reformista ou por sentir a repressão, ou ainda, por apoiar os militares ou por todos esses fatores somados, a sua postura foi se modificando e, em sua última crônica, publicada pela Revista de Cultura Vozes em 1966, valia-se de uma fala mais elegante e menos radical e agressiva.

7.3.2.4. Marcos de Mudança: abandono das posturas anticomunistas, anti-sindicais e contrárias à greve.

Durante o ano de 1961, a Revista de Cultura Vozes se posicionou por meio de idéias conservadoras: comentou o papel dos católicos na constituinte de 1934, as greves sindicais foram tomadas por um duplo prisma. Por um lado – o mais constante nas argumentações –, o socialismo era mal visto, e o discurso anticomunista adotado execrava qualquer forma de sindicalismo. Por outro, houve alguns raros momentos em que as condições de trabalho, de vida e a remuneração injusta de trabalhadores eram aceitas como justificativa para a existência das greves.

O posicionamento católico anticomunista era reiterado e amplamente justificado. A ausência de liberdade de credo, advinda do comunismo, era o principal ponto atacado pela argumentação dos autores que tinham voz por intermédio da Revista de Cultura Vozes.

Como foi dito, surgiram, nesse ano de 1961, referências negativas às greves e às campanhas sindicais. Em inúmeras ocasiões, foi abordado o perigo de deixar infiltrar o “mundo vermelho” em nosso país. A infiltração comunista no mundo rural também foi denunciada, por meio de textos publicados, como uma grande ameaça à democracia naquele momento. Alguns títulos podem ser tomados como exemplos:

15. *Luta de Classes ou Organização Profissional* – Texto sobre as greves de trabalhadores, gerando, segundo o autor, Frei Celso, de São Paulo, “mal-estar econômico e social”. Gravitando em torno do problema, foram descritas como verdadeiras características desses movimentos: “ignorância, intenções subversivas, acomodação preguiçosa e utopismo irreal” (CELSONO, fevereiro de 1961, p. 139).

16. *A Reforma Agrária em São Paulo*. Foi representada a face da Igreja como mediadora dos conflitos no campo; baseando-se em pronunciamento anterior, datado de 1951, do então Papa Pio XII, em que ele já reconhecia a necessidade da Igreja de apoiar os trabalhadores rurais, para não perder o domínio sobre eles. O texto indicava a escolha por uma reforma no campo equilibrada e razoável. Terminava por alertar contra uma revolução socialista e apontava o perigo da infiltração comunista. (*Idéias e Fatos*, março de 1961a)
17. *Pronunciamento dos Bispos do Rio Grande do Sul Sobre a Reforma Agrária*. Reiterava o artigo citado acima e afirmava que a reforma deveria ser delineada com prudência, retidão e transparência. Sua aplicação deveria se dar com justiça. (*Idéias e Fatos*, março de 1961b)
18. *Problemática da Reforma Agrária Integrada no Fórum Social da PUC*. No texto, apesar de ter sido afirmado que “tornar a terra acessível a todos os homens, é plenamente cristão” havia o alerta sobre o fato de que a revolução agrária poderia promover a “desagregação rural, a desagregação das famílias e a instabilidade social (...) movimentos de teor explosivo e mesmo sangrento”. (*Idéias e Fatos*, maio de 1961, p. 384)
19. *Declaração da Comissão Central da CNBB* – No artigo, foram expostos os pontos de vista sobre a situação nos meios rurais. Foi denunciada a real possibilidade de que o pior acontecesse: “os agitadores vermelhos, em várias frentes, se preparam para as guerrilhas, de acordo com exemplos cubanos ou chineses (...) infiltração comunista nos campos”. (CNBB, novembro de 1961, p. 866)

A partir de 1963, em inúmeras ocasiões, apareceram comentários que são representativos dessa transição vivida pela Revista de Cultura Vozes. Tome-se como exemplo o texto, publicado em julho de 1963, no qual foram apresentadas as conclusões do Padre Veloso, “ex-Reitor Magnífico da PUC do Rio de Janeiro”, que deu, segundo a revista, ao sindicalismo democrático do Brasil “palpitante revitalização”. Aqui, estão algumas das conclusões que se mostraram mais elucidativas para a nossa análise:

- *Numericamente vencem as Organizações democráticas, mas perdem para as comunistas, que pela Central Geral dos Trabalhadores (CGT) estendem a influência e dominação comunista a todo o país.*
- *As Organizações comunistas controlando os sindicatos estrategicamente mais importantes: marítimos, portuários, ferroviários, bancários, podem subverter a vida de toda a Nação.*
- *A superioridade numérica dos sindicatos democráticos perde para a organização e disciplina da área comunista; e perde pelo favorecimento que recebem, estes, de vários setores importantes do Governo. (VELOSO, julho de 1963, p. 540)*

Leonardo Boff, na seção bibliografia, ao comentar um livro que trazia a história trágica de uma família cujo pai era um operário, defendeu a necessidade de “uma nova forma de apostolado que atingisse em cheio as estruturas sociais e as fermentasse com a doutrina social da Igreja”. Ele também alertou, no mesmo texto, para a urgência de desenvolver a “humanização e cristianização das classes operárias”. (BOFF, novembro de 1963, p. 876)

No início do ano de 1965, Bernardo Augusto, sem meias palavras, dizia que a reforma agrária fora tomada “como pretexto” somente para “instituir a baderna” e “trair a nação a serviço do imperialismo”. Para comprovar sua fala, observou que, após a aprovação do Estatuto da Terra, “o que nos deparamos é [com] o silêncio, a indiferença, o propositado esquecimento” (AUGUSTO, janeiro de 1965, p. 43)

Em 1967 emerge a idéia de que, para o *desenvolvimento*¹⁰² (no sentido de saída do país do subdesenvolvimento) de acordo com os preceitos cristãos, já se considerava a necessidade de haver a **reforma agrária** e a **educação para a libertação**. É o que se conclui com a expressão “interação do crescimento integral do homem com o desenvolvimento solidário da humanidade” (Paulo VI apud MURARO, julho de 1967, p.602)

7.3.2.5. Marcos de Mudança: de inimigos a não tão inimigos (disputas com educadores liberais)

Alguns autores também monopolizaram a *Tribuna Vozes* com seu ideário e suas concepções educacionais diretamente voltadas ao ataque das perspectivas escolanovistas. São claramente criticados Anísio Teixeira, Florestan Fernandes e Fernando Azevedo, especialmente, até meados de 1964.

Como a Lei de Diretrizes e Bases / 1961 acabara de ser promulgada, as discussões a cerca do seu projeto ainda estavam muito vivas. (Esse processo se desenrolou desde 1948 até a promulgação da lei em 1961) A regulamentação, no que dizia respeito ao ensino superior, ainda sofria caloroso debate público entre os

¹⁰² Nessa época, a revista trouxe o tema *desenvolvimento* em numerosas discussões durante todo o ano de 1967, adentrando também os anos de 1968 e 1969. Em muitas edições, figurou como temática principal. O paradigma era de desenvolvimento na busca de melhoria dos níveis sociais visando à dignidade humana.

representantes da Escola Nova (defensores do ensino público) e os educadores católicos (representantes das instituições particulares).

Os seguintes tópicos foram sendo tratados no decorrer das edições, com o intuito de fortalecer e legitimar os princípios e a própria existência de instituições educacionais católicas, incluídas as Instituições de Ensino Superior. Os exemplos, a seguir, representam matérias em que as concepções liberais de ensino são combatidas de modo, muitas vezes, *mal-educado* ou *antiético*:

No artigo intitulado *O que 'Eles' Querem* foi apontada, pelo autor, uma série de falsas ou injuriosas razões levantadas pelos liberais para legitimar o monopólio estatal sobre a educação. Abelardo Ramos (maio de 1961a) declarou que “a grande desvantagem dos monopolistas é não contarem com a Razão”, referindo aos temas caluniosos que os ditos liberais utilizavam naquilo que ele denominava mistificação em torno da defesa da educação pública e laica:

- a) técnicos, sociólogos e pedagogos (marxistas ou fascistas evidentemente) apóiam;
- b) querem acabar com a escola pública;
- c) a escola livre é de exclusivo interesse da Igreja, é uma exploração de *tubarões*;
- d) instrução nada tem com religião, que é negócio privado;
- e) dinheiro público, só para escola pública;
- f) a Igreja como opressora que sempre foi deseja manter privilégio de casta. (RAMOS, março de 1961a , p. 198)

Em seguida, no mesmo texto, publicado pela revista, esclarece o que de fato aconteceria se houvesse somente um tipo de instituição: estatal laica.

- a) destruição da liberdade de consciência;
- b) destruição da liberdade de cátedra;
- c) destruição da liberdade de pensamento
- d) destruição da liberdade religiosa;
- e) destruição dos Direitos Internacionais do Homem;
- f) o indivíduo pertenceria ao Estado.

Por fim, concluiu de forma dramática que, se isso ocorresse, seria abolida a democracia, e o Brasil seria levado a um regime totalitário:

- a) destruição da formação fora do Estado;
- b) absorção da atividade privada, em passo à socialização
- c) preparo para o socialismo: mentalidade socialista e agnóstica da juventude. (RAMOS, março de 1961 a, p. 199)

No artigo *A Liberdade de Cátedra do Sr. Roque Spencer Maciel de Barros*, Pe Humberto Rademakers (maio de 1961) não mediu palavras ao criticar a forma como o Sr. Barros, em artigos publicados no Jornal “Estado de São Paulo”, tentava, de forma ingênua – que de tão “ingênuo (...) chega a ser má fé” (p. 377) –, afirmar que só haveria liberdade de cátedra, garantida na Constituição Federal (Art. 168, VII), quando a escola, não só a oficial, mas também a particular, não tivesse ideologia.

O autor, acima citado, (RADEMAKERS, maio de 1961) argumentou, durante todo o texto, que “liberdade de cátedra” significava procurar a verdade

conforme manda a consciência, com meios moralmente legítimos. Com respeito à ciência, a liberdade estaria na pesquisa. E concluiu que uma instituição de ensino sem ideologia perdia sua razão de ser.

Pelo texto, o autor buscou alertar os defensores da educação liberal (na pessoa do Sr. Roque Spencer Maciel de Barros) de forma irônica, ao afirmar que a modéstia deveria ser sempre a principal virtude dos educadores. Somente “os menos preparados são os mais ousados, pois que a ignorância dá coragem, a coragem do bêbado”. (RADEMAKERS, maio de 1961, p. 375)

Também no ano de 1961, em duas ocasiões, com destaque, são feitas, por meio de textos de Abelardo Ramos, alusões, em tom de crítica, a Anísio Teixeira. Não faltaram expressões irônicas ao se referir a tal personalidade. Primeiro, ele é chamado de “O pedagogo faz-de-conta”, e acusado de subordinar a educação à economia (p. 225). Para confirmar tal ataque, Abelardo Ramos (março de 1961) buscou explicar os argumentos de Teixeira, pelo seguinte trecho:

Sua Constituição seria outra. A da China ou a do Reino de Faz-de-Conta. A nossa, não.

A nossa Constituição é pelo Estado neutro em matéria religiosa; o Dr. Anísio, não: é pela escola estatal anti-religiosa, pela que prepara à indiferença frente Deus.

A nossa Constituição reserva ao lar o papel primordial na educação; o Dr. Anísio, não: para ele, a família é um empecilho...

A nossa Constituição vê na educação um direito do indivíduo; o Dr. Anísio, não: vê um direito do Estado.

A nossa Constituição manda tratar igualmente os pobres e os ricos; o Dr. Anísio, não: só permite aos ricos a escolha da Escola.

A nossa Constituição não admite a discriminação na Escola; o Dr. Anísio, não: manda tratar igualmente brancos e pretos, amarelos e mulatos, mas humilhar os que não sejam ateus.

A nossa Constituição condena o ônus por motivo de crença; o Dr. Anísio, não: manda pagar em dinheiro de contado a prerrogativa de ter religião.

A nossa Constituição impede constrangimentos à consciência; o Dr. Anísio, não: defende a imposição estatal de uma filosofia e de uma moral.

A nossa Constituição proclama a liberdade; o Dr. Anísio, não: faz da liberdade um direito dos potentados da bolsa.

A nossa Constituição sustenta a livre cátedra; o Dr. Anísio, não: quer a Escola Única.

Ramos, dessa forma, encerrou o seu texto:

A “escola colonialista”, (...) que expressa a manutenção em poder do Estado de todos os instrumentos educacionais, [tem no] Dr. Anísio o seu mais destacado defensor.

E seu sistema de combate é faz-de-conta que a Constituição é essa; faz-de-conta que Educação é ‘isso’; faz-de-conta que liberdade é assim... (RAMOS, março de 1961b, p. 225-6)

Em outra ocasião, em um artigo irreverente, cujo título era *Dr. Anísio vem à chuva...*, Abelardo Ramos (agosto de 1961) o denominava “Dr. Anísio Educador Spínola Teixeira”, pois, “verbivertente, não lhe faltam verbo e verbas”, e o acusava de sempre querer se mostrar, de confiar mais em si do que nos livros. Seu lema, segundo Ramos (agosto de 1961), era “silêncio é morte; falem, pois, mal, mas falem de mim...”. (p. 616-7). Concluiu que era preciso abrir os olhos para o risco de que a educação católica fosse colocada em desvantagem:

Vemos na educação [católica] um processo a serviço do Homem. (...) Querem os monopolistas restringir a educação ao interesse do Estado, à fria decisão, que apenas considera a ação estatal. Queremos nós uma realidade assistencial, voltada ao desenvolvimento pleno da personalidade. (RAMOS, agosto de 1961, p.620)

Torna-se oportuno relatar a matéria intitulada “*Que será do Florestan, Sem a ‘Diretrizes’?*” na qual o mesmo Ramos (julho de 1962) se refere com desprezo aos defensores da educação laica e pública e muda os seus nomes para Sr. Florestan Rnandes e Sr. Rnando Azevedo, justificando a retirada do radical *FE* por se tratarem os

dois intelectuais de pessoas que defendiam uma educação agnóstica, na qual não caberia a *fé* em Deus.

A imposição da escola “positivista e laica” foi interpretada, na Revista de Cultura Vozes, pelo autor, como “a escola voltada contra Deus, se formos às suas verdadeiras intenções”. As perspectivas educacionais para todos os níveis de ensino advogadas e proclamadas pelos defensores da educação liberal, foram combatidas, e a busca de consenso quanto à legitimidade da educação confessional seguiu os mesmos princípios apontados no ano anterior – 1961. (RAMOS, julho de 1962, p. 542)

Em janeiro de 1962, Florestan Fernandes, na berlinda, já havia sido alvo de pesadas críticas por suas idéias. Estampou-se na revista a seguinte expressão: “Um certo Florestan Fernandes, que alguns definem como sociólogo, e outros como socialista de esquerda”. Nesse texto, (*Idéias e Fatos*, janeiro de 1962, p. 69) foram apontados os *princípios educacionais básicos*, que por si só demonstrariam claramente sua *identidade democrática*, nas palavras do autor, característica imprescindível, porém oposta a Florestan Fernandes:

O normal seria que o regime escolar previsse a atribuição de bolsas escolares aos pais, que encaminhariam seus filhos, em busca de ensino e educação, aos educadores de sua livre opção.(...) Os recursos da Nação, como aliás, os direitos do Estado, têm, em última análise, origem nos particulares, através dos impostos e da manifestação da vontade popular em eleições livres; e tanto os legisladores como os membros do governo devem convencer-se de que: ‘com seu voto ao candidato, a família não lhes entregou a alma de seus filhos’. (*Idéias e Fatos*, janeiro de 1962, p. 70)

Parece haver uma mudança de postura da Revista de Cultura Vozes , quando, em 1966, inserida na seção *Caderno da AEC*, foi iniciada uma “série” chamada “Esclarecendo a Lei de Diretrizes e Bases”. Esta série consistia em artigos assinados por membros do Conselho Federal de Educação (conselheiros).

O fato do Presidente da AEC de então, o Padre José de Vasconcellos também ser conselheiro do CFE na época confirma um dos propósitos de ser da AEC Brasil, que, em seu estatuto (citado no trabalho), traz como um de seus objetivos auxiliar seus associados [instituições católicas] a conhecer e interpretar as leis e determinações do CFE.

Temas presentes nos artigos da série *Esclarecendo a Lei 'DIRETRIZES E BASES'*:

1. Pe José de Vasconcellos, do CFE. A função da 'preponderância' e dos 'exames' na apuração do rendimento escolar do aluno. Nele, são abordados os temas: avaliação, autoridade do professor, autonomia da instituição. (VASCONCELLOS, junho de 1966)
20. Pe José de Vasconcellos, do CFE. A frequência escolar na LDB. Este artigo traz as determinações presentes na LDB/61 em relação à apuração da presença dos alunos às aulas nas escolas do Brasil. (VASCONCELLOS, setembro de 1966)
21. Borges dos Santos, do CFE. A Ed. Física na formação dos jovens. Os objetivos da prática da Educação Física escolar são discutidos com vistas à formação dos alunos. (SANTOS, novembro de 1966)
22. Almeida Júnior, do CFE. Os "colégios militares". (ALMEIDA Jr., dezembro de 1966).
23. Pe José de Vasconcellos, do CFE. Finalidades das práticas educativas. (VASCONCELLOS, janeiro de 1967)
24. Pe José de Vasconcellos, do CFE. LDB: Escrituração e Arquivo nas escolas.

25. Edgar Renault, do CFE. LDB: Taxas Escolares

Além dessa série, destacam-se outros textos esclarecedores, *até mesmo do ícone da educação liberal* e também outros informativos sobre *política educacional*. Como exemplo, tem-se o texto de Anísio Teixeira: *A Educação no Brasil* (agosto de 1967). Tratava-se da transcrição de uma comunicação proferida durante a III Conferência Nacional de Educação, realizada na Bahia, em abril de 1967. Desta, o tópico extraído e publicado na Revista de Cultura Vozes distinguiu “muito oportunamente” três campos na educação: **“o oficial público, o religioso, que é uma forma de público, e o puramente privado”**. (grifo nosso) (TEIXEIRA, agosto de 1967, p. 758)

Percebeu-se que a dura oposição, que apontava na direção dos defensores da “educação liberal” no início da década, nos exemplares do ano de 1961, não tinha mais razão de ser. Os educadores liberais, que, desde 1948 (início das discussões para a LDB de 1961), representavam um grande perigo para as instituições católicas em relação ao monopólio de ensino pelo Estado, perderam a importância. Por volta dos anos de 1965/6 e nos anos subsequentes, chegaram a ser utilizados na “busca de informações”. Os educadores católicos precisavam se capacitar e intencionavam reunir, por meio das concepções da Revista de Cultura Vozes, conhecimentos e o maior número possível de depoimentos referentes à política educacional, com o intuito de habilitar as instituições católicas a se manterem competitivas.

Se no período anterior - de 1948 até 1961 - e no imediatamente posterior à promulgação da LDB a ordem era atacar os opositores que empunhavam a bandeira liberal, com intenções de implementar o monopólio do ensino, agora, o que estava na

ordem do dia era buscar conhecimento e embasamento jurídico para legitimar a educação católica.

O posicionamento da Revista de Cultura Vozes referente aos movimentos estudantis, especificamente em relação à UNE, no decorrer da década de 1960, pareceu sofrer alterações. Após a pesquisa, constatou-se que as mudanças de postura aconteceram seguindo o mesmo padrão percebido em relação aos movimentos sindicais, greves operárias e às concepções anticomunistas, presentes na revista, como pode ser visto a seguir:

7.3.2.6. Marcos de Mudança: como a UNE era vista

No início da década, a União Nacional dos Estudantes (UNE) era malvista e caracterizada em tom de crítica e reprovação. No ano de 1962, por exemplo, em repetidas ocasiões, a Revista de Cultura Vozes e seus colaboradores endureceram seu discurso em relação à UNE. No decorrer das matérias, vão-se tecendo argumentações no sentido de desmoralizar a atuação estudantil, especificamente da UNE.

Os componentes de tal organização (UNE) eram diretamente denominados de “estudantes profissionais”. A Revista de Cultura Vozes foi além e em uma seqüência de matérias¹⁰³, afirmava que o principal propósito da greve estudantil, “um fenômeno brasileiro”, se resumia à baderna com objetivos de tumultuar o ambiente universitário e social do país. (*Idéias e Fatos*, setembro de 1962, p. 690)

¹⁰³ Na seção *Idéias e Fatos*, desse exemplar, especificamente, apareceram numerosos textos, referindo-se aos movimentos estudantis. Eram artigos que não traziam assinatura, indicando que seriam opiniões dos próprios editores.

Os estudantes eram acusados de fazer terrorismo e arbitrariedades. Segundo a revista, a juventude, ou uma parcela dela, sempre se via envolvida em “algumas ou muitas barbaridades”. (*Idéias e Fatos*, setembro de 1962, p. 691)

Até mesmo retaliações, com agressões físicas e grandes constrangimentos aos estudantes representantes de organizações católicas, foram relatadas nas matérias. O financiamento da UNE pelo governo e por governos socialistas e totalitários também foi confirmado e criticado pela revista. Estudantes estrangeiros que serviam como mentores intelectuais e faziam uso de violência foram denunciados, notadamente na matéria “*O Congresso da UNE no Quitandinha*”. (*Idéias e Fatos*, setembro de 1962).

Fatos que se tornaram questões a serem resolvidas pela polícia foram divulgados na matéria acima citada:

As primeiras investigações efetuadas pela polícia de Petrópolis apontavam os comunistas da UNE como responsáveis pela quase chacina dos estudantes democráticos que tentaram distribuir suas publicações no interior do Quitandinha. (...) Como principais indiciados, os agitadores profissionais Felipão, que se apresenta como marítimo; Jacob Gorender, representante da União Internacional dos Estudantes, com sede em Praga; Givaldo Pereira de Siqueira, que há mais de dez anos cursa as Universidades do Brasil e da Guanabara; Boris Forgenstein, estudante profissional de São Paulo; e o tenente Monteiro, indivíduo truculento, ligado ao coronel Cairolí, chefe do DFSP, e que se diz primo do Sr. João Goulart. (*Idéias e Fatos*, setembro de 1962a, p.698)

Pela matéria, informou-se que as contas da UNE estavam sempre em atraso, e a diretoria sempre reclamava do caixa estar no vermelho. A Revista criticava o fato de, apesar de todo este “aperto” em relação ao dinheiro, cartazes convidarem os congressistas a participar de eventos promovidos pela “Organização Contra o Álcool”, que aconselhava “acabá-lo, bebendo-o...”. Segundo a Revista, teria sido confirmado o consumo de 80 a 90 caixas de cerveja por dia.

Além da atuação terrorista desses elementos, as questões relativas à prestação de contas e ao mal uso de verbas recebidas também eram motivos para a Revista de Cultura Vozes configurar a UNE como organização também despreparada e mal intencionada:

As despesas com a Congresso [no Quitandinha, luxuoso hotel de Petrópolis] importaram em 10 milhões de cruzeiros. (...) 400 mil cruzeiros, deviam ser trazidos pelo assessor do Sr. Leonel Brizzola, governador do RGS. (...) 4 milhões da própria UNE; 2 milhões de contribuições diversas, sendo 300 mil da Petrobrás (que ainda cedeu um ônibus), 500 mil do BNDE e um milhão e 200 mil de firmas comerciais do Rio; e o restante, retirado da verba-auxílio dada pelo Ministério da Educação. (Idéias e Fatos, setembro de 1962a, p. 697)

Mais adiante, foram divulgadas novas informações sobre o dinheiro administrado pela organização:

O filme da UNE: “Cinco Vezes Favela” fora comprado pela embaixada russa por cem milhões de cruzeiros, e que a UNE cedera a sede, na Praia do Flamengo, por 22 milhões de cruzeiros, para ali ser construído um arranha-céu de 22 andares, dos quais dois seriam da UNE. (Idéias e Fatos, setembro de 1962a, p. 698)

Estavam na ordem do dia as discussões - advindas das recomendações da LDB de 1961 – sobre a presença de representantes da comunidade acadêmica nos colegiados das instituições de nível superior. A Revista de Cultura Vozes, então, teceu uma tese de que era inviável que se desse voz a um grupo que não tinha legitimidade para atuar. A pergunta foi feita: Como então haver representação estudantil nos órgãos colegiados das universidades? “Como é que estudantes, que ainda estão dando provas de capacidade ou incapacidade, poderão votar em assuntos de grande importância como os que são votados nas congregações?”

A representação estudantil nos colegiados, totalizando um terço dos membros, era vista como total absurdo. A “verdade” propagada pela revista era a de que os estudantes só queriam dar o contra e não se interessavam pela melhoria do ensino.

Foram abordados, então, pela revista, os seguintes argumentos na busca de consenso quanto à falta de preparo estudantil para fazer parte dos colegiados das universidades:

- Os países do bloco comunista, segundo a revista, queriam frear o progresso dos países capitalistas. A tática consistiria em “entravar a formação de uma elite intelectual e técnica nas universidades nacionais”. A UNE sabotava o ensino superior no país, por orientação dos emissários comunistas enviados por ordem soviético-comunistas. (*Idéias e Fatos*, setembro de 1962b, p. 707)
- Um dos líderes da organização UNE teria comparecido aos exames finais na faculdade, com objetivo de aprovação, quando os demais estudantes foram incitados a boicotar os exames:

Enquanto a UNE explorava o idealismo dos estudantes, obrigando-os a renunciar aos estudos e às provas, arriscados a perder o ano e talvez a carreira, um dos fomentadores principais, o presidente da UNE da Guanabara, traiçoeiramente comparecia à Faculdade e se submetia docilmente aos exames parciais! (*Idéias e Fatos*, setembro de 1962d, p. 711)

- Não havia, ainda segundo a Revista de Cultura Vozes, preocupação por parte dos estudantes na aquisição de conhecimentos e autotransformação de sua realidade, por meio do ensino superior. Mediante um discurso de repúdio às classes mais abastadas, a UNE conseguia reflexos nas camadas populares. *A verdadeira intenção da UNE*, em artigo assim intitulado (LACERDA, setembro de 1962), era a não valorização do conhecimento acadêmico, da titulação e da promoção intelectual. A revista afirmava que a UNE chegava a negar a formação das ‘elites’. (LACERDA, setembro de 1962, p. 714)

A revista via negativamente a democratização do ensino superior, no sentido em que denominava a “universidade para todos” de “alegórica iniciativa” da UNE e seus apoiadores. Será que o ideal do Brasil é “multiplicar doutores ao infinito”, perguntava Flávio Suplicy de Lacerda, no artigo acima citado. E qualifica como “detestável” a posição dos estudantes que servem de “fantoche nas mãos de pessoas mal intencionadas”, que os indispõem, eles próprios, com a sociedade:

Depois que a UNE passa, com seus cartazes, instala-se no trabalhador braçal a falsa idéia de que o engenheiro ou o médico é um “folgado”, que só conquistou a bem-aventurança por pertencer à burguesia capitalista (LACERDA, setembro de 1962, p. 715)

Na seção *Bibliografia*, aparece com destaque, a obra: *UNE, Instrumento de subversão*, de Sônia Seganfredo, (abril de 1964). Uma ex-estudante da Faculdade Nacional de Filosofia, que fez um relato das perseguições por ela sofrida, quando aluna, por parte dos integrantes da UNE e também de “mestres marxistas, que lhe roubavam pontos”, para que ela fosse reprovada. Estes fatos aconteceram, segundo a autora, por ela se negar a ser mais uma no bando de “submetidos, teleguiados, alienados” e enfrentar vaia e porrete para entrar em classe e se submeter à prova escrita. (SEGANFREDO, *Bibliografia*, abril de 1964, p. 317-8)

Além de todas essas ponderações acima, que a Revista de Cultura Vozes publicava, reforçando a imagem negativa da entidade estudantil UNE, na matéria *No Paralelo dos Estudantes* (NETTO¹⁰⁴, setembro de 1962), o autor, após relatar os fatos, concluiu que a crise não era do ensino universitário, mas, sim, “a crise é de disciplina”, visto que “os estudantes possuem tudo do bom e do melhor para cumprir sua finalidade

¹⁰⁴ Na época, 1962, Gondim Netto era catedrático de Direito Civil das Universidades do Brasil e do Rio de Janeiro. Compartilhando a opinião de outros civilistas, fazia referências comprometedoras à UNE com respeito ao uso indevido de verbas. Defendia a chamada devassa na UNE.

que é estudar”. (p. 694) Ele assim listou as facilidades dos alunos e seu desinteresse pelo estudo:

Os estudantes têm tudo na FND; refeitório magnífico a dois cruzeiros o almoço e o jantar; toda uma ala do pavimento térreo para descanso e recreio dos acadêmicos, com cadeiras estofadas de preço elevado; rádios, televisão, enfim, um verdadeiro cassino dentro da própria escola onde passam o dia na **malandragem** comendo quase de graça, faltando muitas vezes às aulas e não estudando quase nada. Entram ostensivamente no Gabinete do Diretor e do Secretário (...) desrespeitosamente de charuto e cigarro na boca. Não satisfeitos com isso, estenderam as **badernas** aos restaurantes (...) onde fazem refeições copiosas sem pagar. (NETTO, setembro de 1962, p. 695)

Fica fácil, pois, detectar, como, no início da década, a UNE e a *Revista de Cultura Vozes* se colocavam em pólos totalmente opostos. As ações da UNE, amplamente criticadas, eram nomeadas como subversivas e altamente negativas para o país. Eram duramente combatidas pela revista, que as expunha como um grande perigo para a Nação.

Tais perspectivas de necessidade de *limpeza* ou *varredura*, no sentido de eliminar organizações subversivas do país, foram defendidas, com muita visibilidade, no período que antecipou o Golpe de 1964. Como já foi dito, o discurso da Revista de Cultura Vozes era de que o país caminhava para o abismo, e a solução para tal crise seria uma revolução. (*Idéias e Fatos*, outubro de 1963, p. 766)

Foi defendida, então, uma *Operação Limpeza*, divulgada pela revista, pela qual “todas as organizações extremistas do país” seriam reprimidas. Pela pesquisa realizada, pode-se afirmar que, naquele momento, se consideravam, na concepção emanada da Revista de Cultura Vozes, como *organizações extremistas*: a UNE, a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), ou seja, os sindicatos mais atuantes (bancários, portuários, ferroviários, operários etc), sargentos da Marinha e da Aeronáutica. A Frente

Parlamentar Nacionalista¹⁰⁵, composta por políticos com perfil comunista, também era apontada como um perigo para o bem da democracia no país, já que articulava projetos e apoiava as organizações que atuavam de forma subversiva, citadas acima. (*Idéias e Fatos*, outubro de 1963, p. 766)

Com a clara intenção de continuar a se opor à UNE e às suas ações, a Revista de Cultura Vozes continuou a propagar de forma negativa os fatos nos quais a entidade se envolvia, com amplo apoio à repressão exercida pelo governo militar. No ano de 1965, por três vezes, a UNE foi citada na seção *As Vozes do Mês* - aquela na qual os textos eram curtos e se apresentavam em forma de pequenas notas:

2. Foi relatado um incidente acontecido na Escola Nacional de Arquitetura, O Marechal Castelo Branco, Presidente da República, foi vaiado ao proferir sua fala. Mas, em seguida, em outro ambiente, afirmou que ações subversivas de alunos ou professores não mais seriam toleradas nas universidades. A revista, pelo tom da nota, e pela expressão “coisa feita”, apoiava a fala presidencial e repudiava os cinco estudantes que foram detidos. (*As Vozes do Mês*, abril de 1965, p. 311-2)

26. Divulgou-se um relatório, que já estaria em poder do Presidente da República, no qual constavam as ligações a comunistas de diversas organizações, entre elas: UNE, ISEB, sindicato de professores, sindicatos, empresas e estabelecimentos da orla marítima, CGT e, obviamente, PCB. O

¹⁰⁵A Frente Parlamentar Nacionalista, pela revista, também era considerada comunista e extremista, tinha como participantes os deputados Neiva Moreira, Sérgio Magalhães, Max da Costa Santos e Marco Antônio. Além do deputado Leonel Brizola e do deputado-sargento Garcia Filho.

foco principal estaria sobre o “Grupo dos Onze”, fundado por Leonel Brizola. (*As Vozes do Mês*, junho de 1965, p. 466)

27. Uma nota informou que autoridades militares tinham, em seu poder, documentos comprobatórios de que a UNE recebia dinheiro de “países comunistas” como subvenção de suas atividades ilícitas no Brasil. A maior parte do dinheiro, esclarecia a Revista de Cultura Vozes, era utilizada para a realização de congressos e envio de agitadores, ou “estudantes profissionais” a todo o país. Foi revelado que, diariamente, somente em passagens aéreas a UNE gastava “dezenas de milhares de cruzeiros”. (*As Vozes do Mês*, agosto de 1965, p. 631)

Grandes mudanças, em relação à análise e ao juízo de valor, feitos pela Revista de Cultura Vozes sobre os movimentos estudantis, a formação das consciências e a própria função das Universidades expõem-se nas matérias, em dizeres e demais mensagens contidas na revista, especialmente a partir de 1968.

Percebeu-se que essa modificação de postura se deu de forma universal, na revista, em referência aos grandes temas por ela tratados¹⁰⁶ e também em função dos marcos de mudança já citados¹⁰⁷. Concepções presentes nas matérias colocaram-se como novas perspectivas em relação à UNE e aos grandes movimentos estudantis dos finais da década de 1960: No texto, Onde anda o Cristo Hoje defendia-se a passagem da universidade ao engajamento. (JESUS, março de 1968)

¹⁰⁶ Os temas gerais percebidos serão apresentados no item 7.5. *Histórico dos Temas Recorrentes*.

¹⁰⁷ Entre os marcos de mudança já discutidos e que aconteceram em sintonia com o reconhecimento da legitimidade do movimento estudantil, destacam-se: novo nome da Revista, presença de editorial, novos colaboradores, posturas mais abertas.

Nos artigos *Movimento Estudantil Latino-Americano: Ambivalência Contínua* (CHIROQUE, setembro de 1968) e *Movimento Estudantil Brasileiro – 1968: sua luta interna* (FIGUEIREDO, setembro de 1968), a Revista de Cultura Vozes abre espaço para novas perspectivas: discute a atuação do movimento estudantil na busca de legitimar a sua existência. Percebe-se a relevância atribuída ao valor e à representatividade das ações do grupo, só então reconhecido como um dos atores sociais daquele momento. Sobre a trajetória política do grupo, assim declara Marcus Figueiredo: “A importância deve-se ao fato de ter o movimento estudantil adquirido um papel importante, como grupo político atuante, no teatro político nacional, nesta fase histórica que o Brasil está atravessando.” (setembro de 1968, p. 791)

Periodizando a atuação dos estudantes no campo político, três fases distintas da trajetória dos movimentos estudantis são apontadas:

3. *Primeira Fase* (período 1961/2 até o golpe de 1964), encaminhamento institucional que se dava ao processo de condução das lutas político-ideológicas travadas pelo movimento estudantil.
4. *Segunda Fase* (pós-golpe 1964/5 até agosto de 1967 – 29º. Congresso da UNE), fase crítica e angustiosa. Apesar da perseguição de que foi vítima, tenta sobreviver despreparadamente e manter as forças vivas e seus instrumentos de luta.
5. *Terceira Fase* (após agosto de 1967...), necessidades de novas táticas contra seu inimigo, que o agride **indiscriminada e abertamente, de** manter-se na luta contra o imperialismo e a sua própria crise interna. (grifo nosso) (FIGUEIREDO, setembro de 1968, p. 791)

Em relação à violência do movimento estudantil, antes considerado baderna e agitação, no texto *Movimento Estudantil Latino-Americano: Ambivalência Contínua* (CHIROQUE, setembro de 1968), havia um claro repensar e refletir sobre esta atuação na perspectiva de olhar o outro lado - no caso, os instrumentos de poder e os atores sociais que se encarregavam, naquele momento, de manter a “ordem”, que, em uma análise superficial, parecia querer ser perturbada pelos movimentos estudantis. Numa visão claramente socialista, o autor, nesse artigo, fez uma análise retrospectiva da ação dos movimentos estudantis e apresentou princípios básicos que deveriam ser considerados, em se tratando de problematizar a violência desses movimentos:

Muitas vezes, escutamos críticas à totalidade do movimento estudantil. Isto revela uma visão conservadora e reacionária da História. Ou ainda revela – o que é pior – uma superficialidade na maneira de ver as atividades estudantis, não enxergando que a **violência-acontecimento** dos estudantes (discutível nos seus **modos** de manifestação) é uma realidade nascida contra a **violência situação** das estruturas que oprimem o povo latino-americano. É na situação histórica que se deve buscar a explicação do comportamento universitário. (grifo do autor) (CHIROQUE, setembro de 1968, p.789)

Discutindo a função política das Universidades, a Cúria Geral dos Jesuítas – Roma -, por intermédio de texto de Frei Raymundo Ozanam de Andrade, S.J., abordou a temática *A Sociedade Latino-Americana como Condicionante da Própria Universidade*. (ANDRADE, setembro de 1968). Numa perspectiva inovadora, na Revista de Cultura Vozes, a função política fundamental apontada seria de **contestação global e radical** à, naquele momento, denominada “atual desordem estabelecida”. (p.778) O grande problema, segundo o autor, seria o caráter assumido pelo ensino superior brasileiro: “Universidade classista, elitista, burguesa e individualista” (p. 773) em suas diversas dimensões, contrastando com a grave situação de marginalização das populações latino-americanas. A universidade cumpriria seu papel político se propiciasse a formação de um corpo de intelectuais atuante no processo de formação histórico-cultural de um

povo. Pela revista, a falta histórica da participação de uma classe de intelectuais politizada deixou a formação de nosso continente ter sido escrita, de forma equivocada, pelos seguintes grupos:

A história da América Latina foi escrita principalmente pela classe militar, pelo clero, pelos latifundiários, pela oligarquia capitalista, pelos políticos profissionais a serviço desta oligarquia. (ANDRADE, setembro de 1968, p. 775)

Foram apontados os princípios fundamentais para que a universidade cumprisse sua real função política. Para tal, seria necessária uma mudança que envolvesse não “unicamente uma série de medidas pedagógicas” (p. 772), mas, sim, a autonomia universitária, defendida nas seguintes perspectivas, aqui reconstruídas com base nas palavras do autor:

6. Rever a estrutura de poder, promovendo em todos os níveis a participação dos professores e alunos no governo da instituição e na eleição de suas autoridades. Descentralização das decisões. (p. 775)
7. Reconhecer o legítimo direito aos sistemas organizativos e aos de representação dos membros integrantes da comunidade universitária. (p. 775)
8. Perceber que a autonomia universitária é requisito indispensável para a livre investigação e expressão. Por esse motivo, seria necessário defender, com zelo, a autonomia da comunidade universitária diante de pressões estatais, grupos políticos, empresariais e fundações. (p. 775)
9. Tomar consciência das transformações do continente. A maioria das Universidades não o fez ainda, especialmente as Universidades Católicas. (p.776)

10. Promover a investigação e o estudo das áreas atualmente desatendidas e que se relacionam com o desenvolvimento social do continente. (p. 778)
11. Buscar um processo de revolução social, pela conscientização, que assim era defendido:

A função fundamental da Universidade latino-americana, função no caso, essencialmente política e ideológica, é não somente da renovação das elites, mas, sobretudo, de servir à **conscientização** que fará do povo o principal agente de um autêntico processo histórico de revolução social. (...) Nesta perspectiva, a conscientização torna-se parte essencial de uma pedagogia da revolução: A transformação revolucionária, com efeito, somente se consideraria autêntica na medida em que seja participada conscientemente por todo o povo, sobretudo por aqueles grupos (camponeses e operários), cujas condições objetivas de existência criam a situação potencialmente revolucionária. (ANDRADE, setembro de 1968, p. 778)

Em consonância com as idéias de que a universidade deveria ter como finalidade política ser contestadora e não aceitar a ordem estabelecida - como foi citado no exemplo acima -, a Revista de Cultura Vozes, em sua edição de junho de 1968, traz como *Epígrafe* de primeira página, com o título *Os cristãos na Universidade*, o seguinte texto:

Na América Latina, a maioria das Universidades católicas, não tomaram suficiente consciência das transformações sociais do Continente. Num ambiente de política hipertrofiada, e pressionadas pelo medo de tomar posição diante do “conservadorismo” ou “progressismo”, correm as universidades sério perigo de aceitar o “status quo”, colocando-se numa posição marginal que dificilmente lhes permitirá criar ambiente propício para a realização pessoal dos membros da comunidade. É decisivo que compreendam que a falta de compromisso, a inércia diante da realidade social, pode ser condição de alienação. (*Revista de Cultura Vozes*, junho de 1968, primeira página)

Novas temáticas relacionadas ao estudante universitário manifestam-se a partir de setembro de 1968. Os estudantes universitários que, em períodos anteriores eram somente cobrados e criticados, eram agora postos no centro de importantes discussões, com vistas, obviamente a atender a uma demanda popular por maior número

de vagas no ensino superior, e a reforma universitária se apresentando como fato inadiável.

As carreiras e demais características da formação profissional foram tomadas em *O estudante Universitário e a Profissionalização*. Neste artigo, de forma inovadora, foi discutida a dramática situação do ensino superior no país. Tomando como exemplo a situação de São Paulo, especificamente: A caracterização da crise pela qual estavam passando as Instituições, as greves estudantis, os descompassos pedagógicos e salários atrasados de professores da PUC-SP foram apresentados.

A autora, Vera Regina Berlinck (setembro de 1968), por uma pesquisa junto aos estudantes (entrevista) detectou: expectativas com relação ao curso superior; estrutura universitária deficiente; professores mal preparados para a função docente; bolsas de estudo etc. A partir destes aspectos da vida universitária, foram tecidos alguns apontamentos sobre a necessária reforma da Universidade:

12. A estrutura universitária, como estava sendo administrada, não satisfazia a ninguém, nem a professores nem a alunos.
13. A reformulação deveria ser curricular e administrativa.
14. As deficiências e as falhas apontadas eram derivadas, na maior parte das vezes, da falta de verbas disponíveis para a Educação. O Estado brasileiro, entre os países da América Latina, era o que menos verba dispunha para a Educação (somente 7,4% foram para a educação em seu orçamento de 1967).
15. Cientistas brasileiros opinavam que o percentual de gastos para a Educação nacional deveria ocupar pelo menos 30% do orçamento.

16. A universidade propiciava o melhor momento para que houvesse uma mudança de valores. Acontecia um momento de “consciência e reflexão sobre problemas e a possibilidade de tomar uma posição crítica sobre fatos que ocorrem no país”. Com o passar do curso, poderia ocorrer um natural desencanto com os ímpetus iniciais, às vezes, impostos como pressão de grupos veteranos. Também poderia haver uma acomodação pessoal, e o foco seria a profissionalização, numa perspectiva individual.
17. A formação tecnicista buscada pelas universidades era vista como função primordial. O acordo MEC-USAid reforçava a formação de mão-de-obra barata e acessível, redução das perspectivas de pesquisa às pesquisas feitas nos Estados Unidos (pesquisas subsidiárias) e, com isso, a incapacidade de propor soluções para as nossas realidades nacionais.
18. O envolvimento ideológico do estudante universitário era esvaziado pela perspectiva de “aburguesamento” de um bom emprego. As interrogações intelectuais suscitadas na universidade eram facilmente substituídas pela busca de ascensão social de quem já tivera acesso a uma vaga, por fazer parte de uma elite. (BERLINCK, setembro de 1968)

No Caderno da AEC do Brasil de março de 1969, os educadores católicos eram encorajados a ‘apoiar’ o movimento estudantil no sentido de se aproximarem deles: “não podem ficar indiferentes à crise estudantil que assola o país”, “evitar infiltrações de elementos subversivos”, “serem intermediários entre os estudantes as

autoridades”. (Caderno da AEC, março de 1969, p. 277) Tal fala denotou que a revista ainda via os movimentos estudantis como subversivos, como no início da década. Ou ainda, que parte dele ainda estaria contaminado por essas intenções políticas, não em sintonia com as orientações católicas.

Nos moldes do inquérito descrito acima, porém com preocupações de investigação ainda mais detalhadas, a Revista de Cultura Vozes publicou uma diferenciada iniciativa de estudo: Perfil do Estudante Universitário, que era um apontamento de soluções para a crise do sistema de ensino superior do país a partir da realidade do aluno. Nessa pesquisa, foram considerados o nível sócio econômico dos universitários, a realidade de suas famílias etc... A democratização do ensino superior pelo do aumento de vagas disponíveis foi um princípio básico que seria proposto pela Reforma Universitária, segundo o texto. Por meio do Ensino Superior, o povo brasileiro poderia ascender socialmente, e as desigualdades poderiam ser minoradas. Começava a aparecer a perspectiva de *Educação para o Desenvolvimento*¹⁰⁸.

Já com um discurso totalmente desvencilhado do horror anterior a qualquer forma de oposição ao regime, foi percebida, então, uma postura mais tranqüila em relação à possibilidade de abrir os olhos para a realidade social e dela participar para modificá-la, que se fazia imperativa.

No próximo subitem, serão apresentados, sumariamente, os Temas Gerais tratados, com algum destaque, pela Revista de Cultura Vozes.

¹⁰⁸ As perspectivas de Educação para o Desenvolvimento, Educação Libertadora, ou ainda Educação Transformadora começam a colocar-se na Revista de Cultura Vozes nos finais da década de 1960. Serão discutidas a partir do item 7.6.

7.5 Histórico dos Temas Recorrentes

No ano de 1961, bem como nos anos subseqüentes, no período pré-golpe, aflora a grande inquietação com o desenvolvimento da nação. A educação não é necessariamente lembrada como fator essencial para essa evolução. Fatores políticos e econômicos eram a maior preocupação.

Nos quatro primeiros anos da década de 1960, (de 1961 a 1964), para além dos fortes ataques às posturas ‘vermelhas’, outros temas eram tratados, tentando justificar e criar consenso em torno da necessidade e legitimidade da educação particular católica:

19. A educação liberal era negada e duramente criticada.
20. Intelectuais liberais eram atacados de forma grosseira. Sofriam dura oposição pelos seus atos e textos: Roque Spencer Maciel de Barros, Anísio Teixeira, Fernando Azevedo, Florestan Fernandes...
21. A tribuna Vozes era utilizada para a defesa do ensino particular em oposição ao público. Tal tema era tratado em quase todos os números, no período.
22. Comentários quanto aos avanços positivos para os católicos, posturas a serem assumidas pelas Escolas Particulares, presentes na nova Lei de Diretrizes e Bases, também em sintonia com o que determinava a Constituição Federal.
23. O enaltecimento e homenagem à inauguração da UCP (Universidade Católica de Petrópolis), dia 10 de março de 1962. (*Idéias e Fatos*, abril de 1962)

28. No período de discussões do Concílio Vaticano II, a revista trazia notícias e recomendações para as escolas católicas.

29. Cultura Geral. Datas comemorativas e fatos alusivos à *atuação católica* em todo o século XX, como o emocionado artigo de Alceu Amoroso Lima sobre *Ao quarenta anos da revista 'A Ordem'*¹⁰⁹ (LIMA, setembro de 1961) Só para citar os temas mais freqüentes...

Tais temas preponderaram até finais de 1965, quando, sob os ventos conciliares, a Igreja mudava um pouco seu foco de ação. Temas polêmicos começavam, então, a ser tratados e uma nova dinâmica de discussões era assumida:

24. Celibato dos religiosos, reforma, revolução, direitos humanos, regimes totalitários, outras religiões.

25. De forma mais aberta que no começo da década; problemas raciais, judeus, pílula anticoncepcional (aceita pela Igreja!)

26. Missão da educação (universitária) na América Latina.

27. Função da educação para o *desenvolvimento* cristão.

28. O cristão e a **técnica**. Perspectivas educacionais em que a técnica, para dominar o mundo, deveria unir-se à plenitude da formação do homem.

¹⁰⁹ Comentário de Alceu Amoroso Lima sobre os 40 anos da revista 'A Ordem':

- ◆ Jackson de Figueiredo fundou a revista com um capital puramente religioso e intelectual.
- ◆ A revista aceitaria qualquer espontâneo donativo, visando à sua manutenção e à mais larga difusão em todo o Brasil.
- ◆ Primeiro donativo: dois contos de réis (uma fortuna!) partiu de um dos maiores admiradores, Dom Sebastião Leme.
- ◆ Surgia “não para louvar, mas para combater”, de um lado, os “inimigos da Igreja” e, de outro, os católicos que se viam em uma posição “acomodatícia”. (atendia à dupla missão)
- ◆ A intenção do catolicismo militante era patente: a situação política do momento, no país, era tida como “verdadeiro caos”, ou seja, uma **(des)ordem**.
- ◆ Reação a uma quase asfixia do grupo católico. Longe de ser pessimista, “protesta contra este estado de coisas que nos desonra”. (FIGUEIREDO apud LIMA, setembro de 1961, p. 682)

29. Numerosos artigos e pequenos textos tratando do Concílio Vaticano II, em virtude das discussões em Roma. Em 1966, 1967, 1968, também continuam a aparecer análises e opiniões sobre assuntos diversos (educação, política, desenvolvimento econômico, religiões etc), tendo como base documentos conciliares.

Apesar de conseguir perceber que a revista apresentava diversas características, já esperadas, o tema específico principal deste estudo (*perspectivas educacionais católicas para o ensino superior*) ficou periférico e com poucas referências.

Os temas tratados pela Revista de Cultura Vozes, até meados de 1967, pouco ou nada falavam sobre educação superior. Como dizia Anísio Teixeira, parecia que este nível de ensino era uma “província isolada”.

A partir de 1966, encontraram-se perspectivas de educação atreladas ao desenvolvimento da Nação. Os assuntos educacionais tomaram um sentido estratégico, naquele momento.

Mas emergiu uma grande motivação para este trabalho, ao constatar-se a presença de assuntos relativos ao ensino superior e também à educação de forma geral, nos exemplares da revista dos anos de 1968 e 1969, alguns já tratados no item referente à postura da revista em relação aos movimentos estudantis¹¹⁰. Por exemplo: função política das universidades, democratização do acesso ao ensino superior.

Neste sentido, será discutido, em seguida, o *Ensino Superior para o Desenvolvimento* e seus desdobramentos. Em uma próxima seção, apresentar-se-ão os

¹¹⁰ Trata-se do item Marcos de Mudança: como a UNE é vista.

aspectos difundidos pela revista para o ensino superior, tendo em vista a *Reforma Universitária*.

As matérias selecionadas serão confrontadas com as posições discutidas no decorrer deste texto. A seleção das matérias foi realizada por meio da pertinência da temática principal e foco de nossa pesquisa: *referencial católico para o ensino superior*.

7.6. Ensino Superior para o Desenvolvimento

A Revista *Vozes* serviu de *tribuna* durante todo o período examinado nesta pesquisa. Nas publicações, tiveram voz concepções educacionais católicas de cada momento, bem como recomendações e necessidades da estratégia da Igreja, com o intuito de fortalecer as suas Instituições no Ensino Superior brasileiro. Nesta seção, iremos “ouvir” os discursos proferidos pela tribuna Revista de Cultura Vozes.

Na primeira metade da década de 1960, não se encontrava, na Revista, a idéia da educação como instrumento de inclusão social e de saída do subdesenvolvimento. Somente a partir do número de dezembro de 1966, a premissa de Educação para o Desenvolvimento ganhou força. Foi a primeira vez, na Revista, que a Educação Católica foi abordada nessa perspectiva. Tem-se como marco inicial dessa discussão o texto intitulado Educação Cristã à Luz do Concílio, preparado pelo Secretariado Nacional de Educação e Cultura da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), em virtude das novas recomendações advindas do Concílio Vaticano II. Nesse texto, percebeu-se que a renovação da Igreja também se estendia ao planejamento e aos projetos na área da Educação. (PADIN, dezembro de 1966)

Segundo a revista, o artigo seria só uma parte de um projeto que foi empreendido pela CNBB naquele ano, apontado como tarefa “complexa e delicada”, especialmente, “longa e cuidadosa”. No projeto, foram previstas as seguintes ações para as discussões e o apontamento de soluções da temática “Educação e Desenvolvimento”:

- Busca de contribuição de elementos representativos no campo da Educação.
- Colaboração do Departamento de Educação da Conferência dos Religiosos do Brasil e da AEC do Brasil.
- Realização de Seminários com participação de representantes das regionais da CNBB (realizados em junho de 1966).
- Reflexão em encontros de educadores em cada região, procurando suscitar iniciativas e troca de experiências. (PADIN, dezembro de 1966)

A elaboração desse documento foi o impulso inicial, apresentado no objeto de estudo, a Revista de Cultura Vozes, de uma série de debates atrelando Ensino Superior¹¹¹ e Desenvolvimento.

Foi revestida de grande importância a idéia de que seria no Ensino Superior que se alojaria a tão desejada *formação das elites* de um país. Líderes e políticos mais humanos, segundo as diretrizes católicas, seriam lapidados, pela universidade.

As reflexões relativas a essa temática tornaram-se intensas, notadamente no ano de 1968, mas, em 1967, autores de peso já iniciavam o debate, tais como D. Hélder Câmara, que, estando à frente da CNBB, era um dos religiosos mais atuantes no país;

¹¹¹ Também os demais níveis de ensino, obviamente, eram reconhecidamente apontados como propulsores de uma formação para se alcançar o desenvolvimento da nação brasileira. O foco deste trabalho é o ensino superior, nele, então, concentrou-se os olhares.

Inácio Strieder¹¹² e Pe Luciano Castelo, que sempre estiveram envolvidos em questões concernentes à Educação Católica, e não se ausentavam dos debates. Sem contar, ainda, os documentos sobre reuniões do CELAM, nos quais não há referência a um autor específico e nos textos inseridos no Caderno da AEC, que, em sua grande maioria, eram de autoria de seu diretor responsável, Pe José de Vasconcellos, e de sua redatora (Irmã Anais), ou seja, Laura Chaer.

A missão da universidade, além da *formação de líderes*, foi discutida na perspectiva de *formação profissional e técnica* como tônica do momento. Essas dimensões estiveram presentes nos apontamentos das matérias, sempre envolvidas em direcionamentos por uma *educação humanista*, como será percebido nos exemplos abaixo.

A *Revista de Cultura Vozes* apresentou, então, diversos artigos, muitos deles tendo como autores representantes da CNBB, na busca da legitimação do Ensino Superior como arma para o combate ao subdesenvolvimento. Como exemplo, tem-se, em maio de 1967, o texto *Visão Cristã do Desenvolvimento*, que tratou da faceta humana e plena do desenvolvimento. Defendeu-se que:

O Desenvolvimento não se reduz ao simples crescimento econômico. Para ser autêntico, deve ser integral, isto é, promover todo homem e todos os homens. (Caderno da AEC, maio de 1967, p. 465)

Na seção Artigos, também na edição de maio de 1967, foram publicadas, na *Revista de Cultura Vozes*, as *Conclusões da Oitava Assembléia Extraordinária do CELAM*. De acordo com este documento, redigido em Mar Del Plata (Argentina), de 11 a 16 de outubro de 1966, relacionaram-se as *Indicações Práticas* para que a

¹¹² Inácio Strieder, doutor em Teologia pela Universidade de Münster/Alemanha, membro do Instituto Teológico Franciscano. (Instituto Teológico Franciscano, 23/02/2008)

universidade pudesse cumprir o seu papel em relação ao desenvolvimento. Entre elas destacaram-se pontos a serem trabalhados junto aos jovens:

- descoberta de valores que definam a sociedade em desenvolvimento, nas seguintes particularidades: consciência do processo de desenvolvimento como o povo de Deus marchando para a casa do Pai; sentido do bem comum e respeito à pessoa humana; abertura ao diálogo com a consciência de pertencimento a uma sociedade pluralista.
- realização da missão da Universidade na formação de líderes nacionais e apoio às comunidades de professores, pesquisadores, empresários, operários e alunos que merecessem cuidados especiais¹¹³.

O documento trazia como justificativa para as ações propostas um trecho da *Encíclica Gaudium et Spes* (n. 65):

O desenvolvimento não pode ser abandonado ao curso quase mecânico da atividade do indivíduo e muito menos ao poder da autoridade pública. (Artigos, maio de 1967, p. 454)

Buscava-se consenso quanto às orientações emanadas nos textos, ao afirmar-se que a Universidade – com sua missão de formar os líderes da nação – era responsável por ajudar os jovens na descoberta dos “valores que definem a sociedade em desenvolvimento” e na “vivência dos valores cristãos”, já que se encontram em “idade de transição” e participando de uma “sociedade em transformação” (Artigos, maio de 1967, p. 454-5)

¹¹³ Aqui, torna-se de pertinente ressaltar que, apesar de o tema ainda não ter sido tratado com essa denominação, percebeu-se, por essas recomendações, uma referência inicial a um importante mecanismo, objetivo da educação para a cidadania, atualmente, chamado de *Inclusão*.

Em junho de 1967, apresentaram-se, na *Revista de Cultura Vozes*, algumas prioridades relacionadas com o desenvolvimento econômico, social e cultural dos países da América Latina. Na matéria *A Educação e Cultura na Declaração dos Presidentes da América*, a preocupação em implementar programas educacionais nos países desse bloco não tinha “paralelo em nenhuma outra época da história de seus países”. Tendo em vista a necessidade de continuar o desenvolvimento dos serviços educacionais. Dentre as prioridades listadas, destacaram-se:

- reestruturação dos sistemas educacionais;
- ampliação e diversificação dos estudos universitários;
- criação e/ou ampliação de cursos de pós-graduação;
- preparação e aperfeiçoamento do magistério e do pessoal administrativo;
- desenvolvimento da pesquisa e experimentação educacional;
- difusão da televisão educativa e de outras técnicas modernas de ensino;
- reestruturação do ensino técnico, visando à força de trabalho e às necessidades previsíveis de recursos humanos para os planos de desenvolvimento das nações;
- incremento da contribuição financeira privada para a educação;
- incremento considerável dos programas nacionais de bolsas de estudos, empréstimos e assistência aos estudantes;
- fortalecimento da educação para a compreensão internacional e a integração da América Latina. (adaptado de *Caderno da AEC*, junho de 1967, p. 562-3)

A *Revista de Cultura Vozes* publicou, em abril de 1968, um artigo intitulado *Desenvolvimento e Educação*, de autoria de Alceu Amoroso Lima, que ilustra os princípios problematizados pelas Encíclicas *Gaudium et Spes* e *Populorum Progressio*.

Como já foi citado neste trabalho, Lima (1959) apontou a **Instrução**, a **Educação** e a **Cultura** como etapas subseqüentes da formação completa do ser humano. Ele discutiu então, nesse texto, publicado pela Revista, em abril de 1968, que o desenvolvimento solidário, implica essa formação em três fases: instrução, educação e cultura, alcançada por meio de uma educação de qualidade e estendida a todos. A democratização do ensino é assim percebida pela sua fala:

Ora, a educação é, sem dúvida, o processo não apenas inicial, mas permanente, segundo o qual o homem se torna verdadeiramente homem. De modo que assim como 'o caminho da paz passa pelo desenvolvimento' (Populorum Progressio, n.83), podemos dizer que o caminho do desenvolvimento passa pela educação. Torna-se, portanto, não só fundamental, mas ainda mesmo preferencial e preliminar, que todo esforço, no sentido de promover o desenvolvimento de um povo, comece por um esforço coletivo no sentido da educação. (...) A instrução, a educação e a cultura, consideradas como três planos sucessivos e integralizadores de um desenvolvimento completo e autenticamente humano, representam elementos consubstanciais a todo plano de desenvolvimento. (LIMA, abril de 1968, p. 374)

No período compreendido entre meados de 1967, com maior intensidade no ano de 1968, estendendo-se até dezembro de 1969, a temática Educação para o Desenvolvimento figurou de maneira constante nas publicações da Revista de Cultura Vozes. Em várias oportunidades, autores diversos discorreram sobre tal assunto, às vezes, até se repetindo. A seguir, apresentam-se alguns exemplos de artigos, abordando esta temática, que tinham como título:

1. *Por um desenvolvimento Integral do Homem*. (Caderno da AEC, maio de 1967). O desenvolvimento integral do ser humano foi discutido na

perspectiva da aquisição da cultura. Também, apelou-se aos católicos para que se sensibilizassem quanto à necessidade de uma postura ativa em relação a essa problemática.

2. *Universidades do Mundo Subdesenvolvido Vendo a Paz do Ângulo do Subdesenvolvimento. (Idéias e Fatos, CÂMARA, abril de 1968).* Mais uma vez, Dom Hélder Câmara, focado na sua preocupação com o subdesenvolvimento, neste texto, chamou a atenção para a necessidade de diálogo entre a Universidade e a Sociedade. Foi além, ao declarar que era um princípio básico, para o ensino superior, a urgência da universidade se integrar na “realidade dura” em que se encontrava. Negava, então, a instituição que se encontrava fechada intramuros, sem se dar conta do universo ao seu redor:

As Universidades do mundo subdesenvolvido não podem funcionar, como em geral funcionam, como torres de marfim, cercadas de miséria. (CÂMARA, 1968a, p. 338)

3. *A Igreja e o Problema da Conscientização*¹¹⁴ (Artigos, VAZ, junho de 1968). Henrique C. de Lima Vaz apresentou a conscientização como ferramenta para a mudança das mentalidades, que deveriam estar atreladas a uma nova perspectiva de Educação.
4. *A Educação e o Desenvolvimento. (Caderno da AEC, CASTELO, junho de 1968).* O padre Luciano Castelo alertava para a necessidade de mudanças radicais, principalmente no campo da educação, e citava uma recomendação do então Papa Paulo VI, integrante de uma Encíclica, a esse respeito:

¹¹⁴ Este texto será retomado adiante e dele serão extraídas perspectivas para esta discussão.

O desenvolvimento exige transformações audaciosas, profundamente inovadoras. Devem empreender-se, sem demora, reformas urgentes. (POPULORUM PROGRESSIO, n.32 apud CASTELO, junho de 1968, p. 563)

Luciano Castelo (junho de 1968) advertiu, ainda, quanto à necessidade de profunda transformação na estrutura do ensino superior – por ele classificado de *seletivo, acadêmico e importado*. (p. 564). De acordo com esse autor, o tradicionalismo presente nesse nível de ensino, nem de longe, corresponderia às “exigências atuais em relação aos direitos fundamentais do homem e ao bem comum”. (p. 564)

5. *Exigências do Desenvolvimento*. (Caderno da AEC, VASCONCELLOS, junho de 1968) O Padre José de Vasconcelos citou Dewey e também Cartas Encíclicas, por exemplo, *Sobre o Desenvolvimento dos Povos* (Roma, Tipografia Poliglota Vaticana, 1967, p. 9 apud VASCONCELLOS, junho de 1968), com o intuito de obter consenso quanto à necessidade e ao direito inviolável que toda pessoa tem de acesso à educação e à profissionalização.
6. *Educação Cristã e Desenvolvimento*. (Caderno da AEC, setembro de 1968). No mesmo prisma dos demais textos, aqui relacionados, apenas se diferenciando dos demais no aspecto de se voltar diretamente às instituições filiadas à AEC, na concretização das ações no campo da educação superior, na troca de experiências e na motivação para as transformações exigidas nas discussões da época – de acordo com a assembléia do CELAM.
7. *Educação e Desenvolvimento*. (Caderno da AEC, CHAER, outubro de 1968). Também dentro do universo dos demais textos aqui listados, a

redatora do Caderno da AEC, Laura Chaer, ou Irmã Anais, apresentou problemas percebidos em relação ao ensino superior, por ela classificados de dificuldades intrínsecas (entre elas, nosso sistema de ensino importado e a seletividade) e apontou que todas as ações para solucionar essa problemática (com vistas ao desenvolvimento) deveriam ter como pressuposto o seguinte: não poderia haver **desenvolvimento** sem **promoção humana**.

8. *Educação, Fator Básico de Desenvolvimento. Documento Final de Medellín.* (Caderno da AEC, novembro de 1968). Como o título denota, foi amplamente legitimada a transformação do ensino superior na sua missão de capacitar a nação para a saída do subdesenvolvimento. Esse documento marcou, então, em vários sentidos, a atuação católica, que inaugurava uma nova postura educacional para a libertação e a transformação social. Trazia, especificamente, orientações para as Universidades Católicas, defendendo os seguintes princípios: 1. criação da cultura em suas diversas manifestações, em que a investigação e a busca da verdade fossem um trabalho comum entre professores e alunos; 2. inclusão do diálogo entre disciplinas humanas e o saber teológico; 3. por último, o princípio básico de integração da universidade na vida nacional, respondendo com “espírito criador e eficácia às exigências do [seu] próprio país”. (p. 1051)
9. *O Ensino Católico e Seu Papel no Desenvolvimento.* (Caderno da AEC, PETIT, janeiro de 1969). O artigo em questão tinha por finalidade a

sensibilização ante os problemas do desenvolvimento, numa perspectiva cristã, incitando, desta forma, ações práticas no campo da Educação.

10. *Desenvolvimento, Desafio à Consciência do Cristão Técnico*. (Caderno da AEC, PADILHA, maio de 1969). Romeu Padilha comentou a passagem da consideração do desenvolvimento: de uma “dimensão técnica” para a “dimensão do bem-comum”.

A dupla função do ensino superior se apresentou nas matérias, na perspectiva da formação das elites. Primeiramente, para formar líderes e, de outro lado, para forjar mão-de-obra na busca do desenvolvimento dos quadros técnico, científico e profissional do país.

Percebeu-se então, uma proposta de formação universitária já expressa pela revista em 1963 (n. 03, ano 57). Porém, naquele ano, tal tema ainda não estava em foco. As preocupações da revista eram outras (já comentadas) em consonância com o momento e as necessidades de se propagar concepções diversas, como por exemplo, a defesa do ensino particular católico e o ataque à educação pública e laica.

Em discurso proferido na PUC-Rio, o então governador do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda (março de 1963), propunha, como função do ensino superior, ter como meta ensinar e formar uma nova classe de intelectuais:

Era, pois, a hora da Universidade. (...) Era a hora de mobilizar o povo para formar suas elites, seus quadros dirigentes, seus líderes e expoentes em todas as profissões, em todos os setores e, claro, no mais importante, que é o político – instrumento e veículo de todos os demais. (p. 193)

Nessa citação, observa-se a necessidade de formar, politicamente, não o povo, mas, sim, alguns dirigentes. Tal apontamento indica a necessária transformação das mentalidades, sinalizando a relevância de uma formação humanística (para além da

formação técnica), que foi divulgada com força, posteriormente, na revista, como será visto no próximo item.

7.7. Ensino Superior transformador e a reforma da universidade

Nas matérias publicadas - com maior frequência a partir do ano de 1967 e, especialmente, em 1968 e no ano de 1969 -, percebeu-se a preocupação com a Educação no sentido de transformação social do ser humano.

Após o Concílio Vaticano II (1962-1965), a Igreja se transfigurou. Como missão principal do Concílio, estava a mudança de mentalidades. Sob a influência dessa transformação das consciências, o que, aliás, era o propósito principal do concílio ecumênico, operou-se, então, a renovação da Igreja.

As Encíclicas *Gaudium et Spes* e *Populorum Progressio*, amplamente divulgadas na *Revista de Cultura Vozes*, trouxeram novas orientações católicas, sinalizando a Educação no sentido Humanista e Cristão.

A preocupação com o desenvolvimento, não só econômico e técnico, mas na dimensão social, e o papel da educação como transformadora da realidade foram assim discutidos:

A educação libertadora, aquela que promove o ser humano, na visão do desenvolvimento integral, foi propugnada para nosso Continente. No Documento Final da Assembléia do CELAM (Caderno da AEC, novembro de 1968), já referenciado, foi defendida a educação que “converte o educando em sujeito de seu próprio desenvolvimento”. (p. 1047)

Na epígrafe de primeira página, da edição de outubro de 1968, é clara a missão conscientizadora da Igreja pela Educação:

A maior contribuição da Igreja é fomentar, através de (...) colégios e universidades um sentido profundo das injustiças sociais e uma consciência clara do dever social e político dos cristãos, especialmente dos que mais receberam da sociedade. Encontro de Presidentes das Comissões Episcopais de Ação Social do CELAM. (Revista de Cultura Vozes, outubro de 1968, primeira página)

A apropriação da educação, no sentido de transformação da realidade do aluno, como sujeito, foi difundida no momento em que a Igreja, sob influência conciliar, colocava-se em uma postura política, engajada com movimentos populares e não tão acomodada em relação ao quadro político e social do país.

O religioso Henrique de Lima Vaz (junho de 1968) propôs reflexões sobre o problema da conscientização, em artigo já mencionado, por dois ângulos: o primeiro *reformista* e o segundo *revolucionário*. Ele discorreu então, sobre a “conscientização” como estando intimamente ligada a uma nova visão de Educação.

Abre-se aqui um parênteses, na intenção de delimitar as modalidades de três diferentes instâncias educacionais: a educação de base, a educação elementar e a educação superior.

É claro que a *educação de base* desempenhava essa função transformadora, mas no âmbito das populações de baixa renda, como, por exemplo, para saída do analfabetismo, apropriação de conhecimentos básicos sobre direitos e deveres e também profissionalização.

Cabe aqui também salientar a importância dada à *educação elementar*, compartilhada por vários autores que usaram a tribuna Vozes. Como exemplo, têm-se as considerações de Strieder (junho de 1968) sobre esse nível de ensino:

A educação de base é o primeiro objetivo dum plano de desenvolvimento. A fome de instrução não é menos deprimente que a fome de alimentos. Um analfabeto é um espírito subalimentado. Saber ler e escrever, adquirir uma formação profissional é ganhar confiança em si mesmo e descobrir que pode avançar com os outros. (p. 497)

Porém, a *educação superior*, também vista pelo prisma da *transformação de mentalidades* e da *conscientização* foi foco de discussões. Os próprios movimentos estudantis, naquele momento, legitimados pela revista, tratavam de disseminar essa visão.

Para Lima Vaz (junho de 1968), a conscientização podia representar: primeiro, instrumento de manutenção do *status quo*, pelas classes dominantes; e, segundo, mudança de mentalidades para a saída da alienação visando a um estado de integração e participação ativa (política). Esta última, com enfoques esquerdistas. De acordo com o trecho:

A conscientização [tornou-se] o campo de confronto entre duas grandes ideologias que se dígladiam na presente situação latino-americana: a ideologia das classes ou grupos dominantes, representada pelo reformismo e traduzindo os interesses de grandes grupos econômicos internacionais, predominantemente americanos, e a ideologia das classes oprimidas, representada pela idéia revolucionária, e traduzindo os interesses das massas latino-americanas, na sua luta de libertação.

A conscientização (...) como um sistema de idéias e valores, (...) afirma conter a única explicação válida e a única justificação das exigências de elevação humana e de desenvolvimento econômico-social. (VAZ, junho de 1968, P. 488)

Por esse enfoque, expresso na *Revista de Cultura Vozes*, teria a Educação Superior o papel de “conscientização” como saída do *conformismo* e da *alienação*. Dessa forma, a universidade cumpriria seu papel de ajudar o país a encontrar saídas para sua grave situação econômica e social.

Apresentar-se-ão algumas outras perspectivas para o ensino superior, com vistas à reforma universitária, que, foram emanadas das páginas da revista, com o

propósito da criação de uma *perspectiva educacional católica para o ensino superior*, como poderá ser visto a seguir.

7. 8. Perspectivas difundidas para o ensino superior, tendo em vista a Reforma Universitária¹¹⁵

Além de intensas e numerosas falas (por meio dos textos), tratando da Educação para o Desenvolvimento, também princípios do ponto de vista católico para o Ensino Superior foram apontados. Naquele período de debates envolvendo a Reforma Universitária, a *Revista*, servindo de *tribuna* dava voz aos representantes leigos e eclesiásticos da intelectualidade católica, que assim se manifestavam:

Dom Hélder Câmara, no artigo *Universidade e Diálogo* (abril de 1967), apresentou princípios básicos relativos ao ensino superior. Destacam-se alguns princípios que, como expresso no texto, deveriam reger o espírito universitário:

- O “clima de diálogo” deveria imperar na Universidade. Esta seria uma exigência já nos primeiros anos escolares, o que se diria, então, no ensino superior, em que “as consciências já estão amadurecidas”. (p. 334)
- A “boa vontade” deveria ser alimentada em mão dupla: de um lado, os professores deveriam rever a sua própria autoridade (“prudência, tradição e ordem”); os jovens estudantes, de sua parte, deveriam “rever seus excessos de audácia, de inovação e de desordem”. (p. 334)

¹¹⁵ Durante o decorrer desta seção, foram justamente apontadas perspectivas difundidas pela *Revista de Cultura Vozes* para o ensino superior tendo em vista a Reforma Universitária, tema, aliás, que se configurou como foco durante a realização desta dissertação. Justifica-se a exposição aqui de algumas visões outras encontradas, que, além de interessantes, se mostraram ricas no sentido de complementar todas as demais percepções colhidas na pesquisa.

- O avanço científico e tecnológico (nesses tempos em que “dez anos valem um século”) não poderiam justificar o distanciamento de gerações – pais e filhos ou mestres e alunos. (p. 334)
- Se o ensino superior não percebesse a necessidade de se abrir ao Diálogo interno, e com a sociedade, haveria o risco de instauração de um Estado Totalitário¹¹⁶.

O mesmo Câmara (junho de 1968), então Arcebispo de Olinda-Recife, voltou a manifestar-se com o texto: *Os Convênios para o Antidesenvolvimento*. Nele, reconhecia os diversos problemas enfrentados pelo ensino superior no país, mas criticava a abertura de nossas fronteiras para que estrangeiros apontassem ações e condutas para uma tão grande e importante discussão, sobre quais seriam os novos rumos, a serem implementados na educação nacional. O autor manifestava a sua preocupação quanto à problemática do ensino superior no país. Alguns males foram apontados:

- Apenas 2% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos se encontravam matriculados no ensino superior.
- Apenas 22 mil graduados em um universo de 90 milhões de habitantes.
- Requisitos de admissão muito rigorosos: metade dos candidatos reprovados, coexistindo com uma sobra de 12 mil vagas, na 1ª. Série.
- Currículo pouco flexível.

¹¹⁶ Curiosa, nessa matéria, foi a passagem na qual o autor argumenta a força que possui o Diálogo como instrumento democrático: “Em um campo de concentração nazista (...) foi encontrado um instrumento de suplício, um chicote, no qual, por zombaria, estava escrito o nome *diálogo*”. (CÂMARA, abril de 1967, p. 336).

- Não existiam serviços de orientação e informação ao estudante.
- Vigência de regime de tempo parcial, para alunos e professores.
- Espaço e equipamento especializado insuficientes.
- Carência de livros de texto e materiais de consulta.
- Cursos superiores muito procurados que não correspondiam à demanda de mão-de-obra.
- Estruturas de organização e administração obsoletas.
- Ausência de planejamento global. (modificado da p. 495)

Mais ainda, manifestou sua desaprovação quanto ao fato do país ter entregado a órgãos estrangeiros, “por mais competentes que sejam”, o encargo de planejar o nosso próprio ensino superior. Na sua concepção, expressa nesse texto, a Reforma Universitária era um assunto interno, e, como tal, deveria ser debatida em nível nacional, junto com a comunidade universitária:

A reforma da Universidade, feita por técnicos nossos – e nós os temos! – com participação de nossos alunos, dado que a nossa juventude tem radares mais sensíveis do que muito adulto. (CÂMARA, junho de 1968, p. 496)

No mesmo número (junho de 1968), em um outro artigo, publicado em ordem subsequente ao citado acima, Inácio Strieder, também religioso, discutiu a *Educação para o Desenvolvimento*, especificamente em relação ao ensino superior.

A maior integração da Universidade na vida social da nação foi apontada por Strieder (junho de 1968) como importante meta a ser alcançada por meio da reforma da universidade:

A universidade deveria ser o centro, onde os poderes públicos buscassem fundamentos científicos para programarem o seu desenvolvimento.(p.505)

Ele publicou um rico estudo, divulgado na Revista de Cultura Vozes, por meio de variáveis, que apresentavam a situação, naquele momento, da Educação no Brasil. Teve como objetivo lançar “Tentativas Nacionais de Solução” do problema educacional, prevendo ações que concorressem realmente para a *Educação para o Desenvolvimento*.

Em relação ao ensino superior, destacaram-se os seguintes pontos:

- Havia no Brasil, na época, um professor universitário para cada quatro alunos em média. Estes docentes deveriam ser mais bem aproveitados.
- Havia uma concentração demasiada de estudantes nos cursos de Direito e Ciências Sociais. Tal fato provinha, na concepção do autor, “das tradições de um Brasil já ultrapassado”. O bacharelismo era criticado por ele, que asseverava não haver mais sentido em sua permanência. Com base nessas premissas, colocou-se como princípio básico:

Para que possa haver realmente um desenvolvimento econômico e técnico da nação, é preciso que o governo cuide mais de colocar estudantes universitários em cursos técnicos e profissionalizantes. (STRIEDER, junho de 1968, P.504)

Em suma, a preocupação da Revista de Cultura Vozes residia em legitimar o ensino superior católico. Por intermédio da Tribuna Vozes, queria se fazer ouvir, em todos os lugares, onde fosse possível ecoar suas concepções universitárias.

Como foi constatado, a Revista de Cultura Vozes aceitava como objetivo da formação universitária a preparação técnica e profissionalizante. Tal visão era compartilhada por diferentes correntes pedagógicas e se configuravam em saídas estratégicas para o país.

A Educação para o Desenvolvimento, naquele momento – finais da década de 1960 –, era a máxima e as bases, significando, na visão pedagógica católica, a Educação para a transformação, na busca pela ascensão econômica, cultural e social, mas não só no sentido das individualidades, e, sim, para a melhoria do nível sócio econômico de toda a nação.

O preparo técnico, promovido pelo ensino superior de qualidade (católico), deveria aliar-se ao desenvolvimento pessoal, forjando profissionais éticos e cultos. Tais egressos das universidades seriam os novos líderes e políticos e seria missão das universidades formá-los numa dimensão humanística.

Pelo enfoque expresso na Revista de Cultura Vozes, teria a Educação Superior o papel de “conscientização” como saída do conformismo e da alienação. Algumas sugestões apresentaram-se nas perspectivas da estrutura, organização e financiamento desse nível de ensino, com vistas à Reforma Universitária, para que a universidade cumprisse seu papel de ajudar o país a encontrar saídas para sua grave situação econômica e social.

Os ventos conciliares (1962-1965), reforçados pelas posteriores conferências do CELAM (1968), promoveram, como reflexo no ensino superior, o pressuposto de que o bem comum e o respeito à pessoa humana, com uma visão aberta para a sociedade pluralista deveriam fomentar a conscientização dos universitários.

A função do ensino superior, para o engrandecimento do país e com respeito à dignidade humana, poderia se resumir em formação integral dos alunos, nos seguintes planos: da formação profissional, técnica e cultural, bem como da formação das consciências (valores) e ética. Enfim, formação integral do ser humano.

CONCLUSÃO

A construção de um paradigma educacional não é precisamente datado, mas as circunstâncias sociais, econômicas, políticas [e religiosas] que exigem uma resposta o são. (Rothen, 2004, p. 102)

Para se entender a ação dos diferentes agentes para a Reforma Universitária de 1968, é preciso identificá-los. Como tais atores sociais, ou seja, grupos que direcionavam suas ações e movimentação como meio de pressão para a formação de saberes que legitimassem a sua proposta para o Ensino Superior, por exemplo, apontam-se: o governo militar com seus projetos, entre os quais: acordo MEC-USAid, relatório Atcon, elaborado para o Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras, trabalho da Comissão Meira Mattos dando origem ao Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária; a classe média, que exigia um maior número de vagas nas faculdades; setores de esquerda; movimento estudantil; educadores que ocupavam cargos de conselheiros no MEC e, no foco desta pesquisa, a postura dos educadores católicos.

O pensamento educacional católico investigado, por intermédio do estudo de uma de suas *tribunas*, a *Revista de Cultura Vozes*, tomada no período compreendido entre janeiro de 1961 (ano da promulgação da LDB) e dezembro de 1969 (um ano após a criação da Lei da Reforma Universitária). Mediante a irradiação de suas idéias, pela revista, o grupo católico desejava influenciar a legislação com vistas a obter avanços a seu favor.

Na década anterior (1950) ou mesmo antes, a partir de 1948, houve uma ação similar, quando os debates educacionais tinham o objetivo de influenciar os

princípios da Lei de Diretrizes e Bases, promulgada em 1961. Se, no período anterior à promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (1961), o que estava na ordem do dia era o ataque aos escolanovistas, ou defensores da educação liberal, naquele momento que antecedeu a reforma universitária, a ação do grupo católico se baseava na defesa das perspectivas educacionais para o ensino superior com fortes influências newmanianas, resgatadas por Alceu Amoroso Lima, especialmente, no ensaio *O Espírito Universitário* (1959).

O Concílio Ecumênico, convocado pelo Papa João XXIII, ainda na década de 1950, e realizado de 1962 até 1965, também se apresentou como um fato importante a demarcar uma nova fase de atuação dos educadores católicos. O Concílio Vaticano II, denominado “flor de inesperada primavera”, pelo próprio pontífice, veio trazer novas perspectivas de atuação educacional, nas quais o homem, como sujeito, foi colocado no centro dos debates. Num pensamento de ecumenismo e de abertura, antigas práticas caíram por terra e leigos e religiosos foram convocados a atuar na busca pela formação integral do ser humano, como forma de saída do subdesenvolvimento.

A Conferência Episcopal Latino Americana (CELAM), realizada em Medellín, 1968, reforçou o que ficara determinado no Vaticano II, porém na dimensão do continente latino americano.

Sobretudo na porção final da década, no período em que o país atravessava intenso momento de turbulências políticas e sociais, e o Ensino Superior se encontrava em crise, era de se esperar que os debates em torno da Reforma Universitária tomassem vulto e mobilizassem os representantes das Instituições Católicas.

No estudo dos exemplares da Revista de Cultura Vozes, no período específico, utilizou-se como referência a proposta metodológica de José Carlos Rothen (2004) para a elaboração da análise da trajetória da revista. Ressaltou-se o histórico, a produção e os leitores da obra. Pelo histórico, percebeu-se a importância da publicação, que teve a sua estréia praticamente coincidindo com a fundação da Editora. Na produção da revista, enfatizou-se a presença de editorial a partir da proximidade da data de elaboração da Reforma Universitária e também como reflexo do término do Concílio Vaticano II e da Conferência do CELAM, em Medellin. Foi apresentado o perfil dos colaboradores que apareciam com frequência na publicação e o conteúdo presente nas capas, contracapas e demais espaços, legitimando os saberes contidos nas matérias. Com relação aos leitores, as visões sobre Ensino Superior disseminadas pela revista buscavam ecoar não só nos grupos que comungavam com ela, bem como se direcionavam aos opositores a essa visão, já que se tencionava atingir as consciências e obter consenso.

A Revista de Cultura Vozes foi criada em 1907 – a Editora Vozes foi fundada em 1901 -, com o papel de periódico para a divulgação dos produtos da editora, notícias locais e artigos religiosos. Em seu primeiro editorial, que teve como título *Quo vadis? (Aonde vais?)*, já evidenciava quais objetivos possuía: os de espalhar a doutrina cristã, com uma postura rígida e de acordo com os preceitos da Igreja.

Na década de 1960, já com seis décadas de existência e sua terceira denominação¹¹⁷ - *Revista de Cultura Vozes* –, a publicação vivenciou uma fase de intensas transformações, “afinada com seu tempo”.

¹¹⁷ Também fora denominada, em período anterior, de *Revista Católica de Cultura*.

A construção de algumas periodizações foi intencionada, com o intuito de delimitação de fases de atuação da postura católica, por intermédio de autores de peso. Por exemplo: José Carlos Araujo, Ariolando Azzi, Régis de Moraes, Dermi Azevedo, Irmã Leônida Fávero, entre outros. Concluiu-se que, apesar de poder definir importantes marcos de influência na mentalidade católica – como o Concílio Vaticano II e a Conferência do CELAM – é praticamente impossível um esquema com rígidas demarcações de fases, inseridas no período pesquisado (janeiro de 1961 a dezembro de 1969).

Foram percebidas, por meio desta dissertação, mudanças de postura em relação aos temas: comunismo, sindicalismo, educação liberal, movimentos estudantis – no início da década, fortemente combatidos pela revista. Contudo, a partir dos últimos anos da década de 1960, os assuntos foram revistos e, inclusive, novos colaboradores tiveram voz na publicação.

No início da década, houve uma clara orientação anticomunista, chegando tal tema a figurar, de maneira constante e insistente, nos dizeres da grande maioria dos artigos da revista. A postura em relação às greves e aos movimentos sindicais também seguiu o mesmo padrão, por vezes, de intolerância e rejeição. Os movimentos reivindicatórios do campo, repetidas vezes, foram classificados pejorativamente de “infiltração comunista no campo” e “o mundo vermelho”, querendo “instituir a baderna e a desagregação das famílias” camponesas no país.

Particularmente nos anos de 1961 a 1963, a postura católica se apresentava como única verdade capaz de promover a ideal formação do povo. Outras crenças, outros regimes políticos, outras visões pedagógicas e inovações e avanços sociais não eram sequer discutidos nas matérias.

No meio da década, essa visão se renovou e parecia florescer uma nova época em que o diálogo, o ecumenismo e a preocupação com o desenvolvimento social, tendo como foco o homem, predominou.

A partir do ano de 1965, no qual tiveram fim os trabalhos do Concílio Vaticano II, a Igreja forneceu orientações aos leigos e eclesiásticos para que buscassem se aproximar das massas, a “Igreja do Povo de Deus” deveria atuar em todos os campos em que fosse possível, abrindo-se e participando das discussões, inclusive, nas demandas sindicais estudantis, agrárias etc.

Já com as posturas do meio da década solidificadas e os objetivos de ampliação de sua atuação fortemente difundidos, o pensamento católico, expresso pela Revista de Cultura Vozes, em relação ao Ensino Superior, tornou-se bem mais visível e direto nos anos de 1968 e 1969. Grandes temas foram trazidos ao debate com vistas a auxiliar a educação superior a se ver livre da crise pela qual passava; apontar saídas para o subdesenvolvimento; ao mesmo tempo em que se intencionava legitimar o *ensino superior católico*.

Entre as temáticas desenvolvidas, destacam-se:

- Missão da Educação Universitária na América Latina.
- Educação Cristã à Luz do Concílio.
- Desenvolvimento integral do Homem.
- Ensino Superior e Desenvolvimento.
- Educação, Fator Básico de Desenvolvimento.
- Ensino Católico e seu Papel no Desenvolvimento.
- Universidade e Diálogo.

Pela revista, por vezes, foi indicada a urgência em se alterar o perfil do Ensino Superior brasileiro, apontado como *seletivo, acadêmico e importado*. O Ensino Superior brasileiro, por vezes, foi categorizado como quantitativamente insuficiente, qualitativamente obsoleto em relação aos recursos e instalações, e ineficaz quanto aos seus aspectos estruturais. Foram apontados fatores responsáveis pela crise pela qual a educação, neste nível de ensino, se encontrava. Pelos problemas diagnosticados e enumerados pela revista, foram sugeridas ações que solucionassem tal crise:

- Necessidade de ampliação e diversificação dos estudos universitários; por exemplo, os cursos superiores muito procurados não correspondiam à demanda de mão-de-obra.
- Necessidade de criação e/ou ampliação de cursos de pós-graduação.
- Urgência em preparação e aperfeiçoamento do magistério e do pessoal administrativo.
- Melhoria do espaço e equipamento especializado, que se encontravam insuficientes.
- Aumento dos índices de matrícula. Já que apenas 2% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos se encontravam matriculados no ensino superior. E havia apenas 22 mil graduados em um universo de 90 milhões de habitantes.
- Alteração do regime de tempo parcial, para alunos e professores.
- Modificação das estruturas de organização e administração, que estavam obsoletas.

Nas matérias publicadas - com maior freqüência a partir do ano de 1967 e especialmente em 1968 e no ano de 1969 -, percebeu-se a preocupação com a Educação no sentido de transformação social do ser humano. Algumas prerrogativas inerentes ao ensino superior católico foram adotadas pelos autores, que representavam princípios básicos que não exigiam problematização:

- Necessidade de maior integração da Universidade, na vida social da nação.
- Não poderia haver desenvolvimento sem promoção humana. A Educação seria, sem dúvida, o processo não apenas inicial, mas permanente, segundo o qual o homem se tornaria verdadeiramente homem.
- Necessidade urgente de incremento da contribuição financeira privada para a educação. E também incremento considerável dos programas nacionais de bolsas de estudos, empréstimos e assistência aos estudantes;
- Fortalecimento da educação superior para a compreensão internacional.
- A educação confessional, que sempre é uma escolha, com o apoio da família, seria a melhor opção de formação, comungando com os ideais próprios e inatos dos alunos.

Durante a década e principalmente no seu final, a discussão da relação entre o Ensino Superior e Desenvolvimento tomou corpo. No período que antecedeu a promulgação da lei da Reforma Universitária, os seguintes princípios básicos foram apontados pela maioria dos autores que escreviam na Revista de Cultura Vozes:

- Exigência de planejamento para a reestruturação do ensino técnico, visando à força de trabalho e às necessidades previsíveis de recursos humanos para os planos de desenvolvimento das nações.

- A missão da universidade, além da *formação de líderes*, se encontraria na perspectiva de *formação profissional e técnica*. Finalmente, forjar a mão-de-obra na busca do desenvolvimento dos quadros técnico, científico e profissional do país.
- A formação profissional, deveria estar sempre envolvida em direcionamentos por uma *educação humanista*.
- O “clima de diálogo” e de “boa vontade” deveria ser alimentado e imperar na Universidade internamente e também desta com a sociedade. O avanço científico e tecnológico não poderia justificar o distanciamento de valores morais e éticos.
- A Universidade – com sua missão de formar os líderes da nação – seria responsável por ajudar os jovens na descoberta dos “valores que definem a sociedade em desenvolvimento” e na “vivência dos valores cristãos”, já que se encontram em “idade de transição” e participando de uma “sociedade em transformação”
- A missão conscientizadora da Igreja pela Educação: fomentar, por intermédio de colégios e universidades, um sentido profundo das injustiças sociais e uma consciência clara do dever social e político dos cristãos, sobretudo dos que mais receberam da sociedade.

Ao concluir esta dissertação, além das contribuições já listadas acima, vale apontar algumas lacunas. Algumas questões que poderiam ser retomadas, no caso de um outro estudo, ou maior aprofundamento da pesquisa em torno do objeto, aqui se

apresentam, indicando alguns passos metodológicos ou mesmo iniciativas que não puderam ser contempladas neste trabalho:

30. Reconstituição histórica das edições publicadas pela Editora Vozes da Revista de Cultura Vozes. Neste procedimento, faz-se um questionamento da data de início das publicações e sobre os temas que foram tratados.
31. No período pesquisado, a revista, sim, possuía assinantes. Identificação se a revista era vendida, possuía assinantes ou era distribuída gratuitamente, desde a fundação.
32. Análise de conteúdo dos editoriais. Tal elo, ou parte de um sistema integrado, juntamente com outros aspectos da obra poderiam sinalizar muito do que objetivava o grupo editor. Apesar de ter sido percebida a data específica, quando os editoriais apareceram em substituição às epígrafes, o conteúdo desses, não obteve nosso foco específico.
33. Identificação de quais eram os critérios utilizados para se proceder ao resumo da revista *Documenta*. Pela análise dos aspectos normativos que são divulgados no resumo, provavelmente poder-se-á ter uma percepção sobre quais assuntos tinham maior importância para serem disseminados entre os seus leitores. Apesar de ter sido dito que interessava divulgar conteúdos referentes à legislação educacional, os demais temas tratados na *Documenta* não foram pesquisados.
34. Os autores poderiam ter sido mais bem investigados, já que havia um grupo que era mais constante nas publicações. Os livros editados pela Vozes também contavam com os autores que se serviam da revista como

tribuna para a disseminação do ideário católico para o ensino superior? Tal indagação poderia ser oportunamente feita.

35. Quais aspectos relativos à universidade foram discutidos com maior frequência? Quais destes princípios: pedagógicos, estruturais, organizacionais ou mesmo legislativos foram tratados com maior importância?
36. A articulação da revista com as Universidades Católicas poderia ser oportunamente pesquisada. Os integrantes dessas instituições se serviam da revista como Tribuna? Como a revista influenciou a sua solidificação?
37. A CNBB, principalmente por intermédio de D. Hélder Câmara, com bastante frequência, utilizava-se da revista. No início da década, divulgava seu apoio aos militares, passando a uma postura mais aberta e ligada aos movimentos sociais nos meados da década. A atuação publicitária da CNBB por meio da Revista de Cultura Vozes, apesar de comentada em diversos momentos, poderia ter sido mais bem focada.

Termino esse trabalho, declarando em poucas palavras, que, na década de 1960, na Revista de Cultura Vozes, era expressa a seguinte concepção católica do Ensino Superior: a *educação*, a *formação*, e a *cultura* como processos sucessivos e integrados devem ser perseguidas para que a universidade cumpra a sua missão de preparar líderes para promover o desenvolvimento das nações e os quadros técnico-profissionais lapidados na perspectiva da consciência moral e ética.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Fundamentação Teórica:

AEC. Associação de Educação Católica. Histórico. Disponível em <http://www.aecbrasil.org.br/index.php> Acesso em 15/12/2006a

ANDRADES, Marcelo Ferreira de (coord). *Editora Vozes: 100 anos de história – 1901 a 2001*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001

ANDRADES, Marcelo Ferreira de. “*De Petrópolis para o mundo: as estratégias editoriais dos gestores da Editora Vozes (1901 – 1985)*” Tese (Doutorado em História Social) Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, , Ano:2006.

ARAUJO, José Carlos Souza. 1986. *Igreja Católica no Brasil: um estudo de mentalidade ideológica*. São Paulo: Paulinas, 1986.

ARAUJO, José Carlos Souza. *Para uma análise das representações sobre as técnicas de ensino*. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). *Técnicas de Ensino: Porque não?* Campinas, SP: Papyrus, 1991. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico) p.11– 34.

ARAUJO, José Carlos Souza. *O Projeto de Humboldt (1767-1835) sobre a universidade teria uma longa duração?* XVII Encontro de Pesquisa Educacional Norte e Nordeste, realizado em Belém, PA, entre 14 e 17 de junho de 2005, 10p.

ARAUJO, José Carlos Souza. *A Educação Superior no Brasil: Concepções e Realizações*. Programa de Mestrado em Educação Superior. Uberlândia: Centro Universitário do Triângulo, março a julho de 2006. Notas de Aula.

AZEVEDO, Dermi. Desafios estratégicos da Igreja Católica. *Luanova*, , n. 60, 2003. p.57- 79.

AZEVEDO, Dermi. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 18, n. 52, 2004. p.109-120.

AZEVEDO, Fernando et al. *Dicionário de Sociologia*.Porto Alegre: Editora Globo, 1967.

AZZI, Riolando. *O Início da Restauração Católica no Brasil: 1920-1930*. Belo Horizonte: Síntese, vol. IV, n 10, p. 61-89, 1977a .

AZZI, Riolando.. *O Início da Restauração Católica no Brasil: 1920-1930 II* . Belo Horizonte: Síntese, n. 11, p. 73-101, 1977b.

AZZI, Riolando. *O Fortalecimento da Restauração Católica no Brasil (1930-1940)*. . Belo Horizonte: Síntese, n.17, p. 69-85, 1979.

BARBOSA, Maria Aparecida. *O desencontro entre a AEC e as escolas católicas: uma análise da proposta pedagógica e projeto histórico da Associação de Educação Católica do Brasil*. Dissertação (Mestrado Ciências da Religião). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Ano: 2005.

BENEDETTI, Luiz Roberto. “Vozes”: *uma revista afinada com seu tempo*. In: ANDRADES, Marcelo Ferreira de (coord). *Editora Vozes: 100 anos de história – 1901 a 2001*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001

BEOZZO, José Oscar. *Padres conciliares brasileiros no Vaticano II: participação e prosopografia - 1959-1965*. São Paulo, USP, 2001

BOFF, Leonardo. *As duas pilastras que sustentam o sonho da Editora Vozes: o testemunho agradecido de um ex-editor*. In: ANDRADES, Marcelo Ferreira de (coord). *Editora Vozes: 100 anos de história – 1901 a 2001*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Anteprojeto da lei da educação superior (28/07/2005), precedida da Exposição de Motivos da Reforma Universitária (29/07/2005)* (www.mec.gov.br).

CHAUÍ, Marilena. *A universidade pública sob nova perspectiva – Conferência de abertura da 26ª Reunião Anual da ANPEd*. Poços de Caldas, 2003.

COBRA PAGES. Enciclopédia Virtual. Disponível em <http://www.cobra.pages.nom.br/ec-claparede.html> Acesso em 10/10/2007

COMODATO, Adriano Nervo & OLIVEIRA, Marcus Roberto de. *A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964*. Rev. Bras. Hist., 2004, vol.24, no.47, p.271-302. ISSN 0102-0188.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, MEC (Ministério da Educação e Cultura) Brasil. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne>. Acesso em 21/06/2006

CUNHA NETO, Jorge Silvino. *Na medida do impossível: um estudo sobre a utopia e projetos históricos nos Planos Trienais da Associação de Educação Católica do Brasil*. São Paulo: Dissertação (Mestrado Ciências da Religião) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Ano: 2001.

CUNHA, Luiz Antônio & GÓES, Moacyr. *O Golpe na Educação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1985.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. 332p. (Coleção Educação em questão).

CUNHA, Marcus Vinícius da. Três versões do pragmatismo dewyano no Brasil dos anos cinquenta. *Educação e Pesquisa*, vol. 25, n. 2, julho de 1999, p. 39-55.

DELA COLETA, José Augusto; GUIMARÃES, Mariza Rocha & DELA COLETA, Marília Ferreira. As bases do Poder Social e a conduta do professor universitário em sala de aula. *Revista de Educação e Filosofia*, v. 19, n. 38, , 2005. p. 17-42

DOURADO, Luiz Fernandes. A interiorização do ensino superior e a privatização do público. Goiânia, Ed. da UFG, 2001.

DREZER, Jacques e DEBELLE. Jean. *Concepções da Universidade*. Fortaleza: Edições Universidade do Ceará, 1983

EDITORA VOZES. Disponível em <http://www.editoravozes.com.br/> Acesso em 13/03/2007.

FÁVERO, Irmã Leônida. 50 anos de caminhada da AEC. *Revista de Educação / AEC do Brasil*. Ano 24, no. 95, Brasília, DF – abril-junho de 1995. p 17 – 29

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *Da universidade “modernizada” à universidade disciplinada: Atcon e Meira Mattos*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*.

FIDALGO, Fernando Selmar & MACHADO, Lucília R. de S. (editores), *Dicionário da Educação Profissional*. Belo Horizonte: UFMG / FAE 2000.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. 6ª. Edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

GADOTTI, Moacir. *História das Idéias Pedagógicas*. São Paulo: Ática, 2002.

GAUDIUM ET SPES. Disponível em ..<http://www.puc-rio.br/sobrepuc/depto/teologia/semanateologica/gaudiun.html> Acesso em 07/05/2007.

GERMANO, José Willington. *Estado Militar e Educação no Brasil* – 3^a. ed.- São Paulo: Cortez, 2000.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. *Educação e Razão Histórica*. São Paulo: Cortez, 1994.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. *Filosofia e história da Educação Brasileira*. Barueri, SP: Manole, 2003

GOERTZEL, Ted. *Ideologia de desenvolvimento americano aplicado à educação superior brasileira*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 14: 123-137, julho, 1967.

HUMBOLDT, Alexander Von. Disponível em <http://www.humboldt.edu/~german/Alex/ALEX1.HTM> Acesso em 20/12/2007.

LIMA, Alceu Amoroso. *O Espírito Universitário*. Ensaios. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1959.

MARTINS, Estevão de Rezende. *Educar para a humanidade: história e iluminismo*. In: ROHDEN, Valério (org). Canoas, RS, Ed. ULBRA, 2000, p. 63-92.

MORAES, Maria Blassioli de. Dissertação: *A Ação Social Católica e a Luta Operária: a experiência dos jovens operários católicos em Santo André (1954 – 1964)*. São Paulo, USP, 2003

MORAIS, João Francisco Régis de. *História e pensamento na educação brasileira: contribuição de Tristão de Athayde*. Campinas: Papirus, 1985, 204 p.

MORAIS, João Francisco Régis de. *A Universidade Desafiada*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995 (Dois capítulos da Parte II – As universidades católicas no contexto da atual educação superior, p. 85-103, e Alceu Amoroso Lima e a idéia de Universidade, p. 105-138).

MOROSINI, Marília & SGUISSARDI, Valdemar (organizadores). *A Educação Superior em periódicos nacionais*. Vitória: FCAA / UFES, 1998.

PAIVA, Vanilda (org. e introdução). *Perspectivas e dilemas da educação popular*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984

PONTES, José Alfredo Vidigal & CARNEIRO, Maria Lúcia . *1968, do sonho ao pesadelo*. São Paulo: Jornal O Estado de São Paulo, 1968.

POPULORUM PROGRESSIO. Disponível em ..<http://www.puc-rio.br/sobrepuc/depto/teologia/semanateologica/populorum.html> Acesso em 07/05/2007.

PUENTES, Roberto Valdés. *Os estudos das Teorias Educativas na América Latina*. São João da Boa Vista, SP: Editora UNIFEOB, 2004.

PUHL, Antônio. Um pouco de minha vida. *Revista de Educação / AEC do Brasil*. Ano 20, no. 80, Brasília, DF – julho-setembro de 1991. p 7 – 12

RIBEIRO, Darcy. *A Universidade Necessária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

RIBEIRO, Darcy. *Universidade para que?* Brasília; UNB, 1986.

RIBEIRO, Darcy. *Ensaio Insólitos*. Porto Alegre: L & PM Editores, 1991.

ROCHA, João Cezar de Castro. Introdução: respostas à pergunta: que é universidade? In: CASPER, Gerhard & HUMBOLDT, W Von. *Um mundo sem universidades*: Rio de Janeiro, Eduerj, 1997, p. 21-34.

ROCHA, Lúcia Maria. *Associação Católica do Brasil: uma proposta de escola pública não-estatal (1978-1990)*. São Paulo:Tese (Doutorado História e Filosofia da Educação) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Ano: 1997b.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil (1930 / 1973) – 9ª ed.* – Petrópolis: Vozes, 1987.

ROSSA, Leandro. *Educação e Libertação: a propósito dos 35 anos da Revista de Educação da AEC*. *Revista de Educação / AEC do Brasil*. Ano 35, julho/setembro de 2006. p. 09-18.

ROTHEN, José Carlos. *Funcionário Intelectual do Estado: um estudo de epistemologia política do Conselho Federal de Educação*.Piracicaba: Tese (Doutorado em Educação) Universidade Metodista de Piracicaba, Ano:2004.

ROTHEN, José Carlos. *O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos: uma leitura da RBEP*. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília: INEP, v. 86, n. 212, p. 189-224, jan./abr., 2005.

ROTHEN, José Carlos. A imprensa pedagógica e a elaboração de Políticas Públicas: o exemplo da Revista Documenta na Década de 1960. In: VIII Encontro de Pesquisa em Educação da Região Centro-Oeste - ANPED, 2006, Cuiabá. VIII Encontro de Pesquisa em Educação da Região Centro-Oeste - ANPED. Cuiabá : Universidade Federal de Mato Grosso, 2006. p. 1-15.

ROTHEN, José Carlos. *La reforma universitaria brasileña de 1968*. Revista de la Educación Superior, v. 137, n 1, p. 43-61, 2006. *Revista de la Educación Superior*, Col. Sta. Cruz Atoyac - México, v. 137, n. 1, p. 43-61, 2006

ROTHEN, José Carlos. Disponível em <http://www.rothen.pro.br> Acesso em 25/02/2008.

RÜDIGER, Francisco. Referência para as ciências sociais no Brasil. In: ANDRADES, Marcelo Ferreira de (coord). Editora Vozes: 100 anos de história – 1901 a 2001. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001

SALEM, Tânia. *Do Centro D. Vital à Universidade Católica*. In: SCHWARTZMAN, Simon (org.). *Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro*. Brasília, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 1982, p. 97-134.

SANTOS FILHO, José Camilo dos. Universidade, modernidade e pós-modernidade. In: SANTOS FILHO, José Camilo dos & MORAES, Sílvia E. (orgs.). *Escola e universidade na pós-modernidade*. Campinas, Mercado de Letras; São Paulo, FAPESP, 2000, P. 15-60

SAVIANI, Demerval. *Política e Educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino*. 2ª. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*. Coleção Polêmicas do nosso tempo. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

SGARBI, Antonio Donizetti, *Igreja, educação e modernidade na década de 30*. Dissertação (Mestrado em Educação). São Paulo: PUC-SP, ano 1997.

SGUISSARDI, Valdemar. *Rumo à Universidade Mundial - E a Universidade será feita à sua imagem e semelhança*. In: Série Documental- Textos para discussão. Brasília – INEP, 2005.p. 2-27.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. As várias faces da Igreja Católica. *Estudos Avançados*, Dezembro, 2004, vol.18, no.52, p.77-95.

TEIXEIRA, Anísio. *O Ensino Superior no Brasil: Análise e Interpretação de sua evolução até 1969*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

TEIXEIRA, Anísio. Uma perspectiva de Educação Superior no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro: INEP, v. 50, n. 111, p. 21-82, jul/set de 1968.

VENTURA, Zuenir. 1968: O Ano que Não Terminou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

WIKIPEDIA A Enciclopédia Livre. *John Dewey*. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/John_Dewey Acesso em 28/08/2007a.

WIKIPEDIA A Enciclopédia Livre. *Emile Durkheim*.. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/EmileDurkheim> Acesso em 10/10 2007

WIKIPEDIA A Enciclopédia Livre. *Gaudium et Spes*. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Gaudium_et_Spes Acesso em 13/09/2006

WIKIPEDIA A Enciclopédia Livre. *Iluminismo*. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Iluminismo> Acesso em 28/08/2007b

WIKIPEDIA A Enciclopédia Livre. *Maria Montessori*. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Maria_Montessori Acesso em 15/10/2007

WIKIPEDIA A Enciclopédia Livre. *Napoleão Bonaparte*. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Napoleão_Bonaparte Acesso em 20/08/2007a

WIKIPEDIA A Enciclopédia Livre. *Newman*. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Newman> Acesso em 20/08/2007b

WIKIPEDIA A Enciclopédia Livre. *Quo Vadis*. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Quo_vadis%3F Acesso em 07/05/2007.

WIKIPEDIA A Enciclopédia Livre. *Vladimir Palmeira*. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Vladimir_Palmeira Acesso em 28/08/2007c

Revista de Cultura Vozes:

ALMEIDA JUNIOR, A. *Os “colégios militares” Caderno da AEC do Brasil, Revista de Cultura Vozes* , n. 12, Ano 60. Petrópolis: Vozes, dezembro de 1966, p. 1074-5.

ANDRADE, Frei Raymundo Ozanam, S. J. *A Sociedade Latino-Americana como Condicionante da Própria Universidade. Artigos, Revista de Cultura Vozes*, n. 09, ano 62. Petrópolis: Vozes, setembro de 1968, p. 771-8.

Artigos, Conclusões da Oitava Assembléia Extraordinária do CELAM, Revista de Cultura Vozes, n. 05, ano 61. Petrópolis: Vozes, maio de 1967, p. 444- 456.

As Vozes do Mês, Revista de Cultura Vozes, no. 04, Ano 59. Petrópolis: Vozes, abril de 1965, p. 309-16.

As Vozes do Mês, Revista de Cultura Vozes, no. 06, Ano 59. Petrópolis: Vozes, junho de 1965, p. 463-72.

As Vozes do Mês, Revista de Cultura Vozes, no. 08, Ano 59. Petrópolis: Vozes, agosto de 1965, p. 629-38.

ATHAYDE, Tristão. *Vozes 60, Idéias e Fatos, Revista de Cultura Vozes*, n.08, Ano 61. Petrópolis, agosto de 1967, p.728-9.

AUGUSTO, Bernardo. *Política em Maiúsculas, Idéias e Fatos, Revista de Cultura Vozes*, n. 01, Ano 59. Petrópolis: Vozes, janeiro de 1965, p. 43.

AUGUSTO, *Política em Maiúsculas, Idéias e Fatos, Revista de Cultura Vozes*, n. 05, Ano 59. Petrópolis: Vozes, maio de 1965, p. 372.

BERLINCK, Vera Regina. O estudante Universitário e a Profissionalização, *Artigos, Revista de Cultura Vozes*, n. 09, Ano 62. Petrópolis: Vozes, setembro de 1968, p.803-9.

BOFF, Leonardo. *Bibliografia, Revista de Cultura Vozes*, n. 11, Ano 57. Petrópolis: Vozes, novembro de 1963, p.876.

Caderno da AEC, Por um desenvolvimento Integral do Homem, Revista de Cultura Vozes, n. 05, ano 61. Petrópolis: Vozes, maio de 1967, p. 465-68.

Caderno da AEC, A Educação e Cultura na Declaração dos Presidentes da América, Revista de Cultura Vozes, n. 06, ano 61. Petrópolis: Vozes, junho de 1967, p. 562-3.

Caderno da AEC, Educação e Desenvolvimento, VI Assembléia Geral da AEC, Revista de Cultura Vozes, n. 09, ano 62. Petrópolis: Vozes, setembro de 1968, p. 853-8.

Caderno da AEC, Educação, Fator Básico de Desenvolvimento, Capítulo Educação, Documento Final de Medellín Revista de Cultura Vozes. Petrópolis, ano 62, n. 06, novembro de 1968, p. 1046-51.

Caderno da AEC, Quanto à Crise Estudantil, Revista de Cultura Vozes, no. 03, Ano 63. Petrópolis: Vozes, março de 1969, p. 277.

CÂMARA, Dom Hélder, *D Hélder responde a Gilberto Freyre. Idéias e Fatos, Revista de Cultura Vozes*, no. 09, Ano 60. Petrópolis: Vozes, setembro de 1966, p.761-3

CÂMARA, D Hélder. Universidade e Diálogo. *Revista de Cultura Vozes*. Idéias e Fatos. Petrópolis: Vozes, ano 61, n.04, abril de 1967, p. 334-6.

CÂMARA, Dom Hélder, *Nordeste: Desenvolvimento sem Justiça. Artigos, Revista de Cultura Vozes*, no. 05, Ano 61. Petrópolis: Vozes, maio de 1967, p.387-92.

CÂMARA, D. Hélder. *Universidades do Mundo Subdesenvolvido Vendo a Paz do Ângulo do Subdesenvolvimento, Idéias e Fatos, Revista de Cultura Vozes*. N. 04, ano 62. Petrópolis: Vozes, abril de 1968a, p. 337-8.

CÂMARA, D. Hélder. *Os convênios do antidesenvolvimento, Artigos, Revista de Cultura Vozes*, n. 06, ano 62. Petrópolis: Vozes, junho de 1968, p. 494-6.

CASTELO, Luciano. *A Educação e o Desenvolvimento, Caderno da AEC, Revista de Cultura Vozes*, n. 06, ano 62. Petrópolis: Vozes, junho de 1968, p. 563-5.

CELSO, Frei. Luta de Classes ou Organização Profissional, *Idéias e Fatos, Revista de Cultura Vozes*, n. 02, Ano 55. Petrópolis: Vozes, fevereiro de 1961, p. 139-41.

CHAER, Laura. *Educação e Desenvolvimento. Caderno da AEC, Revista de Cultura Vozes*, n. 10, ano 62. Petrópolis: Vozes, outubro de 1968, p. 951-4.

CHIROQUE, S. *Movimento Estudantil Latino-Americano: Ambivalência Contínua*, *Artigos, Revista de Cultura Vozes*, no. 09, Ano 62. Petrópolis: Vozes, setembro de 1968, p. 779-90.

CNBB, Declaração da Comissão Central da CNBB, *Idéias e Fatos, Revista de Cultura Vozes*, n. 11, Ano 55. Petrópolis: Vozes, novembro de 1961, p. 866-69.

DIRETORIA DO INSTITUTO DE FORMAÇÃO TEOLÓGICA – IFT de São Paulo, Revista de Cultura Vozes, n. 11, Ano 62. Petrópolis: Vozes, novembro de 1968.

Documenta em resumo, n. 44, Caderno da AEC, Revista de Cultura Vozes, n. 05, Ano 60. Petrópolis: Vozes, maio de 1966, p.375-7.

Documenta em resumo, n.54 e 55, Caderno da AEC, Revista de Cultura Vozes, n. 10, Ano 60. Petrópolis: Vozes, outubro de 1966, p. 895

Documenta em resumo, n. 73, Caderno da AEC, Revista de Cultura Vozes, n. 02, Ano 62. Petrópolis: Vozes, fevereiro de 1968, p.181-3.

FIGUEIREDO, Marcus. Movimento Estudantil Brasileiro – 1968: sua luta interna, *Artigos, Revista de Cultura Vozes*, no. 09, Ano 62. Petrópolis, setembro de 1968, p. 791-4.

Fórum de Debates, Caderno AEC, Revista de Cultura Vozes, n. 07, Ano 63. Petrópolis: Vozes, julho de 1969, p. 666-9.

Fórum de Debates, Caderno AEC, Revista de Cultura Vozes, n. 09, Ano 63. Petrópolis: Vozes, setembro de 1969, p. 856-9.

FREYRE, Gilberto, *A Propósito do manifesto dos bispos. Jornal do Comércio do Recife*, 21 agosto de 1966. IN: *Idéias e Fatos, Revista de Cultura Vozes*, n. 09, ano 60. Petrópolis: Vozes, setembro de 1966, p. 759-61

GAUDIUM ET SPES, n. 16. *Revista de Cultura Vozes*, n. 11, Ano 62. Petrópolis: Vozes, novembro de 1968.

Idéias e Fatos, A Reforma Agrária em São Paulo, Revista de Cultura Vozes, n. 03, Ano 55. Petrópolis: Vozes, março de 1961a, p. 221-05.

Idéias e Fatos, Pronunciamento dos Bispos do Rio Grande do Sul Sobre a Reforma Agrária, Revista de Cultura Vozes, n. 03, Ano 55, março de 1961b, p. 230-02.

Idéias e Fatos, Problemática da Reforma Agrária Integrada no Fórum Social da PUC, Revista de Cultura Vozes, n. 05, Ano 55. Petrópolis: Vozes, maio de 1961, p. 383-5.

Idéias e Fatos, O Ministro está com a Razão, Revista de Cultura Vozes, n. 01, Ano 56. Petrópolis: Vozes, janeiro de 1962, p.69-70.

Idéias e Fatos, A Instalação da Universidade Católica de Petrópolis, Revista de Cultura Vozes, n. 04, Ano 56. Petrópolis: Vozes, abril de 1962, 295-6.

Idéias e Fatos, O Congresso da UNE no Quitandinha, Revista de Cultura Vozes, no. 09, Ano 56. Petrópolis: Vozes, setembro de 1962a, p.696-702.

Idéias e Fatos, Depois do congresso da UNE brasileira, Revista de Cultura Vozes, no. 09, Ano 56. Petrópolis: Vozes, setembro de 1962b, p. 707.

Idéias e Fatos, De Estudantes e da JUC, Revista de Cultura Vozes, no. 09, Ano 56. Petrópolis: Vozes, setembro de 1962c, p. 690-1.

Idéias e Fatos, Pavlik Morozov e a UNE. Revista de Cultura Vozes, no. 09, Ano 56. Petrópolis: Vozes, setembro de 1962d, p. 711-2.

Idéias e Fatos, Vem ou não Vem, A Revolução no Brasil? Revista de Cultura Vozes, no. 10, Ano 57. Petrópolis: Vozes, outubro de 1963, p. 766-8.

Idéias e Fatos, Mensagem dos Bispos do Nordeste II, Revista de Cultura Vozes, no. 09, Ano 60. Petrópolis: Vozes, setembro de 1966, p.754-56.

INSTITUTO TEOLÓGICO FRANCISCANO. Disponível em <http://www.itf.org.br> acesso em 23/02/2008

JESUS, C. *Onde Anda o Cristo Hoje, Idéias e Fatos, Revista de Cultura Vozes*, no. 03, Ano 62. Petrópolis: Vozes, março de 1968, p. 257-269.

LACERDA, Carlos. *Discurso na PUC. Artigos, Revista de Cultura Vozes*, n. 03, ano 57, março de 1963, p. 183-201.

LACERDA, Flavo Suplicy. *A verdadeira intenção da UNE, Idéias e Fatos, Revista de Cultura Vozes*, no. 09, Ano 56. Petrópolis, setembro de 1962, p. 714-5.

LIMA, Alceu Amoroso. *Desenvolvimento e Educação. Caderno da AEC, Revista de Cultura Vozes*, n. 04, ano 62. Petrópolis: Vozes, abril de 1968, p. 373-4.

LIMA, Alceu Amoroso. *Quarenta Anos Depois. Idéias e Fatos, Revista de Cultura Vozes*, n.09, Ano 55. Petrópolis: Vozes, setembro de 1961, p. 682-5.

MOLL, Aristides A., *Aesculapius in Latin América*, W. Saunders Co. Philadelphia, 1944. IN: *Revista de Cultura Vozes*, n. 11, ano 61. Petrópolis: Vozes, novembro de 1967.

MURARO, Rose Marie. *A 'Populorum Progressio' e o Futuro da Humanidade. Artigos, Revista de Cultura Vozes*, n. 07, Ano 61. Petrópolis: Vozes, julho de 1967, p. 601-7.

MURARO, Rose Marie. *Anatomia do poder. Artigos, Revista de Cultura Vozes*, n. 03, Ano 60. Petrópolis: Vozes, março de 1966, p. 205-09.

MURARO, Rose Marie. *Desafios de um mundo em mutação à Igreja Pós Conciliar. Artigos, Revista de Cultura Vozes*, n. 12, Ano 60. Petrópolis: Vozes, dezembro de 1966, p. 995-1003.

NEOTTI, Frei Clarêncio. *As Vozes do Vaticano II – 60 Anos Depois -*, *Artigos, Revista de Cultura Vozes*, n. 07, Ano 61. Petrópolis: Vozes, julho de 1967, p. 579-580.

NETTO, Gondim. *No Paralelo dos Estudantes, Idéias e Fatos, Revista de Cultura Vozes*, no. 09, Ano 56. Petrópolis: Vozes, setembro de 1962, p. 694-6.

PADILHA, Romeu. *Desenvolvimento, Desafio à Consciência do Cristão Técnico, Caderno da AEC, Revista de Cultura Vozes*, n. 05, ano 63. Petrópolis: Vozes, maio de 1969, p. 469-71.

PADIN, Cândido. Educação Cristã à Luz do Concílio, Caderno da AEC, Revista de Cultura Vozes, n. 12, ano 60. Petrópolis: Vozes, dezembro de 1966, p. 1069-70)

PETIT, C. *O Ensino Católico e seu Papel no Desenvolvimento, Caderno da AEC, Revista de Cultura Vozes*, n. 01, ano 63. Petrópolis: Vozes, janeiro de 1969, p. 88-96.

RADEMAKERS, Pe Humberto. A Liberdade de Cátedra do Sr. Roque Spencer Maciel de Barros, *Idéias e Fatos, Revista de Cultura Vozes*, n. 05, Ano 55. Petrópolis: Vozes, maio de 1961, p. 373-79.

RAMOS, Abelardo. *Dr. Anísio vem à chuva... Idéias e Fatos, Revista de Cultura Vozes*, n. 08, Ano 55. Petrópolis, agosto de 1961, p. 616-20.

RAMOS, Abelardo. *O Que 'Eles' Querem, Idéias e Fatos, Revista de Cultura Vozes*, n. 03, Ano 55. Petrópolis: Vozes, março de 1961a, p. 196-200.

RAMOS, Abelardo. *O pedagogo faz-de-conta. Idéias e Fatos, Revista de Cultura Vozes*, n. 03, Ano 55. Petrópolis: Vozes, março de 1961b, p. 225-6.

RAMOS, Abelardo. *Que será do Florestan, Sem a 'Diretrizes'?, Idéias e Fatos, Revista de Cultura Vozes*, n. 07, Ano 56. Petrópolis: Vozes, julho de 1962, p.539-44.

RENAULT, Edgar. LDB: Taxas Escolares. Documenta em resumo, Caderno da AEC do Brasil, *Revista de Cultura Vozes*, n. 09, Ano 61. Petrópolis: Vozes, setembro de 1967, p. 856-8.

Revista de Cultura Vozes, n. 04, ano 60. Petrópolis: Vozes, abril de 1966.

Revista de Cultura Vozes, no. 06, Ano 62. Petrópolis: Vozes, junho de 1968.

Revista de Cultura Vozes, no. 08, Ano 62. Petrópolis: Vozes, agosto de 1968.

Revista de Cultura Vozes, no. 10, Ano 62. Petrópolis: Vozes, outubro de 1968.

Revista de Cultura Vozes, n. 03, ano 63. Petrópolis: Vozes, março de 1969.

Revista de Cultura Vozes, n. 09, ano 63. Petrópolis: Vozes, setembro de 1969.

SANTOS, J. Borges dos. *A Educação Física na formação dos jovens. Caderno da AEC do Brasil, Revista de Cultura Vozes*, n. 11, Ano 60. Petrópolis: Vozes, novembro de 1966, p. 978-80.

SEGANFREDO, Sônia. *UNE, Instrumento de Subversão In: Bibliografia, Revista de Cultura Vozes*, no. 04, ano 58. Petrópolis: Vozes, abril de 1964, 317-8.

STRIEDER, Inácio. *Educação para o Desenvolvimento, Artigos, Revista de Cultura Vozes*, n. 06, ano 62. Petrópolis: Vozes, junho de 1968, p. 497-505.

TEIXEIRA, Anísio. *A Educação no Brasil. Caderno da AEC do Brasil, Revista de Cultura Vozes*, n. 08, Ano 61. Petrópolis: Vozes, agosto de 1967, p. 758-9.

VASCONCELLOS, Pe José de. *Caderno da AEC, Revista de Cultura Vozes*, n. 05, Ano 60. Petrópolis: Vozes, maio de 1966, p.371-3.

VASCONCELLOS, Pe José de. *A função da 'preponderância' e dos 'exames' na apuração do rendimento escolar do aluno. Esclarecendo a Lei Diretrizes e Bases, Caderno da AEC do Brasil, Revista de Cultura Vozes*, n. 06, Ano 60. Petrópolis: Vozes, junho de 1966, p. 465-467.

VASCONCELLOS, Pe José de. *A frequência escolar na LDB. Esclarecendo a Lei Diretrizes e Bases, Caderno da AEC do Brasil, Revista de Cultura Vozes*, n. 09, Ano 60. Petrópolis: Vozes, setembro de 1966, p. 786-7.

VASCONCELLOS, Pe José. *Finalidades das práticas educativas. Caderno da AEC do Brasil, Revista de Cultura Vozes*, n. 01, Ano 61. Petrópolis: Vozes, janeiro de 1967, p. 85-6.

VASCONCELLOS, Pe José. *LDB: Escrituração e Arquivo nas escolas. Caderno da AEC do Brasil, Revista de Cultura Vozes*, n. 08, Ano 61. Petrópolis: Vozes, agosto de 1967, p. 762-6.

VAZ, Henrique. *A Igreja e o Problema da "Conscientização". Artigos, Revista de Cultura Vozes*, n. 06, ano 62. Petrópolis: Vozes, junho de 1968, p. 483-93.

VASCONCELLOS, José. *Exigências do Desenvolvimento, Caderno da AEC, Revista de Cultura Vozes*, n. 06, ano 62. Petrópolis: Vozes, junho de 1968, p. 566-7.

VELOSO, Pe. *Situação Ideológica dos Sindicatos Brasileiros. Idéias e Fatos, Revista de Cultura Vozes*, n.07, Ano 57. Petrópolis: Vozes, julho de 1963, p.537-40.

Vozes do Mês, Revista de Cultura Vozes, n. 04, Ano 59. Petrópolis: Vozes, abril de 1965, p. 311

Vozes do Mês, Revista de Cultura Vozes, n. 08, Ano 59. Petrópolis: Vozes, agosto de 1965, p. 630-1

ANEXO: PERIODIZAÇÕES

ANEXO: PERIODIZAÇÕES

Aqui são apresentadas as periodizações consultadas.

Ano	Governos	Fases da Postura Católica	Fatos Relevantes e Tendências
	1822-1889 Império	Até Meados do Sec. XIX Igreja da Cristandade (1)	
		Sociedade Perfeita	
		Concílio de Trento (1545-1563) (1)	
		Século XIX Reforma Católica (no Brasil)	
		Implantada como obra do episcopado (1)	
1889	1889-1929 República Velha	1889 - 1920 - Reorganização Eclesiástica (2)	
1916			
1917			
1918			
1919			
1920			
1921			1921 – Fundação da revista A Ordem, sob a direção de Jackson de Figueiredo
		1916-1955 Neo-cristandade (4)	
		Restauração Católica (1)	

1922					1922 – 3 de maio. Páscoa dos Militares
					1922 – 4 de outubro, Lançamento da 1ª pedra do monumento ao Cristo Redentor, no alto do Corcovado
					1922 - fundação do Centro D. Vital.
1923					
1924	1889-1929 República Velha	1916-1955 Neo-cristandade (4)	Restauração Católica (1)	1929-1940 Alceu Radical (5)	1924 – 5 de maio Banquete oferecido pelo Itamaraty ao episcopado brasileiro
1925					
1926					
1927					
					1926 – 15 de agosto. Alceu Amoroso Lima, recém convertido ao catolicismo, recebe a comunhão das mãos do Pe. Leonel Franca.
					4 de novembro Morte de Jackson de Figueiredo.
1928					5 de novembro. Primeiro encontro de D.Leme com Alceu Amoroso Lima.
1929					
1930	1930-1934 Governo provisório Getúlio Vargas				24 de outubro. O Cardeal Leme acompanha o presidente da República Washington Luís, na saída do palácio do governo, ao ser deposto pela revolução. 3 de novembro. Tomada de posse do governo revolucionário de Getúlio Vargas.

1931				1931 Estatuto da Universidade (Francisco Campos). 12/10 Inauguração no alto do Corcovado, o monumento ao Cristo Redentor, denotando o perfil cristão do país.
1932				1932 Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova
1933				
1934				1934 - Constituição Federal - Ensino Religioso Facultativo nas Escolas
1935		1934-1936 Governo Vargas (Eleito pelo Congresso)		
1936				
1937				
1938				
1939				
1940				
1940				
1941				
1942				
1943				
1944				
1945				
1946		1937-1945 Estado Novo - Ditadura Vargas		1946 Universidade Católica do Rio de Janeiro
1947				
1948		General Gaspar Dutra (31/01/1946 a 31/01/1951) (8)		1948 Início da discussão da LDB
1949				
1950				
		1916-1955 Neo-cristandade (4)		
		1940-1960 - AEC Luta: Liberais X Católicos (6)		
		Restauração Católica (1)		
		1929-1940 Alceu Radical (5)		
		1940- Início década de 1960 - Alceu em Dúvida (5)		

1951					
1952					
1953					
1954					
1955					
1956					
1957					
1958					
1959					
Juscelino Kubitschek (31/01/1956 a 31/01/1961) (8)	Nereu Ramos (11/11/1955 a 31/01/1956) (8)	Carlos Luz (08/11/1955 a 11/11/1955) (8)	Dr. Café Filho (24/08/1954 a 08/11/1955) (8)	Getúlio Vargas (31/01/1951 a 24/08/1954) (8)	
1955 -1964 Reformista (4)		1916-1955 Neo-cristandade (4)		1940-1960 - AEC Luta: Liberais X Católicos (6)	
1959 -1961 Renascimento Católico (5)		1940-1960 - AEC Luta: Liberais X Católicos (6)		1940-1960 - AEC Luta: Liberais X Católicos (6)	
1940- Início década de 1960 - Alceu em Dúvida (5)					
1956 - 1966 Frei Aurélio Stulzer RCV					
1959. Início da preparação para o Concílio Vaticano II. Dom Paulo Evaristo Arns ocupa-se de assuntos					

1967					Encíclica Populorum Progressio – Páscoa de 1967.
1968					1968 - Medellín (Educação Libertadora) - Reforma Universitária - AI 5
1969					1969 - Virada da Revista. Reforma Universitária
1970					
a 1974	General Emílio G. Médici (eleito indiretamente) (30/10/1969 a 15/03/1974)	Governo Provisório (Junta Militar) Augusto H/ Rademaker, Silva (eleito indiretamente) Aurélio Lira e Márcio Melo (15/03/1967 a 31/08/1969) (8)	(31/08/1969 a 30/10/1969) (8)	1964-1973 Popular progressista (4)	
				Igreja como Povo de Deus (3)	
				A partir do início da década 1960 - Alceu como Ecumênico Compreensivo (5)	
					Fase III: movimento estudantil: UNE - (após agosto de 1967...) novas táticas contra seu inimigo luta contra o imperialismo e a sua própria crise interna (7)

Legenda das indicações bibliográficas:

1. AZZI, Riolando. (1977a , 1977b, 1979)
2. AZEVEDO, Dermi. (2003)
3. ARAÚJO, José Carlos. (1986)
4. MORAES, Maria Blassioli. (2003)
5. MORAIS, João Fransisco Régis de. (1985)
6. FÁVERO, Irmã Leônida. (1995)
7. FIGUEIREDO, Marcus. (1968)
8. ROTHEN, José Carlos. (2008)